

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



Ano 2022

Volume 13, Número 1

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

MARE NOSTRUM. ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO

Revista do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo.

LEIR-MA-USP: <http://leir.fflch.usp.br/>

V. 13, N. 1 / 2022 – Brasil

ISSN: 2177-4218

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História

Equipe Editorial

Diretor

1. Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, Brasil.

Editores

1. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira (Editor Responsável), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.
2. Ana Paula Scarpa Pinto de Carvalho (Editora Assistente), Universidade de São Paulo, Brasil.
3. Maria Thereza David João (Editora de Seção), Uninter, Brasil.
4. Fábio Afonso Frizzo de Moraes Lima, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil.
5. Rennan de Souza Lemos, University of Cambridge, Reino Unido.

Conselho Editorial

1. Aiste Celkyte, Utrecht University, Holanda;
2. Bruno dos Santos Silva, Universidade de São Paulo, Brasil;
3. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil;
4. Camila Condilo, Universidade de Brasília, Brasil;
5. Fabio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil;
6. Fabrício Sparvoli, Universidade de São Paulo;
7. Gabriel Cabral Bernardo, Universidade de São Paulo, Brasil;
8. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil;
9. Ivan Matijasic, Newcastle University, Reino Unido;
10. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo, Brasil;
11. Lilian de Angelo Laky, Universidade de São Paulo, Brasil;
12. Maria Dolores Casero Chamorro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha;
13. Paloma Guijarro Ruano, França;
14. Pedro Luís de Toledo Piza, Universidade de São Paulo, Brasil;
15. Sarah Fernandes Lino de Azevedo, Universidade de São Paulo, Brasil;
16. Thais Rocha da Silva, Universidade de Oxford, Reino Unido;
17. Tatiana Faia, Universidade de Lisboa, Portugal;

18. Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil.

Conselho Científico

1. Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina;
2. Carlos Augusto Ribeiro Machado, University of St. Andrews, Reino Unido;
3. Fabio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil;
4. Fábio Faversoni, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil;
5. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil;
6. Ivana Lopes Teixeira, Faculdade de São Bernardo do Campo, Brasil;
7. Joana Campos Climaco, Universidade Federal do Amazonas, Brasil;
8. Juliana Bastos Marques, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil;
9. Margarida Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Campus de França, Brasil;
10. Tatiana Bina, Portugal.

Layout e Diagramação: Ana Paula Scarpa

Capa: Gabriel Cabral Bernardo

Revisão: Ana Paula Scarpa e Gustavo Junqueira Duarte Oliveira

Responsável: Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da USP (leirma@usp.br).

Mare Nostrum (São Paulo) [recurso eletrônico]: Revista do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. – v. 13, n. 1 (2022). – São Paulo: USP/FFLCH, 2020 –

Anual, v. 1, n.1 (2010) -

Semestral, v. 8, n.8 (2017-)

ISSN: 2177-4218

Modo de acesso: World Wide Web.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/marenostrum>>

1. História Antiga. 2. Letras Clássicas. 3. Arqueologia do Mediterrâneo. 4. Filosofia Antiga - Periódicos. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

MARE NOSTRUM.

ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO

2022, VOLUME 13, NÚMERO 01

ISSN 2177-4218

SUMÁRIO

I. Editorial	x
II. Dossiê.....	1
1. INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ “A ANTIGUIDADE DO NORDESTE AFRICANO”	
Fábio Frizzo, Maria Thereza David João & Rennan Lemos	1
2. EGIPTO, AFRICA NORORIENTAL Y ORIENTE MEDIO DURANTE LA EDAD DEL BRONCE TEMPRANO: GEOPOLÍTICA E INTERCAMBIOS	
Juan Carlos Moreno García	9
3. BEYOND THE NILE: LONG TERM PATTERNS IN NOMAD-STATE INTERACTIONS ACROSS NORTHEAST AFRICA	
Julien Cooper	37
4. DYING FOR A DRINK ON THE MEROITIC FRONTIER: IMPORTED OBJECTS IN FUNERARY ASSEMBLAGES AT FARAS, SUDANESE NUBIA	
Henry Cosmo Bishop-Wright	87
5. ENTRE EGITO E AZANIA: CONEXÕES AFRO-ASIÁTICAS A PARTIR DO PÉRIPOLO DO MAR ERITREU	
Otávio Luiz Vieira Pinto	123
6. EGYPT AND EGYPTOLOGY IN THE PAN-AFRICAN DISCOURSE OF AMY JACQUES GARVEY AND MARCUS GARVEY	
Vanessa Davies	147
7. LA DIASPORA TRAS LA CAMPAÑA DE SALVAMENTO DE LA UNESCO: SU IMPACTO EN LAS POBLACIONES NUBIAS DESPLAZADAS	
Salomé Zurinaga Fernández-Toribio	179
III. Artigo de Tema Livre	219

8. ESCRIBIR, SELLAR Y ADMINISTRAR. UMA ABORDAJE DEL CORPUS DOCUMENTAL DE LA TERCERA DINASTÍA DE UR A PARTIR DE LA EPIGRAFÍA DEL PAISAJE Rodrigo Cabrera	219
IV. Ensaïos.....	251
9. UMA DÁDIVA DO NILO? MUDANÇAS CLIMÁTICAS, AS ORIGENS DA CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA E SUAS INTERAÇÕES NO NORDESTE AFRICANO Stuart Tyson Smith	251
V. Resenhas.....	283
10. BURTON, PAUL J <i>ROMAN IMPERIALISM</i>. BRILL RESEARCH PERSPECTIVES IN ANCIENT HISTORY. VOLUME 2 (2). LONDRES: BRILL, 2019, 120 P. Rafael Scopacasa	283
11. OVERTOOM, NIKOLAUS LEO. <i>THE RISE OF THE PARTHIAN EMPIRE IN THE HELLENISTIC MIDDLE EAST</i>. OXFORD: THE UNIVERSITY PRESS, 2020, 396 P. Henrique Modanez de Sant'Anna	293

I. EDITORIAL

Em seu Volume 13, n. 1, 2022, a Revista *Mare Nostrum* – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo (ISSN 2177-4218) tem a satisfação de apresentar ao público o dossiê *A Antiguidade do Nordeste Africano*, organizado pelo Prof. Dr. Fábio Frizzo (UFTM), pela Profa. Dra. Maria Thereza David João (UNINTER) e pelo Prof. Dr. Rennan Lemos (University of Cambridge). Este dossiê trouxe contribuições que pretendem abordar um espectro mais amplo do continente africano na Antiguidade. Os autores contemplaram não apenas as relações internas entre o Egito e a Núbia, mas também as relações estabelecidas entre o nordeste africano e outras regiões em diversas temporalidades.

Destacamos que os textos que aqui se apresentam possuem grande relevância do ponto de vista acadêmico e político acerca dos debates sobre decolonialidade e sobre a História da África Antiga. O dossiê conta com contribuições de importantes autores e autoras especialistas no tema, sendo referências em âmbito nacional e internacional no estudo da antiguidade africana, como Juan Carlos Moreno García, Julien Cooper, Henry Cosmo Bishop-Wright, Otávio Luiz Vieira Pinto, Vanessa Davies e Salomé Zurinaga Fernández-Toribio, cujos artigos são mais detalhadamente apresentados na Introdução feita pelos organizadores da seção (p. 1). Na sequência, os organizadores do dossiê também apresentam aos leitores a tradução do artigo *Uma dádiva do Nilo? Mudanças climáticas, as origens da civilização egípcia e suas interações no Nordeste Africano*, de Stuart Tyson Smith.

Dando sequência à composição do presente número, o texto que integra a seção “Artigos de Tema Livre” é de autoria de Rodrigo Cabrera (UBA) e intitula-se *Escribir, sellar y administrar. Una abordaje del corpus documental de la Tercera Dinastía de Ur a partir de la Epigrafía del Paisaje*. Neste artigo, o autor realiza uma abordagem dos textos administrativos da Terceira Dinastia de Ur (c. 2110-2003 AEC), na Mesopotâmia, a partir da perspectiva do que identifica como “Epigrafia da Paisagem”, além de pensar a importância do edifício burocrático neo-sumério e as relações entre o centro administrativo e os poderes locais.

Por fim, encerramos este número com a seção “Resenhas”, a qual conta com duas contribuições. A primeira delas, de autoria do Prof. Dr. Rafael Scopacasa (USP),

apresenta-nos o livro *Roman Imperialism* (2019), de Paul J. Burton. A segunda, por sua vez, de autoria do Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna (UnB), analisa o livro *The Rise of the Parthian Empire in the Helennistic Middle East* (2020), de Nikolaus Leo Overstoom.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Os editores,
Gustavo Junqueira Duarte Oliveira,
Ana Paula Scarpa.

II. DOSSIÊ

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ “A ANTIGUIDADE DO NORDESTE AFRICANO”

O nordeste do continente africano tem um papel central na narrativa histórica dos últimos 10 mil anos da existência humana. Esta narrativa ganhou forma na Europa dos séculos XVIII e XIX e tratou de identificar, especialmente no vale do Nilo, um dos berços daquilo que veio a se chamar civilização (Wengrow 2010). A decifração — hoje bicentenária — da escrita hieroglífica e o avanço da pesquisa arqueológica no contexto da disputa colonial pelo controle do Egito e do acesso ao Mar Vermelho (Carruthers 2022), produziram a representação de um Egito “eterno”, repleto de maravilhas e tomado como tipo ideal das experiências humanas do nordeste da África, da pré-história ao mundo contemporâneo. Isso resultou, por exemplo, em problemas na compreensão da diversidade e da complexidade próprias das sociedades neolíticas da região até o fim do Período Pré-Dinástico (entendidas à luz de conceitos faraônicos posteriores) (e.g. Köhler 2010; cf. Wengrow et al. 2014) ou na caracterização das sociedades núbias como inferiores e menos complexas do que a sociedade faraônica (ver Lemos 2022). Essa versão de um Egito antigo “eterno” (Moreno García 2015) ainda encontra ecos na produção acadêmica internacional, mas vem sendo gradualmente desconstruída e substituída por versões mais críticas do passado antigo da região (Wendrich 2010; Smith, nesta edição).

O vale do Nilo foi palco de uma sociedade estatal complexa, com uma vida urbana pujante e uma produção artística que vai da literatura à monumentalidade. Restava aos intelectuais da burguesia europeia a resolução da aparente contradição entre a grandiosidade egípcia e o discurso do atraso civilizacional africano, que justificava a violência colonial com base na racialização e no supremacismo branco. Este esforço intelectual acabou servindo como um dos eixos da nascente Egiptologia, que respondeu ao desafio prontamente, indicando o caráter excepcional de uma parte do vale do Nilo frente ao restante da África. O Egito estivera isolado por suas condições geográficas e, ao mesmo tempo, fazia parte daquilo que foi chamado de Antigo Oriente Próximo. Assim, o

passado faraônico (e mesmo núbio!) foi colonizado, embranquecido e explicado através de teorias difusionistas pseudocientíficas (ver Wengrow 2003). Embora esta tenha sido a narrativa hegemônica, vozes dissonantes defenderam a africanidade egípcia dentro e fora da Academia (Davies, nesta edição).

A partir da influência das teorias críticas às diferentes manifestações da colonialidade, entendemos que todo o conhecimento tem um propósito social e político. Vivemos num país com raízes africanas tão profundas quanto as chagas abertas pelo racismo. As primeiras décadas deste milênio foram testemunhas de importantes avanços políticos no reconhecimento destas raízes e na criminalização do racismo estrutural. A partir da luta dos movimentos sociais, o Brasil aprovou a obrigatoriedade da reflexão sobre as histórias africanas e indígenas nas escolas e universidades com as leis 10639, de 2003, e 11645, de 2008. Nós, organizadores deste dossiê, fomos formados neste contexto progressista e, infelizmente, todas estas se deterioraram nos últimos anos. É também por assumir nossa parte na responsabilidade política do conhecimento que surgiu o recorte espacial deste dossiê. Precisamos conhecer e nos apropriar da história africana em suas múltiplas temporalidades.

O artigo seminal de Stuart Tyson Smith, *Gift of the Nile? Climate change, the origins of Egyptian civilization and its interactions within Northeast Africa*, publicado em 2018 e traduzido para o português nesta edição da *Mare Nostrum*, é o ponto de partida da discussão que pretendemos estabelecer com a publicação deste dossiê temático. Acreditamos que a perspectiva oferecida por Smith em seu artigo é basilar para a crítica das concepções isolacionistas e excepcionalistas tradicionais que retiram do Egito antigo sua essência africana. Usando dados levantados por escavações arqueológicas da Universidade da Califórnia em Santa Barbara na região da terceira e da quarta cataratas do Nilo, no Sudão, o texto de Smith nos mostra que a sociedade faraônica mantinha traços muito mais próximos de outras culturas africanas do que fizeram crer interpretações que mostravam o Egito como próximo-oriental ou mesmo mediterrânico. Antes mesmo do processo de desertificação do Saara, havia um complexo cultural pastoril, tal como proposto por Wengrow e seus colaboradores (2014), difundido no nordeste africano. Este complexo produziu a base da qual emergiu a sociedade faraônica e manteve elementos culturais em diversos outros grupos na história africana, incluindo as modernas culturas nilóticas pastoris (que devem ser vistas como portadoras de tradições compartilhadas com o passado egípcio, muito mais do que como “sobrevivências”). Através de uma análise com forte influência dos estudos paleoclimáticos, o autor afirma taxativamente que,

embora se relacionasse com o Antigo Oriente Próximo e com o Mediterrâneo, o Egito esteve incrustado de maneira profunda na África, sem nunca ter abandonado suas redes culturais e comerciais com a Núbia, os povos do deserto e outros grupos subsaarianos. Essa perspectiva abre caminhos para futuras abordagens de complexidades outras na região, tanto na pré-história do nordeste africano, quanto em períodos em que o Egito interagiu com outras sociedades, ideologicamente inferiorizadas pela realeza e pelas elites faraônicas (ver Smith 2003).

A crítica ao isolacionismo egípcio também é tema do artigo de Juan Carlos Moreno García, que comprova a existência de uma densa rede de trocas conectando o nordeste africano à Eurásia durante o período do Bronze Inicial (3300-2100 a.C.). Se o surgimento do Estado faraônico esteve, como argumentado no artigo de Stuart Smith, relacionado ao complexo cultural pastoril do nordeste africano, os vínculos comerciais com regiões tão distantes quanto o norte do Oceano Índico e a África subsaariana também foram fundamentais neste processo. Todavia, ao contrário da hipótese tradicional do controle estatal rígido sobre trocas de longa distância exclusivamente de bens de prestígio, Moreno García apresenta indícios sólidos do envolvimento de homens e mulheres que atuavam como agentes independentes, negociando, inclusive, bens comuns. Caravanas cruzavam rotas pelo deserto, conectando o Egito à Eurásia, mas o autor concorda com os argumentos do artigo de Stuart Smith, afirmando que os contatos com o Mediterrâneo e o Oriente Próximo nunca foram tão intensos quanto aqueles com os povos núbios. Negando o excessivo papel do Estado, consolidado a partir da perspectiva orientalista orientada pelo conceito de despotismo oriental, Moreno García indica que os fluxos de trocas externas aumentaram em períodos de descentralização do poder estatal e que, ao contrário do expresso pelas fontes oficiais faraônicas, as redes de trocas eram mantidas pela colaboração essencial de mediadores estrangeiros e habitantes do deserto. Trata-se de uma perspectiva crucial para entendermos complexidades outras atuantes no nordeste africano antigo, elementos das quais podem ser observados no Sudão (Manzo 2017; Gatto 2019; Lemos e Budka 2021).

Os povos do deserto do nordeste africano também são o objeto do artigo de Julien Cooper. A narrativa histórica do progresso civilizacional entendeu o nascimento da civilização no vale do Nilo como produto do isolacionismo proporcionado pelos desertos adjacentes. A civilização seria fruto do sedentarismo, da organização estatal e da vida urbana, ameaçadas pela barbárie dos povos nômades, os inimigos, saqueadores dos desertos. Cooper nos mostra um cenário muito mais complexo nos Estados nômades,

tanto internamente quanto em suas conexões com o Egito faraônico. Fazendo uma leitura a contrapelo das fontes textuais egípcias e mobilizando os vestígios das culturas materiais nômades, o autor aponta um equilíbrio simbiótico de longa duração entre os habitantes do vale do Nilo e os povos paranilóticos, marcado por acordos baseados em parentesco e alianças políticas sofisticadas. O artigo deixa claro que, mais do que uma oposição entre civilizações sedentárias e barbárie nômade, o nordeste africano era palco de uma colcha de retalhos de entidades políticas nômades que se estendiam muito além do vale do Nilo e caracterizavam uma miríade de formas sociais, que garantia uma extensa diversidade cultural detectável, por exemplo, na cultura material desses grupos

Mesmo tomando o Nilo como eixo, é fundamental descentrar o estudo da Antiguidade do nordeste africano da sociedade egípcia e reconhecer outras sociedades nilóticas. Este é o caso do artigo de Henry Bishop-Wright, que analisa o reino de Meróe partindo de uma seleção de objetos importados, utilizados nos contextos funerários do cemitério de Faras, estudados a partir dos relatórios de escavação preservados no Griffith Institute (Oxford). O texto de Bishop-Wright critica posições tradicionais que identificam uma superioridade cultural da civilização greco-romana do Egito sobre a sociedade meroítica, representada por perspectivas que defendem teses de aculturação. Como demonstra o autor, o aspecto dominante do ritual funerário meroítico permaneceu associado aos traços nativos ligados a bebidas e libações, a despeito dos contatos prolongados com a cultura greco-romana. Os objetos importados presentes nos conjuntos funerários de Faras estavam quase sempre associados à bebida e as populações locais selecionavam ou rejeitavam esses objetos com base na funcionalidade deles para as suas tradições funerárias.

A crítica à centralidade da influência greco-romana na África antiga também é objeto do artigo de Otávio Vieira Pinto. Dialogando com a História Global, o autor parte do Périplo do Mar Eritreu, um texto escrito por um comerciante egípcio do século I d. C., para contestar a concepção tradicional de que o comércio e as conexões entre África e Eurásia, através do Mar Vermelho, foram invenções ou imposições greco-romanas. Pelo contrário, as diversas rotas estabelecidas entre os portos mencionados no texto eram ancestrais e configuravam níveis variados de contatos entre os nós de uma rede multipolar. Desta maneira, o autor demonstra como é possível ver as relações Afroeuroasiáticas para além do romanocentrismo e do retrato de um império dominado pelo centro civilizacional, valorizando a perspectiva global da conectividade.

Embora as visões acadêmicas sobre a Antiguidade do vale do Nilo tenham tratado de afastar o vale do Nilo de suas raízes africanas, vozes dissonantes já pintam um retrato distinto há um século pelo menos. O artigo de Vanessa Davies nos mostra um exemplo disto, com uma análise que parte principalmente das intervenções de Amy Jacques Garvey e Marcus Garvey nos Estados Unidos da década de 1920, a partir de fontes como seus textos no periódico *The Negro World*. Mesmo excluídos do sistema acadêmico branco, intelectuais negros estabeleceram as bases de uma leitura anticolonial sobre a África Antiga em diálogo com aquilo de mais moderno que disciplinas acadêmicas como a História ou a Egiptologia produziam na época. Davies mostra como o casal Garvey se inseriu no debate sobre a raça dos antigos habitantes do vale do Nilo a partir do *boom* causado pela descoberta da tumba intacta de Tutankhamon, contestando o trabalho de autores como George Reisner, que interpretaram os resultados das suas escavações no Egito e na Núbia através das lentes racializantes dos Estados Unidos do início do século XX, elaboradas segundo uma ideologia supremacista branca (ver Minor 2018). Citando lideranças do movimento negro como o brasileiro Abdias do Nascimento, a autora reivindica brilhantemente o caráter político do conhecimento sobre o passado distante, indicando sua capacidade de servir contra o “pano de fundo das realidades do colonialismo e da escravidão” e mostrando que a história pode e deve oferecer conforto, cura e esperanças àqueles que sofrem.

Se o artigo de Vanessa Davies apresenta o poder das representações do passado africano antigo a partir das reivindicações do movimento negro do século XX, o texto de Salomé Fernández-Toribio mostra como o trabalho da arqueologia no vale do Nilo teve e continua tendo consequências drásticas para as populações locais. Tomando o exemplo da Campanha da UNESCO para a salvação do patrimônio histórico durante a construção da represa de Assuã durante a década de 1960, Fernández-Toribio dialoga com a Antropologia de Resgate e a Arqueologia Colaborativa assumindo uma abordagem pós-colonial de envolvimento com as populações locais, dando a elas ferramentas para gerir seu patrimônio cultural e reconstruir seu passado. A partir desta abordagem, a autora demonstra como a própria construção da identidade cultural núbia foi fruto da construção da represa e o deslocamento forçado dos habitantes nativos.

O passado, o presente e o futuro seguem em disputa. Apesar da violência física e intelectual da colonização, a forma como vemos o passado antigo do nordeste da África sempre foi uma bússola para orientar os sentidos que traçamos no tempo. A organização

deste dossiê é uma tentativa de construir sentidos mais emancipatórios para essas histórias, em busca de futuros livres do racismo e de todos os efeitos da colonialidade.

Fábio Frizzo

Maria Thereza David João

Rennan Lemos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Manzo, A. (2017). “Architecture, Power, and Communication: Case Studies from Ancient Nubia”. *African Archaeological Review* 34 (1), p. 121–143. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10437-016-9239-6>.
- Gatto, M. C. (2019). “The Later Prehistory of Nubia in Its Interregional Setting”. In *Handbook of Ancient Nubia*, edited by D. Raue, p. 259–292. Berlin: De Gruyter.
- Lemos, R. & Budka, J. (2021). Alternatives to colonization and marginal identities in New Kingdom colonial Nubia. *World Archaeology*, 53(3), p. 401–18.
- Minor, E. (2018). Decolonizing Reisner: a case study of a Classic Kerma female burial for reinterpreting early Nubian archaeological collections through digital archival resources, in *Nubian Archaeology in the XXIst Century*, ed. Honegger, M. Leuven: Peeters, p. 251–62.
- Moreno García, J.C. (2015). “The Cursed Discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the Twenty-first century”. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by Carruthers, W., p. 50-63. New York: Routledge.
- Smith, S.T. (2003). *Wretched Kush: Ethnic identities and boundaries in the Egyptian Nubian empire*. London: Routledge.
- Smith, S.T. (2014). Gift of the Nile? Climate Change, the Origins of Egyptian Civilization and Its Interactions within Northeast Africa. In *Across the Mediterranean – Along the Nile: Studies in Egyptology, Nubiology and Late Antiquity Dedicated to László Török on the Occasion of His 75th Birthday*, Vol. 1, eds. T. A. Bács, Á. Bollók and T. Vida, 325–345. Budapest: Hungarian Academy of Sciences.
- Wengrow, D., Dee, M., Foster, S., Stevenson, A. & Ramsey, C.B. (2014). “Cultural convergence in the Neolithic of the Nile Valley: a prehistoric perspective on Egypt's place in Africa”. *Antiquity*, 88, p. 95–111.
- Wengrow, D. (2010). *What makes civilization? The Ancient Near East and the future of the West*. Oxford: Oxford University Press.
- Wengrow, D. (2003). “Landscapes of Knowledge, Idioms of Power: The African Foundations of Ancient Egyptian Civilization Reconsidered”. In *Ancient Egypt in Africa*, edited by Andrew Reid and David O'Connor, p. 121–135. Routledge.
- Köhler, Christiana (2010). Theories of State Formation, in: W. Wendrich (ed.), *Egyptian Archaeology*. Oxford: Wiley-Blackwell, p. 36-54.
- Carruthers, W. (2020b). Archaeological (non?) alignments: Egypt, India, and global geographies of the post-war past. *South Asian Studies*, 36(1), p. 45–60.

EGIPTO, AFRICA NORORIENTAL Y ORIENTE MEDIO
DURANTE LA EDAD DEL BRONCE TEMPRANO:
GEOPOLÍTICA E INTERCAMBIOS

*Juan Carlos Moreno García*¹

RESUMEN

Egipto formaba parte de una tupida red de intercambios que conectaba Africa nororiental con Eurasia y el norte del Océano Índico durante la Edad del Bronce Temprano. Tradicionalmente se había supuesto que la monarquía egipcia había sido el motor fundamental de tales contactos mediante la organización de expediciones enviadas hacia los territorios vecinos, en busca de productos exóticos y preciosos. Sin embargo, las investigaciones más recientes revelan la importancia del tráfico de bienes modestos y la participación de actores privados, no institucionales. De ahí que tales intercambios no sólo no disminuyan tras la crisis de la monarquía a partir de 2160 antes de Cristo sino que incluso florezcan y fomenten tanto el aumento del tamaño de las ciudades como la intervención de poderes extranjeros en calidad de intermediarios y socios comerciales.

PALAVRAS CLAVE

Caravana; comercio; estado; Ebla; Egipto; Levante; mercader; Nubia; rutas.

¹ Juan Carlos Moreno García es Doctor en Egiptología (1995), titular de una Habilitación (2009) y Director de Investigación de Primera Clase en el CNRS, en el equipo “Mondes pharaoniques” (Sorbonne Université). Sus principales áreas de investigación son la historia económica, social y administrativa de Egipto en el tercer y segundo milenio antes de Cristo y el análisis de su organización política. coeditor de la *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, editor-jefe de la revista “*Journal of Egyptian History*” (Brill), y responsable de las series “*Cambridge Elements: Ancient Egypt in Context*” (Cambridge University Press) y “*Multidisciplinary Approaches to Ancient Societies (MAtAS)*” (Oxbow Books, Oxford), entre sus publicaciones recientes destacan *Power and Regions in Ancient States: An Egyptian and Mesoamerican Perspective* (2022), *From House Societies to States: Early Political Organization, from Antiquity to the Middle Ages* (2022), *Markets and Exchanges in Pre-modern and Traditional Societies* (2021) y *The State in Ancient Egypt: Power, Challenges and Dynamics* (2019). E-mail: jcmorenogarcia@hotmail.com

1. Introducción

Dos elementos fundamentales caracterizan la Edad del Bronce Temprano en el entorno egipcio y del Próximo Oriente (3300-2100 antes de Cristo). Por un lado, la creciente intensificación de los intercambios a través del vasto espacio eurasiático y, por otro lado, la aparición de los primeros estados documentados de la historia (Wilkinson, 2014). Parece indudable que ambos fenómenos estuvieron íntimamente vinculados, de modo que si los estados pudieron terminar dando forma, orientando y seleccionando los flujos de intercambios gracias a mecanismos diversos (demanda a gran escala, control de circuitos comerciales, impuestos, creación de infraestructuras, acceso a fuentes de materias básicas, organización de expediciones, guerras), también el comercio ejerció un impacto duradero en el surgimiento y organización de polos de poder. Tales polos, situados en zonas estratégicas bien por su riqueza económica, su diversidad ecológica (llanuras aluviales, zonas de transición entre estepas y valles fluviales) o por su papel de encrucijada de rutas marítimas y terrestres, constituyeron centros tempranos de experimentación política. En algunos casos, la relación entre tales polos mediante alianza, conquista o eliminación pudo conducir a formas de integración que culminaron con el surgimiento de estados o redes de ciudades-estado. En otros casos, el equilibrio y coexistencia entre actores diversos (sedentarios, nómadas, poblaciones montañosas, habitantes de zonas costeras) condujo a un entorno más equilibrado que limitó la aparición de poderes centralizados. En cualquier caso, el control de los flujos de riqueza ejerció una influencia notable en el devenir de las entidades políticas surgidas en este espacio.

Es notable por ello que una de las más antiguas cunas del estado surgiera, precisamente, en una región marginal con respecto al espacio eurasiático, en África nororiental, y en un entorno natural extremo, un estrecho valle fluvial rodeado por uno de los desiertos más duros del planeta. Esto explica probablemente algunas características que diferencian el estado surgido en esta región del modelo dominante en Mesopotamia o el valle del Indo. Un primer rasgo sería la discontinuidad de los contactos más tempranos entre Egipto y los núcleos principales de comercio eurasiático, situados en una cadena que se extiende desde el valle del Indo hasta Mesopotamia, Anatolia y el Levante septentrional, pasando por Irán y Asia Central. La intensificación de los contactos por tierra y mar a través de este espacio queda patente en fenómenos tempranos, detectables gracias a la arqueología pero difíciles de interpretar, como el denominado Fenómeno de Uruk (Selz, 2020; Butterlin, 2018; Schneider, Gill, Rajagopalan & Algaze, 2021). En

otros casos, la estandarización de sistemas de pesos y el uso de metales preciosos como medio de pago en el tercer milenio antes de Cristo indican la necesidad de contar con medios de intercambio conocidos y, a la vez, aceptables por poblaciones muy diversas para, de este modo, favorecer transacciones habituales (Rahmstorf, 2016; Ialongo, Hermann & Rahmstorf, 2021).

Sin embargo, diversos obstáculos impidieron un acceso fácil de Egipto al espacio eurasiático. Así, por ejemplo, la ruta marítima directa a través del Mar Rojo, bordeando la costa de la Península de Arabia para penetrar después en el Golfo Pérsico, parece inviable dado lo rudimentario de las condiciones de navegación imperantes en la Edad del Bronce y el particular régimen de corrientes marinas y de vientos en el Mar Rojo. Los contactos debieron ser, por tanto, indirectos, sirviéndose de intermediarios o de zonas de contacto frecuentadas por mercaderes llegados de regiones muy alejadas entre sí (Boivin & Fuller, 2009). Punt, en las costas meridionales del Mar Rojo, pudo haber servido a este propósito, tanto como espacio productor de ciertas materias de alto valor (plantas aromáticas, metales, productos exóticos) como zona de encuentro entre marinos, mercaderes y poblaciones móviles. En el caso de Levante, Biblos sirvió al mismo propósito. Esto significa que el recurso indispensable a “zonas de encuentro”, dada la lejanía de África nororiental, alargaba las cadenas de suministro, introducía un mayor riesgo de interrupción de los contactos e imponía condiciones logísticas más exigentes para garantizar el acceso a los bienes deseados. Otro factor a considerar, pero del que solamente podemos especular por falta de datos, es que en estas condiciones el comercio más viable y lucrativo pasaba por reducir los intercambios a bienes de gran valor y fácilmente transportables: oro, marfil, plantas aromáticas, piedras semipreciosas, pieles exóticas o esclavos. De ahí el afán, documentado desde fechas muy tempranas, por eliminar rivales que pudieran o bien bloquear y desviar rutas comerciales en su provecho o que pudieran encarecer aún más el tráfico de mercancías, por ejemplo al imponer derechos de paso y de protección así como contribuciones y tributos a las expediciones que cruzaban los territorios bajo su control, máxime cuando tales rutas eran escasas y no resultaba fácil encontrar itinerarios alternativos (Moreno García, 2018).

Un segundo rasgo diferenciador es que la fragilidad e inestabilidad de los contactos a gran escala sólo podía ser compensado mediante acuerdos políticos fundados en la comunidad de intereses entre los actores implicados en este tráfico lucrativo. Si a ello añadimos que alguno de los actores pudiese terminar tentado por organizar los diferentes polos de esta red desde una posición dominante y ventajosa, es muy probable que uno de

los impulsos principales en la aparición del estado en Egipto fuese el control de los flujos comerciales que atravesaban África nororiental a través de su principal eje de comunicación, el valle del Nilo. El valle constituía un verdadero corredor entre el interior de África y la costa mediterránea, un papel que no hizo sino aumentar a medida que las condiciones medioambientales se degradaban inexorablemente en África nororiental. No hay que olvidar que antes del desecamiento definitivo del Sahara Oriental, hacia finales del tercer milenio antes de Cristo, existieron cursos permanentes de agua, incluso grandes lagos, que facilitaban la comunicación y el tránsito a través de todo África nororiental. Sin embargo, ya hacia finales del tercer milenio únicamente el valle del Nilo y, en un papel secundario, la cadena de oasis que se extendía al oeste del valle, podían asegurar la circulación de volúmenes importantes de mercancías y proporcionar la logística necesaria (donde el agua era crucial) para que los intercambios fueran posibles. Cabe pensar, por tanto, que las particulares condiciones medioambientales y geopolíticas de África nororiental constituyeron un estímulo considerable para que surgiera un estado anormalmente extenso, estable, capaz de eliminar rivales de su entorno más inmediato (entidades políticas protonubias centradas en Qustul y en otras localidades, posibles estados en Tell el-Farkha, Fayum y Delta Occidental) (Moreno García, 2018).

Un tercer rasgo diferenciador es que el volumen más importante de mercancías se movía probablemente allí donde las condiciones logísticas y las distancias relativamente cortas favorecían su transporte. Se trata de los contactos entre el Delta del Nilo y Levante. Es aquí donde el comercio no se limitaba al tráfico de metales o de productos de lujo sino que incluía productos más comunes, desde ganado y asnos (Greenfield *et al.*, 2020) a textiles e incluso carne de cerdo y pescado, como la perca del Nilo, distribuida desde fechas muy tempranas por Levante y Anatolia (Van Neer *et alii*, 2004). Quizás esto explique un elemento fundamental en la construcción histórica de Egipto, la distinción entre el Alto y del Bajo Egipto. Más allá de las características físicas y ecológicas de ambas regiones, lo cierto es que el Fayum y el Bajo Egipto mantuvieron contactos estrechos con Levante desde el Calcolítico. El flujo de poblaciones no era ajeno a estos movimientos, no sólo de egipcios establecidos en Levante (Kansa, 2006; Nicolle, 2009, pp. 38-39), sino también de poblaciones levantinas que frecuentaban el valle del Nilo, desde mercaderes hasta pastores que se desplazaban hasta Egipto en busca de pastos y que acudían también con otros productos. Es por ello que el Bajo Egipto y Levante comparten algunos rasgos políticos básicos, como la tendencia hacia la fragmentación política en un entorno de pequeños estados autónomos, con jerarquías débiles o mal

definidas, generalmente bajo el dominio más o menos informal de un poder reconocido como *primus inter pares*. En este paisaje político “levantino” no desentonan construcciones políticas como las monarquías heracleopolitana e hicsa, del Bronce Temprano tardío y del Bronce Medio, respectivamente, o los principados libios de comienzos del primer milenio antes de Cristo. En cambio, el Alto Egipto, sobre todo el espacio comprendido entre Abidos y Elefantina, aparece como un territorio unificado con más facilidad y presto a combatir a sus rivales nubios, en el sur, y norteños para suplir mediante la conquista territorial su lejanía de los principales polos económicos y comerciales de la Edad del Bronce en el Mediterráneo oriental. La superficie tan desigual de localidades con fuerte impronta comercial, como Elefantina en el sur y Avaris en el norte, dan idea de los intereses en juego y del volumen de mercancías desplazadas a través de ambos centros.

2. *Logística, caravanas y rutas alternativas*

Aunque el tráfico de obsidiana está documentado arqueológicamente desde la prehistoria tardía entre el valle del Nilo y el sur del Mar Rojo, poco se sabe de su organización (Dumitru & Harrower, 2018). Cabe pensar que los contactos por vía terrestre desempeñaron un papel fundamental en la circulación de este mineral. De hecho, las frecuentes representaciones de embarcaciones en diferentes emplazamientos del Desierto Oriental sugieren, más allá de su posible valor simbólico y ritual, que la obsidiana y otras mercancías pudieron transitar en parte por vía marítima antes de continuar su recorrido por vía terrestre hasta el Valle del Nilo, por ejemplo utilizando los uadis del Desierto Oriental (Lankester, 2013). En todo caso, cabe pensar que la ruta terrestre que comunicaba el Sudán Septentrional con Eritrea a través del Delta de Gash pudo estar operativa desde épocas muy remotas y que precedió a la consolidación de una ruta marítima a través del Mar Rojo necesitada de fondeaderos estables sólo documentados desde mediados del tercer milenio antes de Cristo, como Uadi el-Jarf, Ayn Sukhna y Mersa/Uadi Gawasis (Manzo, 2022).

Sería absurdo, no obstante, pensar en la existencia de traficantes que recorrieran en su totalidad el circuito que comunicaba el interior de Africa con el Valle del Nilo y el Mediterráneo. Más bien cabe pensar en itinerarios con etapas relativamente cortas por tierra y por mar, que se sucedían a través de rutas jalonadas por puntos de encuentro, suerte de “mercados silenciosos” ubicados en puntos frecuentados por traficantes de

horizontes diversos donde intercambiaban sus mercancías (Boivin, 2018). Khor Dawd, en Nubia, situado a unos 100 kms. al sur de Elefantina y a unos 9 kms. al norte de la entrada al Uadi Allaqi, rico en yacimientos de oro, parece haber sido uno de tales puntos, como lo sugiere la abundante cerámica egipcia encontrada en muchas de las 578 fosas de almacenamiento halladas allí (Gatto, 2019, pp. 276-277). Los flujos de intercambios entre Egipto y Nubia parecen haber sido lo suficientemente intensos como para que cristalizaran varias entidades políticas, desde fechas muy tempranas, entre Abidos y la Segunda Catarata del Nilo, que incluían localidades intermedias como Hieracópolis y Nagada. Poco se sabe del juego político entre estas entidades, pero es llamativo que surjan en puntos de acceso al Valle del Nilo desde los desiertos Occidental (Abidos, Hieracópolis) y Oriental (Nagada), en puntos bien comunicados con el Mar Rojo (Nagada) y en cabeceras de zonas auríferas (Nagada, Baja Nubia). Que algunos de estos centros compartiesen un mismo lenguaje simbólico en la expresión del poder (*serejs* o representaciones de fachadas de palacio, la corona blanca del Alto Egipto, etc.) parece indicar que sus contactos eran lo suficientemente estrechos como para producir un simbolismo comprensible y aceptable para todos (Gatto, 2019, pp. 280-281).

El final de esta fase temprana parece coincidir con un fenómeno que caracterizará en lo sucesivo los contactos a través de África nororiental: la eliminación de rivales y la concentración del tráfico en centros logísticos que facilitaban el control de los flujos y la tasación de las mercancías transportadas. En efecto, los relieves de la primera dinastía descubiertos en Gebel Sheikh Suleiman, en territorio nubio justo al sur de Buhén, sugieren conflictos entre la nascente monarquía egipcia y alguna o algunas entidades políticas nubias (Somaglino & Tallet, 2014). El abandono de la rica necrópolis “real” nubia de Qustul y el establecimiento de una primitiva fortaleza en Elefantina sugieren que Egipto intentó controlar por la fuerza el tráfico por vía nilótica con Africa y que esta política se apoyaba en la construcción de un centro logístico y de supervisión en Elefantina. Su cometido no sería tanto puramente militar como asegurar la concentración y centralización del tráfico en una localidad y así facilitar el cobro de derechos de paso. Las abundantes marcas de sellos descubiertas en Elefantina revelan que ya en fecha tan temprana como la III dinastía existía una notable infraestructura administrativa dedicada al control de un tráfico que debía ser considerable. Por un lado, traficantes tanto masculinos como femeninos (*miter* y *miteret*, respectivamente), realizaban sus operaciones desde esta localidad, mientras numerosos administradores de la corona controlaban las transacciones (Pätznick, 2005). El hallazgo en Elkab de un centro

logístico y de aprovisionamiento al cuidado de funcionarios que actuaban también en Elefantina, e incluso en Abidos, confirma la existencia de una notable red logística que facilitaba la circulación de productos y mercaderes. Más al norte, en el entorno de Gebelein, también está documentada la presencia de traficantes *miter* así como de poblaciones del desierto en torno a finales de la IV dinastía (Fiore Marochetti *et al.*, 2003, p. 246-247, 256). De hecho, existía una ruta que partía de Gebelein hacia el oasis de Jarga (Ejsmond, 2018). Incluso el nombre egipcio de Rizeiqat, *Jw-mjtrw* “la isla de los *miter*”, una localidad próxima a Gebelein (Ejsmond, 2017), quizás constituya una reminiscencia de un punto de encuentro y de tráfico entre pobladores del desierto y habitantes del Valle del Nilo, comparable al hallado cerca de Hieracómpolis pero datado este último varios siglos después (Friedman, 1992, 2000). Además, las excavaciones recientes de Gatto al norte de Elefantina han sacado a la luz, precisamente, necrópolis de poblaciones nubias que penetraban en territorio egipcio, probablemente con el propósito de traficar con productos diversos (Gatto, 2014).

En el caso de Elefantina, las marcas de sellos revelan que la principal mercancía transportada era el oro (Pätznick, 2005). Pero en Gebelein carecemos de datos sobre las actividades de los *miter* documentados allí, si bien las inscripciones en la caja de madera que contenía un importante lote de papiros menciona prisioneros y territorios extranjeros (Posener-Krieger, 1994). Sin embargo, sabemos que durante la IV dinastía la corona organizaba expediciones que se internaban profundamente por las rutas del Desierto Occidental a la búsqueda de pigmentos, mientras que Nesutnefer, un oficial egipcio que vivió en esta misma época, ejercía el control de las torres *swnw* y de los fortines *mnnw* en las provincias de Abidos y de Antaeópolis, situada esta última algo más al norte. La ubicación de estas torres en provincias de donde partían pistas hacia el desierto, y el hallazgo de vestigios de torres similares pero muy posteriores en Abidos, a la entrada de una pista hacia el oasis de Jarga, parece indicar que una de las funciones de Nesutnefer consistía en controlar el tráfico entre el Valle del Nilo y las regiones vecinas. Que ejerciese también esta función en la provincia 13 del Bajo Egipto, de donde partía la ruta que conducía hacia el Uadi Tumilat y el Levante Sur, no hace sino ratificar su especialización en el control de los accesos al Valle del Nilo desde el exterior (Moreno García, 1997). En todo caso el volumen y la importancia del tráfico de oro debió ser lo suficientemente importante como para justificar que el censo del oro y del ganado conste en los primeros anales reales como la base de la incipiente fiscalidad faraónica. Es significativo que algunos protagonistas de estos intercambios sean agentes privados,

objeto de tasas (como lo demuestra el caso de Elefantina), y que el papel de la corona se limite a cobrar impuestos, no necesariamente a organizar expediciones hacia los yacimientos auríferos. Probablemente, tales protagonistas fueran tanto egipcios como nubios y poblaciones del desierto, conforme a una pauta bien conocida en tiempos posteriores, en los primeros siglos del segundo milenio antes de Cristo, gracias a los despachos de Semna o a la iconografía de las tumbas de Beni Hassan. Eliminación de rivales y concentración del tráfico en puntos fácilmente controlables parecen definir por tanto los intercambios en el extremo sur de Egipto en el tránsito entre el cuarto y el tercer milenio antes de Cristo.

En cambio, en el norte, la naturaleza de los contactos tomó otro cariz. Tell el-Farkha aparece como un importante centro político en el Predinástico, posiblemente como cabeza de un proto-estado en el Bajo Egipto, con importantes contactos con Levante (Ciałowicz, 2017). El establecimiento de la monarquía única en Egipto provocó el declive de este centro al tiempo que florecieron en el extremo sur del Levante una cadena de asentamientos con abundantes indicios materiales de cultura egipcia. Tradicionalmente interpretados como colonias egipcias, recuerdan la modalidad de expansión de la cultura de Uruk, centrada en esta localidad de la Mesopotamia meridional, por amplias zonas del Oriente Medio en torno a mediados del cuarto milenio antes de Cristo. El así denominado “Fenómeno de Uruk” aún plantea numerosos interrogantes, aunque parece fuera de duda que esta ciudad del sur de Mesopotamia terminó por encabezar una red de centros comerciales extendida por amplias regiones del Oriente Medio y dominada por príncipes mercaderes (Butterlin, 2018; Selz, 2020). ¿Constituye el caso egipcio una réplica de este fenómeno, si bien algo más tardío y a una escala más modesta (Nicolle, 2009)? En el caso de las “colonias” egipcias, probablemente se trate de un fenómeno variado, donde ciertas localidades conocieron una fuerte presencia egipcia mientras que en otras la influencia fue más cultural, con élites y autoridades políticas locales que imitaban ciertos símbolos egipcios de poder (como los *serekhs*) y que colaboraban con mercaderes egipcios y enviados del faraón en calidad de intermediarios. En todo caso, descubrimientos arqueológicos recientes revelan hallazgos de objetos egipcios (incluidos fragmentos de paletas de piedra) por toda Palestina, testimonio probable de una red de rutas terrestres que conectaba Egipto con el valle del Jordán y el Levante Septentrional (Nigro, 2014; Nigro *et al.*, 2020). En lo que respecta a Tell el-Farkha parece que el tráfico de cobre desempeñó un papel fundamental en los intercambios y que esta actividad explica

asimismo el florecimiento de numerosos asentamientos en torno a la rama oriental del Nilo, en el Delta, desde finales del cuarto milenio antes de Cristo (Tassie, 2018).

Sin embargo, tal y como sucediera en Elefantina y la Baja Nubia, la creación de la monarquía egipcia terminó por imponer un sistema diferente de intercambios, más ventajoso para la corona. Tal cambio llevó a la búsqueda de rutas directas hacia las zonas de aprovisionamiento de productos procedentes del Oriente Medio, un proceso en el que la localidad portuaria de Biblos se convirtió en el mediador principal de Egipto con el Levante septentrional y las zonas vecinas. Evitar los numerosos intermediarios del Levante sur y fomentar los contactos marítimos, que permitía incrementar el volumen de bienes intercambiados, son dos factores posiblemente fundamentales en este cambio (Greenberg & Iserlis, 2020). En cuanto al tráfico de cobre, parece ser que también los egipcios intentaron extender su control sobre el Sinaí, al tiempo que los numerosos asentamientos del Delta Oriental probablemente sirvieron como punto de destino de pequeñas caravanas de poblaciones asiáticas y del desierto, ocupadas en la extracción estacional de cobre como una actividad económica más (Tassie, 2018). No cabe minusvalorar en modo alguno esta modalidad indirecta de explotación de los recursos mineros de las zonas próximas al Valle del Nilo. Sabemos que en épocas posteriores, en torno a 2400 antes de Cristo, prospectores nubios colaboraban con las autoridades egipcias en la explotación de yacimientos minerales al este de Edfú o que poblaciones nubias locales extraían oro en la zona de la Cuarta Catarata, como una ocupación estacional complementaria de sus otras actividades económicas, a comienzos del segundo milenio antes de Cristo (Meyer, 2010). Y, por supuesto, los despachos de Semna (Kraemer & Liszka, 2016), la célebre escena de la caravana asiática representada en la tumba de Khnumhotep II de Beni Hassan o algunos pasajes del papiro Boulaq 18 (Allam, 2019, láminas 14, 16, 27 y 31), revelan el flujo de pequeñas caravanas que transportaban bienes diversos hacia Egipto y sus emporios en territorio nubio. En todo caso, los anales de Esnofrú, las referencias a expediciones navales y terrestres organizadas por los faraones Esnofrú y Quéops a comienzos de la IV dinastía, y las expediciones hacia el país de Punt que tuvieron lugar bajo el reinado de Sahuré sugieren que la corona intervenía activa y directamente en el aprovisionamiento de ciertos bienes de lujo, seguramente junto a las actividades desarrolladas por mercaderes privados, como los *miter* ya citados y documentados en Elefantina y Gebelein entre 2650 y 2500 antes de Cristo.

Sin embargo, cualquier análisis de los contactos entre Africa nororiental y el mundo mediterráneo y próximo-oriental no puede soslayar el papel de Nubia. Si la consolidación

del estado egipcio produjo, aparentemente, un impacto negativo en las regiones inmediatamente vecinas (Nubia septentrional, Levante meridional), cuando la búsqueda de rutas directas redujo su importancia como intermediarios, los contactos con zonas situadas más al interior de Africa no podían prescindir de mediadores debido a los formidables problemas logísticos del tráfico terrestre con esas zonas remotas. De este modo, si los anales reales del Reino Antiguo mencionan importaciones considerables de plantas aromáticas procedentes del país de Punt, en el sur del Mar Rojo, y los intentos por llegar directamente a esta región explican la creación de diversos puertos en el Mar Rojo (Uadi el-Jarf, Ayn Sukhna, Mersa/Uadi Gawasis), Nubia continuó siendo un proveedor y mediador indispensable en el abastecimiento de un producto fundamental, el oro, así como de marfil y bienes exóticos llegados de zonas más remotas del interior de Africa. Cuando las fuentes proporcionan información más detallada, se advierte que Egipto combinó acciones de fuerza hacia Nubia con otras en que la negociación y la colaboración eran capitales. El enclave comercial de Buhén, por ejemplo, constituye un intento precoz por establecer un punto de contacto comercial y de aprovisionamiento de materias primas (incluido el cobre) en pleno territorio nubio. En cuanto a las inscripciones de los jefes de caravanas de Elefantina, el detallado relato de Herjuf admite que el éxito de sus misiones dependía de la escolta y del apoyo logístico proporcionado por jefes nubios en sus travesías tanto por el desierto como a lo largo del Nilo (Manzo, 2022, pp. 19-28).

Dejando de lado el impacto que las intervenciones egipcias pudieron tener en la eclosión de entidades políticas en Nubia, hay dos aspectos sobre los que merece la pena detenerse. Por un lado, los llamados “textos de execración” mencionan nubios pero también egipcios como elementos potenciales peligrosos en la frontera sur de Egipto (Abu Bakr & Osing, 1973; Osing, 1976). Por otro lado, los líderes de Elefantina parecen algo más que meros agentes de la corona. Quizás sea más apropiado considerarlos como una categoría de especialistas en transacciones con países extranjeros, hasta el punto de contar con sus propias redes de contactos a lo largo de todo el circuito comercial que comunicaba el sur del Mar Rojo y el interior de Africa con el Mediterráneo oriental. En el caso de los textos de execración, pudiera pensarse que los egipcios potencialmente hostiles pudieran ser personas que vivían en territorio extranjero, mezclados con las poblaciones locales y que colaboraban con ellos, una mezcla de mercaderes, exiliados, rebeldes... Tal situación no tendría a priori nada de extraño. Sinuhé o el protagonista del papiro Pushkin 127, por ejemplo, son dos personajes de este tipo, mientras la célebre Estela del Destierro describe las luchas entre facciones tebanas a comienzos del I milenio antes de Cristo y el perdón

concedido finalmente a la facción derrotada, en forma de levantamiento del destierro en los oasis (Ritner, 2009, p. 124-129). De hecho, algunas inscripciones de militares de comienzos del segundo milenio antes de Cristo indican que sus misiones incluían traer de vuelta a Egipto a rebeldes que residían en los oasis, como en el caso de Kay: “fue tras haber rastreado todas sus rutas que alcancé el oasis occidental y traje de vuelta a los fugitivos que hallé allí con mi tropa a salvo, sin pérdidas” (Anthes, 1930; Darnell, 2008, pp. 98-102). En cuanto a la arqueología, también muestra la presencia de egipcios que convivían con poblaciones locales, por ejemplo en Levante, desde pastores egipcios hasta personas que ejercían funciones diversas. También cabe considerar a este respecto las colonias de egipcios que habitaron en la localidad extramuros de la fortaleza de Mirgissa durante el Reino Medio, probablemente dedicados a intercambios con las poblaciones nubias establecidas en las inmediaciones de las fortalezas (Gratien, 2022).

Es en este contexto donde debemos analizar el papel de los líderes de Elefantina. Que encabezaban caravanas hacia el interior de Nubia y de regiones situadas aún más allá queda demostrado por los detallados relatos que algunos de ellos, como Sabni y Herjuf, proporcionan en los relatos biográficos que decoran sus tumbas. No obstante, es llamativo que otros líderes intervinieran en Punt y en Biblos, muy lejos de Nubia (Strudwick, 2005, pp. 328-340). Esta situación continuó a finales del tercer milenio antes de Cristo, cuando la monarquía egipcia dejó de existir y el país entró en un prolongado período de fragmentación política y enfrentamientos armados. El relato excepcional de Setka indica que, a pesar de tan adversas condiciones, este oficial de Elefantina continuaba sus actividades comerciales a larga distancia tanto con el interior de África como con el país de Punt y Levante. Los productos que obtenía eran a continuación enviados al reino de Heracléopolis, en el norte, a cambio de recompensas diversas (Edel, 2008, pp. 1743-1744). De estas inscripciones se infiere que el radio de acción de las actividades de los líderes de Elefantina sobrepasaba con creces el ámbito estrictamente nubio y cubría un amplio eje que conectaba el sur del Mar Rojo con Biblos. Teniendo en cuenta que los archivos de Ebla, en Siria, describen la llegada de oro y marfil, entre otros productos, desde el país de Dugurasu (con toda probabilidad, Egipto), el papel de Elefantina y sus especialistas era fundamental en el aprovisionamiento de bienes exóticos y valiosos que constituían la base de los contactos entre Egipto y Oriente Medio. Que, además, desarrollasen sus actividades independientemente de la existencia de una monarquía única o no, significa que no eran funcionarios de la corona al servicio exclusivamente de las expediciones que los faraones organizaban hacia el exterior. Bien al contrario, su papel

sería el de especialistas con experiencia y contactos tanto en Nubia como, probablemente, en Levante, cuyos servicios eran requeridos ocasionalmente por la corona pero que, normalmente, traficaban por cuenta propia. Cumplirían así funciones similares a las de los mercaderes documentados en Elefantina en la III dinastía, si acaso con la salvedad de que parecen operar a una escala geográfica más amplia a finales del III milenio.

Un último aspecto a considerar es el establecimiento de otras importantes bases logísticas. Una de ellas estaba situada en el oasis de Dajla a finales del Reino Antiguo. La comunidad establecida allí parece haber tenido como misión fundamental facilitar los intercambios entre Egipto, Nubia y los oasis circundantes. Sabemos que Herjuf utilizaba en sus misiones tanto la ruta del Nilo como la ruta de los oasis, mientras que del oasis de Dajla partía también la pista del desierto que se internaba profundamente en el Sahara Oriental, al menos hasta la zona de Gilf el-Kebir y Uweinat, como lo confirman tanto los depósitos de vasijas localizados a intervalos de unos 25 kms. como la inscripción algo posterior del faraón Mentuhotep II en Uweinat (Forster, 2015). Algunas inscripciones muy de finales del tercer milenio y comienzos del segundo milenio antes de Cristo mencionan la incorporación de los oasis al nascente reino tebano, el establecimiento de impuestos y el envío de misiones de patrulla y policía que traían de vuelta a Egipto fugitivos o exiliados instalados en el oasis (Darnell, 2008). Teniendo en cuenta que Mentuhotep II desarrolló una activa política de control de rutas comerciales y de eliminación de rivales comerciales en el eje nilótico, cabe pensar que su interés por reabrir la ruta que conducía a Uweinat pasaba por eliminar intermediarios o personajes potencialmente hostiles que frecuentaban esta ruta y ganar así un acceso directo a productos valiosos. En cuanto al Delta oriental, el hallazgo de templos de planta levantina puede apuntar a la presencia local de comerciantes llegados de las zonas vecinas de Oriente Próximo (Bietak, 2010), una suerte de paralelo del templo de Ba'alat Gebal en Biblos, centro ritual que facilitaba los contactos entre egipcios y autóctonos como revela el rico repertorio de objetos egipcios del III milenio antes de Cristo hallado en su recinto (Diego Espinel, 2002). El descubrimiento de dos estatuas de estilo egipcio en el templo de Ninni-zaza de Mari, fechadas a mediados del III milenio antes de Cristo (Parrot, 1967, pp. 100-102, láminas liii-iv; Quenet, 2008, p. 268; Biga & Steinkeller, 2021, p. 49; véase también Butterlin, 2014), podría indicar que, aparte Biblos y Ebla, otras localidades de gran importancia comercial, como Mari, pudieron recibir mercaderes o enviados egipcios en el III milenio antes de Cristo. Dado que los templos proporcionaban seguridad institucional a los intercambios y que era habitual que mercaderes y autoridades se

reuniesen a la entrada de los mismos para organizar las transacciones, la presencia de una estatua de estilo egipcio en el templo podría ser fácilmente explicable en este contexto.

3. *Los protagonistas de los intercambios*

En estas condiciones, es de lamentar que el uso de términos imprecisos en las fuentes egipcias impida conocer en detalle las operaciones de mercaderes privados fuera de las fronteras de Egipto. Tal es el caso del término *sjn* “corredor”. El término aparece en el título *jmj-r sjnw Ḥ3t-mḥjt* “intendente de los corredores de la provincia 16 del Bajo Egipto” de Metjen (reinado de Esnofrú: Sethe, 1933, p. 4,1). El término “corredor” es una traducción literal a partir de la raíz verbal *sjn* “correr”, pero ofrece pocas pistas acerca de las actividades de sus titulares. Sin embargo, los textos de execración del Reino Medio indican que los *sjnw* eran individuos potencialmente peligrosos, tanto egipcios como nubios, cuyas actividades debían ser conjuradas mediante rituales que utilizaban figuritas de prisioneros inscritas con sus nombres o categoría social (Posener, 1987, pp. 41-42, 47). De acuerdo con estos textos, la categoría social de los *sjnw* era diferente de los *nḥtw* “campeones, guerreros”. Es llamativo a este respecto que en los textos de execración del Reino Antiguo el título más frecuente entre los nubios citados sea *jmj-r šnw* “intendente de tropas (nubias)” (Abu Bakr & Osing, 1973). La inscripción de Hor, un oficial enviado a las minas de ametista de Uadi el-Hudi durante el reinado de Sesostri I, señala a propósito del rey que “sus *sjnw* eran numerosos en todos los países y sus emisarios (*ḥwtjw*) realizaban cuanto deseaba” (Rowe, 1939, p. 189; Obsomer, 1995, p. 633). Hesyre, oficial de la III dinastía, era *ḥ3tj (sj)nw (?)* “cabeza de los corredores (?)” y *wr 10 Šm^cw* “grande de la decenas del Alto Egipto”, este último título relacionado con la movilización y gestión de trabajadores” (Quibell, 1913, láminas xxx-xxxi; Jones, 2000, p. 495, n.º 1853). En cuanto a la mención de la provincia 16 del Bajo Egipto, los papiros recientemente descubiertos en Uadi el-Jarf indican que entregaba panes a un equipo de trabajadores especializado en la construcción de instalaciones portuarias, situadas en la provincia 12 (Tallet, 2017). Otro fragmento de papiros del mismo archivo menciona al *wr- ḥrp dngw pr ḥbsw ḥ3tjw ḥrp stjw nbw jrj-ḥt nswt Nfr-jrw* “grande del palanquín, el director de los enanos del departamento de los tejidos de lino de primera clase, el director de los orfebres de collares, el administrador real Neferiru” (Tallet, 2019), un oficial que probablemente supervisaba la obtención de piedras semipreciosas utilizadas en la confección de collares y llegadas a Egipto por vía marítima, a juzgar por el contexto y la

localización de las actividades del equipo mencionado en los papiros. En definitiva, el término *sjn* parece designar una categoría de personas que no son guerreros ni mercenarios extranjeros (los textos de execración no mencionan tampoco los ^c, un término a veces traducido como “intérprete” pero que parece designar tropas de origen extranjero: Goedicke, 1960), que tampoco son enviados reales pero que, sin embargo, frecuentaban países extranjeros y que parecen relacionados con una zona del Delta que, significativamente, contaba con puertos hacia Levante. ¿Se trataba de una categoría de mercaderes comparable a los *miter*?

Efectivamente, las escasas fuentes relativas a personas involucradas en actividades comerciales en el III milenio antes de Cristo mencionan sobre todo a *miter* y *miteret*. Sin embargo, el término femenino, *miteret*, pronto adquirió un matiz diferente y fue utilizado sobre todo por damas de la corte, al parecer sin ninguna relación con la organización de intercambios. De todos modos, es notable la ausencia de términos específicos que designen mercaderes. El término *shuty*, por ejemplo, únicamente aparece en las fuentes a comienzos del Reino Nuevo, e incluso el género literario de las sátiras de oficios sólo menciona a los mercaderes entonces, no así en los ejemplos conocidos del Reino Medio. Y sin embargo, los monumentos de prestigio pertenecientes a *shuty* son entonces sorprendentemente escasos. Cabe pensar, por tanto, que consideraciones de orden diverso limitaban el acceso de los mercaderes a bienes de prestigio o que, más probablemente, estos últimos preferían presentarse bajo otras denominaciones en sus monumentos. Así, por ejemplo, los despachos de Semna no utilizan términos específicos, que pudieran ser traducidos como “mercader”, para referirse a los nubios (hombres y mujeres) que se dirigían a las fortalezas egipcias en Nubia para traficar, sino que indican que los nubios que integraban estas pequeñas caravanas acudían allí para *jrt swnt* “practicar comercio/intercambios” (Kraemer & Liszka, 2016, pp. 20-21). La importante inscripción histórica del visir Jnumhotep III en su mastaba de Dahshur, un oficial que vivió durante el reinado de Sesostri III, menciona “gentes de Egipto” (*kmtjw*) instaladas en el norte del Líbano, ocupadas al parecer en el comercio marítimo de madera (se indica que poseen barcos) y que, llegado el caso, podían actuar como intermediarios entre las autoridades egipcias y los jefes locales (Allen, 2008). El insólito caso de dos mujeres, In de Sais (*Jn nt Szw*) y Ankh de Imu (^c*nh nt Jmw*), mencionadas junto a varios hombres en una inscripción rupestre del Reino Medio próxima al Uadi Allaqi, en Nubia, es llamativo, ya que, a diferencia de los hombres (no es seguro que hubiera una relación de parentesco entre ellas y ellos), las mujeres no son identificadas mediante el nombre de sus padres

sino de sus localidades de origen, situadas ambas en el Delta occidental (inscripción 28: Žába, 1974, pp. 56-60). Otras mujeres también aparecen mencionadas solas en inscripciones de la Baja Nubia (inscripciones 102, 120 y 122: Žába, 1974, p. 137, 144, 145-146), pero sólo la primera de ellas va acompañada de la referencia a su oficio, plañidera. Que participasen en actividades mercantiles, ocupadas en el tráfico de oro extraído en el Uadi Allaqi, no tendría nada de extraño. Mujeres-*miteret* de Elefantina compartían similares desempeños, mientras que caravanas formadas exclusivamente por mujeres nubias se dirigían a las fortalezas egipcias en Nubia para traficar (Kraemer & Liszka, 2016, p. 47). También es habitual la representación de mujeres que forman parte de la tripulación de barcos y que manejan el timón, tanto egipcias (Fischer, 2000, p. 38) como Puntitas (Servajean, 2017, p. 106) e incluso en un caso una mujer nubia fue representada dirigiendo una barca con remeros (Minor, 2018, p. 256). Por último, no es rara la mención de mujeres en textos administrativos que enumeran personas relacionadas con barcos, sobre todo con ocasión de la entrega de ofrendas o de productos diversos (por ejemplo, Kitchen, 1989, pp. 13-15; Hassan, 2016).

Un último ejemplo de mercaderes activos en el tercer milenio, en torno a 2350 antes de Cristo, procede de los archivos de Ebla, en Siria. De acuerdo con la documentación cuneiforme hallada en el palacio, Ebla mantenía intercambios comerciales con el país de Dugurasu, un término que, con toda probabilidad, debe identificarse con Egipto (Biga & Steinkeller, 2021). El tráfico entre ambos territorios podía seguir dos rutas alternativas, o bien por mar, donde la localidad de DUlu (probablemente Biblos) desempeñaba el papel de intermediario, o bien por vía terrestre a través de IB.MAH, un topónimo que designa el territorio habitado por pueblos seminómadas y que se extendía por las estepas y desiertos al sur de Ebla, en torno a Palmira, Damasco y Qatna. Al parecer, esta ruta conducía directamente hasta Dugurasu. Cabe señalar a este respecto que descubrimientos arqueológicos recientes en Israel y Jordania demuestran la existencia de una ruta terrestre que conducía a través del valle del Jordán hasta el Levante norte (Nigro, 2014; Nigro *et al.*, 2020). Las tablillas indican los nombres de los mercaderes y enviados de las cortes reales de Ebla y Dugurasu e incluyen, por parte egipcia, un individuo llamado Awa, su hijo, designados como e-gi₄-maškim “representante/enviado principal, y otras tres personas, Ib₂-bi₂, A-ib y Ga-ra. Las delegaciones procedentes de Dugurasu incluían entre uno y nueve enviados, aunque en dos ocasiones sólo incluían un individuo cuyo título de “anciano” parece indicar un estatus superior al de los simples representantes. Al parecer, Awa y su hijo eran mercaderes independientes que desarrollaban sus propias actividades

comerciales y que, llegado el caso, podían proporcionar servicios de mediación y transporte para la corte de Dugurasu (Biga & Steinkeller, 2021, pp. 18-19). El primer enviado de Dugurasu documentado en Ebla llegó en tiempos del rey Irkab-Damu (hacia 2340 antes de Cristo). Las tablillas también indican que, en un caso, un enviado de Dugurasu falleció en el palacio de Ebla, donde se realizó un funeral en su honor (Biga & Steinkeller, 2021, p. 20). Los productos que Ebla exportaba a Dugurasu consistían en estaño, lapislázuli, plata, paños, dagas de oro y brazaletes de plata y oro. A cambio, Dugurasu exportaba tejidos de lino, marfil de elefante e hipopótamo, oro, cobre, bronce, cuentas elaboradas con piedras semipreciosas y un animal llamado KA.MA, probablemente monos. En todo caso, es notable la presencia de mercaderes independientes, organizados como una empresa familiar al igual que sucedía en Mesopotamia. Fuentes posteriores egipcias designan tales empresas como *pr* “casa” y describen familias de mercaderes empeñados en actividades ocasionalmente delictivas (Moreno García, 2021, p. 210).

En otros casos, hubo altos funcionarios encargados de controlar el acceso de bienes extranjeros al Valle del Nilo durante el III milenio antes de Cristo. Sus títulos, sin embargo, no contienen referencia alguna a actividades comerciales sino a tareas de supervisión territorial, como intendentes de las puertas (hacia países extranjeros), supervisores del desierto, etc. Es más, en ocasiones pudieron utilizar epítetos donde el contacto con gentes llegadas de otros países quedaba camuflado bajo expresiones que proclamaban un altivo desprecio hacia los mismos. Se trata, por ejemplo, de epítetos como “aquel que extiende el terror de Horus (=el rey) en los países extranjeros” o “aquel que recibe el tributo llegado de los países extranjeros”, como si la relación con los territorios vecinos sólo pudiera ser o de combate ante un enemigo real o imaginario o de percepción de tributo, símbolo de subordinación (Diego Espinel, 2015-2016). De acuerdo con este modelo ideológico, Egipto sólo podía recibir tributos que expresaban la superioridad frente a unas poblaciones foráneas de quienes sólo se aceptaba la sumisión, sin contrapartida alguna. El caso del visir Jnumhotep III, que sirvió varios siglos después a las órdenes de Sesostri III, es ejemplar de esta situación. La inscripción biográfica de su tumba describe una misión a la vez diplomática, militar y comercial en el Líbano norte, algo que no fue óbice para que utilice epítetos como “aquel en quien el rey confía para rechazar Asia y aplastar a los beduinos” (Allen, 2008, p. 33). En estas condiciones parece normal que las actividades mercantiles permanezcan ausentes en los monumentos oficiales, bien sea en forma de títulos o relatos autobiográficos. De ahí la excepcional

importancia de las inscripciones de los líderes de Elefantina o del relato biográfico de Ini, que detallan las expediciones que encabezaron hacia Nubia y Levante, respectivamente, con información detallada acerca de los bienes intercambiados pero pocos en datos acerca de los pagos realizados (Marcolin & Diego Espinel, 2011). Incluso en el caso de la red de fortalezas construidas por los faraones en Nubia en los primeros siglos del II milenio antes de Cristo no hay referencia alguna a mercaderes en los sellos privados o en las inscripciones monumentales descubiertas en su entorno. De ahí que centros creados probablemente como emporios comerciales sean sistemáticamente considerados como parte de una frontera fortificada, a pesar de las dificultades logísticas que hubiera significado mantener tal red de presuntas fortificaciones a cientos de la frontera egipcia, de su uso únicamente estacional en algunos casos, de la existencia de grandes asentamientos no fortificados construidos extramuros o del hecho de haber sobrevivido al desmoronamiento de la monarquía egipcia a comienzos del siglo XVIII antes de Cristo. Gracias a los despachos de Semna o a una inscripción monumental de Sesostri III hallada en el mismo lugar sabemos que el comercio y el control de flujos comerciales fue clave en la creación de estas fortalezas.

En definitiva, aunque carecemos de archivos privados de mercaderes, los escasos datos disponibles sugieren que, al igual que sucediera en Mesopotamia y en otras regiones del Próximo Oriente, los intercambios comerciales con el exterior obedecían a dos modalidades distintas. Por un lado, expediciones organizadas por la corona, confiadas a altos dignatarios de la corte, encargadas de obtener cantidades notables de bienes de prestigio y que probablemente formaban parte de los contactos diplomáticos entre cortes o gobernantes egipcios y extranjeros. Por otro lado, actividades privadas, en manos de mercaderes privados que, ocasionalmente, podían actuar como agentes de la corona y formar parte de misiones “oficiales”. En todo caso, sus actividades eran independientes de los encargos de la corona y ello puede explicar que continuasen sus operaciones en los períodos en que la monarquía había desaparecido. Las trazas de los mercaderes privados son muy difíciles de detectar pero no cabe desdeñarlas como insignificantes. Que la corona egipcia crease importantes bases logísticas tales como puertos (Mersa/Uadi Gawasis en el Mar Rojo, Tell el-Dab'a y aledaños en Delta Oriental) o emporios/fortalezas (es el caso de las fortalezas nubias de comienzos del II milenio antes de Cristo), sugiere que tales bases no estaban concebidas como mero apoyo para misiones puntuales sino para contactos regulares y de envergadura. Su supervivencia, e incluso florecimiento cuando la monarquía egipcia ya no existía, confirmaría este punto de vista.

Pero tanto en un caso como en otro, la colaboración de mediadores extranjeros, no egipcios, era fundamental, otro aspecto oscurecido tanto por los relatos dominantes en las fuentes *oficiales* egipcias como por los prejuicios egiptológicos. La realización de los contactos necesitaba asegurar el tránsito de las caravanas y los mercaderes, efectuar pagos y cuidar las relaciones con los gobernantes extranjeros, como bien indican fuentes no epigráficas ni monumentales tales como el archivo diplomático del Amarna, la correspondencia diplomática de Ramsés II con la corte hitita o el relato de Unamón. De ahí lo excepcional de un pasaje de la inscripción de la reina Hatshepsut en Deir el-Bahari donde describe la expedición organizada bajo su reinado al país de Punt:

se trajeron ‘maravillas’ (= productos exóticos, *bjꜣw*), traídos desde allí para tus antepasados, los reyes del Bajo Egipto, (pasando) de uno a otro desde los tiempos de los ancestros, para los soberanos que existieron con anterioridad, a cambio de numerosos pagos. Nadie pudo acceder a ellos (directamente) salvo tus prospectores (*smntjw*), pues permití que tu expedición llegase a ellos tras guiarla por mar y por tierra, abriéndole las rutas escondidas y permitiéndole alcanzar las Terrazas de la Mirra (Sethe, 1927, p. 344, 11-345, 3).

Es decir, la expedición de Hatshepsut permitía acceder directamente a las fuentes de mirra y evitar así intermediarios (“traídos... [pasando] de uno a otro”) y “numerosos pagos”. La importancia de los mediadores explica no sólo la necesidad de mantener buenas relaciones con reyes de otros países sino que, en tiempos de crisis de la monarquía, los señores locales egipcios también ponían buen cuidado en llegar a acuerdos con ellos. Y es aquí donde intervienen los prejuicios egiptológicos.

Tal es el caso, por ejemplo, de la visita excepcional de un rey levantino a Egipto durante la VI dinastía (Marcolin, 2022) o del papel desempeñado por los nubios asentados en Egipto. Las representaciones de soldados nubios en varias necrópolis del Alto y Medio Egipto durante el Primer Período Intermedio o la existencia de necrópolis con estelas de soldados nubios (Gebelein) se han interpretado a menudo como prueba de la presencia de mercenarios nubios en suelo egipcio. Al parecer, no cabe otra manera de comprender el papel de los nubios en Egipto en esta época, por no hablar de la presencia de vestigios de cultural material nubia en Tell el-Dab’a a finales del Segundo Período Intermedio. Los nubios sólo podían figurar como subalternos, al servicio de intereses egipcios, nunca como actores por derecho propio, con sus propios intereses (Matić, 2014). Sin embargo,

es posible proponer otras perspectivas alternativas y considerar que en los convulsos tiempos de fragmentación política de Egipto la circulación de flujos de riqueza y la participación de nuevos actores en las redes de intercambios internacionales continuó aun cuando no hubiera un único rey a la cabeza del país. Mantener abiertas las rutas comerciales era fundamental, y es muy posible que los señores regionales que reemplazaron a los faraones como máximas autoridades locales tuvieran gran interés en asegurar que el flujo de intercambios continuase. De hecho, el florecimiento urbanístico, la presencia en suelo egipcio de comunidades de mercaderes y poblaciones levantinas y la continuidad de los contactos con el exterior prueban una notable riqueza y un cierto cosmopolitismo. Esto implica establecer alianzas en un entorno competitivo donde diversos poderes regionales pugnaban por controlar zonas clave o establecer su supremacía sobre el país.

En estas condiciones, los soldados nubios representados en algunas necrópolis bien pudieran indicar alianzas entre señores locales egipcios y reyes nubios, interesados ambos en mantener abiertas las rutas que cruzaban el Desierto Occidental o que recorrían el Nilo y que seguían asegurando el tráfico entre el interior de Africa y el Mediterráneo y Oriente Próximo. Cabe suponer que algunos reyes nubios apoyaron a ciertos señores locales egipcios y les proporcionaron ayuda militar. El reciente descubrimiento en Abidos de la estela de Idudyu-Iqer, “Preeminente entre los Jefes de Uauat”, aliado del rey tebano Antef II, confirmaría este punto de vista, sin olvidar que contingentes nubios lucharon poco después en los ejércitos de Mentuhotep II, reunificador de Egipto (Wegner, 2017-2018). Esto implica también que el apoyo brindado a ciertos jefes locales egipcios permitía a los reyes nubios influir en los asuntos egipcios y oponerse a rivales potencialmente peligrosos. Una vez reunificado Egipto, Mentuhotep lanzó campañas contra Nubia, quizás en un contexto de alianzas cambiantes dependiendo de los intereses dominantes entre los principales actores en cada momento. Episodios como la alianza que el rey hykso Apofis propuso al rey de Kush para combatir simultáneamente en dos frentes a Kamose, rey tebano en el Segundo Período Intermedio, formaría parte de estas alianzas tejidas en Africa nororiental, al igual que el ataque combinado de poblaciones nubias, del desierto y de Punt contra Elkab en la misma época. Que rebeldes de Egipto Medio al faraón Amenemhat I contasen con el apoyo de contingentes o líderes nubios indica que Nubia no era un mero expectador de los asuntos egipcios. La extensión de las alianzas en esta vasta esfera geográfica da idea de los intereses en juego y del papel relevante que desempeñaba Nubia (Moreno García, 2017, pp. 107-109).

En definitiva, la creación, consolidación y transformación, de las entidades políticas surgidas en Egipto y Oriente Próximo a finales del cuarto y durante el tercer milenio antes de Cristo no pueden entenderse sin considerar el peso del comercio, de la existencia de flujos comerciales y de factores geopolíticos. Aun cuando su escala, intensidad y frecuencia no sean comparables a los documentados a finales de la Edad del Bronce Reciente, por no hablar de la antigüedad clásica, sí es posible detectar sincronismos e influencias mutuas a través de grandes espacios que sugieren que si bien el comercio no fue probablemente el motor principal de los cambios históricos producidos en estas zonas, sí constituyó un factor cuyo peso no cabe tampoco desdeñar como secundario.

Recibido: 29/05/2022

Aprobado: 12/08/2022

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abu Bakr, A.M. y Osing, J. (1973). Ächtungstexte aus dem Alten Reich. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts, Abteilung Kairo*, 29, p. 97–133.
- Allam, S. (2019). *Hieratischer Papyrus Bulaq 18*. Selbstverlag des Herausgebers.
- Allen, J.P. (2008). The historical inscription of Khnumhotep at Dahshur: Preliminary report. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, 352, p. 29–39.
- Anthes, R. (1930). Eine Polizeistrife des Mittleren Reiches in die westliche Oase. *Zeitschrift für Ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 65, p. 108–114.
- Bietak, M. (2010). The Early Bronze Age III temple at Tell Ibrahim Awad and its relevance to the Egyptian Old Kingdom. En: Hawass, Z., Der Manuelian, P. y Hussein, R.B. eds. *Perspectives on Ancient Egypt. Studies in Honor of Edward Brovarski*. American University in Cairo Press, pp. 65–77.
- Biga, M. G. y Steinkeller, P. (2021). In search of Dugurasu. *Journal of Cuneiform Studies*, 73, p. 9–70.
- Boivin, N. (ed.) (2018). *Globalization in Prehistory. Contact, Exchange, and the “People without History.”* Cambridge University Press.
- Boivin, N., y Fuller, D. (2009). Shell middens, ships and seeds: Exploring coastal subsistence, maritime trade and the dispersal of domesticates in and around the ancient Arabian Peninsula. *Journal of World Prehistory*, 22.2, p. 113–180.
- Butterlin, P. (2014). De l’or, du lapis-lazuli et de la cornaline, le temple d’Ishtar à Mari, miroir du système monde sumérien? En: Cluzan, S., y Butterlin, P. eds. *Voués à Ishtar. Syrie, janvier 1934, André Parrot découvre Mari*. Institut Français du Proche-Orient, pp. 157–166.
- Butterlin, P. (2018). Princes marchands d’Uruk? L’expansion urukéenne en question. En: Domenici, D. y Marchetti, N. eds. *Urbanized Landscapes in Early Syro-Mesopotamia and Prehispanic Mesomerica. Papers of a Cross-Cultural Seminar Held in Honor of R. McCormick Adams*. Harrassowitz, pp. 71–102.
- Ciałowicz, K.M. (2017). New discoveries at Tell el-Farkha and the beginnings of the Egyptian state. *Études et travaux*, 30, p. 231–250.
- Darnell, J.C. (2008). The Eleventh Dynasty royal inscription from Deir el-Ballas. *Revue d’Égyptologie*, 59, p. 81–110.
- Diego Espinel, A. (2002). The role of the temple of Ba’alat Gebal as intermediary between Egypt and Byblos during the Old Kingdom. *Studien zur altägyptischen Kultur*, 30, p. 103–119.

- Diego Espinel, A. (2015-2016). Bringing treasures and placing fears: Old Kingdom epithets and titles related to activities abroad. *Isimu*, 18-19, p. 103–146.
- Dumitru, I.A. y Harrower, M.J. (2018). From rural collectables to global commodities: copper from Oman and obsidian from Ethiopia. En: Boivin, N. ed. *Globalization in Prehistory. Contact, Exchange, and the “People without History.”* Cambridge University Press, pp. 232–262.
- Edel, E. (2008). *Die Felsgräbernekropole der Qubbet el-Hawa bei Assuan. I. Abteilung, Band 2.* Ferdinand Schöningh.
- Ejsmond, W. (2017). The Nubian mercenaries of Gebelein during the First Intermediate Period in light of recent field research. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, 14, p. 11–13.
- Ejsmond, W. (2018). Gebelein in the Predynastic period: Capital or provincial centre? Review of evidence. En: Kabaciński, J., y Chłodnicki, M. eds. *Desert and the Nile. Prehistory of the Nile Basin and the Sahara. Papers in honour of Fred Wendorf.* Poznań Archaeological Museum, pp. 387–405.
- Fiore Marochetti, E., Curti, A., Demichelis, S., Janot, F., Cesarani, F. y Grilletto, R. (2003). «Le paquet»: sépulture anonyme de la IVe dynastie provenant de Gébélein. *Bulletin de L’Institut Français d’Archéologie Orientale*, 103, p. 235–256.
- Fischer, H.G. (2000). *Egyptian Women of the Old Kingdom and of the Heracleopolitan Period.* The Metropolitan Museum of Art.
- Forster, F. (2015). *Der Abu Ballas-Weg. Eine pharaonische Karawanenroute durch die Libysche Wüste.* Heinrich-Barth-Institut.
- Friedman, R. F. (1992). Pebbles, pots and petroglyphs: Excavations at HK64. En: Friedman, R.F. y Adams, B. ed. *The Followers of Horus. Studies Dedicated to Michael Allen Hoffman.* Oxbow Books, pp. 99–106.
- Friedman, R. F. (2000). Pots, pebbles and petroglyphs, part II: 1996 excavations at Hierakonpolis Locality HK64. En: Leahy, A. y Tait, J. ed. *Studies in Ancient Egypt in Honour of H. S. Smith.* Egypt Exploration Society, pp. 101–108.
- Gatto, M.C. (2014). Cultural entanglement at the dawn of the Egyptian history: a view from the Nile First Cataract region. *Origini*, 36, p. 93–123.
- Gatto, M.C. (2019). The later prehistory of Nubia in its interregional setting. En: Raue, D. ed. *Handbook of Ancient Nubia.* De Gruyter, pp. 259–291.
- Gratien, B. (2022). *Mirgissa VI: La ville hors les murs.* Institut Français d’Archéologie Orientale.

- Greenberg, R., e Iserlis, M. (2020). A note on First Dynasty Egypt, Tel Bet Yerah, and the origins of commodity exchange on the Levantine seaboard. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, 27, p. 38–50.
- Greenfield, H.J., Greenfield, T.L., Arnold, E., Shai, I., Albaz, S. y Maeir, A.M. (2020). Evidence for movement of goods and animals from Egypt to Canaan during the Early Bronze of the Southern Levant: A view from Tell es-Şâfi/Gath. *Ägypten und Levante*, 30, p. 377–397.
- Hassan, Kh. (2016). An 18th Dynasty wooden board in the Egyptian Museum of Cairo JE 95750-CG 25366. *Egyptian Journal of Archaeological and Restoration Studies*, 6.2, p. 125-132.
- Ialongo, N., Hermann, R., y Rahmstorf, L. (2021). Bronze Age weight systems as a measure of market integration in Western Eurasia. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 118.27, p. 1–9. <https://doi.org/10.1073/pnas.2105873118>
- Jones, D. (2000). *An Index of Ancient Egyptian Titles, Epithets and Phrases of the Old Kingdom*. Archaeopress.
- Kansa, E. C., Witcher Kansa, S., y Levy, T. E. (2006). Eat like an Egyptian? — A contextual approach to an Early Bronze Age I “Egyptian colony” in the Southern Levant. En: Malty, M. ed. *Integrating Zooarchaeology: Proceedings of the 9th Conference of the International Council of Archaeozoology; Durham, August 2002*. Oxbow Books, pp. 76–91.
- Kitchen, K.A. (1989). *Ramesside Inscriptions Historical and Biographical. Vol. VII: Addenda and Indexes*. Blackwell.
- Kraemer, B. y Liszka, K. (2016). Evidence for administration of the Nubian fortresses in the Late Middle Kingdom: The Semna dispatches. *Journal of Egyptian History*, 9, p. 1–65.
- Lankester, F. (2013). *Desert Boats. Predynastic and Pharaonic Era Rock-Art in Egypt's Central Eastern Desert: Distribution, Dating and Interpretation*. BAR Publishing.
- Manzo, A. (2022). *Ancient Egypt in Its African Context*. Cambridge University Press.
- Marcolin, M. (2022). An Elusive Biographic Fragment of Iny. En: Kawai, N. y Davies, B.G. eds. *The Star Who Appears in Thebes: Studies in Honour of Jiro Kondo*. Abercromby Press, pp. 267–291.
- Marcolin, M. y Diego Espinel, A. (2011). The Sixth Dynasty biographic inscriptions of Iny: more pieces to the puzzle. En: Bárta, M., Coppens, F. y Krejčí, J. eds. *Abusir and Saqqara in the Year 2010*. Charles University Prague, pp. 570-615.
- Matić, U. (2014). “Nubian” archers in Avaris: A study of culture historical reasoning in archaeology of Egypt. *Issues in Ethnology and Anthropology*, n. s. 9, p. 697–712.

- Meyer, C. (2010). The Kingdom of Kush in the 4th Cataract: archaeological salvage of the Oriental Institute Nubian Expedition 2007 season. Part II: grinding stones and gold mining at Hosh el-Guruf, Sudan. *Gdańsk Archaeological Museum and Heritage Protection Fund African Reports*, 7, p. 39–52.
- Minor, E. (2018). Decolonizing Reisner: A case study of a Classic Kerma female burial for reinterpreting early nubian archaeological collections through digital archival resources. En: Honegger, M. ed. *Nubian Archaeology in the XXIst Century. Proceedings of the Thirteenth International Conference for Nubian Studies, Neuchâtel, 1st-6th September 2014*. Peeters, pp. 251–262.
- Moreno García, J.C. (1997). Administration territoriale et organisation de l'espace en Égypte au troisième millénaire avant J.-C. (II): *swnw*. *Zeitschrift für Ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 124, p. 116–130.
- Moreno García, J.C. (2017). Trade and power in ancient Egypt: Middle Egypt in the late third/early second millennium BC. *Journal of Archaeological Research*, 25, p. 87–132.
- Moreno García, J.C. (2018). Divergent trajectories on the Nile: Politics, wealth and power between 4000-1600 BCE. En: Meller, H., Risch, R., y Gronenborn, D. eds. *Surplus without State—Political forms in Prehistory. Proceedings of the 10th Archaeological Congress of Central Germany*. Landesmuseum für Vorgeschichte Halle (Saale), pp. 337–372.
- Moreno García, J.C. (2021). Markets, transactions and ancient Egypt: new venues of research in a comparative perspective. En: Moreno García, J.C., ed. *Markets and transactions in pre-modern and traditional societies*. Oxbow Books, pp. 189–229.
- Nicolle, Ch. (2009). Aux marges du Levant-Sud. Quelques considérations sur l'expansion "égyptienne" dans la seconde moitié du IV^e millénaire. En: Durand, J.-M., y Jacquet, A. ed. *Centre et périphérie: Approches nouvelles des orientalistes*. Éditions Jean Maisonneuve, pp. 29–46.
- Nigro, L. (2014). The copper route and the Egyptian connection in 3rd millennium BC Jordan seen from the caravan city of Khirbet al-Batrawy. *Vicino Oriente*, 18, p. 39–64.
- Nigro, L. et alii (2020). An Egyptian green schist palette ad an amazonite gemstone from the "Palace of the Copper Axes" at Batrawy, Jordan. *Vicino Oriente*, 24, p.1–26.
- Obsomer, Cl. (1995). *Sésostris I^{er}. Étude chronologique et historique du règne*. Connaissance de l'Égypte ancienne.
- Osing, J. (1976). Ächtungstexte aus dem Alten Reich (II). *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts, Abteilung Kairo*, 32, p. 133–185.

- Parrot, A. (1967). *Mission archéologique de Mari. Volume 3: Les temples d'Ishtar et de Nini-Zaza*. Geuthner.
- Pätznick, J.-P. (2005). *Die Siegelabrollungen und Rollsiegel der Stadt Elephantine im 3. Jahrtausend v. Chr.* Archaeopress.
- Posener, G. (1987). *Cinq figurines d'envoûtement*. Institut Français d'Archéologie Orientale.
- Posener-Krieger, P. (1994). Le coffret de Gebelein. In: Berger, C., Clerc, G. and Grimal, N. eds. *Hommages a Jean Leclant. Vol. 1: Études pharaoniques*. Institut Français d'Archéologie Orientale, pp. 315–326.
- Quenet, Ph. (2008). *Les échanges du nord de la Mésopotamie avec ses voisins proche-orientaux au III^e millénaire (ca 3100-2300 av. J.-C.)*. Brepols.
- Quibell, J.E. (1913). *Excavations at Saqqara (1911-12). The Tomb of Hesy*. Institut Français d'Archéologie Orientale.
- Rahmstorf, L. (2016). From 'value ascription' to coinage: a sketch of monetary developments in Western Eurasia from the Stone to the Iron Age. En: Haselgrove, C. and Krmnicek, S. eds. *The Archaeology of Money. Proceedings of the Workshop 'Archaeology of Money', University of Tübingen, October 2013*. Oxbow Books, pp. 19–42.
- Ritner, R.K. (2009): *The Libyan Anarchy; Inscriptions from Egypt's Third Intermediate Period*. Society of Biblical Literature.
- Rowe, A. (1939). Three new stelae from the South-Eastern Desert. *Annales du Service des Antiquités de l'Égypte*, 39, p. 187–194, plates xxv-xxvi.
- Schneider, A.W., Gill, E.C., Rajagopalan, B., y Algaze, G. (2021). A trade-friendly environment?: Newly reconstructed Indian summer monsoon wind stress curl data for the third millennium BCE and their potential implications concerning the development of Early Bronze Age trans-Arabian sea maritime trade. *Journal of Maritime Archaeology*, 16, p. 395–411.
- Selz, G. (2020). The Uruk Phenomenon. En: Radner, K., Moeller, N., y Potts, D.T. eds. *The Oxford History of the Ancient Near East. Volume 1: From the Beginnings to Old Kingdom Egypt and the Dynasty of Akkad*. Oxford University Press, pp. 163–244.
- Servajean, F. (2017). Les radeaux de Pount. *ENIM-Égypte Nilotique et Méditerranéenne*, 10, p. 103–115.
- Sethe, K. (1933). *Urkunden des Ägyptischen Altertums. Band I: Urkunden des Alten Reichs*. J.C. Heinrichs.
- Sethe, K. (1927). *Urkunden des Ägyptischen Altertums. Band IV: Urkunden der 18. Dynastie*. J.C. Heinrichs.

- Somaglino, Cl. y Tallet, P. (2014). Une campagne en Nubie sous la I^{re} dynastie. La scène nagadienne du Gebel Sheikh Suleiman comme prototype et modèle. *Néhet*, 1, p. 1–46.
- Strudwick, N. (2005). *Texts from the Pyramid Age*. Society of Biblical Literature.
- Tallet, P. (2017). Du pain et des céréales pour les équipes royales: le grand papyrus comptable du ouadi el-Jarf (papyrus H). *Néhet*, 5, p. 99–117.
- Tallet, P. (2019). Des nains, des étoffes et des bijoux. Le papyrus de Nefer-irou au ouadi el-Jarf. En: Vuilleumier, S. and Meyrat, P. eds. *Sur les pistes du désert: Mélanges offerts à Michel Valloggia*. Infolio, pp. 217–226.
- Tassie, G.J. (2018). The Sinai connection from 10,000 to 2,000 BC. En: De Trafford, A., Tassie, G.J., el Daly, O., y Van Wetering, J. eds. *A River Runs Through It: Studies in honour of Professor Fekri A. Hassan on the occasion of His 75th birthday*. Vol. 1. Golden House Publications, pp. 133–178.
- Van Neer, W. et alii (2004). Fish remains from archaeological sites as indicators of former trade connections in the Eastern Mediterranean. *Paleorient*, 30, p. 101–147.
- Wegner, J. (2017-2018). The stela of Idudju-Iker, *Foremost-one of the Chiefs of Wawat*. New evidence on the conquest of Thinis under Wahankh Antef II. *Revue d'Égyptologie*, 68, p. 153–209.
- Wilkinson, T. C. (2014). *Tying the Threads of Eurasia. Trans-Regional Routes and Material Flows in Transcaucasia, Eastern Anatolia and Western Central Asia, c. 3000-1500 BC*. Sidestone Press.
- Žába, Z. (1974). *The Rock Inscriptions of Lower Nubia, Czechoslovak Concession*. Charles University of Prague.

**EGITO, NORDESTE AFRICANO E ORIENTE MÉDIO
DURANTE A ÍDADE DO BRONZE INICIAL:
GEOPOLÍTICA E INTERCÂMBIOS**

RESUMO

O Egito fazia parte de uma densa rede de intercâmbios que conectava o Nordeste da África com a Eurásia e o norte do Oceano Índico durante a Idade do Bronze Inicial. Tradicionalmente, supunha-se que a monarquia egípcia havia sido o motor fundamental de tais contatos, mediante a organização de expedições enviadas aos territórios vizinhos, em busca de produtos exóticos e preciosos. No entanto, pesquisas mais recentes revelam a importância do tráfico de bens modestos e a participação de atores privados, não institucionais. Assim, tais intercâmbios não apenas não diminuíram com a crise da monarquia, a partir de 2160 antes de Cristo, como, inclusive, floresceram e fomentaram tanto o aumento do tamanho das cidades como a intervenção de poderes estrangeiros na qualidade de intermediários e sócios comerciais.

PALAVRAS-CHAVE

Caravana; comércio; Estado; Ebla; Egito; Levante; Mercadores; Núbia; Rotas.

**EGYPT, NORTH-EASTERN AFRICA AND THE NEAR EAST
IN THE EARLY BRONZE AGE:
GEOPOLITICS AND EXCHANGES**

ABSTRACT

Egypt was part of dense network of exchanges that linked North-Eastern Africa with Eurasia and the northern Indian Ocean during the Early Bronze Age. The pharaonic monarchy has been traditionally considered the main promoter of such contacts because of the volume of its demand and its capacity to organize costly expeditions sent to neighbour territories in search of exotic and valuable goods. However, recent research also reveals the importance of modest items traded and the participation of private, non-institutional actors. This may explain why commercial activities not only did not decrease in the period that followed the crisis of the monarchy around 2160 BC but, on the contrary, flourish and boosted urban size increase and the intervention of foreign powers as allies and commercial partners.

KEYWORDS

Caravan; Ebla; Egypt; merchant; Nubia; routes; state; trade.

**BEYOND THE NILE:
LONG TERM PATTERNS IN NOMAD-STATE INTERACTIONS
ACROSS NORTHEAST AFRICA**

*Julien Cooper*¹

ABSTRACT

The history of Northeast Africa is dominated by a “Nile Narrative”, a common story that places the urban and riverine cultures of Egypt and Nubia at its centre. While the various iterations of Egyptian and Nubian (Kushite) territorial states shaped the macro-history of the region, this enduring narrative often homogenizes and reduces a much more complex world which consisted of a milieu of nomadic peoples. Indigenous to the vast deserts east and west of the river, these nomads are a vital element in the macro-history of the Nile basin, constantly interacting with their urban neighbours, forming diasporas, conducting trade, and preventing exploitation of their homelands. While these patterns endured for millennia, pronounced episodes of conflict, subjugation, and even state formation abound in the record. This analysis takes a macro-historical view to nomads in Nilotic history, proposing a new model for nomadic polities and Nile states in ancient Northeast Africa.

KEYWORDS

Ancient Egypt; Nubia; Nomadism; States.

¹ Julien Cooper holds a PhD in Egyptology from Macquarie University (2016). He is Egyptologist and Archaeologist at the Research Centre for History and Culture at United International College-Beijing Normal University and director of a fieldwork mission, the Atbai Survey Project (Sudan). E-mail: juliencooper@uic.edu.cn

1. Introduction

The fertility brought about by the Egyptian and Sudanese Nile Valley allowed for one of the densest urban populations in the African continent, creating a myriad of different dynasties, states, and cities that dominated trade and politics across Northeast Africa. Despite the Nile-centric axis of this world (and our study of it), almost every boundary of the Egyptian or Nubian states were bordered by desert and savannah ecologies, the abode of herders or more properly ‘pastoralist nomads’. From the Marmarica coastal steppe of the Mediterranean littoral, to the Atbai Hills of the Red Sea, to the Sahel west of the Upper Nubian Nile in Kordofan, Northeast Africa was dominated by nomads. In this thinking, sedentary urban groups on the Nile are spatially the exception rather than the rule, with urban peoples occupying a thin ribbon of agricultural potential on the banks of the river and select oases. The rest of Northeast Africa was ‘nomad land’. The history of nomad-state interactions is one of constant transgression of each other’s realms, with nomadic peoples coming to the Nile for employment and grazing and Nile peoples journeying through the desert for resource exploitation and trade. This Nile-desert nexus is one of the longest documented case studies in nomad-urban interactions in world history.

While it is true to say that the Nile provided the farmland which sustained urban settlement from the Mediterranean coast to Sudan, the river differed considerably across its length so as to make nomad-state interactions somewhat different in specific regions of Egypt and Sudan. The Nile in Egypt provides for an extremely fertile and wide floodplain, making intensive agriculture and high-density settled urbanism possible. But in Sudan, whole stretches of the Nile are ill-suited for intensive agriculture such as the Batn el-Hajar (‘Belly of Stones’) or the rocky Fourth Cataract, with such regions of the Nile exhibiting a more evenly proportioned mix of agricultural and pastoralist practices among its population.² Indeed, Nubian cultures would always have a slightly higher pastoralist quotient than their Egyptian neighbours, producing different kinds of ecological bases for Nubian polities than any iteration of a ‘pharaonic’ state.³ Furthermore, in the more southerly latitudes, the Nile in Sudan cuts through environments that receive the northerly reaches of the Africa summer monsoon, creating savannah-like environments filled with acacia trees and grasses all fed by seasonally flowing wadi

² For the local geography, see Auenmüller (2019).

³ Emberling (2014); Edwards (1998).

systems. Compared to the hyper-arid deserts of the Egyptian desert, the Sudanese deserts sustain a much higher density of nomadic populations, which in turn eventually give way to settled 'agro-pastoralist' zones outside the Nile in regions like Kassala, Kordofan, and Darfur. These geographic dynamics provide for a generally higher frequency of nomadic interactions along the Nubian Nile than in Egypt,⁴ although this is partly balanced by the significant nomadic habitations at Egypt's extreme north along the Mediterranean littoral in Libya and the Sinai as well as the Oases of the Western Desert.

Each specific desert ecology surrounding the Nile was generally inhabited by distinct ethno-linguistic groups, each practicing a mix of cattle, sheep, goat, and later camel pastoralism. Nomads needed to move frequently across the landscape as a necessity of their pastoralist lifestyle. Despite their desert origins and homelands, the Nile Valley had a magnetic pull for many of these nomads. Its demographic and political weight as well as its diverse economies and markets were irresistible for pastoralist communities. Almost all nomadic groups in Northeast Africa were periodically represented on the Nile in diaspora communities and 'frontier' settlements, with distinct ebbs and flows in various historical periods. This kind of historical pattern remains until the present day, with desert pastoralists continuing their interaction with the Nile in the form of seasonal transhumance for grazing, community building (diasporas), exploitation, and acculturation, among some of the 'modes' and processes of interaction.⁵ Historiographically speaking, the importance of the 'agricultural centre' for desert nomads in such paradigms is often over-stated. The cultural and economic life of nomads, and the centre of gravity of groups such as the Blemmyes and Libyans, lies squarely in the desert. So too, their cultural heritage and expression of 'homeland' is usually the desert. Nomadic groups, even when they travel and live outside their homeland, often exhibit significant 'nomadic heritage',⁶ keeping ties with their brethren in the desert and retaining distinct cultural practices and foodways that would mark their legacies as nomadic. Anthropological literature has identified numerous types, stages, and gradations between 'nomad' and 'sedentary' lifestyles so one may speak of 'agro-pastoralist' or 'semi-nomadic' societies in many sub-regions or even more specific modes of transhumance like 'tethered nomadism'.⁷ For instance, the Beja of the Atbai Hills are

⁴ Cf. Welsby (2002: 187-189); Brass (2015).

⁵ For case studies of arid land nomadism and urban-state interactions, see Murray (1935) and Hobbs (1989).

⁶ For the archaeology of nomads on the Nile, see Näser (2012) and Gatto (2014). For 'nomadic identity', see Hobbs (1989: 8-11); Szuchman (2009: 3).

⁷ Szuchman (2009); Wendrich & Barnard (2008).

largely nomadic but to this day, when rainfall is conducive, will settle in one spot for a part of the year and grow a small crop of millet or sorghum.⁸ Scholarship sometimes emphasizes definitional debates as to whether certain ancient or contemporary societies are truly ‘nomadic’ after assessing their level of transhumance and integration into agricultural economies. This approach, while relevant, sometimes relegates the place of ‘nomadic identity’ and self-expression of identity in societies which might no longer practice seasonal transhumance but nevertheless stress pastoralism as a cultural practice.

Nomads abounded all frontiers of the Egyptian and Kushite (Nubian) states, Northeast Africa’s two most stable political and territorial institutions (Figure 1). Likewise, the Aksumite state of highland Ethiopia was also surrounded by nomadic and agro-pastoralist zones on most of its northern and eastern frontiers, with the southern frontier constituting a continuation of agriculture fertility of the highlands. The Eastern Desert of Egypt and Sudan (Atbai) was dominated by groups termed ‘Medjay’, ‘Blemmyes’, and later ‘Beja’ in Egyptian, Graeco-Roman, and Arab documents. So-called ‘Asiatic’ nomads, mainly Semitic-speakers, inhabited the Sinai borderlands, stretching between historical Edom, the Mediterranean and Red littorals as well as the Eastern Delta. To the west of Egypt, along the Mediterranean littoral and Marmarica plateau stretching to Gebel Akhdar and probably beyond, a group of ‘Libyan’ nomads dominated the deserts, the so-called Tjemehu and Tjehenu of Egyptian records. All these populations are generally well-acknowledged in both modern scholarship and ancient sources, but their histories are always orientated as a facet of their relationship to the pharaonic state without due recourse to their indigenous economies, modes of production, or local politics. Each of these regions had its own specific dynamics, natural resources, and trade relationship with urban centres. This contribution will attempt to elevate the importance of nomads in the history of the greater Nile Valley by commenting on major patterns and processes of nomad-state relations and political ascendancies amongst these desert nomads. Such periods of ‘nomadic ascendancy’ are well acknowledged in the worlds of Central Asia and Iran, as well as China and ‘inner Asia’,⁹ but only cursorily treated in the Nile basin. There are enough case studies of such pastoralist political formations to posit a similar, but not wholly identical, macro-historical pattern in the case studies in Northeast Africa. Several distinct historical episodes such as the Libyan Dynasties of the early First Millennium BCE and the ‘Rise of the Blemmyes’ in late

⁸ Morton (1989, p. 185). For dry-land agriculture, see Lancelotti et al. (2019).

⁹ Influential studies are Khazanov (1994: 233-263) and Barfield (2001).

antiquity illustrate the impact of nomadic populations on one of the world's most ancient agricultural centres.

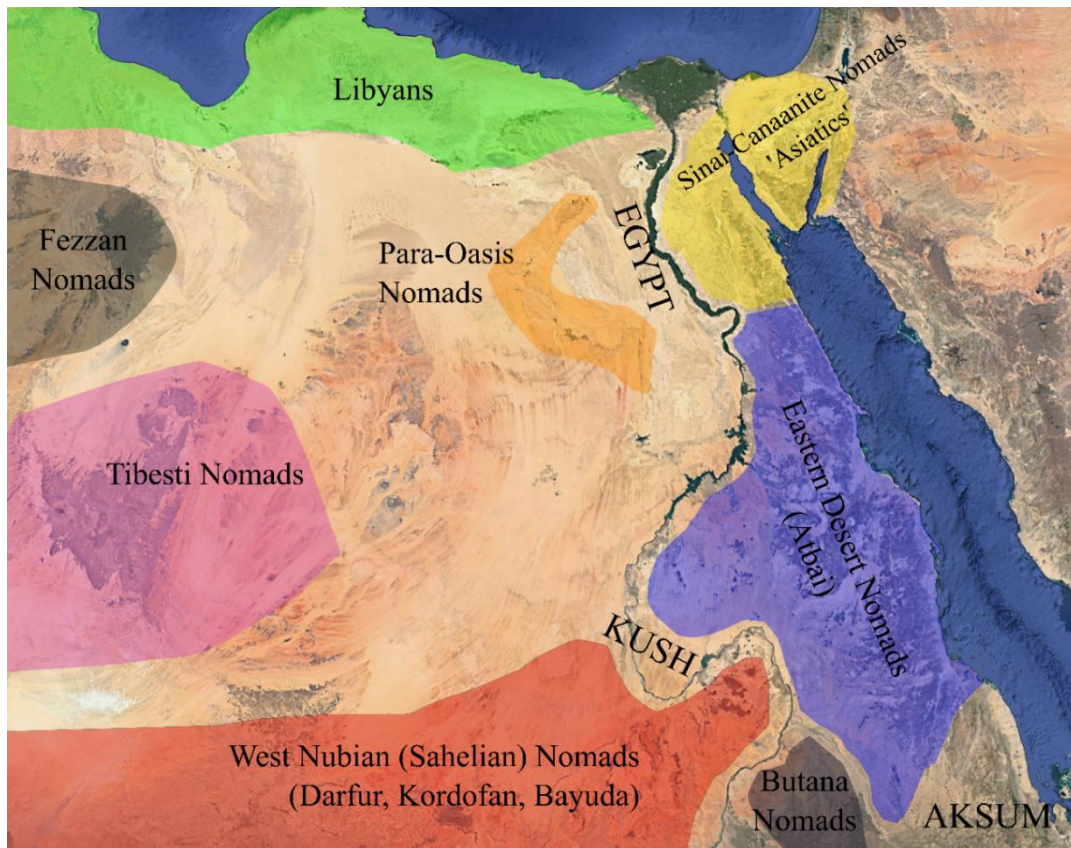


Figure 1. Broad zones of nomadism outside the Nile Valley.

The zones do not accord to single nomadic groups but rather broad ecological zones, often overlapping with ethno-linguistic groups and some material horizons.

Beyond these ‘foreign nomads’ living in the deserts far away from the Nile, a significant community of pastoralist nomads seems to be ever-present in the Nile Valley itself, sometimes called in scholarship ‘peripatetic nomads’.¹⁰ These nomads could sometimes be foreign ethnic groups residing on the Nile, but in some cases there is no reason to believe that all such nomads were ‘foreign’. Egyptian texts had a specific phrase ‘ones who are upon the sand’ or ‘travelers of the sand’ (*hr.y-šꜥ, nmi-šꜥ*) for such nomadic people. One of the earliest extant papyri dossiers in Egyptian history, a kind of village roster called the ‘Gebelein papyri’ (c. 2550 BCE), mention a few such ‘ones who are upon the sand’ amongst a village dominated by farmers, fishermen, and craftsmen. All the

¹⁰ Näser (2012).

‘ones who are upon the sand’ have Egyptian names such as Nefret.¹¹ If this roster from Gebelein is indicative of a standard Egyptian village, it would seem that some small part of Egyptian village life always contained such pastoralist nomads, perhaps they were herdsmen who itinerantly roamed the near deserts for pasture, also engaging in hunting or other activities.

2. *Desert Nomadism*

The deserts and savannah of ancient Northeast Africa had a particular type of nomadism inherited from the ruminants adopted since the neolithic – well suited to its semi-arid ecological context. The desert ecologies only allowed for a select few different ruminants, primarily, goat, sheep, and cattle, and even here they must be managed effectively and in low enough densities as to not stress local vegetation and water resources. After the termination of the Neolithic Wet Phase in Northeast Africa, the cattle largely vanished from nearby deserts where there was no permanent surface water.¹² As witnessed in rock art and through other cultural outputs such as cattle bucrania in burials, cattle were given disproportional cultural and symbolic importance vis-à-vis their small ratio in herds compared to sheep and goats. This is generally explained through a social-ritual importance attached to cattle in many Northeast African societies, something which is still observable in the Nilotic populations and Cushitic groups in the greater Horn of Africa.¹³ The horse is not found frequently on the archaeological record, although is said to have made a large impact on Kushite states where the pasture of savannah ecologies (rather than riverine floodplains) were comparatively more common and thus conducive to the rearing of large populations of horses.¹⁴ The date of the arrival and corresponding domestication of the camel into such nomadic societies is one of the most debated issues in Northeast African archaeology.¹⁵ At the latest, by the turn of the common era the camel seems to have been embedded in pastoralist communities of the greater Nile basin,

¹¹ Posener-Krieger (2004: Tav. 1 (A17, B6); Tav. 2 (44-45), Tav. 13 (78), Tav. 38 (35)). See also Moreno Garcia (2014, p. 46)

¹² Jesse et al. (2004); Bobrowski et al. (2013).

¹³ See di Lernia (2013); Chaix (2001). Note also that one might distinguish pastoralist herds kept alongside permanent bodies of water (the Nile, lakes, swamps *etc*) where the ratio of cattle is appreciably higher like at Kerma (Chaix & Dubosson 2012, p. 189) from arid rangelands where the quotient of cattle in the herd is much smaller (cf. Morton 1989, p. 114).

¹⁴ Trigger (1965, p. 131); Heidorn (1997).

¹⁵ Esser & Esser (1982); Bechhaus-Gerst (1991b, p. 44); Manzo (2004); Cooper (2020a); Cuvigny (2020).

excepting highlands and humid ecologies to which it is wholly unsuited biologically.¹⁶ The arrival of this ruminant might go some way to explaining the prominence of nomadic peoples in Nile history of late antiquity, a feature witnessed for both the Blemmyes and the Noba as well as the Saracens of the Sinai borderlands.

This broad type of arid land nomadism extended well beyond the Nile basin to the Horn of Africa and as far south as Tanzania, the southernmost extension of Afroasiatic peoples. Such nomadism was also practiced to the west across Sahelian latitudes of North Africa, the ecological interface between the hyper-arid Sahara and the savannah climes further south. Within this huge ‘nomadic sphere’, Northeast African nomadism differed appreciably. Transhumant or seasonal migrations are highly specific and engineered according to the needs of ruminants and local weather conditions as well as interactions with agricultural peoples. The type of livestock kept by a nomadic group could dictate specific movements, as could the unreliable aberrations in rainfall. Generally speaking, movements according to ‘summer’ and ‘winter’ pastures are recognized in most ethnographic research, but even this categorization is somewhat simplistic. Mobile shelters ‘tents’ were constructed with differing materials such as wood, matting, and skins, all of which could be transported on beasts of burden like the donkey or camel.¹⁷ While all such societies had a certain reliance on the sustenance of their herds and their meat and milk, the proportion of fishing, hunting, mixed-agriculture, or trade in cereals also differed markedly. For those pastoralists in proximity to the Nile, a significant part of their transhumance was geared to finding pasture on the Nile riverbanks – an activity that also promoted trade with urban regimes, integration with local communities, and employment within these urban societies.

3. *‘Asiatic’ Pastoralists*

Despite the obvious inadequacies of the term ‘Asiatic’ in Egyptological literature, there remains no overarching term for the nomadic pastoralists who inhabited the Sinai borderlands and adjacent regions of the Gulf of Suez, the alternative use of ‘Canaanites’ or ‘Semites’ hardly rectify these issues. The inhabitants of the Sinai had been interacting with Egypt since the predynastic. Early phases of contact apparently comprised of some violent confrontations between the Egyptian state and these nomads in the Sinai ‘mineral

¹⁶ Wilson (1984, p. 17).

¹⁷ For different mobile structures (tents), see Prussin (1995).

zone'.¹⁸ This dynamic is one of the earliest examples of a continual pattern in nomad-state relations in Northeast Africa, with the Egyptian state's desire for desert resources and exploitation of nomadic lands fueling violent confrontation.¹⁹ It seems likely that these nomadic inhabitants of the Sinai and Egypt's northeastern periphery, belonging to the material horizon of the Canaanite 'Early Bronze Age' (c. 3300-2000 BC), were Semitic speaking groups who traversed between wells and pasture in the peninsula,²⁰ periodically coming into the Nile Valley, especially the Eastern Delta. Viewed in the *longue durée*, these movements of pastoralists into the Eastern Delta would foreshadow the much more pronounced historical episode of Canaanite influence under the Hyksos in the Second Intermediate Period.

Egyptian sources speak of a slew of groups in the Sinai and southern Levant such as the aforementioned 'sand-dwellers' (*hr.yw-š*'), the *Aamu*, the *Iuntiu* and later *Shasu* (New Kingdom) and *Saracens* and *Arabs* (Graeco-Roman period).²¹ However, it is not at all clear if in every instance (except maybe with 'sand-dwellers') one can discern whether these 'Asiatics' specifically designated pastoralists of the Sinai and southern Palestine (Edom, Moab, Midian) or additionally settled groups from further north in Palestine and Syria. Likewise, it is unclear whether one should at all attempt to segment and differentiate urban and nomadic populations in the southern Levant which probably practiced an adaptive mixture of pastoralism and seasonal agriculture. While violent episodes between Egyptians and Asiatic nomads abound in the texts, for the most part there was a symbiotic relationship between Asiatics and the Egyptian state. An Asiatic diaspora of sorts formed throughout the Middle Kingdom and all successive periods, and Egyptians regularly employed Asiatics on expeditionary ventures.²² For Egyptians, the 'Asiatic' ethnicity was intimately connected with their cultural practice of transhumance. The Egyptian labels made specific reference to their transhumant and herding nature. The word for 'Asiatic', *šm.w*, while originating in a foreign semitic tongue and borrowed into Egyptian language, had by the Demotic stage of the language become the word for 'shepherd'. Likewise the word *Shasu* (*ššs.w*) meant 'one who roams', also having a later meaning 'shepherd'.²³ Egyptians seem to have sharply distinguished nomadic peoples

¹⁸ Tallet & Laisney (2012).

¹⁹ For New Kingdom nomad-state resource problems, see Schulman (1982); Zibelius-Chen (1994).

²⁰ See the discussion in Cooper (2020b, pp. 93-98).

²¹ For the complex ethnic terminology on this borderland, see Desanges (1989); Cooper (2020b, pp. 93-95).

²² Mourad (2015); Winnicki (2009, pp. 145-173).

²³ Redford (1986, p. 131); Cooper (2020b, p. 76); Westendorf (1965, p. 5).

from their own agricultural ways. One Middle Kingdom literary text, *The Instructions of Merikare*, emphasizes the nomadic life of these Asiatics:²⁴

The vile Asiatic is miserable because of the place wherein he is,
Shortage of water, lack of trees,
And the paths thereof difficult because of the mountains.
He has never settled in one place,
But plagued by want, he wanders the deserts on foot.

While the text's subject is specific to 'Asiatics', such deterministic notions of geography and otherness could be reproduced for any foreign and nomadic groups whose lifestyle was alien to Egyptians. One Egyptian text even implies the most basic food in the world was that possessed by the nomads of the land of Ibheth (= Eastern Desert).²⁵ In these cases, Egyptians compounded the 'othering' of nomads by linking their nomadic lifestyle of movement to a life of wretchedness, a charge laid against all foreigners who lived differently to Egyptians. As Egypt was a riverine land of plenty providing for the norms of agricultural existence, the desert was a land of destitution breeding want and misery.

4. *The Noba and 'West Nubian' Deserts*

Much further south, in the vast deserts west of the Nubian Nile towards Kordofan and Darfur, there was a pastoralist group known as the 'Noba'. The history of the early Noba is known from various Graeco-Roman authors and Meroitic inscriptions and what scant information we have of the early 'Noba' suggests that the group had a pastoralist and nomadic element. Strabo, the first historian to mention them (3rd Century BCE), describes them living west of the Nubian Nile.²⁶ Whatever the case, they frequently came into violent contact with Kushites and were one of their emblematic enemies, akin to the 'nine-bows' of Egypt (Figure 2). With the fall of the Kushite state, this group had become the new elite of the Middle Nile Valley and eventually formed a new series of kingdoms, transforming Kushite Nubia into the Christian kingdoms of Nobatia, Makuria, and Alwa.

²⁴ Translation following Fischer-Elfert (2005, p. 332).

²⁵ For translation and analysis, see Sauneron (1959).

²⁶ FHN II, no. 109.

This transformation of Nubia in older scholarship is considered as a migration, but archaeological narratives of ‘Post-Meroitic’ Nubia have emphasized population continuity,²⁷ earmarking a strong possibility that ‘Noba’ communities had always been a (growing) part of the milieu of the Nubian Nile. The language of the elite shifted from Meroitic to Old Nubian, signaling some cultural and linguistic changes throughout the Nile. If the desert origin of Strabo’s Noba is true, then they once practiced pastoralism or agro-pastoralism by virtue of living in arid homelands of the Bayuda desert and further west towards Kordofan. Indeed, the ‘Noba’ transition on the Nile is in some areas marked by increasing archaeological signs of pastoralism compared to previous periods.²⁸ This suggests a complex set of dynamics and relationships between subsistence foodways, political arrangements, and ethnicity in the new order of the Nubian Nile.



Figure 2. A copper figurine of a ‘Noba’ enemy produced by Kushites. The Meroitic text on the figurine identifies the person as a ‘Noba King’ (=EA 65222).

© The Trustees of the British Museum.

The Noba evidently raided and wrested control parts of the Sudanese Nile from old regimes. For ancient chroniclers, the ‘Noba’ phenomenon involved a reconfiguration and migratory period across the Middle Nile, although the narrative is hardly clear and archaeological analyses stress continuity with the previous ‘Meroitic’ period rather than

²⁷ Edwards (2018); Obłuski (2010, pp. 163-167).

²⁸ Adams (1965, pp. 168-169); Obłuski (2010, pp. 78-80).

disruption.²⁹ Aksumite texts speak of Noba approaching the Atbara river on the eastern side of the Nubian Nile, raids which spurred the Aksumite empire into defensive action.³⁰ It is wholly uncertain whether these ‘Noba’ of Aksumite texts were the same groups as the ‘Noba’ of Meroitic and Greek texts, and indeed there is some indication that ‘Noba’ in Post-Meroitic Nubia may have been a catch-all term for a slew of different peoples who became newly prominent in the embers of the vanishing Meroitic empire.³¹

5. *Libyan Pastoralists*

The ‘Libyans’, like the ‘Asiatics’, are a quasi-Egyptological invented entity, and are a rather difficult group to define and encapsulate. This word itself came from the moniker Libu (*Lbw*) recorded by the Egyptians in the Ramesside period (c. 1290-1050 BCE).³² Modern scholars, conflating this with the modern connotations of the word ‘Libya’, have now used this term to refer to any peoples broadly west of the Nile, usually including the regions of the Mediterranean littoral of the Marmarica as far as Gebel Akhdar. This sometimes also includes the areas around the oases of Siwa and Kufra, the Qattara depression and beyond. The exact nature of the continuity between these ‘later’ Libyans of the New Kingdom to the Libyans of the earlier Third and Second Millenniums BCE, labelled Tjehenu and Tjehemu in Egyptian records, is uncertain.³³ From the perspective of Egyptologists, most ‘Libyan’ interactions occurred on the Mediterranean littoral, which after all is a relatively fertile zone with plentiful grasslands and even possibility of limited agricultural in the wadi-systems emptying into the sea (Figure 3).³⁴ By the New Kingdom at least, Libyans had also settled in the oases, perhaps using a network of desert paths connecting the Mediterranean coast with the distant oases of Kufra and Siwa and finally the ‘Egyptian’ oases of Bahariyya, Kharga, Farafra, and Dakhla.³⁵ On the Mediterranean coast, Ramesside kings constructed an ambitious chain of forts, linking the eastern Delta with the distant desert in a venture that was likely aimed at controlling maritime and terrestrial trade. This was a deliberate imperialistic policy that

²⁹ Edwards (2018).

³⁰ Hatke (2013, pp. 107-109, 114-122).

³¹ Bechhaus-Gerst (1991a) stresses the multi-ethnic nature of the Noba.

³² Wainwright (1962, p. 93, n. 8).

³³ Cf. Manassa (2003, pp. 82-85).

³⁴ Rieger et al. (2012); Snape (2003, pp. 94-96). See also Bates (1914).

³⁵ Roe (2008, pp. 498-504); Manassa (2003, pp. 99-113).

seems to be without precedent in earlier periods,³⁶ making it certain that Egyptian kings were responding to a ‘Libyan problem’. While interactions with Libyans are well-known from a variety of sources in the preceding millennia,³⁷ there is nothing compared to the regularity and familiarity of Egypto-Libyan contacts that occurs in the Ramesside period. How deep into historical ‘Libya’ this contact zone emerged is unknown; surely the Libyans of Egyptian texts accord to those groups of the Mediterranean littoral as well as Siwa Oasis, and perhaps even further afield in Gebel Akhdar (Cyrenaica).³⁸



Figure 3. The Marmarica littoral, the abode of the ‘Libyans’.
Picture of Wadi Hamara, courtesy of Linda Hulin.

The Libyan political impact on the Nile seems to have taken a rather different trajectory than other nomadic peoples. Ecological changes such as failing rainfall or pressures on the carrying capacity of the Mediterranean littoral have been posited as causes for Libyan encroachment on the Eastern Delta. At the same time, there is a reason to suggest that what happened in the Libyan wars of the Ramesside period was a more violent and pronounced version of the slow and recurrent population movements that the Delta had been experiencing for over a millennium. Such causes coincided with an

³⁶ Morris (2005, pp. 621-629).

³⁷ Cooney (2011).

³⁸ See Ritner (2009, p. 43).

element of political opportunism and the economic downturns of the late Ramesside state. Egyptian texts make clear that these ‘Libyan’ groups of the Ramesside period comprised a constellation of tribes who sometimes acted in concert.³⁹ This included the Libu, Meshwesh, Has, Isbet (var. Seped), Mahas, Pit, Shaman, and Qeheq. Two tribes stood above the rest in this confederation, the Meshwesh and Libu, groups who would eventually seize control of key parts of the Delta, become mercenaries, and themselves emerge as a new elite in the Delta.

6. *The Medjay and the Blemmyes*

As with other nomadic groups on Egypt’s periphery, the peoples of the Eastern Desert appear in Egyptian texts since the Early Dynastic. By the Old Kingdom the term ‘Medja’ (toponym) is found in Egyptian texts, a word which slowly crystallizes in Egyptian literate circles to an ethnonym ‘Medjay’.⁴⁰ Archaeologically speaking, the Medjay are a significant problem. There is no material horizon that can be equivocally connected with these Medjay, even if there have been attempts to link the Pan-Grave and Gebel Mokram cultures with the nomadic inhabitants of the Eastern Desert.⁴¹ Whatever the case, some difficulties of the archaeological ‘materiality of nomadism’ seem to be relevant here for our archaeological search for the ‘Medjay’. Medjay mercenaries are present in the Old Kingdom military and expeditionary apparatus, while in the Middle Kingdom there are plentiful records of Medjay living on the Nile and in the desert.⁴² Some Medjay had formed a diaspora on the Nile while other groups remained in the desert but nevertheless had interactions with their Nile neighbours. By the Middle Kingdom (c. 2000-1650 BCE), Egyptian scribes were aware of the names of some tribal rulers and territorial zones across the Medjay desert, and by the New Kingdom (c. 1550-1050 BCE), successive Egyptian officials attempted to quell local groups across the Eastern Desert who interrupted Egypt’s all important gold supplies. Some of these Eastern Desert groups also cooperated with Egyptian expeditions, fighting off rival tribes for Egyptians,⁴³ so there can be no simple universal notion of enemy and ally in nomad-state relations, rather a complex patchwork of local allegiances and rivalries. These dynamics between the

³⁹ Bates (1914, pp. 46-72). Ritner (2009, p. 47) calls them a ‘coalition’.

⁴⁰ Cooper (2020b, pp. 158-170); Liszka (2011).

⁴¹ Manzo (2017b); de Souza (2019, pp. 7-30).

⁴² Liszka (2011); Cooper (2021).

⁴³ Helck (1967); Cooper (2022).

Egyptians and Eastern Desert nomads also extended to the Kushite state in the First Millennium BCE, who likewise were tested by Eastern Desert groups such as the *Rhrhs* and a new group who they termed ‘Belahiu’ (*Brhw*), a label that is no doubt an early form of the word ‘Blemmyes’.

By the Graeco-Roman period, these Eastern Desert ‘Blemmyes’ had become increasingly prominent both in the textual sources and archeological record, with new pastoralist settlements and cemeteries cropping up in the desert from Coptos to Kassala. Greek, Coptic, Arabic, and Ge‘ez (Ethiopic) documents speak of Blemmyean raids on urban states, and also an extensive diaspora living within these states. They even mention episodes of Blemmyean territorial control of the Nile River. In the first half of the 5th Century CE the Blemmyes had seized the northern part of Lower Nubia from the declining Kushites and a retreating Roman administration. They made the temple of Kalabsha a kind of ‘Nile’ headquarters, patronizing the cult to the local god Mandulis, and extracting wealth from their new ‘Nile province’. One of the kings of this newly ascendent Blemmyean polity, Phonen, warred against the rival Noba, a war which ultimately ended Blemmyean control of the Lower Nubian Nile c. 450 CE. Taking cues from their Nile neighbours, the Blemmyes conducted an administrative apparatus in the manner of urban states, creating written decrees and laws in Greek and Coptic, while also enacting taxation of agricultural holdings.⁴⁴ These efforts do not seem to have ‘converted’ the Blemmyes to an urbane existence, however. Blemmyean rulers had significant authority over their realm and seemed to have travelled their desert and Nile domains, touring Lower Nubia while maintaining a life in the interior desert. They never lost their desert heritage. Even when they were living on the Nile, one of the primary concerns of King Phonen seems to have been his herd.

7. Desert Herds on the Nile

There are records for all these pastoralist groups bringing their families and herds to the Nile Valley. At times, this may have been an emergency measure to avoid drought or conflict in the desert, but in several cases there is reason to believe that pasturing on the Nile Valley would have been a regular part of their seasonal movements. Moreno-Garcia has advanced a thesis for the western Delta as an important node for Libyan

⁴⁴ FHN III, nos 331-343.

pastoralists since the Old Kingdom.⁴⁵ Egyptian frontier missives reported that Edomite nomads were bringing their herds to the eastern Delta in the Ramesside period.⁴⁶ The data is even more explicit with Medjay and Blemmyean nomads of the Eastern Desert. These nomads are encountered in numerous Egyptian settlements throughout the 12th and 13th Dynasties, with a particularly large concentration in the Lower Nubian borderlands. This is ascertainable not only from documentary records like the missives from Egyptian fortresses (*The Semna Dispatches*) and the records of the Theban palace (papyrus Boulaq 18),⁴⁷ but also verifiable archaeologically from the many Pan-Grave sites in Lower Nubia and Upper Egypt, if these do indeed represent ‘Eastern Desert nomads’. While we only have access to the cemeteries of the Pan-Grave people rather than any settlements, these cemeteries convey a rich faunal assemblage suggestive of their nomadic nature and heritage. The precise ratio of animal remains (goat, sheep, cattle) occurring in Pan-Grave cemeteries is largely consistent with a standard pastoralist herd in Northeast Africa, and thus the burial assemblage likely represents the reality of the living nomadic herd.⁴⁸

The reasons for pastoralists taking their herd to the Nile are manifold and not necessarily motivated by the singular purpose of grazing on riverbanks. As the herding subsistence pattern is the major foodway for pastoralists, it stands to reason that herds may have been taken with the travelling family units on trading ventures, raids, or even alongside Egyptian expeditions. Napatan chronicles and narratives mention the capture of herds and families in violent episodes with nomads on the Nubian Nile.⁴⁹ The Egyptian and Kushite states may have been able to easily profit through the influx of such seasonal movements by facilitating trading nodes specialized in livestock trade. This seems to be the backdrop to relatively well-known Egyptian sources such as papyrus Anastasi VI which describe nomads from Edom seeking pasture in the Eastern Delta, the ‘Aamu’ traders depicted in the tomb of Beni Hassan, or the ‘foreign’ herders in the tomb of Ukhhotep.⁵⁰ Such trade would have also brought coveted desert wealth such as gold, aromatics, oils, leather but most of all the live animals themselves. For example, ‘Libyan cattle’ are mentioned in a number of Egyptian documents.⁵¹ Cities like Gebelein seem to have acted as an important hub for Eastern Desert nomads both in the Pharaonic period

⁴⁵ Moreno Garcia (2015).

⁴⁶ Gardiner (1937, p. 76).

⁴⁷ Scharff (1922); Smither (1945).

⁴⁸ Bangsgaard (2013).

⁴⁹ Török (2009, pp. 368-372); FHN I, no. 34.

⁵⁰ Gardiner (1937, p. 76); Kamrin (2013); Fischer (1959, pp. 249-251).

⁵¹ Ritner (2009, pp. 43-44).

and late antiquity.⁵² The major towns of the western Delta seemed likewise to have developed as ‘pastoralist-Nile’ nodes in respect to Libyan nomads and cattle trade.⁵³

Some episodes of ‘nomads on the Nile’ might have been part of seasonal cycles, but we should also reckon with periodic episodes of pronounced climatic change and ecological stress that brought nomads in larger numbers to the river. This has been proposed by a number of authorities in relation to the Pan-Grave and Medjay on the Nile, with special reference being paid to a missive from the fortress of Mirgissa who reported that the Medjay said that ‘the desert is dying of hunger’.⁵⁴ Even short episodes of drought, which are comparatively common for instance in the modern Atbai desert, might force nomads to retreat to safer water resources for a time. For example, the 1980s Atbai drought wiped out approximately 75-90 percent of herds, taking years for the Beja to restock to a pre-drought size.⁵⁵ The impact of these events on local politics and movements cannot be underestimated. One of the notable consequences of drought, even in recent history, is the movement of pastoralists to agricultural settlements with a shift in employment to diverse roles in urban communities. In ancient societies with little food contingency or assistance from aid-agencies, such events must have been catastrophic for the pastoralist community.

Such episodes of grazing, herding, and trading may have acted as ‘stepping stones’ towards the emergence of diaspora communities in the Nile Valley. Activities for which desert communities had natural dependencies and skills such as hunting, tracking, and mineral exploitation facilitated their integration into Egyptian bureaucracies and expeditionary activities. Nomadic diaspora communities are documented in almost all periods both on the archaeological and textual record, but it has proven difficult to correlate and marry these two categories of material and textual evidence together to produce a holistic narrative of nomadic habitations. The archaeological horizon of the ‘Pan-Grave culture’ for example has the appearance of one such diaspora group, stretching from Middle Egypt to Lower Nubia, but the data for Pan-Grave occupations on the Nile hardly allows for a simple equation with the Eastern Desert Medjay.⁵⁶ The situation of the nomadic ‘Trogodytes’ of the Graeco-Roman period is similarly murky

⁵² There is evidence of ‘Medjay cattle’ from the Eastern Desert at Gebelein, see Vernus (1986: 141-143). There is some evidence for nomads at Gebelein in the First Intermediate Period (Fischer 1961) and more explicit evidence in late antiquity (Darnell & Manassa, 2020).

⁵³ Moreno Garcia (2015).

⁵⁴ Kraemer & Liszka (2016); Liszka & Kraemer (2016); Smither (1945, p. 9).

⁵⁵ Hjort-af-Ornäs & Dahl (1991, p. 160).

⁵⁶ Liszka & de Souza (2021).

from an archaeological perspective.⁵⁷ With the Blemmyes of the late Roman period our narrative is slightly better developed, with both ‘Blemmyean’ satellite settlements known throughout the near and interior desert as well as plentiful remains of locally produced ceramic type ‘Eastern Desert Ware’, both of which can be more or less correlated with the plentiful historical and epigraphic records for Blemmyean occupations.⁵⁸

8. *Raiding Cultures*

Raiding is not an activity specific to nomadic pastoralists but both historians and anthropologists stress it as a comparatively common feature amongst pastoralist societies, a pattern that continues in some parts of the world to the present day. There are a number of possible reasons for the prevalence of this activity among nomadic pastoralists. The mobile nature of pastoralist communities allows for ease of movement across the landscape, with plentiful beasts-of-burden including camels and horses assisting in this activity. Then there is the economic motive for raiding, either to seize livestock for their own herds or supplement their economy away from livestock subsistence, with some even supposing a nomadic dependency on the products of urban economies. Furthermore, raiding could be considered a method of asymmetric warfare which does not give the disadvantages of open pitched battle against a numerically superior foe. Probably more importantly, however, is the lack of economic contingency in nomadic economies particularly those inhabiting arid environments. The anthropologist Anatoly Khazanov championed a view of raiding as a pattern shared between sedentary and nearby nomadic peoples, an activity that was balanced on the other hand by *trading*, with both strategies having the same goal of resource acquisition and redistribution. Accordingly, Khazanov stresses a recurrent pattern that arises from integration in sedentary worlds:⁵⁹

Nomads are in a position in which they are able to acquire the agricultural products and handicraft goods they need (and also livestock) by force, or by threatening such, while giving little or nothing in exchange. Thus wherever nomads have the corresponding opportunities, their raids and pillaging become a permanent fixture. For many nomads they were an important supplementary means of livelihood.

⁵⁷ Burstein (2008); Cuvigny (2014).

⁵⁸ Cooper (2020a); Lassányi (2012).

⁵⁹ Khazanov (1994, pp. 221-222).

With no cereal agriculture, obvious food surpluses, or storage apparatuses, nomadic economies, once integrated with those of agricultural centres, would have become somewhat reliant on trade. Historical documents in Egypt and Nubia indicate that raiding was directed at different targets: 1) settlements and their food supplies, including livestock or 2) temples, churches, and places of worship, probably directed at their stored resources, goods, and attached workshops.⁶⁰ In the former, the raid would seem to be a method of supplanting the nomads' food economy, while in the latter, raiding seems deliberately to seek out precious goods for redistribution and prestige in their own economy. Raiding was not just directed at foreign groups, and there is evidence that raiding on other nomadic groups of the same ethno-linguistic continuum were relatively common. Agatharchides, a Greek historian (2nd Century BCE), remarks that the Troglodytes of the Red Sea coast fight each other for pasture, while such a phenomenon of 'livestock raiding' exists till the present day in certain parts of East Africa and the Horn.⁶¹ For the macro-history of the Nile basin, the allure of urban riches would always mean that nomads could turn to the Nile for a shortfall – trading, raiding, or employment were all equally valid strategies for economic diversification. Other methods of acquisition, often enacted alongside raiding, included extraction of tribute or direct taxation.

In the Nile Valley, Pharaonic state dogma communicated an ideological aversion to the nomadic and unsettled way of life. Boundary stele warn against transgression by nomadic groups onto Egyptian political territory and nomadism is specifically chastised in various genres of Egyptian literature.⁶² The Egyptian state did actively try to keep out some groups from grazing in the Nile Valley through fortified frontiers and denying access to wells,⁶³ a policy which would have certainly led to conflict with nomadic groups, especially in times of drought or internal conflict where access to the valley was necessary for their survival. Beyond the motive of 'opportunity', current anthropological theories have attempted to model the causes and patterns of raiding as originating from the ecological bases of arid land pastoralists. This raiding arises from constantly

⁶⁰ For raiding amongst the Blemmyes, see Cooper (2020a). For the chronology of Libyan raids, see Bates (1914, pp. 210-241).

⁶¹ Khazanov (1994, p. 183). For Agatharchides, see Burstein (1989, p. 114).

⁶² Fischer-Elfert (2005).

⁶³ See Snape (2013, p. 448) for the Libyan frontier. Fischer-Elfert (2015, p. 330) cites similar policies on Nubian frontiers.

fluctuating desert ecologies that are in ‘disequilibrium’ or experience localized climate variability and exceptional droughts, affecting one pastoralist tribe more than another and thus necessitating redistributive mechanisms to balance economies across tribal units.⁶⁴ Such modelling is probably beyond empirical tests with respect to the ancient evidence, but nevertheless this theory remains a powerful heuristic for explaining the ubiquity of raids amongst pastoralist peoples. Whatever the cause of raiding, it seems that this practice became institutionalized and politicized in some para-Nilotic cultures, with raiding benefitting local elites and thus contributing to new political formations in nomadic tribes and confederations.

Such political and ecological factors meant that low-scale conflict between nomadic groups and agricultural communities were comparatively frequent and even inevitable. Viewed in such a way, raiding might be considered as part of the same goal-oriented behaviour as trading, both producing the same outcome of resource acquisition and wealth. Raids from Atbai nomads are described in several texts of the New Kingdom, where they robbed cereals from Lower Nubian towns.⁶⁵ In late antiquity, Blemmyean raids originating in the same desert are well-known in the historical record from the 3rd Century and continue largely unabated into the early Arab period c. 9th Century CE, proliferating on the whole stretch of the Nile Valley from Upper Egypt well into the Kushite heartland (Figure 4).⁶⁶ A vivid archaeological example of this are the gold objects of Nubian manufacture found in a Blemmyean tomb of the Eastern Desert, objects which most likely belong to a much earlier Kushite royal burial.⁶⁷ The situation of raiding on the Libyan frontier of Egypt is less clear owing to the presentation of ‘Libyan wars’ in Egyptian sources. Some scholars situate the Ramesside Libyan wars as part of a larger restructuring and migratory episode involving pastoralists along the Mediterranean littoral, involving the movement of whole families and herds.⁶⁸ Associated raids and immigration events were also directed towards the oases and Thebes. Asiatic nomads were known to infringe on the Eastern Delta since the earliest phases of the Egyptian state, originating in the Eastern Desert of Lower Egypt or the Sinai and find a later

⁶⁴ McCabe (2004); Marshall et al. (2011, pp. 45-49).

⁶⁵ Schulman (1982).

⁶⁶ Cooper (2020a). For documents of individual raids, see Updegraff (1978, pp. 46-162) and Power (2012, pp. 140-162).

⁶⁷ Sadr et al. (1995, pp. 215-220).

⁶⁸ Snape (2003); Snape (2013, pp. 447-448); Ritner (2009); Hulin (2020).

corollary in the activities of ‘Saracens’ of late antiquity who marauded monastic settlements.⁶⁹

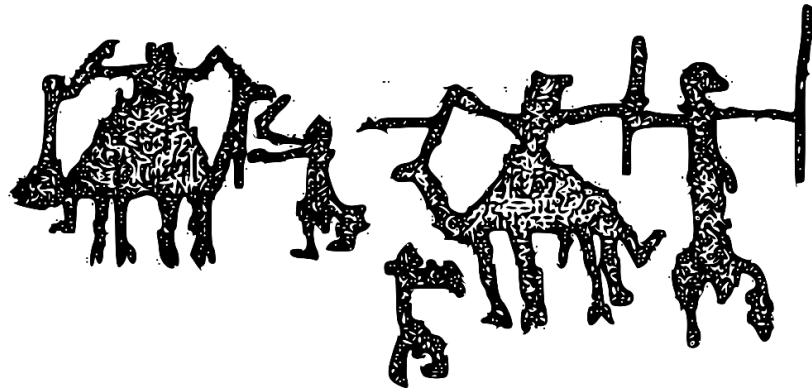


Figure 4. Rock art in the Atbai Desert (Wadi Hodein) depicting a camel raiding party from late antiquity or the medieval period, after Červíček (1978), Abb. 327.

Each of these raiding affairs involved different goals and entailed different historical trajectories. Blemmyean raids seem to have been small affairs, pilfering resources from small settlements and monasteries, taking captives and livestock. In certain parts of the valley particularly well-travelled by the Blemmyes such as Lower Nubia and Gebelein, these episodes of raiding (and grazing) eventually manifested in migrations and the formation of local administrations and annexations of Nile territory to the Blemmyean polity.⁷⁰ The Libyan wars of the Ramesside period eventuated in a large demographic input of Libyans to the Delta region – a several century long process that would lead ultimately to the formation of a community of Libyans who would seize power in the Third Intermediate Period (c. 1050-664 BCE).

9. Forming Nomadic States

While state-formation is one of the most well-studied and debated processes in ancient world studies,⁷¹ there is little consensus and even methodological apparatus on how and why nomadic regimes may form overt political institutions and ‘confederate’ or

⁶⁹ Cooper (2020a).

⁷⁰ As manifested in the papyrological and epigraphic documents, see FHN III, nos 300-301, 310-313, 331-343.

⁷¹ See most recently Graeber & Wengrow (2021, pp. 359-413), who problematize the concept of the ‘ancient state’ and state formation more generally, preferring instead to analyse ancient societies in terms of how they exercised domination.

‘unify’. Significantly, scholarship using both historical and anthropological approaches has stressed that nomadism is no barrier to the formation of highly centralized and successful political configurations, ‘kingdoms’, ‘states’, ‘empires’ *etc.*⁷² Viewed in the evolutionary model of statehood, which supposes stadial levels of supposed increasing complexity and hierarchical organization (aka the so-called ‘chiefdom model’), desert nomadic societies seem unlikely contenders for forming large political and territorial states vis-à-vis agricultural regimes.⁷³ However, even cursory examples of strong territorial-based nomadic polities in the proximal Near East tell us this cannot be the case. The Ghassanids, Nabataeans, and Palmyrenes of the Arabian desert ecologies formed political institutions and territorial agglomerations in what was a vastly arid and nomadic space spliced by oases. Further afield, the process of state formation amongst peoples of the Central Asian Steppe is well-studied, with a significant scholarship focusing on the case studies of Turko-Mongol state formation across nomadic and agricultural zones. Such formations and processes where pastoralists seize power over sedentary regions and form new ruling dynasties are seldomly recognized in the scholarship as occurring in the African continent. One case might be the emergence of Sayfawa dynasty of Kanem around Lake Chad.⁷⁴ This pattern of nomadic ‘state-building’ has also be identified in several transitions relating to Berber or Tuareg ascendancy over sedentary groups in the Maghreb, or even the ancient Numidian (c. 200-40 BCE) and Laguatan confederations (c. 6th Century CE) in Libya.⁷⁵ In general, however, there remains a degree of ambiguity and fuzziness on the status and emergence of the ‘nomadic polities’ across Africa generally and the ‘Nile corridor’ especially.

The evolutionist view of political formation and so-called ‘archaic states’ and chiefdoms has been criticized as being much too simplistic to explain the many diverse case studies of the emergence of ancient polities. Beyond this view, there is a growing recognition in the scholarship that there existed such a thing as a ‘nomadic state’,⁷⁶ political formations whose population was by in large nomadic but nevertheless could form complex political and territorial institutions. Some scholars have seen these

⁷² Khazanov (1994); Emberling (2014, pp. 147-150); Honeychurch (2014); Hämäläinen (2013).

⁷³ Yoffee (2005). For the issues of this model as applied to African societies, see McIntosh (1999). As applied to nomads, see also the model of ‘chiefly confederacy’ in Levy (2009, pp. 157-158).

⁷⁴ Muiu (2009, p. 39); Khazanov (1994, pp. 277-290). Khazanov also identifies possible examples in East Africa (290-295) but finds difficulties with applying this model, borne out of Central Asian exemplars, to African cultures.

⁷⁵ See Mattingly (1983). These examples of ‘nomadic polities’ are complicated by the fact that these regions were always host to a mix of nomadic pastoralists and sedentary agriculturists.

⁷⁶ Honeychurch (2014).

formations as cases of ‘secondary state formation’, that is these polities form only in proximity to pre-existent urban states and often borrow symbols and systems of governance from such nearby states, as exhibited in the case of the Mongol relationship with China. Another related view of nomadic states is that they are largely predatory or parasitic ‘shadow empires’,⁷⁷ polities reliant on raiding and exploitation of agricultural states for maintenance of their own institutions and wealth. Accordingly, these nomadic polities were capable of forming unity only after a ‘primary state’ has emerged in a nearby fertile agricultural zone.

Scholarly attitudes to the presence or absence of ‘nomadic polities’ is mainly shaped by our primary evidence and investigative methodologies. Political formations, being abstract entities, are difficult to perceive in the textual and archaeological record outside the exemplars in Central Asia. In pre-literate societies, there will be no explicit record of a political institution unless nearby states have noted it in their foreign neighbours, and even here it is not always clear (as in Egyptian texts) if such records are identifying and describing a political or territorial bound entity or something much vaguer like a broad externally created amorphous ‘ethnicity’. When Egyptians use the word *Tjehenu* ‘Libyan’ or *Aamu* ‘Asiatic’ in texts there is certainly no reason for us to reconstruct a Libyan or Asiatic nomadic polity in each of these cases. In archaeological terms, certain features such as administrative seals, monumental architecture, or even urban architecture itself are sometimes taken to be evidence of territorial polities or ‘centralization’, but it would indeed be a simplistic model of sociocultural organization for these things to be preconditions of political organization among pastoralists.⁷⁸

In many cases, scholars have counterintuitively shaped their search for nomadic polities by trying to detect the paraphernalia that is quintessentially associated with urban states. A nomadic polity is unlikely to engage in monumental architecture, and certainly does not produce the same sort of features of economic storage and redistribution as urban polities.⁷⁹ A perceived absence of political formation amongst nomads is sometimes grasped in terms of an almost geographic deterministic arguments, where agricultural intensification or surplus is seen as a precondition for ‘complexity’ and statehood.

⁷⁷ Barfield (2001).

⁷⁸ See the discussion in Ben-Yosef (2019).

⁷⁹ This is also true of the theoretical models, see Honeychurch (2014, p. 281): “These models tend to discount the possibility of indigenous forms of statehood among nomads because of the way in which complexity and states are typically imagined”. Likewise McIntosh (1999, p. 22): “archaeological theory is at present ill-equipped to evaluate such instances because our current conceptual toolkit for investigating complexity has been fashioned with only a subset of complex sites and societies in mind”.

Nomadic political establishments, often based on assemblies, consensus politics, and tribal confederacies of kinship rather than bureaucratic institutions will axiomatically manifest themselves in completely different ways both on the archaeological and textual record.⁸⁰ Furthermore, theoretical approaches from African ethnography and archaeology stress models of ‘horizontal’ complexity rather than vertical hierarchy, where institutions cut across society like cult associations or groups of specialist craftsmen,⁸¹ creating an altogether different view of the ancient polity from the expectation of the centralized ‘kingdom’. Anthropological theorists analysing nomadic political organizations have stressed the flexible and adaptive nature of nomadic political structures,⁸² allowing them to quickly reshape and transform in response to new historical, economic, or climatic circumstances. This makes the detection of ‘nomadic power’ even more elusive wherein there is no stable mental image of an ever-changing nomadic polity.

Such differing forms of organization must manifest very differently, possibly invisibly, on the archaeological record. Where an Egyptian temple might mark a ‘vestige’ of a state enterprise, no such obvious markers are to be expected in nomadic societies. One way nomadic institutions might express themselves in a very nomadic idiom is using symbols of lineage and kinship as markers of identity. For example, pastoralist branding marks for tribal and herd identification (*wasm* in the Middle East, *tamgha* in Central Asia) could sometimes manifest as emblematic symbols of nomadic regimes or their dynasty and ruler.⁸³ Such ‘clan’ or ‘tribal’ marks are documented in the ancient rock art record of the Nile basin, the Sahel, the Horn, and East Africa, but as yet there is limited scope for linking such identifier marks with political institutions in the Nile basin.⁸⁴ Nevertheless, such ‘pastoralist’ manifestations of identity demonstrate that our search for nomadic formations must be geared to different kinds of material and symbolic manifestations. Likewise, large group cemeteries and sacral sites across the desert probably served as focal points to bond disparate mobile groups together and create common identities.⁸⁵ The mobility of pastoralist groups means that our search for political identities is *different* from that of urban cultures, not that pastoralist groups did not possess political identities.

⁸⁰ For the place of ‘kinship’ in such political formations, see Sneath (2007).

⁸¹ McIntosh (1999).

⁸² Salzman (1978); Togan (1998).

⁸³ Landais (2001). These marks are often used for the symbol of the ruling nomadic elite or empire in Central Asia.

⁸⁴ Russell (2013). For a putative example of the Blemmyes using a ‘royal wasm’, see Cooper (2020a, pp. 11-14).

⁸⁵ For examples of collective burial sites in the Eastern Desert such as Khor Nubt, see Krzywinski (2012, pp. 144-146). I thank the anonymous reviewer for this comment.

Without an obvious primary source base to explicate the ‘nomadic polity’, the question remains as to what is the status of ‘nomadic polities’ in the Nile basin? In a number of the cases illustrated above (Libyans, Noba, Blemmyes) it seems likely that these peoples formed something of a ‘nomadic polity’ if we accept some basic definitions of such an entity as having some notion of territorial control, agreed-upon leadership and membership, and evidence of some coordination in decision making. In all these cases, one must reckon with largely independent political units or ‘tribes’ loosely bound in such confederations, with episodes of greater or lesser unity. The obvious pattern here is that we chiefly notice these nomadic polities insofar as they are mentioned in Egyptian or Kushite texts. For example, the Libyans of the Ramesside period are epistemologically present only as a result of being listed in Ramesside war texts – no one doubts their existence certainly, but we are a long way from being able to define or characterize a Libyan nomadic polity from the archaeological record.

The case study of polities in the Eastern Desert is illustrative. The pastoralist Medjay, for example, had established tribal-territorial institutions as far back as 1800 BCE, named Webat-Sepet and Ausheq. In this period, the Atbai desert was ruled by three leading families, some of whom journeyed to the Theban palace and maintained diplomatic relationships with the Egyptian court.⁸⁶ There is little to nothing on the archaeological record to posit their existence but it would be crass to ignore the data from the Execration Texts and Middle Kingdom Annales which unproblematically mention ‘polities’ of some kind in the interior desert.⁸⁷ Much later in Eastern Desert history in late antiquity, inscriptions at Kalabsha and a corpus of texts at Gebelein bear witness to the emergence of an institution of pre-eminent Blemmyean kings, ruling over a wide territory and subgroup of tribal elders (*phylarchs*). A number of structural causes and triggers for the emergence of this Blemmyean polity can be posited: the development of camel nomadism, the slow integration (c. 300BCE) of the nomads in Ptolemaic and Roman trade networks, and the subsequent downfall of these networks in the Third Century CE crisis coupled with the slow demise of the Meroitic state. The archaeological record in the desert also demands that we also consult internal factors for the emergence of this ‘Blemmyean state’. All throughout the desert, the nomads constructed a different type of settlement or

⁸⁶ Cooper (2020b, pp. 121-122, 142-147). Morkot (1999: 182) opines that the existence of these groups as evidence for ‘recognized leaders’ in Nubian states.

⁸⁷ Cooper (2021).

seasonal camp in the 3rd-7th Centuries CE.⁸⁸ A Blemmyean ceramic type, ‘Eastern Desert Ware’, likewise emerges in a similar period and is found all across their desert space, from Myos Hormos, Berenike, Mons Smaragdus, the Sudanese Deserts, Aksum and even a site on the Arabian coast, witnessing the integration of desert peoples in long-distance networks.⁸⁹ This Blemmyean ‘polity’ controlled several regions in the Nile Valley, but never transformed into an expansionist empire. According to Murray’s macro-historical assessment, it was only the integration of Egypt into the wider Roman Empire that prevented this ‘nomadic invasion’:

Had these new invaders had only the native Egyptians to conquer, they might have repeated the success of the Hyksos, but the Romans restricted their inroads to the district south of Thebes and eventually drove the Blemmyes back beyond the First Cataract.

Despite being ejected from their Nile ‘provinces’ by the 7th Century CE, the Blemmyes (‘Beja’ in Arabic documents), continued raiding the Nile Valley well into the Medieval period and remained fiercely independent for much of history.⁹⁰ Even down to the 19th Century, the foreign Turkish control of this region was barely felt beyond the Red Sea coast.

10. ‘Post-Nomadic’ Dynasties and Polities

Nomads could form political agglomerations in the desert and, if historical conditions favoured, could seize parts of the Nile Valley from urban regimes. The most famous example of this are the Libyan dynasties of Egypt’s ‘Third Intermediate Period’ or eponymous ‘Libyan period’. Some have also speculated that the Hyksos dynasties of the Delta (15th Dynasty) also involved a nomadic element from the southern Levant and Sinai, although debate continues as to the exact origin and nature of the Hyksos interlude.⁹¹ The Blemmyes of the Eastern Desert would also create ‘urban provinces’ of

⁸⁸ Lassányi (2012, pp. 287-290).

⁸⁹ Barnard (2008); Manzo (2014). For sherds of this ware on the Arabian coast, see Zarins & Zahrani (1984, p. 81, pl. 77).

⁹⁰ Dahl & Hjort-af-Ornäs (2006).

⁹¹ Egyptian written traditions, at least, remembered the Hyksos as nomadic peoples, see Redford (1970). For these considerations from the archaeological record, see Bietak (2010).

their kingdom, periodically seizing Lower Nubia and small stretches of the Nile in Upper Egypt around Moalla and Gebelein (Figure 5). The case of the Noba is more difficult to grasp due to their uncertain status as nomads and relationship to pastoralism, but they would emerge as a new ruling elite in late antique Nubia, supplanting the prior Kushite rulers headquartered in Meroe.

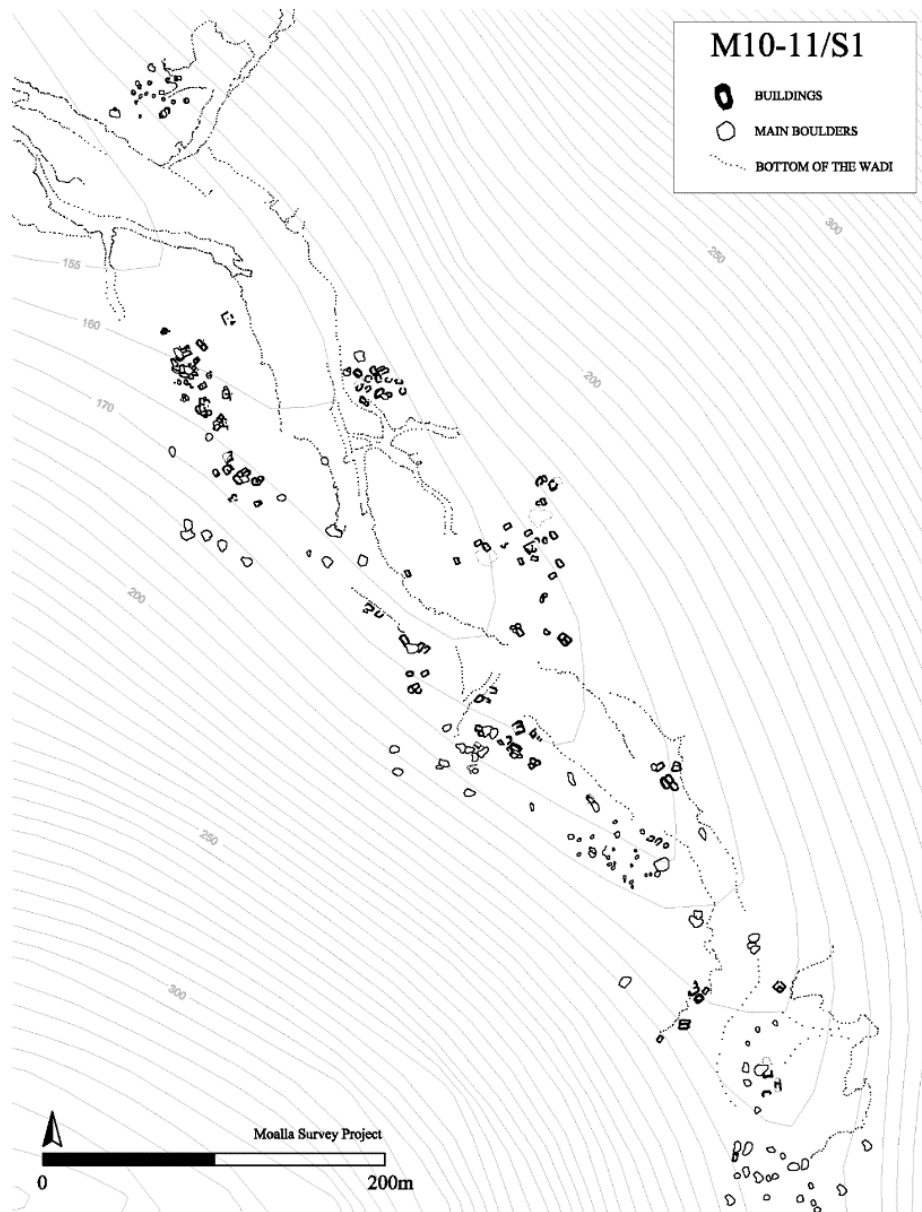


Figure 5. Nomads on the edge of the Nile Valley, a low-density ‘Blemmyean’ settlement of stone huts along a narrow wadi in the near desert near Moalla and Gebelein (M10-11/S1 – ‘Debabiya’).

Image courtesy of the Moalla Survey Project, Yale University (Colleen Manassa Darnell, John Darnell, & Alberto Urcia).

These examples of ‘nomadic kingdoms’ on the Nile are frequent enough to justify it as a geopolitical pattern which has better known examples elsewhere in the world in what some historians call ‘Post-Nomadic’ Empires.⁹² Leaving aside the difficulties with the term ‘empire’, various nomadic confederations of Central Asia engaged in a pattern of invasion and dynastic replacement of nearby urban states, especially in fertile agricultural ‘centres’. Examples are numerous and include the Mongol Yuan Dynasty of China, the Il-Khans of Persia, and the Mughals of north India (to name a few). All these cases involved not only a kind of limited migration and seizure of political power by peoples of nomadic heritage, but also the engendering of a new dynastic elite engaged in ‘state-building’ and traditional administrative apparatuses.⁹³ The main variable, as many scholars have noted, is the degree to which the nomadic overlords acculturate to their new political centre of gravity or rather preserve their nomadic heritage. This is overlaid by other developments as to whether parts of the nomadic population engage in new economic and subsistence strategies, sometimes exchanging their nomadic pastoralism for settled agriculture or some sort of mixture of these activities. The social dynamics of these new ‘Post-Nomadic’ states are complex and involve constantly shifting negotiations and identities between the new elite ruling (and often militaristic) class, the old indigenous elite, and the sedentary subjects. For example, the case of the Manchu Qing Dynasty provides a vivid example of an active policy of preserving Manchu identity and heritage at the expense of the assimilation to Chinese (Han) norms.⁹⁴ Other nomadic dynasties seem to quickly acculturate to the cultural and ideological norms of their demographically numerous urban subjects, possibly driven by a policy of expedience when confronted with a vastly different economic and demographic setting. ‘Nomadic rulers’ in such episodes adopt the titles and accoutrements of their former rulers, *Shah* (Iran), *Huángdì* (China), and in the case of Libyan Egypt, the full fivefold titulary of a traditional Egyptian king.

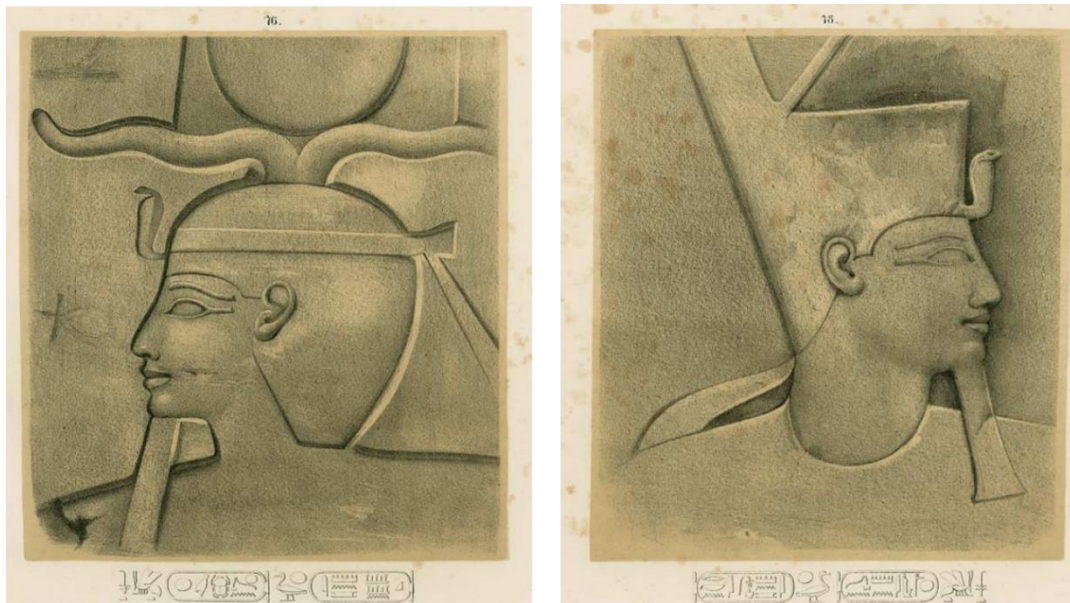
The parallels with the rise of ‘nomadic’ Libyan power in urban Egypt are tempting but not altogether fitting. The ‘new regimes’ of the Libyan Dynasties (Dyn. 22-24), apart from dynastic heritage, quickly resembles something very un-Libyan in most details left to historians. Although in truth, most our details of what is ‘Libyan’ in a cultural sense

⁹² Wink (2011).

⁹³ The literature on Central Asian nomadic dynasties is vast, see the edited volume of Paul (2013). Seminal studies include Khazanov (1994, pp. 233-263) and Sneath (2007).

⁹⁴ See the extensive study of Elliot (2001).

derives largely from Egyptian ‘outside’ sources which are rather broad and stereotyped ethnographic brushstrokes. Feather-wearing, cattle keeping, and manifesting different norms of kinship and genealogy, Libyans may well have kept many of their indigenous cultural conditions intact. Such traditions were, however, not important to communicate in elite display in an Egyptian world. Despite the comparisons of ‘nomadic replacement’ of an urban centre, the Libyan example does not seem to recreate the images of an invading Central Asian horde in China or Iran. Firstly, the Libyan elite did not rapidly invade Egypt and replace a dynasty in a single or even protracted campaign of conquest, but rather fought a long series of drawn-out wars and skirmishes over multiple generations, slowly settling in the Delta and other regions, and then eventually rising to the spectre of political power in an atmosphere of decaying political unity in Lower Egypt. Little in the way of pastoralist rhetoric or heritage is communicated by the Libyan overlords in their newfound dynasties. All the paraphernalia of Pharaonic elite display seems to have been adopted comprehensively (Figure 6), after all the Libyans had spent part of their prior history in the Egyptian agricultural world of the Delta.⁹⁵



*Figure 6. ‘Post-Nomadic’ rulers? The Libyan Pharaohs of Sheshonq I and Osorkon II, after Lepsius, *Denkmäler aus Ägypten und Äthiopien*, III, 300.*

There is furthermore, unlike say for example the Mongol experience under Genghis Khan, any certain evidence for the Libyan dynasty remaining rulers over their nomadic

⁹⁵ For detailed discussions of Libyan acculturation, see Hulin (2020) and Leahy (1985).

heartland, that is ruling both Libya and Egypt together. This may be because the specific Libyan tribes and confederation that had emerged as pharaohs had already largely acculturated to an urban agricultural life for centuries in the Delta, distancing themselves from those ‘desert Libyans’ on the eve of their expansion in the Ramesside period. The issue here is that our record of the Libyan dynasty is largely confined to funerary archaeology and standards of Egyptian epigraphic practice, categories of evidence that are markedly ‘Egyptian’ in acculturating potential. Were we able to step into a Libyan residence and observe their food preparation, cultural festivities, or oral traditions, we may have a very different view of Libyan practices in the Nile world. It would be simplistic to view Libyans as wholesale assimilating to the Egyptian culture either. While they styled themselves as pharaohs, they still honoured their heritage as ‘chiefs of the Ma’ and were bestowed with names in the Libyan tongue. The distinction here is important; Libyan Pharaohs kept titles directed at their Libyan social status (‘chief of the Ma’) while also taking on the dynastic norms of fivefold Pharaonic names.

A commonly held rhetoric in the literature of nomadic states is that they are largely secondary phenomena, emerging in response and reaction to nearby agricultural regimes. Much of the theoretical literature on these issues is dominated by the historical situations of China, Iran, and Central Asia. These case studies have given rise to Barfield’s aforementioned ‘shadow-empires’.⁹⁶ This view, while promoting a key ‘external’ influencer, cannot sit as a mono-causal approach to state formation.⁹⁷ Internal factors such as changing subsistence patterns and ecologies in the nomadic heartlands must also have a part to play. The political ambitions and repositioning of distinct kinship groups and lead-tribes as well as internal exchange within the nomadic sphere might have just as much a role in the path to a nomadic state and the shaping of a ‘confederacy’. Likewise, there is reason to suppose that nomadic pastoralists always contained or exhibited forms of ‘political complexity’ involving confederating tendencies and complex kinship and political relations, even if most scholars would seldom afford words like ‘polity’, ‘confederation’, or ‘state’ to these formations unless they are capable of invading or maintaining diplomatic relations with foreign states. An illustrative case is the Eastern Desert formations of Webat-Sepet and Ausheq known from Egyptian sources in the early

⁹⁶ Barfield (2001).

⁹⁷ Cf. di Cosmo (2012, pp. 173-174): “For these theoretical schemes to be useful, the idea that inner Asian states developed “in relation to” sedentary states needs to be substantiated with historical evidence that illustrates how that relationship came into being”.

Second Millennium BCE. These groups engaged in trade ventures with Egypt including the export of gold, and their leaders and retinues are also documented journeying to the Theban palace of the Middle Kingdom. The mere existence of these nomadic entities is significant as these formations exist thousands of years before any scholar would afford the pastoralists of the Eastern Desert any such political labels like ‘chiefdoms’ or ‘polity’.

Comparing nomad-state relations in the Nile basin and inner Asia is a helpful exercise and heuristic but not one that can be used uncritically or transplanted without exception. The specifics of nomad-state relations differs markedly from example to example. Even across the Nile basin, it would be spurious to compare the Libyan ascendancy and ensuing ‘Libyan dynasties’ with that of the Blemmyes seizure of Lower Nubia in late antiquity. In one case a nomadic group became sedentary elites and then pharaohs, in another case a large desert nation of nomads exercised political control over discrete parts of the Nile Valley, while remaining inseparably bound to their desert territory. Both regimes clearly engaged in conflict with Nile-bound states, but the dynamics of their ‘emergence’ or ‘rise’ seem to have little commonalities except for their being tribal confederacies in marginal ecological situations on the periphery of the Nile. There is, as some scholars have pointed out, a contradiction in ‘nomadic states’ here, dependent on whether one views these states as still containing a nomadic populace, or whether the ‘nomadic’ element is rather a small elite group that originated in a pastoralist nomadic setting.⁹⁸ Implicit in this approach is the existence, for example, of two different Libyan ‘nomadic states’, a tribal confederacy that attacked Egypt in the Ramesside period and had a desert homeland, and a later state which was largely centered around a ruling Libyan Dynasty in the Delta.⁹⁹ The common element that must be emphasized is that nomadic peoples and political configurations have a greater place in the geopolitics of the Nile Valley than is commonly espoused, forming confederacies that threatened, invaded, and administered parts of the Nile Valley.

11. The Archaeology of Para-Nilotic Nomadism

One of the major reasons why nomadic societies and ‘nomadic polities’ remain elusive to us is the *comparatively* poor archaeological wealth associated with transhumant

⁹⁸ Bruun (2006, p. 233); Khazanov (1994, p. 228).

⁹⁹ O’Connor (1990) championed the view of a Libyan ‘nomadic state’ in the late New Kingdom, a level of organisation which is rejected in Ritner (2009, p. 44).

living. Nomadic society, being largely on the move, is typified by transient sites; hearths, tent bases, faunal remains and other trappings of food production, as well as clusters of surface artefacts such as lithics and pottery in addition to the record of rock art and petroglyphs. Bradley's case study of the ancient nomadism in the Butana Desert proposed a hierarchy of types of nomadic sites oriented to the degree of transience and presence of permanent architecture. This included 'sedentary sites', 'rainy season campsites', and 'nomadic burial sites'.¹⁰⁰ Sadr's analysis of nomadism in the southern Atbai categorized site types according to density of surface remains, 'high', 'medium' and 'low', noting that low-density sites might reflect seasonal camps and medium density sites correspond to reoccupied camps.¹⁰¹ This material record of nomadism depends largely on the frequency of movement and intensity of human activity at the site, in turn dictated by seasonal differences of ecologies. Compounding these problems, even when surveys take place in these desert zones, they usually focus on the prominent archaeological remains attributed to urban foreigners such as fortresses, mines, harbours, and even desert temples. This means that in most desert zones outside the Nile, the record of nomads is 'patchy', but is notably improving. Such aims have increasingly been the subject of dedicated projects with a view to analysing the habitation of desert regions and filling in the 'blanks' in our habitation map of Northeast Africa.

Surveys have now taken place in most nomadic 'peripheries' of the Nile Valley albeit in varying levels of intensity. Amongst the most illuminating results are the various projects focused on the Sudanese Western Desert, where a huge number of sites belonging to cattle pastoralists have been identified in what is now hyper-arid desert.¹⁰² The importance of this work has been both to reconstruct nomadic habitations and link this with discrete environmental changes. This work has thus been instrumental for understanding the end of the Neolithic Wet Phase, a process of climatic change which would irreversibly change the nomads' home forever. Nomadic habitations retreated spatially over the course of the neolithic and terminal historic (c. 2000-1500 BCE) to other marginal ecologies, the Nile River, or indeed other ecological refuges such as the Nuba Mountains. In the southwestern periphery of Nubia in the region of Kordofan, sites at Gebel Zankor and Wadi el-Malik have been subject to a number of surveys and

¹⁰⁰ Bradley (1992, pp. 198-199). For these problems more generally, see Cribb (1991, pp. 65-83).

¹⁰¹ Sadr (1991, pp. 20-22).

¹⁰² For a summary of results, see the volume of Bubenzer et al. (2007) and Riemer & Kindermann (2019). This worsening ecology and ensuing migrations have a significant bearing on the spread of Nilo-Saharan languages, for which see Dimmendaal (2007).

excavations, revealing habitations from the neolithic to the First Millennium CE.¹⁰³ Moving north, around the oases of the Western Desert, the local cattle-raising Bashendi and Sheikh Muftah cultures have undergone extensive archaeological documentation, a cultural horizon that seems to disappear with growing Egyptian control and settlement of Kharga and Dakhla (c. 2000 BCE).¹⁰⁴ Many surveys and projects have documented the nearby Libyan deserts of the Marmarica and Gebel Akhdar, with extensive signs of pastoralist habitation around well sites and even signs of low-intensity agriculture along rain-fed wadis nearing the coast.¹⁰⁵ Local harbour sites and fortresses acted as nodes of interaction between pastoralists and urban states who attempted to control and facilitate trade along the littoral.

Moving to the east of the Nile, continued surveys in the Southern Atbai around Kassala have been able to explicate complex relations between communities that variably exhibited by pastoralist and agricultural tendencies.¹⁰⁶ From the fieldwork conducted thus far, these communities exhibited ebbs and flows in subsistence patterns with greater and lesser emphases on pastoralism in distinct periods. For instance, the cultural horizon of the ‘Gebel Mokram’, based mainly on surface surveys between the Gash and Atbara rivers, is considered to be a material manifestation of pastoralists. Known primarily through a set ceramic tradition, the ‘Gebel Mokram’ culture built large circular huts fixed with posts and practiced a mixed agro-pastoralist culture comprising of millet, sorghum, fishing and herding of goats and cattle. The relatively well-watered savannah of the Butana or the ‘isle of Meroe’ is famous as the site of Meroitic temple towns like Naqa and Musawwarat es-Sufra. Dryland agriculture was possible in this region and artificial reservoirs (*hafir*) created a haven for herds, making this region a dynamic nexus between nomadic and sedentary subsistence patterns. While most studies in this region are oriented to sites exhibiting monumental architecture, a number of surveys have demonstrated the high-density of pastoralist occupations.¹⁰⁷ The royal Kushite constructions in this desert, particular the *hafirs*, are often emphasized as deliberate strategies on the part of the state to serve and control nomads in their transhumance, giving the Kushite state a rather different political ecology than that of Egypt with its intensive and dense agricultural settlement. Across the Nile, several projects relating to the Bayuda desert have

¹⁰³ Best summarized in Chlebowski & Drzewiecki (2019).

¹⁰⁴ See the volume of Riemer (2011).

¹⁰⁵ Hulin (2012); Rieger et al. (2012); Vetter et al. (2013); White & White (1996).

¹⁰⁶ Manzo (2017a) summarizes decades of results, surveys, and excavations in the region.

¹⁰⁷ Bradley (1992).

demonstrated the extensive pastoralist use of this desert, a region which also has significant traces of urban regimes who travelled along its wadis to shorten navigation through the bends of the Nubian Nile.¹⁰⁸ The significant interplay between pastoralists and the Kushite states in the Bayuda has some commonalities with the Butana, and likewise has been termed a ‘hinterland’ of the Kushite state. A mix of agro-pastoralism likely existed in the Gezira south of the Nile confluences at Khartoum. This region is well-known through the extensive excavations from Henry Wellcome at the base of Jebel Moya. New work has brought more rigor to the chronology of the site, which experienced a nadir of nomadic burials in the late first Millennium BCE until about 500 CE.¹⁰⁹

The archaeology of the Eastern Desert of Sudan and Upper Egypt (the Atbai) is little understood until late antiquity, when distinct ‘nomad-settlements’ crop-up at many sites in Egypt and Sudan. These sites are typified by a base of rectilinear or circular stones, with most sites situated near a water-source.¹¹⁰ Surface remains at these sites, sometimes call ‘enigmatic settlements’, exhibit local ceramic traditions of the indigenous nomads as well as wares originating from the Roman and Arab worlds. The settlements are of such a different shape and size to earlier and later domestic architecture in the Eastern Desert as to suggest a change in lifestyle and transhumance, perhaps one that engaged in a slightly more sedentary or seasonally encamped pattern of movement. In some cases, the proximity of these settlements to gold-sources suggests that the nomads may have been directly engaged in gold-processing,¹¹¹ while other settlements sit alongside major trade routes connecting Red Sea harbours with the Egyptian Nile, the so-called ‘Berenike road’.¹¹² In roughly the same period, a new burial tradition emerges in the Eastern Desert, typified by a circular and flat-topped tumulus superstructure, locally called *Akerataheil* in the Beja language or ‘disc-shaped tumuli’ by archaeologists. These graves scatter the Eastern Desert from Kassala as far north as Upper Egypt. While the overwhelming majority of these tombs and cemeteries are located squarely in the desert, significant clusters occur in the Nile Valley at Kalabsha, Wadi Qitna, and further north at Moalla, all known abodes of the Blemmyes on the Nile. These cemeteries sometimes comprise isolated tombs or small clusters, yet where there is good pasture in the interior desert at

¹⁰⁸ See the edited volume in Lohwasser et al. (2018) and the summary in Karberg & Lohwasser (2019).

¹⁰⁹ Brass (2016); Gregory et al. (2022). New fieldwork has also been conducted along the Dinder watershed in the Ethiopian borderlands, see González-Ruibal (2021).

¹¹⁰ Sidebotham et al. (2002); Lassányi (2012).

¹¹¹ Manzo (2020, pp. 77-78); Cooper (2021, pp. 125-126).

¹¹² Lassányi (2012); Luft (2010).

sites like Khor Nubt, Bir al-Ajjami, and Gebel Qoqay tombs aggregate in their hundreds or even thousands (Figure 7).¹¹³ Judging from a diplomatic text in the Arab period, it seems as if Nubt functioned as the ‘royal’ settlement and burial ground of the Eastern Desert nomads.¹¹⁴



Figure 7. Nomadic burials, Akerataheil tombs on the wadi and hillsides near Bir al-Ajjami. Tombs extend to the horizon in every direction from this cluster.

© Google Earth.

A significant vestige of nomadic peoples are burials, which are especially important and rich sources for nomads where the trappings of settlement are otherwise absent or elusive. Perhaps one of the most well documented ‘nomad burial’ traditions are those labelled as the ‘Pan-Grave culture’ (c. 1800-1550 BCE), a distinct burial tradition and type occurring in the Egyptian and Nubian Nile. This culture has unquestionable connections to other contemporary Nubian material cultures such as Kerma and the C-Group, and is sometimes defined as pastoral Nubian culture’s manifestation to the riverine world (Figure 8).¹¹⁵ ‘Pan-graves’ are relatively shallow and small burials with little or no superstructure. Burial goods reveal connections with Egypt, particularly the presence of Egyptian manufactured objects. Decorated cattle bucrania echo a burial

¹¹³ Krzywinski (2012, pp. 144-146); Krzywinski et al. (2020); Manzo et al. (2011).

¹¹⁴ Hagen (2009, p. 116).

¹¹⁵ de Souza (2019).

tradition also well-known from Kerma in Upper Nubia, and also comprise one of the diagnostic classes of evidence for the Pan-Grave peoples ‘pastoralist’ heritage.



Figure 8. The burial accoutrements of pastoralists, a decorated cow skull (bucranium) of the ‘Pan Grave’ culture, likely from the site of Khozam (03.1957).

© Museum of Fine Arts, Boston.

The Eastern Desert further north at the latitudes of Lower Egypt are much more sporadically surveyed in terms of nomadic habitations. The presence of pastoralists in this region is mentioned in textual traditions but thus far archaeological investigation is oriented to mine-sites or monastic settlements.¹¹⁶ Nomadic habitations are fairly well documented in the Sinai borderlands, especially neolithic and Early Bronze Age occupations, a cultural complex which extended into the southern Levant.¹¹⁷ The status of this region as a borderland between Canaan and Egypt has made the Sinai subject to many projects, surveys, and excavations, but again the majority of these investigations are aimed at fortresses, settlements, and conspicuous archaeological sites like mines, monasteries, and rock art tableaux. This brief summary of archaeological knowledge and surveying is meant as an outline only but is generally indicative of the epistemology of ancient nomadic pastoralism in the para-Nilotic zone.

¹¹⁶ For surveys oriented to explicating nomad habitations, see Bomann & Young (1994); Tristant (2012).

¹¹⁷ Summarized in Finkelstein (1995).

12. Some concluding thoughts

The basis of this paper is to assess commonalities in nomad-state relations in the Nile basin and Northeast Africa, a theme which is much better developed in the historiographical traditions of other parts of the world, especially 'inner Asia'. This absence of historical models is all the more surprising in a Nile world so easily and emphatically divided into an 'urban' river and a 'nomadic' desert. What strikes the historian of this region is the constant struggle for urban suzerainty over this desert world. Most iterations of Egyptian and Kushite states attempted to wrest control of desert resources, or at least funnel them into their own exchange networks, all the while being prevented from doing so by the designs of desert indigenes. Flipping the perspective, nomads attempted to profit from their wealth in livestock, while attempting to manipulate foreigner's interest in their minerals and trade networks to their benefit. Likewise, all the nomads living beyond the Nile had a 'second life' on the Nile, in the form of employment, a diasporic community, or more transiently in the form of seasonal grazing and trading sojourns. Such processes created a constant flow of nomads to and from the Nile, a feature which was evidently symbiotic to both peoples in terms of subsistence, labour, and trade. Such divides between nomads on one hand and sedentary Egyptians and Kushites on the other was also more pronounced than just subsistence and kinship patterns, and in the majority of cases involved differences in language. The nomads of the Atbai, Libya, and Sinai all spoke different languages to their neighbours on the Nile, a demographic situation that has endured until fairly recent history.

It is true that in many cases that the demographic weight and concentration of desert nomads did not allow for the formation of a concerted 'nomadic polity', but in some cases, especially in the Nubian deserts and Mediterranean littoral, the ecological carrying capacity provided for a population density that could challenge Nile regimes. The triggers for forming nomadic polities in the Nile basin remain largely elusive, a situation that will likely remain until intensive archaeological work is conducted in nomadic heartlands in the desert. Models and hypotheses for emerging 'nomadic polities' must be multivalent and take into account both external pressures from Nile regimes as well as structural developments in the desert and local economies. Moreover, simple historical transformations like the introduction and domestication of the horse and camel seem to completely change the trajectory of nomadic peoples. Both Bruce Trigger and George Murray hypothesized that the arrival of these ruminants played a large part in upsetting

the status quo of power in the Nile world in favour of pastoralists.¹¹⁸ The models of nomadic formations in the Nile basin do not replicate in speed, violence, or in general pattern, the typical model of nomadic invasion and state building in Central Asia. Rather what is witnessed in the Nile basin is a long equilibrium and symbiosis between Nile and para-Nilotic peoples punctuated by contracted episodes ‘nomadic rises’. These highpoints of nomadic power usually coincided with indications of unifying processes amongst tribal kinship groups, centralizing key decision making. Even when the nomads remained in the desert and did not attempt to exercise any hegemony over the Nile, there is reason to suggest that they routinely exhibited their own sophisticated political alliances and kinship agreements. This created an ill-defined patchwork of nomadic political entities beyond the Nile.

Received: 05/16/2022

Approved: 09/12/2022

¹¹⁸ Murray (1935, p. 20); Trigger (1965, p. 131). In both cases, it seems there were centuries-long delay from the initial introduction of a ruminant to the nomadic group until the ruminant made a large impact to their foodways, economy, and military.

BIBLIOGRAPHY

- Adams, William Y. (1965). "Post-pharaonic Nubia in the light of archaeology. II". *Journal of Egyptian Archaeology* 51, p. 160-178.
- Auenmüller, Johannes (2019). "Topography and regional geography of Nubia: river, cataract and desert landscapes". In: D. Raue (Ed.), *Handbook of ancient Nubia*. Berlin; Boston: De Gruyter, Vol. 1, p. 39-61.
<https://doi.org/10.1515/9783110420388-003>
- Bangsgaard, Pernille (2013). "Pan-grave faunal practices - Ritual deposits at five cemeteries in Lower Nubia". *Anthropozoologica* 48, p. 287-297.
- Barfield, Thomas (2001). "The shadow empires: imperial state formation along the Chinese-Nomad frontier". In: S. Alcock, T. D'Altroy, K. Morrison & C. Sinopoli (Ed.), *Empires: perspectives from archaeology and history*. Cambridge University Press, p. 10-41.
- Barnard, Hans (2008) *Eastern desert ware: traces of the inhabitants of the eastern deserts in Egypt and Sudan during the 4th-6th centuries CE*. BAR International Series 1824. Oxford: Archaeopress.
- Bates, Oric (1914). *The Eastern Libyans: an essay*. London: Macmillan.
- Bechhaus-Gerst, Marianne (1991a). "Noba Puzzles: Miscellaneous Notes on the Ezana Inscriptions". In: D. Mendel & U. Claudia, *Ägypten im Afro-Orientalischen Kontext. Aufsätze zur Archäologie, Geschichte und Sprache eines unbegrenzten Raumes. Gedenkschrift Peter Behrens*, Köln, p. 17-25.
- Bechhaus-Gerst, Marianne (1991b). "The Beja and the Camel: Camel-Related Lexicon in 'tu bedawie'". *Sprache und Geschichte in Afrika* 12, 41-62. Ben-Yosef, E. 2019. "The Architectural Bias in Current Biblical Archaeology". *Vetus Testamentum* 69, p. 361-387. DOI: <https://doi.org/10.1163/15685330-12341370>
- Bietak, Manfred (2010). "From where came the Hyksos and where did they go?" In: M. Marée (Ed.), *The Second Intermediate Period (Thirteenth-Seventeenth Dynasties): current research, future prospects*. Leuven: Peeters, p. 139-181.
- Bobrowski, Przemysław, Maciej Jórdeczka, Michał Kobusiewicz, Marek Chłodnicki, & Jarosław Kusiak (2013). "What forced the prehistoric cattle-keepers to emigrate from the Red Sea mountains?" *Studia Quaternaria* 30(2), p. 135-142.
<https://doi.org/10.2478/squa-2013-0014>.
- Bomann, Ann, & Robert Young (1994). "Preliminary survey in the Wadi Abu Had, Eastern Desert, 1992". *Journal of Egyptian Archaeology* 80, p. 23-44.
- Boozer, Anna Lucille (2013). "Frontiers and borderlands in imperial perspectives: exploring Rome's Egyptian frontier". *American Journal of Archaeology* 117(2),

p. 275-292.

- Bradley, Rebecca J. (1992). *Nomads in the archaeological record: case studies in the northern provinces of the Sudan*. Berlin: Akademie.
- Brass, Michael (2015). "Interactions and pastoralism along the southern and southeastern frontiers of the Meroitic state, Sudan". *Journal of World Prehistory* 28, p. 255-288. <https://doi.org/10.1007/s10963-015-9089-1>
- Brass, Michael (2016). *Reinterpreting chronology and society at the mortuary complex of Jebel Moya (Sudan)*. Oxford: Archaeopress.
- Bruun, Ole (2006). *Precious steppe: Mongolian nomadic pastoralists in pursuit of the market*. Lanham, MD: Lexington Books.
- Bubenzer, Olaf, Andreas Bolten, & Frank Darius (Eds.) (2007). *Atlas of cultural and environmental change in arid Africa*. Köln: Heinrich-Barth-Institut.
- Burstein, Stanley M. (1989). *Agatharchides of Cnidus: On the Erythraean Sea*. London: The Hakluyt Society.
- Burstein, Stanley M. (2008). "Trogodytes = Blemmyes = Beja? The misuse of ancient ethnography". In: W. Wendrich & H. Barnard (Eds.), *The archaeology of mobility: Old World and New World nomadism*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, University of California, p. 250-263.
- Červíček, Pavel (1974). *Felsbilder des Nord-Etbai*. Wiesbaden: Franz Steiner.
- Chaix, Louis (2001). "Animals as symbols: the bucrania of the grave KN 24 (Kerma, Northern Sudan)". In: H. Buitenhuis & W. Prummel (Eds.), *Animals and man in the past: essays in honour of Dr. A. T. Clason, emeritus professor of archaeozoology, Rijksuniversiteit Groningen, the Netherlands*. Groningen: Centrum voor Archeologisch Research & Consultancy, p. 364-370.
- Chaix, Louis, Jérôme Dubosson, & Matthieu Honegger (2012). "Bucrania from the Eastern cemetery at Kerma (Sudan) and the practice of cattle horn deformation". In: M. Chłodnicki, M. Kobusiewicz, & J. Kabaciński (Eds.), *Prehistory of Northeastern Africa: new ideas and discoveries*. Poznań: Poznań Archaeological Museum, p. 189-212.
- Chlebowski, Adrian, & Mariusz Drzewiecki (2019). "Recent research work at the western and southern fringes of Nubia". In: D. Raue (Ed.), *Handbook of ancient Nubia*. Berlin; Boston: De Gruyter, Vol. 2, 1029-1049. <https://doi.org/10.1515/9783110420388-042>
- Cooney, William (2011). *Egypt's encounter with the West: race, culture and identity* [Doctoral Dissertation, Durham University].
- Cooper, Julien (2020a). "A nomadic state? The 'Blemmyean-Beja' polity of the ancient Eastern Desert". *Journal of African history* 61, p. 383-407.

- Cooper, Julien (2020b). *Toponymy on the periphery: placenames of the Eastern Desert, Red Sea, and south Sinai in Egyptian documents from the Early Dynastic until the end of the New Kingdom*. Leiden; Boston: Brill.
- Cooper, Julien (2021). "Between the Nile and the Red Sea: Medjay desert polities in the third to first millennium BCE". *Old World: Journal of Ancient Africa and Eurasia* 1(1), p. 1-22. <https://doi.org/10.1163/26670755-01010001>
- Cooper, Julien (2022). "Children of the Desert: The Indigenous Peoples of the Eastern Desert in the Pharaonic Period". In: H. Cuvigny (Ed.) *Blemmyes: New Documents and New Perspectives*. Le Caire: Institut français d'archéologie orientale, p. 5-41.
- Cribb, Roger (1991). *Nomads in archaeology*. Cambridge; Cambridge University Press.
- Cuvigny, Hélène (2014). "Papyrological evidence on "barbarians" in the Egyptian Eastern Desert". In J. H. F. Dijkstra & G. Fisher (Eds.), *Inside and out: interactions between Rome and the peoples on the Arabian and Egyptian frontiers in Late Antiquity*. Leuven: Peeters, p. 165-198.
- Cuvigny, Hélène (2020). "L'élevage des chameaux sur la route d'Edfou à Bérénice d'après une lettre trouvée à Bi'r Samut (iiiie siècle av. J.-C.)". In: D. Agut-Labordère, B. Redon (eds), *Les vaisseaux du désert et des steppes: les camélidés dans l'Antiquité (Camelus dromedarius et Camelarius bactrianus)*. Lyon: MOM Éditions, p. 171-180.
- Dahl, Gudrun & Anders Hjort-af-Ornäs (2006). "Precolonial Beja: A Periphery at the Crossroads". *Nordic journal of African studies* 15, p. 473-498.
- Darnell, John Coleman & Colleen Manassa Darnell (2020). "A settlement and its satellites in the desert hinterland of Moalla: new light on "enigmatic" Late Roman sites in the Eastern Desert". In: G. E. Bowen, A. J. Mills, H. Smith, A. J. Pettman, D. A. Stewart, A. R. Warfe, J. C. R. Gill, & C. R. Hamilton (Eds.), *Dust, demons and pots: studies in honour of Colin A. Hope*. Leuven; Paris; Bristol, CT: Peeters, p. 113-148.
- Desanges, Jean (1989). "Arabes et Arabie en terre d'Afrique dans la géographie antique". In: T. Fahd (Ed.), *L'Arabie préislamique et son environnement historique et culturel. Actes du Colloque de Strasbourg, 24-27 juin 1987*. Leiden: Brill, p. 413-429.
- de Souza, Aaron (2019). *New horizons: the Pan-Grave ceramic tradition in context*. London: Golden House.
- di Cosmo, Nicola (2002). *Ancient China and its enemies: the rise of nomadic power in East Asian history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- di Lernia, Savino, Mary Anne Tafuri, Marina Gallinaro, Francesca Alhaique, Marie Balasse, Lucia Cavorsi, Paul D. Fullagar, Anna Maria Mercuri, Andrea Monaco, Alessandro Perego, & Andrea Zerboni (2013). "Inside the "African cattle

- complex": animal burials in the holocene central Sahara". *PloS one* 8(2), e56879-56879. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0056879>
- Dimmendaal, Gerrit (2007). "The Wadi Howar diaspora: linking linguistic diffusion to palaeoclimatological and archaeological findings". In: F. Darius, O. Bubbenzer, & A. Bolten (Eds.), *Atlas of cultural and environmental change in arid Africa*. Köln: Heinrich-Barth-Institut, p. 148-149.
- Edwards, David (1998). "Meroe and the Sudanic Kingdoms". *The Journal of African History* 39, p. 175-193.
- Edwards, David (2018). "Late antique Nubia revisited. In: T. Bács, Á. Bollók, & T. Vida (Eds.), *Across the Mediterranean - Along the Nile: studies in Egyptology, Nubiology and Late Antiquity dedicated to László Török on the occasion of his 75th birthday*. Budapest: Institute of Archaeology; Research Centre for the Humanities; Hungarian Academy of Sciences; Museum of Fine Arts, Vol. 2, p. 539-546.
- Elliott, Mark C. (2001). *The Manchu Way: The Eight Banners and ethnic identity in late imperial China*. Stanford: Stanford University Press.
- Emberling, Geoff (2014). "Pastoral states: toward a comparative archaeology of early Kush". *Origini: preistoria e protostoria delle civiltà antiche* 36, p. 125-156.
- Esser, Monika, & Otto Esser (1982). "Bemerkungen zum Vorkommen des Kamels im östlichen Afrika im 14. Jahrhundert." *Sprache und Geschichte in Afrika* 4, p. 225-238.
- FHN = Eide, Tormod, Tomas Hägg, Richard Holton Pierce, and László Török (1994-2000). *Fontes historiae Nubiorum: textual sources for the history of the Middle Nile region between the eighth century BC and the sixth century AD*. Bergen: University of Bergen.
- Finkelstein, Israel (1995). *Living on the fringe: the archaeology and history of the Negev, Sinai and neighbouring regions in the Bronze and Iron Ages*. Sheffield: Sheffield Academic Press.
- Fischer, Henry G. (1959). "An example of Memphite influence in a Theban stela of the Eleventh Dynasty". *Artibus Asiae* 22, p. 240-252.
- Fischer, Henry G. (1961). "The Nubian mercenaries of Gebelein during the First Intermediate Period". *Kush* 9, p. 44-80.
- Fischer-Elfert, Hans-Werner (2005). "Sedentarism and nomadism as criteria of ancient Egyptian cultural identity". In B. Streck & S. Leder (Eds.), *Shifts and drifts in nomad-sedentary relations*. Wiesbaden: Reichert, p. 327-349.
- Gardiner, Alan H. (1937). *Late-Egyptian miscellanies*. Bruxelles: Fondation égyptologique Reine Élisabeth.

- Gatto, Maria Carmela (2014). "Peripatetic nomads along the Nile: unfolding the Nubian Pan-Grave culture of the Second Intermediate Period". *Journal of Ancient Egyptian Interconnections* 6, p. 11-28.
- González-Ruibal, Alfredo (2021). "The cosmopolitan borderland: western Ethiopia c. AD 600–1800". *Antiquity* 95, p. 530-548.
- Graeber, David & David Wengrow (2021). *The dawn of everything: a new history of humanity*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Gregory, Isabelle V., Michael Brass, & Iwona Kozieradzka-Ogunmakin (2022). "New radiocarbon dates from Jebel Moya (Sudan): 2500 years of burial activity". *Antiquity*, p. 1-6.
- Hagen, Joost L. (2009). "Districts, towns and other locations of medieval Nubia and Egypt, mentioned in the Coptic and Old Nubian texts from Qasr Ibrim". *Sudan & Nubia* 13, p. 114-119.
- Hämäläinen, Pekka (2013). "What's in a concept? The kinetic empire of the Comanches". *History and Theory* 52, p. 81–90
- Hatke, George (2013). *Aksum and Nubia: warfare, commerce, and political fictions in ancient Northeast Africa* New York: New York University Press.
- Heidorn, Lisa A. (1997). "The horses of Kush". *Journal of Near Eastern Studies* 56, p. 105-114.
- Helck, Wolfgang (1967). "Eine Briefsammlung aus der Verwaltung des Amuntempels". *Journal of the American Research Center in Egypt* 6, p. 146-151.
- Hjort-af-Ornäs, Anders & Gudrun Dahl (1991). *Responsible man: The Atmaan Beja of North-eastern Sudan*. Uppsala: Stockholm Studies in Social Anthropology.
- Hobbs, Joseph (1989). *Bedouin life in the Egyptian wilderness*. Austin: University of Texas Press.
- Honeychurch, William (2014). "Alternative Complexities: The Archaeology of Pastoral Nomadic States". *Journal of archaeological research* 22(4), p. 277-326. <https://doi.org/10.1007/s10814-014-9073-9>
- Hulin, Linda (2012). "The Western Marmarica Coastal Survey, Libya". *Journal of Ancient Egyptian Interconnections* 4, p. 14-17.
- Hulin, Linda (2020). "The Libyans". In: E. Bloxam & I. Shaw (Eds.), *The Oxford handbook of Egyptology*. Oxford: Oxford University Press, p. 493-513. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199271870.013.27>
- Jesse, Friederike, Stefan Kröpelin, Mathias Lange, Nadja Pöllath, & Hubert Berke (2004). "On the periphery of Kerma: the Handessi horizon in Wadi Hariq, Northwestern Sudan". *Journal of African Archaeology* 2 (2), p. 123-164.

- Kamrin, Janice (2013). "The procession of "Asiatics" at Beni Hasan". In: J. Aruz, S. B. Graff, & Y. Rakic (Eds.), *Cultures in contact: from Mesopotamia to the Mediterranean in the second millennium BC*. New York: The Metropolitan Museum of Art, p. 156-169.
- Karberg, Tim, & Angelika Lohwasser (2019). "Living and travelling in the Bayuda: the Wadi Abu Dom". In: D. Raue (Ed.), *Handbook of ancient Nubia*. Berlin; Boston: De Gruyter, Vol. 2, p. 1019-1027. <https://doi.org/10.1515/9783110420388-041>
- Khazanov, Anatoly M. (1994). *Nomads and the outside world* (2nd ed.). Madison: University of Wisconsin Press.
- Kraemer, Bryan, & Kate Liszka (2016). "Evidence for administration of the Nubian fortresses in the late Middle Kingdom: the Semna Dispatches". *Journal of Egyptian History* 9 (1), p. 1-65. <https://doi.org/10.1163/18741665-12340026>
- Lepsius, Carl Richard (1849-1859). *Denkmäler aus Ägypten und Äthiopien*. Berlin: Nicolaische Buchhandlung.
- Krzywinski, Knut (2012). "The Eastern Desert tombs and cultural continuity". In: H. Barnard & K. Duistermaat (Eds.), *The history of the peoples of the Eastern Desert*. Los Angeles: University of California, p. 140-155.
- Krzywinski, Knut, Gidske Andersen, & Richard Pierce (2020). "At the crossroads of kingdoms and empires: RPAS mapping of Nubt in the land of the Beja". In: I. B. Mæhle, P. B. Ravnå, E. He. Seland (Eds.), *Methods and models in ancient history: Essays in honor of Jørgen Christian Meyer*. Athens: Norwegian Institute at Athens, p. 15-34.
- Lancelotti, Carla, Stefano Biagetti, Andrea Zerboni, Donatella Usai, & Marco Madella (2019). "The archaeology and ethnoarchaeology of rain-fed cultivation in arid and hyper-arid North Africa". *Antiquity* 93, p. 1026-1039. <https://doi.org/10.15184/aqy.2019.109>
- Landais, E. (2001). "The marking of livestock in traditional pastoral societies". *Revue scientifique et technique (International Office of Epizootics)* 20, p. 445-479.
- Lassányi, Gábor (2012). "On the archaeology of the native population of the Eastern Desert in the first-seventh centuries CE". In: H. Barnard & K. Duistermaat (Eds.), *The history of the peoples of the Eastern Desert*. Los Angeles: University of California, p. 248-269.
- Leahy, Anthony (1985). "The Libyan Period in Egypt: an essay in interpretation". *Libyan Studies* 16, p. 51-65.
- Levy, Thomas E. (2009). "Pastoral nomads and Iron Age metal production in ancient Edom". In J. Szuchman (Ed.), *Nomads, tribes, and the state in the ancient Near East: cross-disciplinary perspectives*. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, p. 147-177.

- Liszka, Kate (2011). "'We have come from the well of Ibhet": ethnogenesis of the Medjay". *Journal of Egyptian History* 4, p. 149-171.
<https://doi.org/10.1163/187416611x612132>
- Liszka, Kate, & Bryan Kraemer (2016). "Evidence for administration of the Nubian fortresses in the late Middle Kingdom: P. Ramesseum 18". *Journal of Egyptian History* 9(2), p. 151-208. <https://doi.org/10.1163/18741665-12340029>
- Liszka, Kate, & Aaron de Souza (2021). "Pan-Grave and Medjay: at the intersection of archaeology and history". In: B. B. Williams & G. Emberling (Eds.), *The Oxford handbook of ancient Nubia*. Oxford: Oxford University Press, p. 227-249.
<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190496272.013.13>
- Lohwasser, Angelika, Tim Karberg, & Johannes Auenmüller (Eds.) (2018). *Bayuda studies: proceedings of the first international conference on the archaeology of the Bayuda Desert in Sudan*. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Luft, Ulrich (Ed.) (2010). *Bi'r Minayh: report on the survey 1998 - 2004*. Budapest: Archaeolingua.
- Manassa, Colleen (2003). *The great Karnak inscription of Merneptah: grand strategy in the 13th century BC*. New Haven: Oxford: Yale Egyptological Seminar; Oxbow.
- Manzo, Andrea (2004). "Late Antique Evidence in Eastern Sudan". *Sudan & Nubia* 8, 75-83.
- Manzo, Andrea (2014). "New Eastern Desert Ware finds from Sudan and Ethiopia". In: A. Lohwasser & P. Wolf (Eds.), *Ein Forscherleben zwischen den Welten: zum 80. Geburtstag von Steffen Wenig*. Berlin: Sudanarchäologischen Gesellschaft, p. 237-252.
- Manzo, Andrea (2017a). *Eastern Sudan in its setting: the archaeology of a region far from the Nile Valley*. Oxford: Archaeopress.
- Manzo, Andrea (2017b). "The territorial expanse of the Pan-Grave culture thirty years later". *Sudan & Nubia* 21, p. 98-112.
- Manzo, Andrea (2020). "The Nubian and pharaonic ceramic materials". In W. V. Davies & D. A. Welsby (Eds.), *Travelling the Korosko Road: archaeological exploration in Sudan's Eastern Desert*. Oxford: Archaeopress, p. 68-83.
- Manzo, Andrea, Alfredo Coppa, Alemseged Beldados Aleho, & Vincenzo Zoppi (2011). *Italian Archaeological Expedition to the Sudan of the University of Naples "L'Orientale": 2010 Field Season*. Napoli: Il torcoliere.
- Marshall, Fiona, Katherine Grillo, & Lee Arco (2011). "Prehistoric pastoralists and social responses to climatic risk in East Africa". In: N. Miller, K. Moore, & K. Ryan (Eds) *Sustainable lifeways: cultural persistence in an ever-changing environment*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, p. 39-74.

- Mattingly, D. J. (1983). "The Laguatan: A Libyan Tribal Confederation in the Late Roman Empire". *Libyan Studies* 14, p. 96-108.
- McCabe, J. Terrence (2004). *Cattle Bring Us to Our Enemies: Turkana Ecology, Politics, and Raiding in a Disequilibrium System*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- McIntosh, Susan Keech (1999). "Pathways to complexity: an African perspective". In: S. K. McIntosh (Ed.), *Beyond Chiefdoms: Pathways to Complexity in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-30. <https://doi.org/DOI:10.1017/CBO9780511558238.002>
- Moreno García, Juan Carlos (2014). "L'organisation sociale de l'agriculture pharaonique: quelques cas d'étude". *Annales: histoire, sciences sociales* 2014(1), p. 39-74.
- Moreno García, Juan Carlos (2015). "Ḥwt-jḥ(w)t, the administration of the Western Delta and the 'Libyan question' in the third millennium BC". *Journal of Egyptian Archaeology* 101, p. 69-105.
- Morkot, R. (1999). "Kingship and kinship in the Empire of Kush". In: P. Andrassy & S. Wenig (Eds.), *Studien zum antiken Sudan: Akten der 7. internationalen Tagung für meroitische Forschungen vom 14. bis 19. September 1992 in Gosen/bei Berlin*. Wiesbaden: Harrassowitz, p. 179-229.
- Morris, Ellen Fowles (2005). *The architecture of imperialism: military bases and the evolution of foreign policy in Egypt's New Kingdom*. Leiden; Boston: Brill.
- Morton, John Francis (1989). *Descent, reciprocity and inequality among the Northern Beja*. [Doctoral Dissertation, University of Hull].
- Mourad, Anna-Latifa (2015). *Rise of the Hyksos: Egypt and the Levant from the Middle Kingdom to the early Second Intermediate Period*. Oxford: Archaeopress.
- Muiu, Mueni (2009). *A New Paradigm of the African State*. New York: Palgrave Macmillan.
- Murray, George W. (1935). *Sons of Ishmael: A study of the Egyptian Bedouin*. London: G. Routledge & Sons.
- Näser, Claudia (2012). "Nomads at the Nile: towards and archaeology of interaction". In: H. Barnard & K. Duistermaat (Eds.), *The history of the peoples of the Eastern Desert*. Los Angeles: University of California, p. 80-89.
- Obluski, Artur (2010). "The formation of the Nobadian State. Social changes in Lower Nubia in Late Antiquity". In: W. Godlewski & A. Łajtar (Eds.), *Between the cataracts: proceedings of the 11th Conference for Nubian studies, Warsaw University, 27 August-2 September 2006*. Warsaw: Warsaw University Press, Vol. 2, p. 607-617.
- Obluski, Artur, Henryk Paner, & Mirosław Masojć (Eds.) (2021). *Bayuda and its*

neighbours. Turnhout: Brepols.

O'Connor, David (1990). "The nature of Tjemhu (Libyan) society in the later New Kingdom". In: A. Leahy (Ed.), *Libya and Egypt, c 1300 - 750 BC*. London: University of London, p. 29-113.

Paul, Jürgen (2013). *Nomad aristocrats in a world of empires*. Wiesbaden: Ludwig Reichert Verlag.

Posener-Kriéger, Paule (2004). *I papiri di Gebelein: scavi G. Farina 1935*. Torino: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, Soprintendenza al Museo delle Antichità Egizie.

Power, Timothy (2012). *The Red Sea from Byzantium to the Caliphate: AD 500-1000*. Cairo: American University in Cairo Press.

Prussin, Labelle (1995). *African nomadic architecture: space, place, and gender*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press: National Museum of African Art.

Redford, Donald B. (1970). "The Hyksos invasion in history and tradition". *Orientalia* 39(1), p. 1-51.

Redford, Donald B. (1986). "Egypt and Western Asia in the Old Kingdom". *Journal of the American Research Center in Egypt* 23, p. 125-143.

Rieger, Anna-Katharina, Thomas Vetter, & Heike Möller (2012). "The desert dwellers of Marmarica, Western Desert: second millennium BCE to first millennium CE". In: H. Barnard & K. Duistermaat (Eds.), *The history of the peoples of the Eastern Desert*. Los Angeles: University of California, p. 156-173.

Riemer, Heiko (Ed.) (2011). *El Kharafish: The archaeology of Sheikh Muftah pastoral nomads in the desert around Dakhla Oasis (Egypt)*. Köln: Heinrich-Barth-Institut.

Riemer, Heiko, & Karin Kindermann (2019). "Eastern Saharan prehistory during the 9th to 5th millennium BC: the view from the Libyan Desert". In: D. Raue (Ed.), *Handbook of ancient Nubia*. Berlin; Boston: De Gruyter, Vol. 1, p. 195-216.

Roe, Alan (2008). "Naming the Waters: New Insights into the nomadic use of the oases in the Libyan Desert of Egypt". In H. Barnard & W. Wendrich (Eds), *The Archaeology of Mobility: Old and New World Nomadism*, Cotsen Institute of Archaeology Press, p. 487-509.

Rilly, Claude (2008). "Enemy brothers: kinship and relationship between Meroites and Nubians (Noba)". In: W. Godlewski & A. Łajtar (Eds.), *Between the cataracts: proceedings of the 11th Conference for Nubian studies, Warsaw University, 27 August-2 September 2006*. Warsaw: Warsaw University Press, p. 211-225.

Ritner, Robert (2009). "Egypt and the vanishing Libyan: institutional responses to a nomadic people". In: J. Szuchman (Ed.), *Nomads, tribes, and the state in the*

- ancient Near East: cross-disciplinary perspectives*. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, p. 43-56.
- Russell, Thembi (2013). "Through the skin: Exploring pastoralist marks and their meanings to understand parts of East African rock art". *Journal of Social Archaeology* 13, p. 3-30.
- Sadr, Karim (1991). *The development of nomadism in ancient northeast Africa*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Sadr, Karim, Alfredo Castiglioni, Angelo Castiglioni, & John C. Vogel (1995). "Nubian desert archaeology: a preliminary view" *Archéologie du Nil moyen* 7, p. 203-235.
- Salzman, Philip Carl (1978). "Ideology and change in Middle Eastern tribal societies". *Man* 13, p. 618-637.
- Sauneron, Serge (1959). "L'avis des Egyptiens sur la cuisine Soudanaise". *Kush* 7, p. 63-70.
- Scharff, Alexander (1922). "Ein Rechnungsbuch des königlichen Hofes aus der 13. Dynastie (Pap. Boulaq Nr. 18)". *Zeitschrift für ägyptische Sprache und Altertumskunde* 57, p. 51-68.
- Schulman, Alan R. (1982). "The Nubian war of Akhenaton". In: Anonymous (Ed.), *L'Égyptologie en 1979: axes prioritaires de recherches*. Paris: Éditions du Centre national de la Recherche scientifique, Vol. 2, p. 299-316.
- Sidebotham, Steven E., Hans Barnard, & Gillian Pyke (2002). "Five enigmatic Late Roman settlements in the Eastern Desert". *Journal of Egyptian Archaeology* 88, p. 187-225.
- Smither, Paul C. (1945). "The Semnah despatches". *Journal of Egyptian Archaeology* 31, p. 3-10.
- Snape, Steven (2003). "The emergence of Libya on the horizon of Egypt". In: D. O'Connor & S. Quirke (Eds.), *Mysterious lands*. London: UCL Press, p. 93-106.
- Snape, Steven (2013). "A stroll along the corniche: coastal routes between the Nile Delta and Cyrenaica in the Late Bronze Age". In: F. Förster & H. Riemer (Eds.), *Desert road archaeology in Ancient Egypt and beyond*. Köln: Heinrich-Barth-Institut, p. 439-454.
- Sneath, David (2007). *The headless state: aristocratic orders, kinship society, & misrepresentations of nomadic inner Asia*. New York: Columbia University Press.
- Szuchman, Jeffrey (2009). "Integrating approaches to nomads, tribes, and the state in the ancient Near East". In: J. Szuchman (Ed.), *Nomads, tribes, and the state in the ancient Near East: cross-disciplinary perspectives*. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, p. 1-12.
- Tallet, Pierre, & Damien Laisney (2012). "Iry-Hor et Narmer au Sud-Sinaï (Ouadi

- 'Ameyra): un complément à la chronologie des expéditions minières égyptiennes”. *Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale* 112, p. 381-398.
- Togan, İsenbike (1998). *Flexibility and limitation in steppe formations: the Kerait Khanate and Chinggis Khan* Leiden; New York: Brill.
- Török, László (2009). *Between two worlds: the frontier region between ancient Nubia and Egypt, 3700 BC-AD 500*. Leiden; Boston: Brill.
- Trigger, Bruce G. (1965). *History and settlement in Lower Nubia*. New Haven: Department of Anthropology, Yale University.
- Tristant, Yann (2012). “Nouvelles découvertes dans le désert Oriental: le ouadi Araba de la préhistoire à l'époque copte”. *Bulletin de la Société Française d'Égyptologie* 182, p. 33-53.
- Updegraff, Robert Timothy (1978). *A study of the Blemmyes* [Doctoral Dissertation, Brandeis University].
- Vernus, Pascal (1986). “Études de philologie et de linguistique (V).” *Revue d'égyptologie* 37, p. 139-147.
- Vetter, Thomas, Anna-Katharina Rieger, & Heike Möller (2013). “Water, routes and rangelands: ancient traffic and grazing infrastructure in the eastern Marmarica (northwestern Egypt)”. In: F. Förster & H. Riemer (Eds.), *Desert road archaeology in Ancient Egypt and beyond*. Köln: Heinrich-Barth-Institut, p. 455-484.
- Wainwright, G. A. (1962). “The Meshwesh”. *Journal of Egyptian Archaeology* 48, p. 89-99.
- Welsby, Derek A. (2002). *The medieval kingdoms of Nubia: pagans, Christians and Muslims along the Middle Nile*. London: British Museum Press.
- Wendrich, Willeke & Hans Barnard (2008). “The Archaeology of Mobility: Definitions and Research Approaches”. In: H. Barnard & W. Wendrich (Eds.) *The archaeology of mobility: Old World and New World nomadism*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, University of California, p. 1-16.
- Westendorf, Wolfhart (1965). *Koptisches Handwörterbuch: bearbeitet auf Grund des Koptischen Handwörterbuchs Wilhelm Spiegelbergs*. Heidelberg: Carl Winter.
- White, Donald, & Arthur P. White (1996). “Coastal sites of northeast Africa: the case against Bronze Age ports”. *Journal of the American Research Center in Egypt* 33, p. 11-30.
- Wilson, R. T. (1984). *The Camel*. Harlow: Longman.
- Wink, André (2011). “Post-Nomadic Empires: From the Mongols to the Mughals”. In: P. Bang & C. Bayly (Eds.), *Tributary Empires in Global History*. Basingstoke:

Palgrave Macmillan, p. 120-131. https://doi.org/10.1057/9780230307674_7

Winnicki, Jan K. (2009). *Late Egypt and her neighbours: foreign population in Egypt in the first millennium BC*. Warsaw: Faculty of Law and Administration, Warsaw University.

Yoffee, Norman (2005). *Myths of the archaic state: evolution of the earliest cities, states and civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Zarins, Juris & Awad Zahrani (1984). "Recent Archaeological Investigations in the Southern Tihama Plain". *Atlal* 9, p. 65-107.

Zibelius-Chen, Karola (1994). "Die Kubanstele Ramses' II.: und die nubischen Goldregionen". In: C. Berger, G. Clerc, & N. Grimal (Eds.), *Hommages à Jean Leclant*. Le Caire: Institut français d'archéologie orientale, Vol. 2, p. 411-417.

**ALÉM DO NILO:
PADRÕES DE LONGA DURAÇÃO NAS INTERAÇÕES DOS ESTADOS-NÔMADES
ATRAVÉS DO NORDESTE DA ÁFRICA**

RESUMO

A história do Nordeste da África é dominada pela “Narrativa do Nilo”, uma história comum que coloca as culturas urbanas e ribeirinhas do Egito e da Núbia sem seu centro. Enquanto as várias interações dos Estados territoriais egípcio e núbio (kushita) moldaram a macro-história da região, essa narrativa duradoura frequentemente hegemoniza e reduz um mundo muito mais complexo, que consistia em um ambiente de povos nômades. Nativos dos vastos desertos a Leste e Oeste do rio, esses nômades são um elemento vital na macro-história da bacia do Nilo, interagindo constantemente com seus vizinhos urbanos, formando diásporas, conduzindo trocas e impedindo a exploração de suas terras natais. Ainda que esses padrões tenham perdurado por milênios, episódios pronunciados de conflito, subjugação e até formação de Estado abundam nos registros. Esta análise toma uma visão macro-histórica para os nômades na história nilótica, propondo um novo modelo para as organizações políticas nômades e os Estados do Nilo no Nordeste da África.

PALAVRAS-CHAVE

Antigo Egito; Núbia; Nomadismo; Estados.

**DYING FOR A DRINK ON THE MEROITIC FRONTIER:
IMPORTED OBJECTS IN FUNERARY ASSEMBLAGES AT FARAS,
SUDANESE NUBIA**

Henry Cosmo Bishop-Wright¹

ABSTRACT

This paper examines the use of imported objects in funerary assemblages at the Meroitic cemetery of Faras in Sudanese Nubia (north Sudan). Excavated at the beginning of the 20th century by Francis Llewellyn Griffith (1862-1934), Faras was situated on the frontier between the Kingdom of Meroë (c.300 BCE – 350 CE) and Ptolemaic-Roman Egypt. Its location granted it access to wide-ranging commercial networks and imported objects were frequently utilised as grave goods. Drawing upon the author’s PhD research, this paper offers a nuanced assessment of how imports were selected and used in funerary practice at Faras. It disputes the traditional idea that the Meroitic frontier functioned as an acculturated buffer of the classical world and demonstrates that, despite centuries of material contact with Egypt, the people of Faras maintained a distinctly Meroitic identity expressed through local mortuary tradition.

KEYWORDS

Faras; Meroitic studies; Funerary archaeology; Frontier studies; Identity.

¹ British Museum, Department of the Middle East. Contact: bishopwright.h@gmail.com

1. Introduction

The Kingdom of Meroë occupied the ancient territory of Kush, approximately synonymous with Sudan north of Khartoum and Egypt south of Aswan (Figure 1).² Conventionally, it dates from c.300 BCE to c.350 CE and its foundation marks a point in Kushite archaeology when the royal burial ground was transferred from the northern site of Napata (Nuri) to the southern site of Meroë (Reisner, 1923; Adams, 1977, p. 306; Edwards, 2004, p. 143; Yellin, 2021, p. 566). This has encouraged a terminological shift in Kushite studies from ‘Napatan kingdom’ to ‘Meroitic kingdom’ but does not indicate a marked break in continuity. Instead, the transition should be understood as the culmination of a process whereby the political and economic importance of Meroë gradually eclipsed Napata, without any temporal hiatus (cf. Hakem, 1989; Török, 1997b, pp. 230-34; Wolf and Nowotnick, 2021, p. 518). Hence, for the purpose of this paper, it may be more useful to locate the Meroitic kingdom by simply stating that it was the independent southern neighbour of Ptolemaic-Roman Egypt. Its rulers began to be buried at Meroë shortly after Ptolemy I’s transition from satrap to pharaoh (305 BCE), it still occupied Kush when Octavian annexed Egypt (30 BCE), and it began to disintegrate into splinter kingdoms soon after the foundation of Constantinople (324 CE). Its heartland was in the south – a region known as the Butana – but, from the early 2nd century BCE, it was also active in the northernmost area of Lower Nubia.

This northern territory, known to the Ptolemaic regime as the *Triakontaschoinos*, was officially under Egyptian administration and, excluding a short-lived intervention by the Meroitic kings Arkamani and Adikhalamani-Tabirqo in the early 2nd century BCE, lay beyond the jurisdiction of Meroë.³ However, as the Ptolemaic grip on Egypt dwindled,

² This paper draws upon my PhD research at the Universities of Exeter and Cardiff (UK, 2018-21) where I benefited from the expert supervision of Dr Robert Morkot and Prof. Paul Nicholson. I owe a debt of gratitude to both, and to the Arts and Humanities Research Council South, West and Wales Doctoral Training Partnership for generously funding the project. I also wish to acknowledge the Oxford Griffith Institute for kindly allowing me to study the Faras Archive, Dr Rennan Lemos for inviting me to contribute to this special edition of *Mare Nostrum*, and the anonymous reviewers.

³ Arkamani and Adikhalamani-Tabirqo are attested on temple inscriptions at Dakka, Debod, Kalabsha and Philae. Their activities in Lower Nubia correspond to a period of sustained crisis in Egypt which saw Thebes break away from Ptolemaic rule under the indigenous pharaohs Herwennefer and Ankhwennefer (206-186 BCE). These two rulers received support from the Meroitic monarchy who, taking advantage of the Ptolemaic loss of Upper Egypt, extended their control into Lower Nubia. Following the reunification of Egypt under Ptolemy V in 186 BCE, however, there is no evidence that Meroë maintained a political presence in the territory. On the contrary, at least the northern half of Lower Nubia was reintegrated into the administration of the Thebaid. For the sources, see Eide *et al*, 1996, nos. 129-35; for concise syntheses, see Hölbl, 2001, pp. 153-59; Török, 2009, pp. 391-93, 400-11.

it acquired a degree of independence and, by the time of Octavian, was involved in an Upper Egyptian revolt. This revolt was quelled in 29 BCE by the newly-installed Roman prefect Cornelius Gallus, who then placed Lower Nubia under Roman control and subjected the region to tax (Eide *et al*, 1996, nos. 163-65; Minas-Nerpel and Pfeiffer 2010).

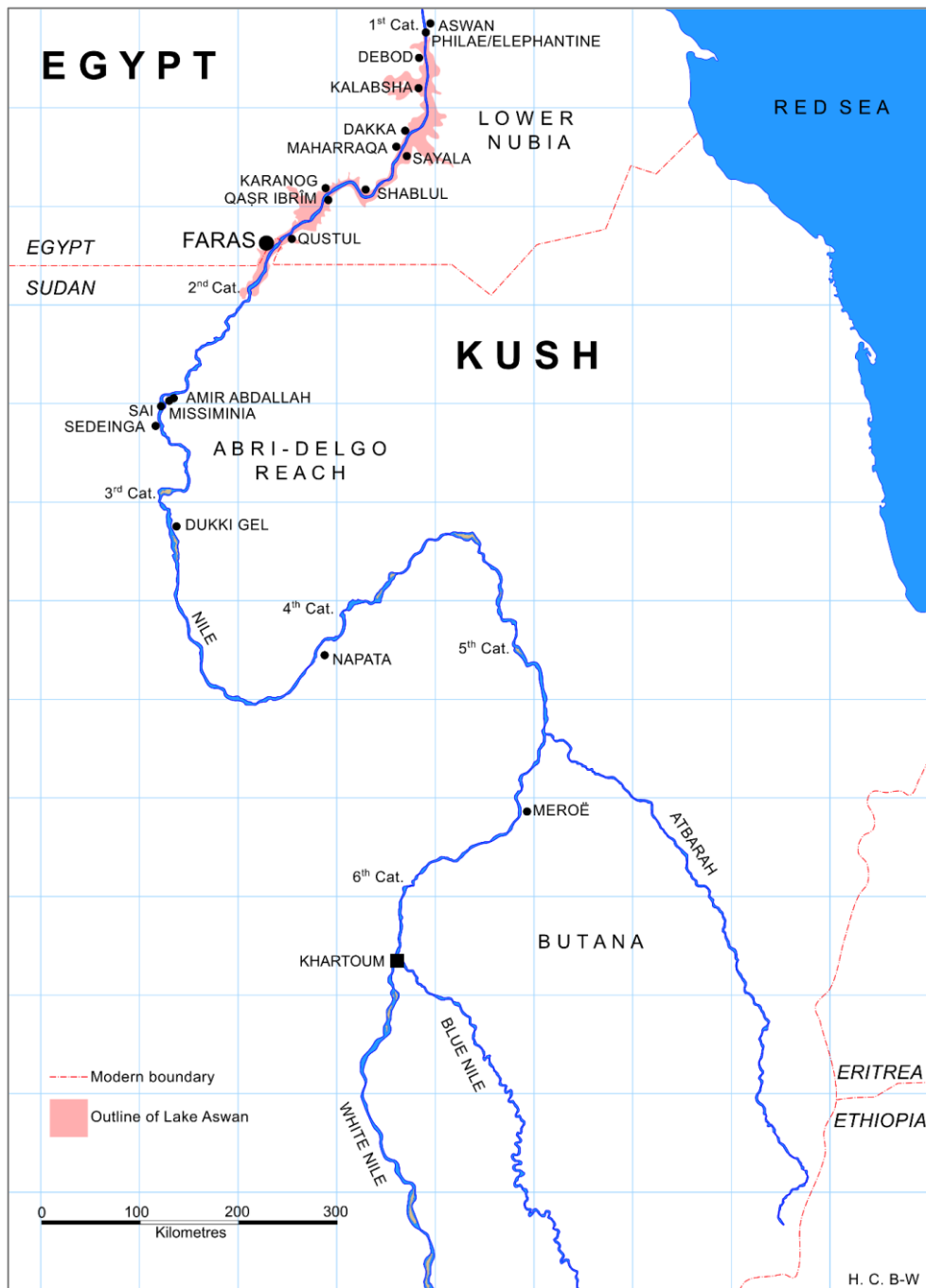


Figure 1. Map of Kush showing the locations of sites and regions mentioned in the text.

Drawn by the author (© H. C. Bishop-Wright).

According to Strabo (17.1.54), it was the imposition of Roman rule that triggered a local rebellion and, ultimately, brought Meroë into direct conflict with Rome. The ensuing ‘Romano-Meroitic War’ is discussed elsewhere, and little need be said here.⁴ It probably resulted in the Meroitic acquisition of the well-known ‘Bronze Head of Augustus’ and *may* have involved a Roman army penetrating Kush as far south as Napata (Opper 2014).⁵ In any case, the conflict was resolved in 21 BCE with the result that Meroë maintained its status as an independent kingdom and, until Diocletian’s withdrawal in 298 CE, the frontier with Egypt was placed in the northern half of Lower Nubia, at Maharraqa (Procopius, *Wars*, 1.19.29; Kirwan, 1957; Speidel, 1988; Maxfield, 2009). Thus, control of the region was divided between Kush and Egypt, with both powers having a stake in its administration. Having established a political *status quo* that appears to have lasted into the late 3rd century CE, Lower Nubia transitioned into a ‘frontier zone’ that facilitated sustained material, political, religious and social interaction between Kush and Egypt.

This paper concerns a Meroitic cemetery in the southern half of Lower Nubia, c.175 km south of the Roman frontier. The cemetery in question – Faras – was excavated at the beginning of the 20th century by Francis Llewellyn Griffith (1862-1934) who uncovered 2220 Meroitic graves and retrieved a vast array of material, much of which was imported from Egypt or, in some cases, further afield. Like all Meroitic cemeteries in Lower Nubia, Faras had been plundered with the result that many of its graves were empty and some material was disturbed: something that Griffith took care to record. The analysis of this paper is based entirely on objects and assemblages that were *in situ* at the time of excavation and, so far as is possible, reflects the original grave conditions.

The excavation of Faras allowed Griffith to propose, at a formative stage in Meroitic studies, conclusions that became paradigmatic in the field. However, the cemetery was only published in a series of preliminary reports and the material evidence was rapidly dispersed between thirteen institutions across three continents, without any attempt to keep objects from the same context together (Griffith, 1924; 1925). Thus, it proved extremely difficult for later academics to assess the validity of Griffith’s analysis,

⁴ Dio Cassius 54.5.4-6; Pliny, *HN*, 6.181-82; *Res Gestae Divi Augusti*, 26.5; Strabo 17.1.54; for concise syntheses, see Welsby, 1996, pp. 68-70; Török, 2009, pp. 439-42; for critical analyses, see Jameson, 1968; Hofmann, 1977.

⁵ After its excavation by Garstang, the Bronze Head was transferred to the collection of the British Museum (1911,0901.1). For the discovery and context, see Garstang 1912; Bosanquet 1912; Török 1997a, pp. 145-51 (M 292).

particularly that concerning the site's chronology (cf. Fernández, 1983, pp. 660-67; Francigny, 2007). Owing to the incomplete publication and issues arising from the dispersal of material, the full potential of Faras – to date, the largest known Meroitic cemetery – was never realised. Compounding the issue, Faras was located in a region of Sudan (between the 1st and 2nd Cataracts) that, following the 1960s construction of the Aswan High Dam, was lost to the waters of Lake Aswan (Säve-Söderbergh, 1987). It cannot, therefore, be revisited archaeologically as it is now underwater (Figure 1). The only opportunity to reassess the site lies in Griffith's unpublished field records, archived in the Oxford Griffith Institute. These records were the subject of the author's doctoral thesis which offered a comprehensive reassessment of the site and a new chronology demonstrating its use from c.275 BCE – 300+ CE.⁶ Drawing upon this research, the present paper discusses the selection and use of imported objects in funerary assemblages at Faras.

2. *Faras in 20th century academia*

When Griffith arrived at Faras in the winter of 1910, the archaeology of Sudan was far from unexplored: Bruce (1730-1794) and Cailliaud (1787-1869) had identified the probable site of Meroë, Ferlini (1800-1870) had ransacked the pyramid of Amanishakheto, and Lepsius (1810-1884) had completed his *Denkmäler aus Aegypten und Aethiopien*.⁷ However, what would come to be known as 'Meroitic Studies' scarcely existed: work on the Meroitic language was in its infancy (Griffith, 1909; Rilly and De Voogt, 2012, pp. 3-5), formal archaeological work in Lower Nubia had not commenced until 1907 (Reisner, 1910), and the identification of Bruce and Cailliaud's royal city had only just been confirmed (Sayce, 1910). There was, therefore, little published work for Griffith to rely upon and his only points of reference were Woolley and Randall-MacIver's excavation of the Meroitic cemeteries at Shablul and Karanòg, and Garstang and Sayce's work at Meroë Royal City.⁸ Neither of these sites produced detailed

⁶ Bishop-Wright, 2021 (currently being prepared for publication as a monograph in the *British Museum Publications on Egypt and Sudan* series).

⁷ For summaries of these, and other early European travellers in Sudan, see Budge, 1907, pp. 1-63, 285-307; Garstang *et al*, 1911, pp. 5-6; Priese, 1992; Morkot, 2000, pp. 8-22; Mainterot, 2010.

⁸ See, respectively, MacIver and Woolley, 1909; Woolley and Randall-MacIver, 1910; Garstang, 1910; Sayce, 1910; for Garstang and Sayce's later work at Meroë, see Török, 1997a.

chronologies, and the analysis of both often relied upon problematic assumptions surrounding Meroë's relationship with the classical world.⁹

When publishing the Faras preliminary reports, over a decade after the close of excavation in 1912, the chronological and cultural ideas of such influential figures as Woolley, Randall-MacIver, Garstang and Sayce had become standard. Thus, Griffith speaks of the 'simple minded' and 'barbaric' Meroitic inhabitants of Lower Nubia, in contrast to the more advanced Graeco-Roman inhabitants of contemporary Egypt (Griffith, 1925, pp. 72-73). Furthermore, his chronological analysis relied upon a dubious model of Lower Nubian depopulation that had first been proposed by Firth (1915, pp. 21-23. Cf. Griffith, 1924, pp. 115-23) when publishing the results of the 1909-10 *Archaeological Survey of Nubia*. This model asserted that, from the New Kingdom colonial period (16th – 11th centuries BCE), the levels of the Nile had been consistently falling to the point that, by the end of the 2nd millennium BCE, Lower Nubia could not support a population. This was only remedied, so Firth (1915, p. 21) claimed, in the Ptolemaic period when new irrigation technology – the so-called 'Persian Wheel' or '*saqia*' – was introduced. Griffith (1924, pp. 117, 120, 144) accepted this reconstruction and used it as the basis of his chronology which asserted that the Meroitic cemetery at Faras did not predate the 1st century BCE. Owing to Faras' incomplete publication, later commentators were forced to rely on this chronology without the data required to judge its veracity,¹⁰ and without necessarily recognising that it incorporated the tenuous principal of 'hydraulic crisis'.¹¹

Despite some resistance from contemporaries (Trigger 1965, p. 113; 1976; Arkell 1976), the hydraulic crisis model was then used by Adams (1976) in his reconstruction of a Meroitic 'North and South'. This important work posited an even later chronology

⁹ Consider, for example, Sayce's (1912, p. 64) derogatory use of miscegenation to justify a 1st century CE Meroitic decline, or Woolley and Randall-MacIver's (1909, p. 38; 1910, p. 52) discussions of Meroitic-made pottery at Shablul and Karanòg. Both rely on the underlying and fundamentally racist principal that classical (western) influence was required to inspire and sustain Meroitic development. Such thinking was not uncommon in 20th century Kushite studies and has been carefully discussed by Morkot (2003) in the context of the origins of the 25th Dynasty. A review of the issue, and its impact on Meroitic studies, is also offered in the author's PhD thesis (*supra*, note 6).

¹⁰ For example, Guinea and Teixidor, 1965, pp. 103-04; Williams, 1985, pp. 175-76; Török, 1987b, pp. 160-61, 193ff.

¹¹ The 'hydraulic crisis' debate is extensive and can be subdivided into two questions: 1) whether or not the evidence for a 'falling Nile' in the late 2nd and 1st millennium BCE is compelling and, if so, whether it can be used to support a perceived Lower Nubian depopulation; 2) whether or not the *saqia* was introduced in the Ptolemaic (final centuries BCE), early Roman (1st – 3rd centuries CE), or terminal Meroitic (4th century CE) period. These issues are discussed in the author's PhD Thesis (*supra*, note 6). Critical syntheses are also provided by Heidorn (1992, pp. 10-15) and Edwards (1996, pp. 48-58, 80-81; 1999), and thought-provoking comments on the introduction of the *saqia* are offered by Fuller (2014; 2015).

whereby Lower Nubia (including Faras) was not resettled until the 2nd century CE and, crucially for this paper, introduced the idea of a cultural and economic divide between the Meroitic populations of Lower Nubia (the ‘North’) and the Butana (the ‘South’). Drawing upon simplistic theoretical concepts of acculturation, and a centre-periphery model of cross-cultural interaction that was later popularised by Rowlands (1987), Adams (1976, p. 19) argued that Lower Nubia became an ‘extension of the classical world’ through contact with Egypt. Consequently, the region transitioned from a ‘cultural backwater’ to a developed buffer zone with an independent market economy, a rich ‘bourgeoisie’ and a generally prosperous population. Not benefitting from such acute classical influence, the Meroitic heartland, meanwhile, ‘remained to the end an outpost of the Ancient World’: its economy was based on redistribution, and all wealth and power was concentrated in the hands of a small ruling elite. Thus, Adams’ economic and social dichotomy between Meroitic ‘North and South’ was proposed: Lower Nubia functioned as an acculturated buffer of the classical world, whilst the Butana was a peripheral client that was exploited for its raw materials in return for prestige goods utilised by a minority of the population.

This core-periphery model recalls early-20th-century assumptions that Kushite society was reliant on foreign influence for its development, and demonstrates the perpetuation of racist ideas concerning Africa’s relationship with Europe.¹² It also parallels the dominant thinking of contemporary Roman studies – ‘Romanisation’ – which, in the last three decades, has been rejected in favour of more nuanced concepts of cultural interaction (Woolf, 1997; Wells, 1999; Mattingly, 2004; Wallace-Hadrill, 2008; Pitts and Versluys, 2015; Witcher, 2017). A further issue is that ‘North and South’ was produced prior to extensive publications of Meroitic sites between the 3rd and 4th Cataract: namely, Dukki Gel (Bonnet, 2019), Sedeinga (Rilly and Francigny, 2018; Rilly *et al*, 2020), Sai (Francigny, 2014), Missiminia (Vila, 1982) and Amir Abdallah (Fernández, 1983; 1984). This ‘middle region’ of the Meroitic kingdom was, therefore, absent from Adams’ analysis which necessitated his problematic comparison between the royal monuments of the Meroitic Butana and the non-royal remains of Lower Nubia. The result

¹² Here, it is well to consider Adams’ (1977, p. 295) unfortunate comment in his seminal work *Nubia Corridor to Africa*: ‘Meroitic civilization is no more the simple and direct culmination of Napatan civilization than is Ptolemaic Egypt the climax of the pharaonic ages. Each represents a major cultural renaissance after centuries of stagnation and decline. The revitalizing force in each case was the same: contact with, and partial integration into, the classical world.’ For discussion of academic racism in the archaeology of Sudan, see Trigger (1994) and Matic (2018).

was an artificial, and ultimately unhelpful, contrast that continued to influence later studies of Meroë's interaction with Graeco-Roman Egypt.¹³

This brief review of scholarly thought is pertinent to the present paper as it reveals two prior assumptions concerning Meroë's place in Lower Nubia:

- i. 1st millennium BCE Lower Nubia did not support a significant population until it was 'resettled' by Meroë in the mid-late Ptolemaic (Firth, 1915; Griffith, 1924) or early-Roman period (Adams 1976).
- ii. The Meroitic population of Lower Nubia was acculturated by material contact with Graeco-Roman Egypt.

A primary focus of the author's doctoral research was to challenge these assumptions by reassessing the unpublished records and objects of Lower Nubia's premier Meroitic cemetery, Faras. The first task was to produce a reliable chronology of the site that was based on quantitative data, not empirical observation relying on assumptions concerning Meroë's activities in Lower Nubia. This was accomplished using correspondence analysis to complete a seriation of pottery which was then tested against stratigraphic data, imported objects with absolute dates, and historical reconstruction. The result was a sequence of eight archaeological phases beginning c.275 BCE, lasting throughout the Meroitic period, and concluding with a limited post-Meroitic phase in the 4th or 5th centuries CE (Table 1).

Table 1. The author's chronology of Faras and its corresponding periods in Kush and Egypt.

Faras		Corresponding epoch	
Period	Approximate date range	Kush	Egypt
0	275 – 200 BCE	Early-mid Meroitic	Ptolemaic
1A	200 – 100 BCE		
1B	100 – 21 BCE		
2A	21 BCE – 75 CE	Mid-late Meroitic	Roman
2B	75 – 150 CE		
3A	150 – 250 CE		
3B	250 – 300+ CE		
4	4 th /5 th century CE	Post-Meroitic	Late Roman

¹³ The influence of Adams' economic separation and reliance on 'gift exchange' to explain the presence of imports in the Butana is apparent in Török's (1989) *Kush and the External World*, although Török (1987b) did reject the wider North-South model. Despite over privileging visually-impressive material from royal graves at the expense of humbler imports from non-royal contexts, Török's 1989 paper is still the most comprehensive and widely-referenced discussion of Meroë's material interaction with Egypt.

Having established this chronology, it was possible to present a nuanced assessment of material connectivity at Faras and, through the lens of funerary tradition, challenge the assumption that its inhabitants were acculturated by sustained contact with Egypt. It is the question of material and cultural change on the Meroitic frontier that is addressed in this paper. To commence, a chronological overview of the types of imported objects appearing at Faras is presented.

3. Imported objects – a chronological overview

Faras' location on the frontier with Egypt granted it access to wide-ranging commercial networks and imported objects were regularly utilised in funerary assemblages. The first imports appeared in graves belonging to Period 0, the earliest phase of the author's revised chronology (c.275-200 BCE). Graves assigned to this period were axial chambers with entrances orientated to the southeast and small, aceramic assemblages that often included a single bronze vessel and pair of heavy bronze anklets. Their structure, arrangement and lack of pottery parallels early 3rd century BCE graves at Amir Abdallah, c.200 km further south in the Abri-Delgo Reach (Fernández, 1983).¹⁴ Reflecting proximity to the frontier, most of the bronzeware present at Faras, however, was imported from Egypt. Amongst these were a decorated bowl (Figure 2a), two lotiform beakers (Figure 2b), two mirrors, and a series of carinated vessels corresponding to a well-known type that is often referred to as an 'Achaemenid deep bowl' (Figure 2c). This distinctive shape was popular during the Persian rule of Egypt and continued to be produced into the early Ptolemaic period (Strong, 1966, pp. 99-101). Closely comparable examples, often of silver, are published from 4th – 3rd century BCE contexts in Egypt and are also known from contemporary sites elsewhere in Kush (E.g. Dumbrell, 1971, Fig. 2; Dunham, 1957, Fig. 18).¹⁵ The earliest imports at Faras were, therefore, orientated towards drinking and reflect a point in the site's chronology when its inhabitants entertained close commercial links with Upper Egypt that facilitated access to luxury metalware, but had not yet adopted pottery as the mainstay of funerary assemblages.

¹⁴ Graves of Amir Abdallah 'Generation 1': see Fernández, 1983, pp. 764-66, 1143-80 (grave nos. 394, 398, 399, 404, 407-428).

¹⁵ A spectacular example from Meroë South is now in the Boston Museum of Fine Arts (no. 24.1041).

The arrival of pottery, and a general shift towards ‘typical’ Meroitic mortuary practice associated with Osirian beliefs (Yellin, 1995, p. 2885; Francigny, 2016, pp. 103-05), came in the 2nd century BCE (Period 1A) and corresponds to Arkamani and Adikhalamani-Tabirqo’s move into Lower Nubia (*supra, note 3*). A new emphasis on liquid storage was introduced and most graves assigned to this phase contained a locally-produced ceramic jar and cup arranged at the head of the interment. This combination of vessels set the pattern of funerary ritual at Faras for the next five centuries and continued the emphasis on drinking that was already apparent in Period 0. The gourd-shaped jars correspond to typical early Meroitic forms and are widely paralleled in the pottery of contemporary Amir Abdallah (Fernández, 1984, pp. 57-59). Reflecting this political and material shift south, the availability of imports declined: the rare inclusion of Upper Egyptian pottery (Figure 2d), a bronze *mastos* of typical Ptolemaic type (Figure 2e), a *klepsydra* strainer (Figure 2f), and a bronze ladle with a bird’s-head terminal represent the only exceptions (Figure 2g).

In the final century BCE (Period 1B), Egyptian imports became more common. The availability of Upper Egyptian ceramics produced in ‘Aswan Pink Ware’ increased, and imported goblets (Figure 2h), jugs (Figure 2i), *askoi* (Figure 2j), *amphorae* (Figure 3a), *klepsydrae* and lug-handled jars (Figure 3b) frequently augmented the typical combination of local cup and jar. The *amphorae* were particularly popular and often painted with solid black ‘Silhouette Style’ designs comprising bands, wavy lines, sprigs, stars and vine scrolls (Figure 3a).¹⁶ They would have been imported as containers for liquid commodities, namely wine, to be redeployed as an alternative to water, milk or locally-produced beer (Francigny, 2016, pp. 105-08; Bashir, 2019, p. 79). Whilst the availability of such vessels certainly increased in the late Ptolemaic period, it was not, however, until the Roman annexation of Egypt that a significant material shift at Faras occurred.

¹⁶ For the ‘Silhouette Style’ in Meroitic ceramic studies, see Török, 1987a, pp. 78-80; 1987b, pp. 190-92; 1994.

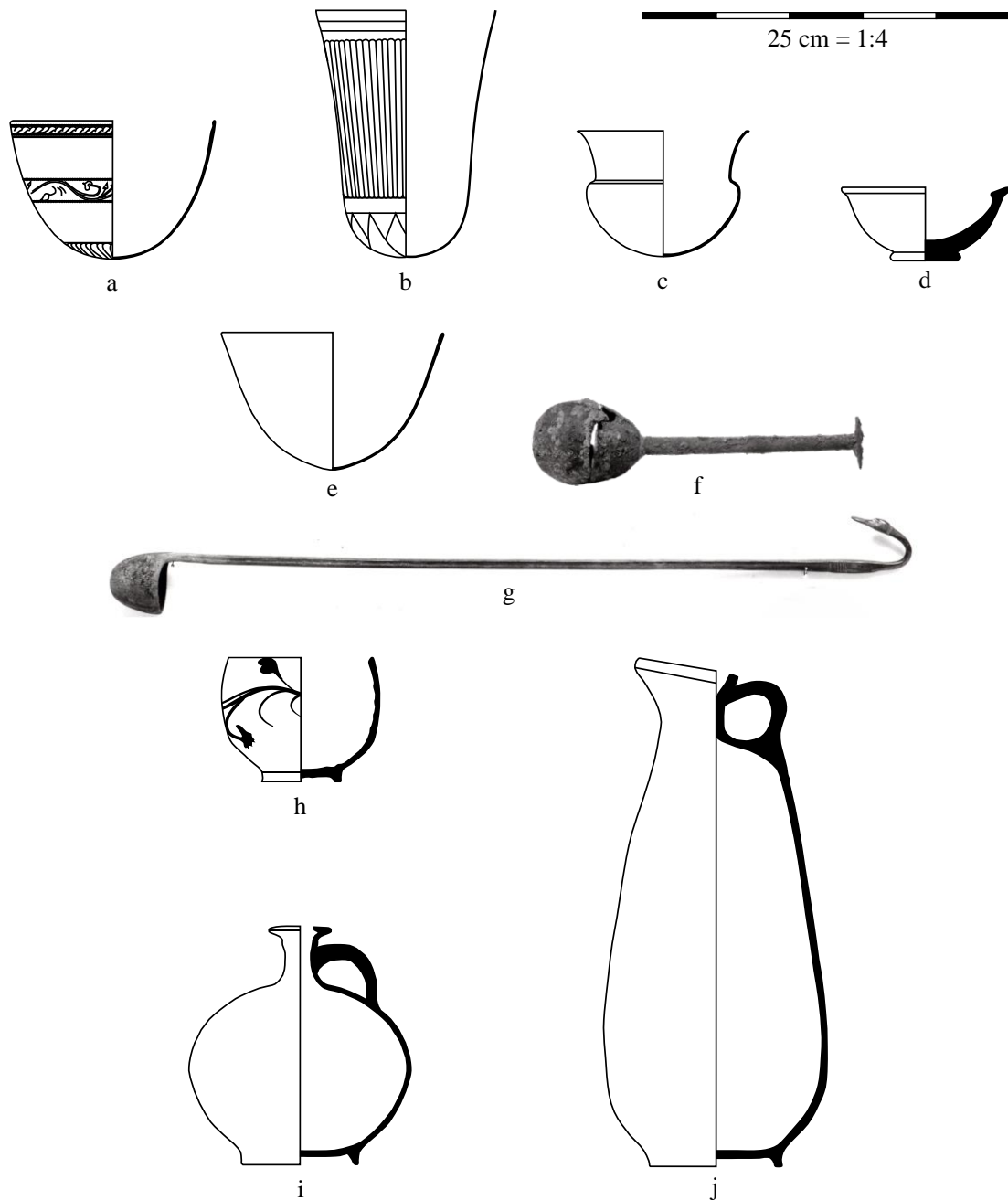


Figure 2. Imported objects at Faras (Periods 0-1B). a) bronze *mastos*, grave 2589; b) bronze beaker, grave 2588; c) bronze Achaemenid Bowl, grave 365; d) ceramic bowl, grave 2040; e) bronze *mastos*, grave 596; f) bronze *klepsydra*, grave 2323; g) bronze ladle, grave 2881; h) ceramic goblet, grave 2888; i) ceramic jug, grave 2468; j) ceramic *askos*, grave 804.

Drawn by the author (© H. C. Bishop-Wright), excluding f and g which are reproduced from Griffith, 1924, Pl. LV.2/9.

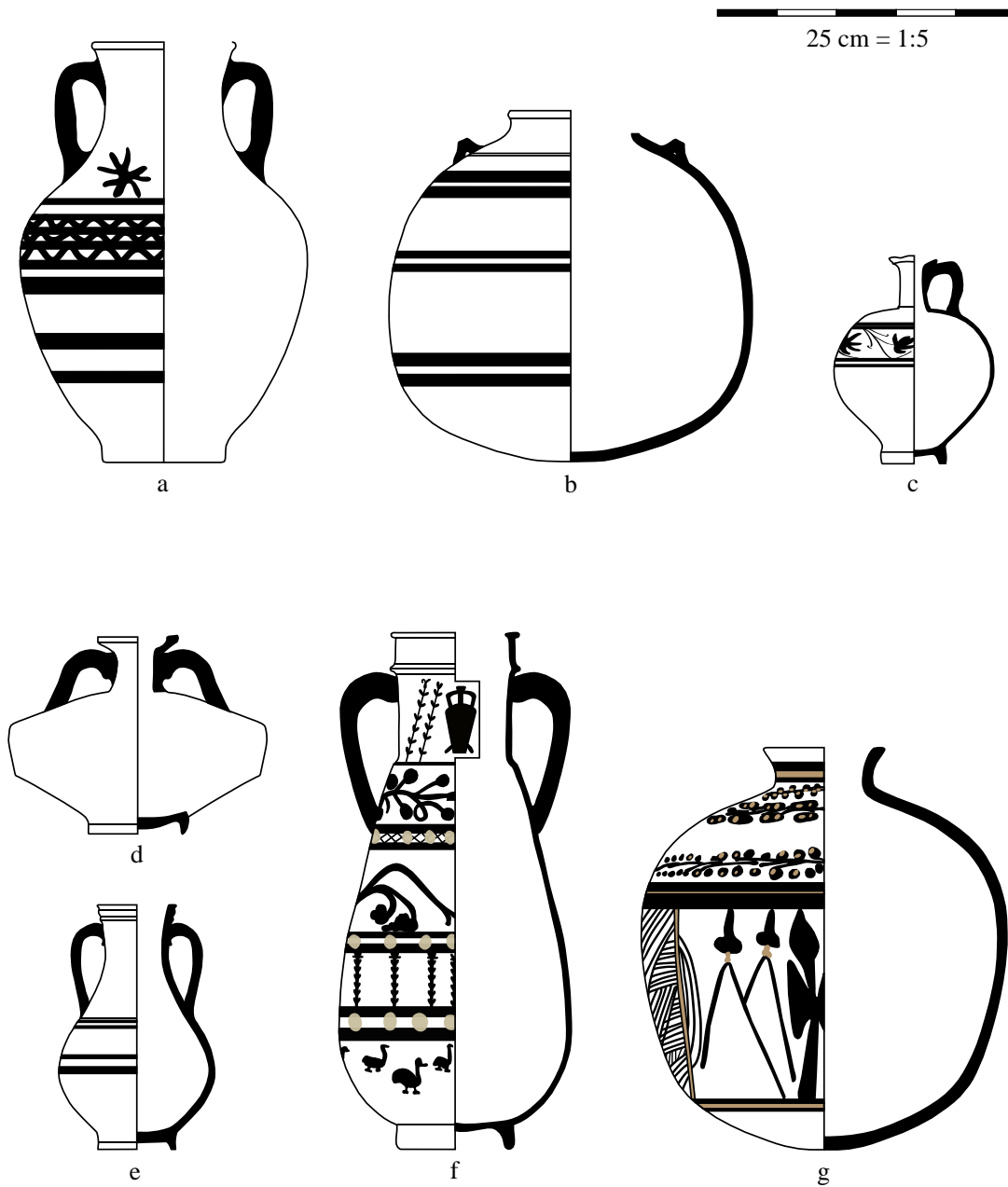


Figure 3. Imported objects at Faras (Periods 1B-2B). a) ceramic amphora, grave 2872; b) ceramic jar, grave 2468; c) ceramic jug, grave 1092; d) ceramic amphora, grave 2006; e) ceramic amphora, grave 2606a; f) ceramic amphora, grave 1226; g) ceramic jar, grave 1091.

Drawn by the author (© H. C. Bishop-Wright).

The peace treaty that concluded the Romano-Meroitic War of the 20s BCE heralded a period of political stability in Lower Nubia and increased commerce between Kush and Egypt. The establishment of Rome's southern frontier also resulted in the stationing of three auxiliary cohorts at Aswan, with forward command posts set up as far south as Maharraqa (Speidel, 1988; Hölbl, 1990; Maxfield, 2009, p. 77). For at least part of the 1st century CE, an additional Roman outpost was maintained at the hilltop fortification of Qasr Ibrim, c.100 km upriver of the frontier in what was technically Meroitic territory (Adams, 1983, pp. 196-97; Adams *et al*, 1983, pp. 57-59; Wilkins *et al*, 2006).¹⁷ Its primary function may have been to safeguard against local uprising but, considering the lack of evidence for further conflict, its 'day-to-day' role was probably that of an *emporium* within easy distance of major Meroitic settlement. The existence of such a commercial hub in the southern half of Lower Nubia, combined with the territory's refreshed role as an economic corridor, resulted in an explosion of imported objects at Faras that lasted into the middle of the 2nd century CE (Periods 2A-B).

Imported pottery increased and up to 50% of ceramics from graves of this period were of Upper Egyptian origin. Consistent with the 2nd and 1st century BCE assemblages (Period 1A-B), imports were restricted to vessels functionally associated with the consumption, service, storage or transport of liquids: namely, jugs (Figure 3c), *amphorae* (Figure 3d-f), globular storage jars (Figure 3g) and goblets (Figure 4a-c). Although predominantly plain, these were occasionally painted with complex 'Silhouette Style' schemes that focussed on vegetal motifs and, for later examples, included cream-coloured highlights (Figure 3f-g). From the end of the 1st century CE, an unusual form of raised-slip decoration commonly termed 'barbotine' was also found on squat goblets produced at Aswan (Figure 4b-c).¹⁸ Beyond ceramics, the Roman annexation of Egypt introduced glassware to Faras which, from the mid-1st century CE, began to appear in assemblages (Bishop-Wright, 2023). Excluding a single mould-blown beaker, such vessels were restricted to utilitarian *unguentaria* (Figure 4d-e) associated with the trade of powdered kohl (eye makeup) or scented oils (Hofmann, 1978, p. 201; Silvano, 2012, p. 48; Francigny and David, 2013, p. 111). Regarding metalware, the simple hemispherical

¹⁷ For a summary of archaeological work at Qasr Ibrim, see Rose, 2011; for doubt over the longevity of Roman occupation after the Romano-Meroitic War (*supra*, note 4), see Török, 1987b, pp. 163-66; Horton, 1991, p. 271; Welsby, 1998, p. 167.

¹⁸ For Aswani Barbotine Ware, see Rodziewicz, 2005, p. 79; Tomber, 2006, pp. 25-26.

bronze bowls that were relatively common at Faras were likely Meroitic productions,¹⁹ but several bronze mirrors, saucepans and jugs of recognisably Graeco-Roman form were certainly imported (Figure 4f).

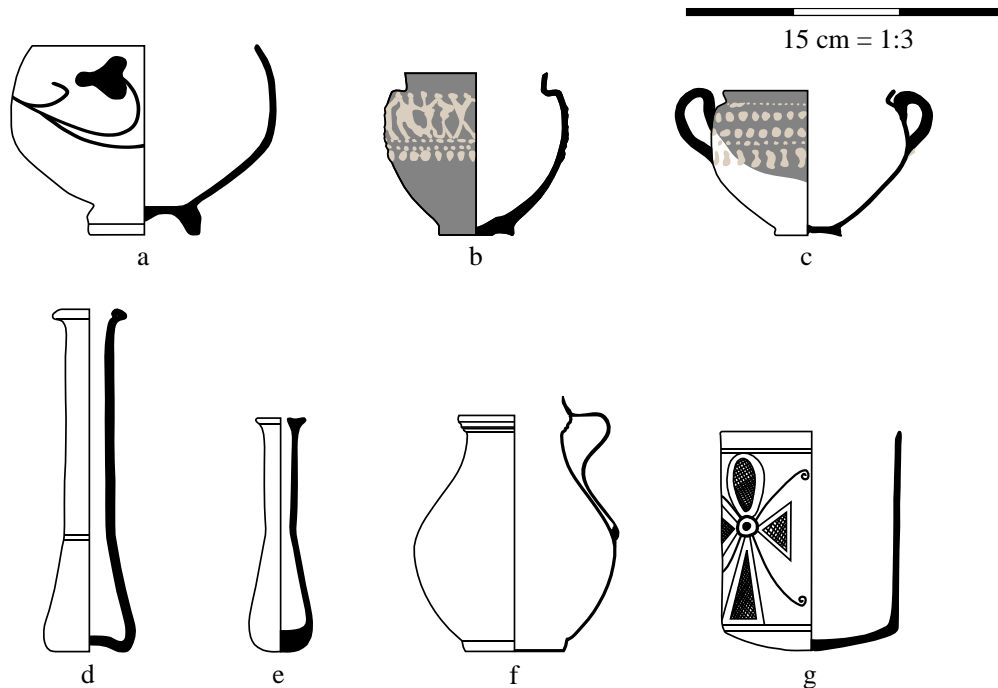


Figure 4. Imported objects at Faras (Periods 2A-2B). a) ceramic goblet, grave 2676; b) barbotine goblet, grave 2065; c) barbotine goblet, grave 2698; d) glass *unguentarium*, grave 2606a; e) glass *unguentarium*, grave 706a; f) bronze jug, grave 2041; g) ceramic ‘Academic School’ beaker, grave 2097.

Drawn by the author (© H. C. Bishop-Wright).

In sum, the period following the Romano-Meroitic War was characterised by a marked increase in both the quantity and range of imported objects at Faras. A further result of this conflict was that, for the first time since the early 2nd century BCE, Meroë entertained an active political presence in Lower Nubia. Indeed, by the end of the 1st century CE, Faras was an important regional capital that hosted the burials of at least two Meroitic viceroys (Griffith, 1922, nos. 21, 43).²⁰ This encouraged a growth in material contact with the Butana which is clearly evidenced by the arrival of thin-walled pottery

¹⁹ There is surprisingly little published research on Meroitic bronzeworking, particularly that concerning the production of utilitarian vessels. However, the presence of bronze bowls on early Meroitic sites that predate the arrival of imports (Fernández, 1984, pp. 60-62), combined with the existence of a bronze workshop at Dukki Gel (Bonnet, 2019, p. 182), recommend that these Faras vessels were either local productions or traded north from the Fourth Cataract.

²⁰ Tasamerekh and Khalalacherer. Cf. Rilly and De Voogt, 2012, p. 54, Table 2.3 (REM 0521, 0543).

corresponding to southern Meroitic ceramic styles (Figure 4g). These high-quality vessels were painted according to Wenig's (1978, p. 95, pp. 291-92, nos. 239-41) 'Academic School' and, based on the use of white kaolin, at least some examples from Faras must have been imported from the Butana (Robertson, 1992, p. 47). To reach Lower Nubia, these vessels travelled considerably further than the Upper Egyptian products of Aswan and indicate Faras' prominence within the Meroitic kingdom as a key mediator of trade with Egypt.

From the mid-2nd century CE (Period 3A), the importance of Faras as a major centre continued to increase and a new area of the cemetery dedicated to elite Meroitic burial practice was inaugurated. This is evidenced by the introduction of pyramidal superstructures that replicated the royal tombs at Napata and Meroë, and the use of inscribed offering tables and stele that are palaeographically dated to the 2nd – 3rd centuries CE.²¹ From these inscriptions, we learn that various individuals buried at Faras held important political offices in Lower Nubia and entertained familial relationships with other Meroitic centres stretching at least as far south as Sedeinga (Griffith, 1912, no. 129; 1922, no. 4; Rilly and Francigny 2018, p. 74). The arrival of this Meroitic elite corresponds to the standardisation and mass-production of local ceramic jars and cups, and a decrease in imported objects. Upper Egyptian jugs (Figure 5a), goblets (Figure 5b), *amphorae* and jars were still available, and several new types of glassware also appeared (Figure 5c-d), but the relative frequency at which such imports were utilised in assemblages decreased markedly.²² Combined with the standardisation of local pottery forms, this resulted in a far more homogenous *objectscape* than that of the 1st and early-2nd century CE.²³ Thus, regardless of assemblage size or wealth, graves of Period 3A were characterised by the inclusion of standardised local 'bag-shaped' jars, often capped by squat cups that fitted neatly over the jar's mouth as if to enhance the appearance of a drinking set (Figure 6). Significantly, this functional pairing of vessels for liquid storage

²¹ This dating is based on Rilly and De Voogt's (2012, pp. 51-56) work on palaeography and corresponds to the original dating proposed by Griffith (1922). The only inscriptions to predate the 2nd century CE are those of the two Meroitic viceroys (*supra*, note 20) which correspond to Rilly and De Voogt's 'Transitional B' phase of Meroitic cursive (1st century CE). All other inscriptions from Faras are assigned to 'Transitional C' or 'Late A' (2nd – 3rd century CE).

²² A possible explanation for this decrease in imports is that the cost of Egyptian commodities (and their transport) increased owing to economic disruption in Egypt which, in the late 2nd century CE, suffered the 'Antonine Plague' and a series of poor inundations (Scheidel, 2002, pp.103-04; Elliot, 2016; Duncan-Jones, 2018). These issues are fully discussed in the author's PhD thesis (*supra*, note 6).

²³ The term '*objectscape*' is adopted from Pitts (2019, p. 7) and, for this paper, denotes the total objects from any single period at Faras (cf. Table 1).

and consumption reinforced the mortuary tradition that had defined graves at Faras since the 2nd century BCE (Period 1A).

The terminal Meroitic phase at Faras commenced c.250 CE (Period 3B) and lasted into the early 4th century CE whereupon the cemetery was abandoned. The same standardised ceramics that characterised Period 3A continued to be used, as did limited Egyptian jugs, goblets, and glass vessels. Several large assemblages even yielded Mediterranean transport *amphorae* (Figure 5e-g).²⁴

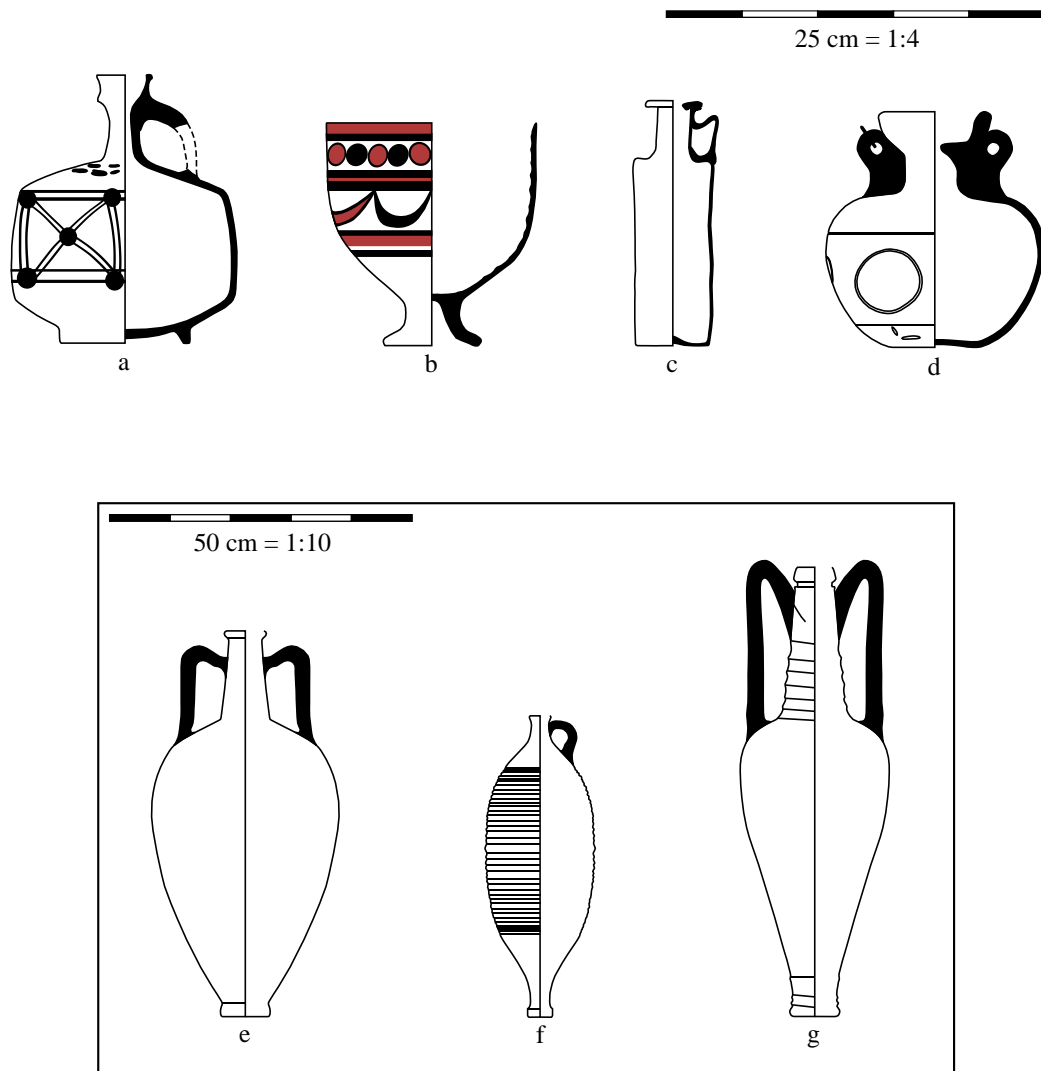


Figure 5. Imported objects at Faras (Periods 3A-3B). a) ceramic jug, grave 2486; b) ceramic goblet, grave 2096; c) glass flagon, grave 2498; d) glass *aryballos*, grave 2643; e-f) Mediterranean transport *amphorae* (Peacock and Williams, 1986, Classes 42, 45, 47).

Drawn by the author (© H. C. Bishop-Wright).

²⁴ Griffith, 1924, Pl. XXIII-XXIV (forms XLV, XLVIIIk and XLIXb). Cf. Peacock and Williams, 1986, pp. 180-81 ('Class 42'), 188-90 ('Class 45'), 193-95 ('Class 47'); Hofmann, 1991, p. 241 ('Typ 7/8'), 242 ('Typ 12').



Figure 6. A photograph of Faras grave 1028 (Period 3A), taken during Griffith's excavation of the site c.1911. The standardised ceramic jars and cups arranged around the burial's right arm are Meroitic productions and characterise mid-2nd to 3rd century CE assemblages at Faras.

Reproduced with permission of the Griffith Institute, University of Oxford (F. 470).

In general, however, Period 3B saw a decrease in imports and, by the end of the 3rd century CE, Faras no longer functioned as a major regional centre. This decline was a result of broader changes in Lower Nubia – plague, increasing desert raids, changing subsistence patterns, commercial competition with Aksum – and foreshadowed the territory’s entrance into its post-Meroitic phase (Hofmann, 1978, pp. 187-90; Török, 1987b, pp. 178-79; Eide *et al*, 1998, pp. 948-53; Fuller, 2014). Contemporaneous with these Lower Nubian issues, Meroe lost territory in the Butana to independent desert groups and suffered a series of military incursions from Aksum that culminated with Ezana’s invasion c.350 CE (Kirwan, 1960; Burstein, 1981; Török, 1987b, pp. 176-78). This event traditionally marks the ‘end of Meroë’ and resulted in the disintegration of Kush into various independent splinter kingdoms, the northernmost of which emerged in late-4th-century CE Lower Nubia with new centres of power at Kalabsha, Sayala and Qustul (Williams, 1991b, pp. 17-19; Edwards, 2004, pp. 182-211; Török, 2009, pp. 515-30).

4. Funerary tradition at Meroitic Faras: ‘Dying for a Drink’

This outline of imported objects at Meroitic Faras offers a broad chronological overview of material change from the early 3rd century BCE to the 4th century CE. Throughout this period, imports were consistently utilised in funerary assemblages, particularly in the century that directly followed the Romano-Meroitic war (Period 2A-B). Here, the availability of imports increased dramatically and amounted to what has been described as a material explosion resulting in a far more heterogenous *objectscape* than that which characterised the preceding three centuries (Periods 0-1B). Returning to Adams’ (1976) model of Meroitic ‘North and South’, this phase of increased material connectivity should have encouraged cultural change that supports the broader notion of Meroitic Lower Nubia becoming a ‘civilised’ buffer of Roman Egypt. As discussed, this relies on a ‘centre and periphery’ model of cultural interaction popularised in late 20th century conceptions of Rome’s early imperial expansion (Hedeager, 1987. Cf. Egri, 2017). A key aspect of this model is the assumption that sustained exposure to Roman material culture by non-Roman groups resulted in changing behaviours encapsulated by the term ‘Romanisation’. For example, the uptake of standardised Roman pottery within non-Roman groups might be interpreted as evidence of cultural change – a desire to

‘become Roman’ – without necessarily considering *how* this material was used and whether its uptake really encouraged new practice.

To a certain extent, this model has merit. An influx of morphologically and aesthetically exotic pottery, combined with some knowledge of its associated function, would provide new opportunities to express status and identity that might lead to modifications in practice. Such transformations are perceivable, for example, in mortuary assemblages of Northwest Europe where the adoption of *terra sigillata* tableware in the Augustan-Tiberian period evidences a shift away from previously drink-orientated funerary ritual to an emphasis on the display of solid food (Pitts, 2019, p. 83). This does not necessarily equate to ‘Romanisation’, but it does indicate adaptation to the new socio-political Roman landscape where previously unavailable classes of object could be used as tools to reinforce status. Thus, a local elite in post-conquest Gaul might wish to be buried with a set of imported tableware in an attempt to garner prestige by showing awareness of Roman dining tradition (Pitts, 2019, p. 85). Without subscribing to Adams’ acculturation-based model of frontier exchange, it would not, therefore, be unreasonable to hypothesise a change in funerary practice at Faras that parallels the 1st century CE increase in imported objects. Curiously, this transition is not apparent.

From its early 3rd century BCE foundations, the dominant aspect of funerary ritual at Faras was drinking and libation. This is evident in the earliest graves of Period 0 which, although predating the use of ceramics, often contained an Achaemenid deep bowl suited to the consumption of heavily sedimented beverages (cf. Hamilton, 1966, p. 2). From the 2nd century BCE this focus became more acute and, corresponding to the Meroitic push north under Arkamani, assemblages at Faras began to incorporate vessels for liquid storage. Hence, graves of this period usually contained some form of locally-produced ceramic jar and drinking vessel. From the 2nd century BCE, a further change occurred: imported pottery began to be utilised. Reflecting the local taste for drinking, however, most imports were associated with the storage, consumption, or service of liquids. Hence, throughout the use-life of Faras, the most popular vessel types were jars, *amphorae*, jugs, bowls, cups and goblets (Table 2). Indeed, of the 2859 diagnostic ceramic vessels recovered from the cemetery, the only examples associated with solid food are two imported plates.

The combination of local jar and cup that emerged in the early 2nd century BCE occurred before imported objects were widely available and was maintained even after the early Roman object explosion of Periods 2A-B. It also aligns with ‘typical’ Meroitic

mortuary ritual focussing on drinking and libation, and corresponds to contemporary funerary assemblages further south in the Abri-Delgo Reach (*supra*). It is reasonable to conclude, therefore, that this shift was a consequence of Meroë’s increasing political presence in Lower Nubia during the reigns of Arkamani and Adikhalamani-Tabirqo.

Table 2. Diagnostic ceramic vessels from Meroitic Faras, organised by functional group.

Functional group	Count
Jars	1352
Bowls/cups/goblets (drinking vessels)	959
Jugs	330
<i>Amphorae</i> (table)	107
<i>Amphorae</i> (transport)	81
Bottles	15
<i>Klepsydrae</i>	8
Censers	5
Plates	2
Total	2859

The inclusion of vessels for liquid storage lasted until the end of Meroitic Faras and continued the pre-existing focus on drinking. Indeed, from Period 1A-3B, at least 73% of assemblages per period contained a ceramic jar, and at least 42% contained a drinking vessel (Figure 7). Imported jugs and *amphorae* were less common and, reflecting the availability of Aswani pottery, only widely utilised in Periods 1B-2B. More nuanced analysis also demonstrates that these imported vessel types were seldom included in an assemblage unless the traditional requirement for a jar and cup was met.

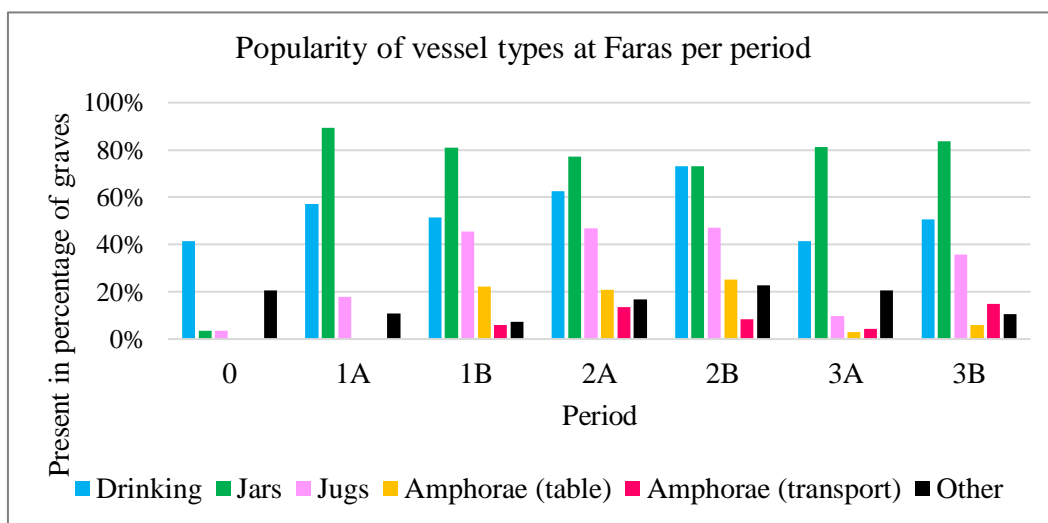


Figure 7. Popularity of different vessel types in assemblages at Faras through time. For vessel types, see Table 2.

© H. C. Bishop-Wright.

Figure 8 shows how frequently, and in what combinations, the three most popular vessel types at Faras (jars, drinking vessels and jugs, see Table 2) appeared in assemblages. Regardless of date, jars and drinking vessels were frequently combined and, particularly in Periods 2A-B, a jug may also have been included. The presence of all three vessel types resulted in an assemblage accommodating liquid storage, consumption, and service. Jugs, however, were seldom utilised unless a jar and drinking vessel was present, and drinking vessels were only popular if a jar was present. Thus, there is a perceivable hierarchy of functional desirability at Faras:

- Vessels for liquid storage (jars) were essential.
- Drinking vessels were desirable, particularly when paired with jars.
- Service vessels (jugs) were also desirable, but only when combined with storage and drinking vessels.

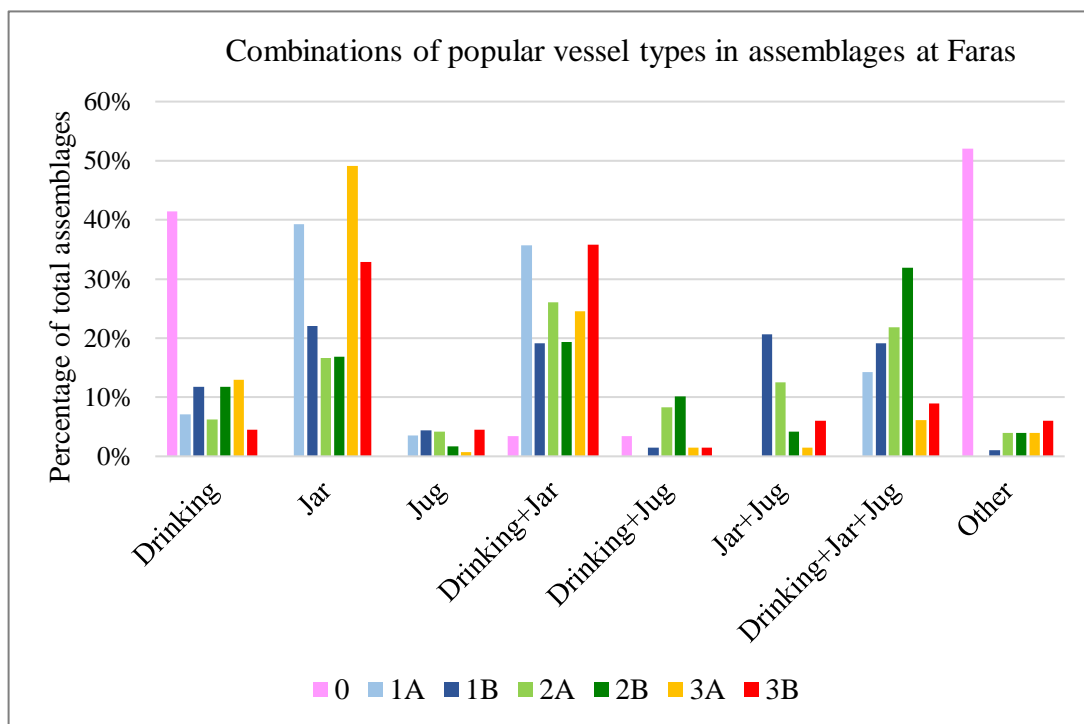


Figure 8. Combinations of popular vessel types in assemblages at Faras through time. For vessel types, see Table 2.

© H. C. Bishop-Wright.

Based on this model, jars were the fundamental component of funerary assemblages, and it was highly desirable to combine them with a bowl, cup or goblet. Thus, the basic combination of vessels for liquid storage and consumption was achieved.

A jug might augment this to create an ‘ideal drinking set’ that also comprised a vessel for liquid service, but its perceived value was dependent on the presence of storage and consumption vessels. Hence, it was extremely unlikely to be included in an assemblage without these components (Figure 8). This material formula was consistent from c.200 BCE to 300 CE and, despite prolonged contact with Ptolemaic-Roman Egypt, Meroitic funerary practice at Faras maintained its focus on drinking.

The influx of imported objects that characterised the 1st century CE did little to change this tradition. Indeed, c.150 CE the combination of storage and drinking vessels was reinforced by the appearance of locally-produced, standardised, bag-shaped jars and squat cups that came to dominate the material repertoire of Periods 3A-B (Figure 6). The appearance of these forms coincides with the arrival of a Meroitic elite class (Period 3A) and directly follows a period of intense contact with Roman Egypt that resulted in unprecedented material choice at Faras (Periods 2A-B). Considering these observations, I suggested in my PhD thesis that the standardisation and local production of the two fundamental components of funerary ritual – the jar and cup – was a reaction against the 1st century CE influx of imported objects by the newly-installed Meroitic elite. It resulted in a homogenised *objectscape* that promoted a single mortuary identity by reasserting the traditional reliance on vessels for liquid storage and consumption. If correct, this hypothesis of ‘standardising death’ at Meroitic Faras occurred at a point in the site’s chronology when intense material contacts with Roman Egypt began to compromise the conservatism of funerary ritual. Had this process continued into the late 2nd and 3rd centuries CE, it is possible that Faras may have undergone a similar process of change to that discussed above in post-conquest Gaul. Instead, the standardisation of jars and cups reinforced tradition and can be viewed as part of an active process whereby Meroë sought to assert its presence in the frontier region by perpetuating a distinctly non-Roman identity through mortuary tradition.

5. The use of imported objects in funerary assemblages

Having established that the fundamental funerary tradition at Faras was based on the storage and consumption of liquids, it is instructive to consider how imported objects were selected and utilised.

Throughout the use-life of Faras, numerous objects were imported from Egypt and, as summarised in Section 3, they incorporated significant morphological and decorative

range. Tableware (plates, platters and dishes), however, was extremely rare and the only well-documented example is a fragmentary Eastern Sigillata A platter whose sherds were distributed amongst the disturbed remains of three different graves.²⁵ The absence of such flat vessels is significant as it was evidently not a result of supply issues: they are known from Roman military deposits north of Maharraqa (Firth, 1915, pp. 25-29), and were produced in the ceramic factory on Elephantine (Rodziewicz, 2005, p. 63, Pl. 49-54, 57-60). Considering the evidence for sustained material exchange on the frontier, and the ubiquity of other Upper Egyptian pottery at Faras, there is no reason that plates and platters could not also have been imported. That they did not function as containers for trade commodities may have been a deterrent, but this is unlikely to be the explanation as Aswani goblets equally unsuited to the transport of goods were widely used at Faras (Figure 4a-c). Supply issues discounted, the reason for their absence must, instead, relate to demand.

If the imports at Faras are considered holistically, a recurring theme is that they were almost always associated with drinking. Thus, despite their morphological and decorative range, from a functional perspective they were not particularly diverse. The common Upper Egyptian jugs and *amphorae* have already been considered within the context of liquid service, storage, and transport. But less-frequent imports were equally well suited to a funerary practice focussed on drinking. For example, the distinctive barbotine goblets of late 1st – early 2nd century CE Aswan were employed as alternatives to local drinking cups, the bronze saucepans and ladles were used to serve wine (Strong, 1966, p. 145), and the peculiar *klepsydrae* that appeared in both ceramic and bronze functioned to serve heavily-sedimented beverages in much the same way as the popular 19th century ‘Toddy Lifter’ was used to serve punch (Devries, 1973).

Whether for consumption, service or storage, these imports could all be employed in drinking or libation. In contrast, flat vessels such as plates and platters could hardly be used in conjunction with liquids and were clearly associated with the consumption and display of solid food. Since this had no significant part in funerary ritual at Faras, they found no demand, were never imported, and local craftsmen did not attempt to replicate their form. They were alien objects without functional or conceptual utility and, consequently, were rejected by the inhabitants of Faras who only imported objects that

²⁵ This platter is illustrated by Hayes (1997, p. 53, Fig. 18) and is now held, partially reconstructed, in the collection of the British Museum (EA51512). Its constituent fragments were recovered by Griffith (1925, pp. 161-163) in disturbed contexts associated with Faras grave nos. 2746, 2782 and 2800.

could be redeployed in their local mortuary practice. Such imports then took on new meaning within the Meroitic system without any indication that they ‘acculturated’ their new owners.

That imports were selected according to their ability to align with existing practice accounts for the consistent popularity of vessels for liquid storage, service, and consumption. It also explains the absence of flat tableware associated with solid food, and demonstrates that the Meroitic occupants of Faras exercised a high degree of agency in their material interactions with Egypt. A minority of imports, however, do not have a clear association with drinking and appear to problematise this conclusion. These atypical objects comprise a range of cosmetic items, namely the majority of glassware (*unguentaria* and *aryballoi*) which would have been imported as containers for aromatic oils or powdered kohl.

Kohl was a familiar product in the Meroitic kingdom used as eye makeup and was usually stored in cylinders of turned wood commonly termed ‘kohl tubes’ (Williams, 1991a, pp. 152-55). Owing to the generally poor state of preservation at Faras, these objects did not survive, but compressed cylinders of kohl whose containers had rotted were frequently recovered from assemblages (cf. Griffith, 1925, p. 90, 92). Complete examples of turned wooden tubes, sometimes ornamented with ivory inlay, are also known from other Meroitic sites where conditions were more favourable to the survival of wood (Woolley and Randall-MacIver, 1910, Pl. 23).²⁶ It would seem, therefore, that alongside the dominant place of drinking and libation, there was an allowance for cosmetic products in Meroitic funerary ritual. Hence, kohl and bronze mirrors predate even the use of pottery at Faras and were present in the earliest graves of Period 0.

The blown-glass *unguentaria* available at Faras from the mid-1st century CE are remarkably similar in form to the traditional wooden tubes and, if imported as containers of kohl, served the same purpose. This functional and morphological similarity meant that, despite their unusual material (glass), the *unguentaria* could be absorbed into local practice without necessitating a change in behaviour. The glass bottles simply represented an exotic alternative to an accepted class of object with an established function in funerary ritual. A similar statement is also true of glass *aryballoi* and thinner-walled *unguentaria* that were imported as receptacles for aromatic oils. In addition to aligning with funerary

²⁶ A superb example from Karandòg is held in the collection of the University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, Philadelphia (E7514).

ritual's sub-focus on cosmetics, such commodities were an established part of Meroitic mortuary preparation and were used to embalm and sanitise the body prior to its interment (Francigny, 2016, p. 102.). The glass oil containers that appeared at Faras in the early-Roman period merely supplemented the diminutive pottery *lekythoi* that were already imported for the same purpose (cf. David, 2019, p. 889).

Considering these observations, it is difficult to identify any class of imported object at Faras that was consistently deployed in funerary ritual and did not align with the dominant focus on drinking and libation, or the sub-focus on cosmetics. It is possible to isolate specific imports that do not align with these themes: for example, a set of millefiori glass gaming pieces and a pair of ivory dice from Grave 2581, or the aforementioned Eastern Sigillata platter.²⁷ However, these objects had no function within the extremely conservative mortuary tradition at Faras and represent little more than isolated curios: they did not encourage systemic change and were not widely used. From the perspective of funerary practice, therefore, there is no evidence that the inhabitants of Faras underwent any significant cultural transition as a result of material contact with Egypt. On the contrary, imports were consistently selected according to their ability to be redeployed in local practice and, *contra* Adams (1976), the evidence from Faras refutes any notion that Meroitic Lower Nubia functioned as an acculturated buffer of the classical world.

6. Conclusion

Following a concise introduction to the archaeology of Meroitic Kush (Sections 1-2), this paper summarised specific conclusions from the author's doctoral research that concern the use of imported objects at Faras. It is impossible to comprehensively present the arguments and evidence of a 100,000-word thesis in a relatively short journal article. Consequently, elements of this discussion, namely the new chronology of Faras introduced in Section 2 and the hypothesis of 'standardising death' in Section 4, were necessarily brief. The paper, instead, focussed on how imported objects were deployed in assemblages and what impact they had on funerary practice. It was demonstrated that the basic mortuary tradition at Faras centred on the consumption and storage of liquids and, with some allowance for cosmetic items, this determined the selection and use of imports.

²⁷ The gaming pieces and dice were not published by Griffith. They are now divided between the collections of the Oxford Ashmolean (AN1912.835) and the British Museum (EA51419; EA51695-6).

The focus on drinking is referenced in the paper's title – 'Dying for a Drink' – which was intended to emphasise the fundamental aspect of funerary practice at Faras. Despite centuries of sustained contact with Ptolemaic-Roman Egypt, evidence for a significant shift in this practice is absent. Instead, the people of Faras selected or rejected foreign objects based on their ability to function within the local drink-orientated funerary system. The material repertoire certainly underwent significant changes over the six centuries that the cemetery was in use, particularly in the 1st century CE (Periods 2A-B) when the volume and range of available imports was at its greatest, but the fundamental reliance on a vessel for liquid storage and consumption was maintained. In the mid-2nd century CE (Period 3A), this combination was reinforced by the standardisation of local jars and cups. The increasingly homogenised *objectscape* that emerged reasserted the dominance of traditional drinking forms and, through the lens of mortuary practice, perpetuated Meroitic identity.

Based on this assessment, it is difficult to accept Adams' notion that Meroitic Lower Nubia was an acculturated buffer of Roman Egypt. Evidence of 'Romanisation' is not apparent, and the artificial dichotomy between Lower Nubia and the Butana that is fundamental to the 'North-South' model merely reflects a time when little published work was available from the Abri-Delgo Reach. This situation continues to be rectified by current excavations at the important Meroitic sites of Sai and Sedeinga and, as the understanding of this region develops, the Meroitic kingdom will be seen to have entertained far greater socio-economic interconnections than has traditionally been accepted. Meanwhile, the evidence from Faras demonstrates the continued existence of a distinctly Meroitic identity on the northern frontier, even after centuries of contact with Ptolemaic-Roman Egypt.

Received: 05/15/2022

Approved: 09/12/2022

BIBLIOGRAPHY

- Adams, W. Y. (1976). "Meroitic North and South. A Study in Cultural Contrasts; Author's Response". *Meroitica 2. Meroitic North and South. A Study in Cultural Contrasts*, pp. 11–26, pp. 119–75.
- Adams, W. Y. (1977). *Nubia Corridor to Africa*. London: Allen Lane.
- Adams, W. Y. (1983). "Primis and the 'Aethiopian' Frontier". *Journal of the American Research Center in Egypt* 20, pp. 93–104.
- Adams, W. Y., J. Alexander, and R. Allen (1983). "Qaṣr Ibrīm 1980 and 1982". *The Journal of Egyptian Archaeology* 69, pp. 43–60.
- Arkell, A. J. (1976). "Response". *Meroitica 2. Meroitic North and South. A Study in Cultural Contrasts*, pp. 27–28.
- Bashir, M. S. (2019). "The Role of Sorghum Beer and Porridge in Meroitic Society". *The South African Archaeological Bulletin* 74 (210), pp. 76–81.
- Bishop-Wright, H. C. (2021). "Chronology and Connectivity at Meroitic Faras". PhD Thesis (Unpublished), University of Exeter.
- Bishop-Wright, H. C. (2023). "Glass Vessels from the Meroitic Cemetery at Faras, Sudanese Nubia". *Annals of the 22nd Congress of the International Association for the History of Glass*.
- Bonnet, C. (2019). *The Black Kingdom of the Nile*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Bosanquet, R. C. (1912). "On the Bronze Portrait-Head". In *University of Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology*, 4, pp. 66–71. Liverpool: Liverpool University Press.
- Budge, E. A. W. (1907). *The Egyptian Sūdân Its History and Monuments*. Vol. 1. 2 vols. London: Kegan Paul.
- Burstein, S. M. (1981). "Axum and the Fall of Meroe". *Journal of the American Research Center in Egypt* 18, pp. 47–50.
- David, R. (2019). "Ceramic Industries of Meroitic Sudan". In *Handbook of Ancient Nubia*, edited by D. Raue, pp. 875–95. De Gruyter Reference. Berlin: De Gruyter.
- Devries, C. E. (1973). "An Enigmatic Pottery Form from Meroitic Nubia". *Journal of Near Eastern Studies* 32 (1/2), pp. 62–69.
- Dumbrell, W. J. (1971). "The Tell El-Maskhuta Bowls and the 'Kingdom' of Qedar in the Persian Period". *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 203, pp. 33–44.

- Duncan-Jones, R. (2018). "The Antonine Plague Revisited". *Arctos. Acta Philologica Fennica* 52, pp. 41–72.
- Dunham, D. (1957). *Royal Tombs at Meroë and Barkal*. The Royal Cemeteries of Kush 15. Boston, MA: Museum of Fine Arts.
- Edwards, D. N. (1996). *The Archaeology of the Meroitic State. New Perspectives on Its Social and Political Organisation*. Cambridge Monographs in African Archaeology 38. BAR International Series 640. Oxford: BAR.
- Edwards, D. N. (1999). "Meroitic Settlement Archaeology". In *Proceedings of the 8th International Conference for Meroitic Studies*, pp. 65-110. London: British Museum Press.
- Edwards, D. N. (2004). *The Nubian Past, an Archaeology of the Sudan*. London: Routledge.
- Egri, M. (2017). "Connectivity and Social Change: Roman Goods Outside the Empire (100 BCE - 400 CE)". In *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, edited by T. Hodos, pp. 537–52. Routledge Handbooks. London: Routledge.
- Eide, T., T. Hägg, R. H. Pierce, and L. Török, (Eds.) (1996). *Fontes Historiae Nubiorum*. Vol. 2. 4 vols. Bergen: University of Bergen.
- Eide, T., T. Hägg, R. H. Pierce, and L. Török, (Eds.) (1998). *Fontes Historiae Nubiorum*. Vol. 3. 4 vols. Bergen: University of Bergen.
- Elliott, C. (2016). "The Antonine Plague, Climate Change and Local Violence in Roman Egypt". *Past & Present* 231 (1), pp. 3–31.
- Fernández, V. M. (1983). "La Cultura Alto-Meroítica Del Norte de Nubia". Ph.D. Thesis, Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Fernández, V. M. (1984). "Early Meroitic in Northern Sudan: The Assessment of a Nubia Archaeological Culture". *Aula Orientalis* 2 (1), pp. 43–84.
- Firth, C. M. (1915). *The Archaeological Survey of Nubia, Report for 1909-1910*. Cairo: Government Press.
- Francigny, V. (2007). "Faras Oublié". *Mélanges Offerts à Francis Geus, Cahiers de Recherches de l'Institut de Papyrologie et d'Égyptologie de Lille* 26, pp. 99–106.
- Francigny, V. (2014). "An Elite Meroitic Cemetery at Sai Island". In *The Fourth Cataract and Beyond. Proceedings of the 12th International Conference for Nubian Studies*, edited by D. A. Welsby and J. R. Anderson, pp. 797–803. British Museum Publications on Egypt and Sudan 1. Leuven: Peeters.
- Francigny, V. (2016). *Les Coutumes Funéraires Dans Le Royaume de Méroé: Les Enterrements Privés*. Orient & Méditerranée 22. Paris: Editions de Boccard.

- Francigny, V., and R. David (2013). "Dating Funerary Material in the Meroitic Kingdom". *Mitteilungen Der Sudanarchäologischen Gesellschaft Zu Berlin e.V.* 24, pp. 105–15.
- Fuller, D. Q. (2014). "Agricultural Innovation and State Collapse in Meroitic Nubia: The Impact of the Savannah Package". In *Archaeology of African Plant Use*, edited by C. J. Stevens, S. Nixon, M. A. Murray, and D. Q. Fuller, pp. 165–77. London: Routledge.
- Fuller, D. Q. (2015). "The Economic Basis of the Qustul Splinter State: Cash Crops, Subsistence Shifts, and Labour Demands in the Post-Meroitic Transition". *The Kushite World. Proceedings of the 11th International Conference for Meroitic Studies Vienna, 1-4 September 2008. Beiträge Zur Sudanforschung. Beiheft 9*, pp. 33–60.
- Garstang, J. (1910). "Preliminary Note on an Expedition to Meroë in Ethiopia". *University of Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology* 3, pp. 57–70.
- Garstang, J. (1912). "Second Interim Report on the Excavations at Meroe in Ethiopia". In *University of Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology*, 4, pp. 45–65. Liverpool: Liverpool University Press.
- Garstang, J., A. H. Sayce, and F. Ll. Griffith (1911). *Meroë. The City of the Ethiopians*. Oxford: Clarendon Press.
- Griffith, F. Ll. (1909). "Meroitic Inscriptions". In *Areika*, by D.R. MacIver and C. L. Woolley, pp. 43–54. Eckley B. Coxe Junior Expedition to Nubia, Vol. 1. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Griffith, F. Ll. (1912). *Meroitic Inscriptions. Part II. Napata to Philae and Miscellaneous*. Archaeological Survey of Egypt. Twentieth Memoir. London: The Egypt Exploration Fund.
- Griffith, F. Ll. (1922). "Meroitic Funerary Inscriptions from Faras, Nubia". In *Recueil d'études Egyptologiques Dediées a La Memoire de Jean-Francois Champollion*, pp. 565–600. Paris: Librairie Champion.
- Griffith, F. Ll. (1924). "Oxford Excavations in Nubia". *University of Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology* 11, pp. 115–25, pp. 141–80.
- Griffith, F. Ll. (1925). "Oxford Excavations in Nubia". *University of Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology* 12, pp. 57–172.
- Guinea, M. A. G., and J. Teixidor (1965). *La Necropolis Meroitica de Nelluah (Argin Sur, Sudan)*. Comité Español de La UNESCO Para Nubia, Memorias de La Misión Arqueológica 6. Madrid: Dirección General de Relaciones Culturales.
- Hakem, A. M. A. (1989). "“Napatan” - “Meroitic” Continuity. Reflections on Basic Conceptions on Meroitic Culture". *Meroitica 10. Studia Meroitica 1984. The Fifth International Conference for Meroitic Studies, Rome 1984*, pp. 885–94.

- Hamilton, R. W. (1966). "A Silver Bowl in the Ashmolean Museum". *Iraq* 28 (1), pp. 1–17.
- Hayes, J. W. (1997). *Handbook of Mediterranean Roman Pottery*. London: British Museum Press.
- Hedeager, L. (1987). "Empire, Frontier and the Barbarian Hinterland: Rome and Northern Europe from AD 1-400". In *Centre and Periphery in the Ancient World*, edited by M. Rowlands, M. Larsen, and K. Kristiansen, pp. 125–40. New Directions in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heidorn, L. (1992). "The Fortress of Dorginarti and Lower Nubia During the Seventh to Fifth Centuries B.C." Ph.D. Thesis, Illinois: The University of Chicago.
- Hofmann, I. (1977). "Der Feldzug Des C. Petronius Nach Nubien Und Seine Bedeutung Für Die Meroitische Chronologie". In *Ägypten Und Kusch.*, edited by E. Endesfelder, K. H. Priese, W-F. Reineke, and S. Wenig, pp. 189–205. Schriften Zur Geschichte Und Kultur Des Alten Orients 13. Berlin: Akademie-Verlag.
- Hofmann, I. (1978). *Beiträge Zur Meroitischen Chronologie*. Studie Instituti Anthropos 31. St. Augustin bei Bonn: Verlag des Anthropos-Instituts.
- Hofmann, I. (1991). "Der Wein- Und Ölimport Im Meroitischen Reich". In *Egypt and Africa: Nubia from Prehistory to Islam*, edited by W. V. Davies, pp. 234–45. London: British Museum Press.
- Hölbl, G. (1990). "Das Römische Militär Im Religiösen Leben Nubiens". *Akten Des 14. Internationalen Limeskongresses 1986 in Carnuntum* 1, pp. 233–347.
- Hölbl, G. (2001). *A History of the Ptolemaic Empire*. Translated by T. Saavedra. London: Routledge.
- Horton, M. (1991). "Africa in Egypt: New Evidence from Qasr Ibrim". In *Egypt and Africa. Nubia from Prehistory to Islam*, edited by W. V. Davies, pp. 264–77. London: British Museum Press.
- Jameson, S. (1968). "Chronology of the Campaigns of Aelius Gallus and C. Petronius". *The Journal of Roman Studies* 58, pp. 71–84.
- Kirwan, L. P. (1957). "Rome beyond The Southern Egyptian Frontier". *The Geographical Journal* 123 (1), pp. 13–19.
- Kirwan, L. P. (1960). "The Decline and Fall of Meroe". *KUSH* 8, pp. 163–73.
- MacIver, D. R., and C. L. Woolley. (1909). *Areika*. Eckley B. Coxe Junior Expedition to Nubia, Vol. 1. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Mainterot, P. (2010). "De l'exploration Des Sources Du Nil à La Découverte de Méroé". In *Méroé Un Empire Sur Le Nil*, edited by M. Baud. Paris: Musée du Louvre.

- Matić, U. (2018). “De-Colonizing Historiography and Archaeology of Ancient Egypt and Nubia Part 1. Scientific Racism”. *Journal of Egyptian History* 11, pp. 19–44.
- Mattingly, D. (2004). “Being Roman: Expressing Identity in a Provincial Setting”. *Journal of Roman Archaeology* 17, pp. 5–25.
- Maxfield, V. A. (2009). “Aswan and the River Nile: Frontier and Highway”. In *Estudios Sobre La Frontera Romana. Roman Frontier Studies*, 1, pp. 73–84. Madrid: C.S.I.C.
- Minas-Nerpel, M., and S. Pfeiffer (2010). “Establishing Roman Rule in Egypt: The Trilingual Stela of C. Cornelius Gallus from Philae”. In *Tradition and Transformation: Egypt Under Roman Rule. Proceedings of the International Conference, Hildesheim, Roemer- and Pelizaeus-Museum, 3-6 July 2008*, edited by K. Lembke, M. Minas-Nerpel, and S. Pfeiffer, pp. 265–98. Leiden: Brill.
- Morkot, R. G. (2000). *The Black Pharaohs, Egypt’s Nubian Rulers*. London: Rubicon.
- Morkot, R. G. (2003). “On the Priestly Origin of the Napatan Kings: The Adaptation, Demise and Resurrection of Ideas in Writing Nubian History”. In *Ancient Egypt in Africa*, edited by D. O’Connor and A. Reid, pp. 151–68. London: Routledge.
- Opper, T. (2014). *The Meroë Head of Augustus*. Object in Focus. London: British Museum Press.
- Peacock, D. P. S., and D. F. William (1986). *Amphorae and the Roman Economy: An Introductory Guide*. Longman Archaeology Series. London; New York: Longman.
- Pitts, M. (2019). *The Roman Object Revolution. Objectscapes and Intra-Cultural Connectivity in Northwest Europe*. Amsterdam Archaeological Studies 27. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Pitts, M., and M. J. Versluys (2015). “Globalisation and the Roman World: Perspectives and Opportunities”. In *Globalisation and the Roman World, World History, Connectivity and Material Culture*, edited by M. Pitts and M. J. Versluys, pp. 3–31. Cambridge: Cambridge University Press.
- Priese, K. H. (1992). *Das Gold von Meroe*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern.
- Reisner, G. A. (1910). *The Archaeological Survey of Nubia 1907-1908 (Vols. 1 and 2)*. Cairo: National Printing Department.
- Reisner, G. A. (1923). “The Meroitic Kingdom of Ethiopia: A Chronological Outline”. *The Journal of Egyptian Archaeology* 9 (1/2), pp. 34–77.
- Rilly, C, and A. De Voogt (2012). *The Meroitic Language and Writing System*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rilly, C, and V. Francigny (2018). “Closer to the Ancestors. Excavations of the French Mission in Sedeinga 2013-2017”. *Sudan & Nubia* 22, pp. 65–74.

- Rilly, C. V. Francigny, and R. David (2020). "Collective Graves and Ba-Statues. The 2018 and 2019 Campaigns at Sedeinga". *Sudan & Nubia* 24, pp. 72–90.
- Robertson, J. H. (1992). "History and Archaeology at Meroe". In *An African Commitment: Papers in Honour of Peter Lewis Shinnie*, edited by J. Sterner and N. David, pp. 35–50. Calgary: University of Calgary Press.
- Rodziewicz, M. D. (2005). *Early Roman Industries on Elephantine*. Elephantine XXVII. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern.
- Rose, P. (2011). "Qasr Ibrim: The Last 3000 Years". *Sudan & Nubia* 15, pp. 1–9.
- Rowlands, M. (1987). "Centre and Periphery: A Review of a Concept". In *Centre and Periphery in the Ancient World*, edited by M. Rowlands, M. Larsen, and K. Kristiansen, pp. 1–11. New Directions in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press.
- Säve-Söderbergh, T. (1987). *Temples and Tombs of Ancient Nubia: The International Rescue Campaign at Abu Simbel, Philae and Other Sites*. London: Thames and Hudson.
- Sayce, A. H. (1910). "Meroë". *University of Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology* 3, pp. 53–56.
- Sayce, A. H. (1912). "Second Interim Report on the Excavations at Meroë in Ethiopia - Part II. The Historical Results". *University of Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology* 4, pp. 53–65.
- Scheidel, W. (2002). "A Model of Demographic and Economic Change in Roman Egypt after the Antonine Plague". *Journal of Roman Archaeology* 15, pp. 97–114.
- Silvano, F. (2012). *I Vetri Di Epoca Romana Dagli Scavi Di Medinet Madi (1998-2004): L'area Del Tempio C*. Monografie Di 'Egitto e Vicino Oriente' 5. Pisa: Pisa University Press.
- Speidel, M. P. (1988). "Nubia's Roman Garrison". *Aufstieg Und Niedergang Der Römischen Welt* 10.1, pp. 766–98.
- Strong, D. E. (1966). *Greek and Roman Gold and Silver Plate*. London: Methuen & Co LTD.
- Tomber, R. (2006). "The Pottery". In *Survey and Excavation at Mons Claudianus. Volume III. Ceramic Vessels & Related Objects*, edited by V. A. Maxfield and D. P. S. Peacock, pp. 3–236. Cairo: Institut français d'archéologie orientale.
- Török, L. (1987a). "Meroitic Painted Pottery: Problems of Chronology and Style". *Beiträge Zur Sudanforschung* 2, pp. 75–106.
- Török, L. (1987b). "The Historical Background: Meroe, North and South". In *Nubian Culture Past and Present. Main Papers Presented at the Sixth International*

Henry C. Bishop-Wright. *Dying for a drink on the Meroitic Frontier*.

Conference for Nubian Studies in Uppsala, 11 - 16 August, 1986, edited by T. Hägg, pp. 139–229. Stockholm: Almqvist & Wiksell International.

- Török, L. (1989). “Kush and the External World”. *Meroitica 10. Studia Meroitica 1984. The Fifth International Conference for Meroitic Studies, Rome 1984*, pp. 49–189.
- Török, L. (1994). “Upper Egyptian Pottery Wares with Hellenistic Decoration and Their Impact on Meroitic Vase Painting”. In *Hommages à Jean Leclant*, edited by C Berger, G Clerc, and N. Grimal, 2, pp. 377–87. Cairo: Institut français d’archéologie orientale.
- Török, L. (1997a). *Meroe City an Ancient African Capital: John Garstang’s Excavations in The Sudan (Parts 1 and 2)*. London: Egypt Exploration Society.
- Török, L. (1997b). *The Kingdom of Kush: Handbook of the Napatan-Meroitic Civilization*. Leiden: Brill.
- Török, L. (2009). *Between Two World, The Frontier Region Between Ancient Nubia and Egypt 3700 BC - 500 AD*. Probleme Der Ägyptologie 29. Leiden: Brill.
- Trigger, B. G. (1965). *History and Settlement in Lower Nubia*. Yale University Publications in Anthropology 69. New Haven, Connecticut: Yale University Press.
- Trigger, B. G. (1976). “Response”. *Meroitica 2. Meroitic North and South. A Study in Cultural Contrasts*, pp. 103–17.
- Trigger, B. G. (1994). “Paradigms in Sudan Archaeology”. *The International Journal of African Historical Studies* 27 (2), pp. 323–45.
- Vila, A. (1982). *La Nécropole de Missiminia II, Les Sépultures Méroïtiques*. Vol. 13. La Prospection Archéologique de La Vallée Du Nil Au Sud de La Cataracte de Dal (Nubie Soudanaise). Paris: Centre national de la recherche scientifique.
- Wallace-Hadrill, A. (2008). *Rome’s Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wells, P. S. (1999). *The Barbarians Speak: How the Conquered Peoples Shaped Roman Europe*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Welsby, D. A. (1996). *The Kingdom of Kush, the Napatan and Meroitic Empires*. London: British Museum Press.
- Welsby, D. A. (1998). “Roman Military Installations Along the Nile South of the First Cararact”. *Archeologie Du Nil Moyen* 8, pp. 157–80.
- Wenig, S. (1978). *Africa in Antiquity. The Arts of Ancient Nubia and the Sudan. The Catalogue*. Vol. 2. 2 vols. New York: The Brooklyn Museum.
- Wilkins, A., H. Barnard, and P. Rose (2006). ‘Roman Artillery Balls from Qasr Ibrim, Egypt’. *Sudan & Nubia* 10, pp. 64–78.

- Williams, B. B. (1985). "A Chronology of Meroitic Occupation below the Fourth Cataract". *Journal of the American Research Center in Egypt* 22, pp. 149–95.
- Williams, B. B. (1991^a). *Meroitic Remains from Qustul Cemetery Q, Ballana Cemetery B, and a Ballana Settlement (Parts 1 and 2)*. Excavations between Abu Simbel and the Sudan Frontier 8. Chicago: Oriental Institute of The University of Chicago.
- Williams, B. B. (1991^b). *Noubadian X-Group Remains from Royal Complexes in Cemeteries Q and 219 and from Private Cemeteries Q, R, V, W, B, J, and M at Qustul and Ballana*. Excavations between Abu Simbel and the Sudan Frontier 9. Chicago: Oriental Institute of The University of Chicago.
- Witcher, R. (2017). 'The Globalized Roman World'. In *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, edited by T. Hodos, pp. 634–51. Routledge Handbooks. London: Routledge.
- Wolf, P., and U. Nowotnick (2021). "The Meroitic Heartland". In *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*, edited by G. Emberling and B. B. Williams, pp. 512–44. New York: Oxford University Press.
- Wolf, G. (1997). "Beyond Romans and Natives". *World Archaeology* 28 (3), pp. 339–50.
- Woolley, L., and D. Randall-MacIver (1910). *Karanòg, the Romano-Nubian Cemetery. Text and Plates*. Eckley B. Coxe Junior Expedition to Nubia, Vols. 3 and 4. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Yellin, J. W. (1995). "Meroitic Funerary Religion". *Aufstieg Und Niedergang Der Römischen Welt* 18.5, pp. 2869–92.
- Yellin, J. W. (2021). "The Royal and Elite Cemeteries at Meroe". In *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*, edited by G. Emberling and B. B. Williams, pp. 562–88. New York: Oxford University Press.

**MORRENDO POR UMA BEBIDA NA FRONTEIRA MEROÍTICA:
OBJETOS IMPORTADOS NOS CONJUNTOS FUNERÁRIOS DE FARAS,
NA NÚBIA SUDANESA**

RESUMO

Este artigo examina o uso de objetos importados em conjuntos funerários do cemitério meroítico de Faras, na Núbia sudanesa (norte do Sudão). Escavado no início do século XX por Francis Llewellyn Griffith (1862-1934), Faras estava situado na fronteira entre o Reino de Meroë (300 AEC – 350 EC) e o Egito Ptolomáico-Romano. Sua localização lhe garantia acesso a uma ampla rede comercial e objetos importados eram frequentemente usados como bens funerários. Com base na pesquisa de doutorado do autor, esse artigo oferece uma avaliação matizada de como as importações eram selecionadas e usadas nas práticas funerárias de Faras. Ele contesta a ideia tradicional da fronteira meroítica funcionando como uma zona tampão aculturada do mundo clássico e mostra que, a despeito dos séculos de contato material com o Egito, o povo de Faras manteve uma nítida identidade meroítica, expressa por meio da tradição funerária.

PALAVRAS-CHAVE

Estudos Meroíticos; Arqueologia Funerária; Estudos de Fronteiras; Identidade.

**ENTRE EGITO E AZANIA:
CONEXÕES AFRO-ASIÁTICAS A PARTIR DO PÉRIPLO DO MAR ERITREU**

*Otávio Luiz Vieira Pinto*¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os processos de contato e integração entre o nordeste africano e diferentes regiões da África e da Ásia, a partir, especificamente, de um texto anônimo do século I d.C. conhecido como *Périplo do Mar Eritreu*. Este documento, geralmente lido a partir de uma perspectiva romanocêntrica, será interpretado com base nos modelos analíticos da História Global. Com isso, espera-se mostrar que os portos egípcios do Mar Vermelho faziam parte de um ancestral sistema conectivo afro-asiático – do qual o Império Romano não foi o criador, mas sim um participante tardio.

PALAVRAS-CHAVE

Périplo do Mar Eritreu; África; história global; Azania.

¹ Professor de História da África na Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Brasil). Professor no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. E-mail para contato: otavio.luiz@ufpr.br.

1. *Do Deserto ao Mar Vermelho: uma Introdução*

Cortando o Deserto Oriental Africano a partir da antiga cidade egípcia de Coptos (hoje Quft, no Egito), o vale de Wādī Hammāmāt era a rota mais curta entre o Nilo e o Mar Vermelho. Esta trilha, utilizada desde pelo menos o período pré-dinástico, desembocava em uma localidade hoje conhecida como el-Qoṣēr – onde, por volta do século III a.C., a administração ptolomaica do Egito construiu um porto que ficou conhecido como Myós Hórmos (Hikade, 2006, p. 154; Whitcomb, 1996, p. 747-748). Junto da cidade de Berenice Troglodítica, 300 quilômetros ao sul, Myós Hórmos ganhou renovada importância no século I a.C. porque dali partiam navios que desciam o Mar Vermelho e, cruzando o estreito de Bāb al-Mandab, chegavam ao golfo de Adem, a porta de entrada para o Oceano Índico – ou *Mar Eritreu*, como era chamado pelos gregos (Agatárquides, sobre o Mar Eritreu, 2a). Diante da dimensão aparentemente infinita do Mar Eritreu, os barcos de Myós Hórmos podiam seguir dois trajetos diferentes: um ao sul, que cabotava os empórios da *Azania*, nome grego dado a partes da costa oriental africana; e outro ao leste, que circundava o sul da Península Arábica e se encaminhava para a costa oeste do Subcontinente Indiano. Estes navios deixavam o Egito com produtos egípcios e mediterrânicos em seus porões e retornavam carregados de tecidos de seda, algodão fino, pedras preciosas, incenso, marfim, cascos de tartaruga e outros produtos de luxo que eram comprados ou barganhados no caminho (Périplo do Mar Eritreu, p. 13-14). Após a jornada de volta, as mercadorias eram desembarcadas em Berenice ou Myós Hórmos e seguiam, no lombo de camelos, até Coptos, de onde desciam o Nilo e chegavam até Alexandria, a metrópole importadora que disseminaria aquela carga preciosa entre as elites romanas.

Esta rota comercial, fundamental durante toda a primeira metade do I milênio d.C., foi bem descrita em uma pequena narrativa conhecida hoje como Périplo do Mar Eritreu (ou Περίπλους τῆς Ἐρυθρᾶς Θαλάσσης, *Períplous tēs Erythrās Thalássēs*, no original).² Escrito entre 40 e 70 d.C. por um mercador egípcio anônimo, o Périplo descreve as principais cidades portuárias entre o Egito, a Azania, a Arábia e a Índia, elencando os

² A versão utilizada foi preparada por Lionel Casson (1989) e conta com um comentário introdutório, aporte crítico, texto original em grego e tradução para o inglês. Todas as citações originais contidas neste artigo foram retiradas, portanto, desta edição. As traduções empregadas aqui são largamente baseadas na versão inglesa de Casson, mas contam com algumas pequenas modificações. As citações usaram a abreviação *Peripl. M. Eryt* e contaram com o número da página quando fizeram referência aos comentários de Casson ou com o número de seção quando fizeram referência ao texto original.

principais produtos trocados nessas localidades e dando dicas e sugestões práticas para seus leitores – provavelmente outros mercadores desejosos de integrar aquele lucrativo sistema. Usualmente, o Périplo do Mar Eritreu é lido de duas maneiras complementares: uma leitura revelaria a dimensão expansiva dos contatos e ligações romanas por regiões para além da bacia mediterrânea, e a outra serviria para que compreendêssemos a dimensão do conhecimento geográfico greco-latino (Schoff, 2010; Turner & Cribb, 2009; Wickramasinghe, 2018). Eventualmente, africanistas também se apoiam neste documento para oferecer uma terceira leitura – uma que explora a situação social e política da costa oriental da África antes do apogeu das cidades bantu popularmente designadas como *Swahili* (Chami & Msemwa, 1997; Horton, 1990).

Partindo destes três modelos interpretativos, este artigo tem por objetivo explorar uma quarta possibilidade: entender o Périplo do Mar Eritreu, focando especificamente em suas porções africanas, como uma narrativa derivada de um complexo sistema de contatos inter-regionais que, apesar de ter sido apropriado por romanos após a anexação do Egito ptolomaico, estava estabelecido desde períodos muitos anteriores. Esta leitura, baseada em uma perspectiva de Antiguidade Multipolar (Pinto, 2022), nos permitiria entender os processos integrativos entre diferentes regiões do continente africano – do nordeste nilótico até o leste índico – e, ao mesmo tempo, quebrar com o romanocentrismo que monopoliza as interpretações de documentação antiga e subordina os espaços não-mediterrânicos a uma periferia imperial. Em outras palavras, a rota índica que se inicia (ou termina, dependendo do ponto de vista) em Myós Hórmos seria menos um testemunho da globalidade romana e mais um atestado de conexões afro-asiáticas – das quais o Império Romano entra como participante tardio e não como protagonista.

2. *O Périplo do Mar Eritreu: Texto e Contexto*

Apesar de sua importância, o Périplo do Mar Eritreu está conservado em apenas um manuscrito original, o *Codex Palatinus Graecus* 398 (domiciliado na *Universitätsbibliothek*, em Heidelberg), entre os fólhos 40v e 54v. Este códice específico é datado do século X e foi recopiado entre os séculos XIV e XV no *Codex B.M. Add.* 19391, fols. 9r-12r, domiciliado no *British Museum*. A cópia britânica não possui autoridade própria, sendo uma versão exata do *Codex Palatinus*, incluindo os mesmos erros e marcações ortográficas. O texto está em grego koiné minúsculo e é de difícil compreensão não apenas pela natureza da narrativa e pela quantidade de palavras e termos não-gregos, mas

também pela má qualidade dos manuscritos anteriores em que se baseia e que não chegaram até nós – o próprio copista do século X admite estar trabalhando com uma versão precária do texto. A primeira versão impressa do Périplo foi lançada em 1533, mas a falta de familiaridade dos editores com a linguagem grega do material ocasionou emendas que afetaram demasiadamente a leitura e boa interpretação da narrativa. Somente em 1927, com a edição do linguista sueco Hjalmar Frisk, o Périplo do Mar Eritreu recebeu uma versão sólida e apta ao uso acadêmico (Peripl. M. Eryt., p. 5-6).

Originalmente, o texto foi escrito no século I d.C., e apesar da grande polêmica que ronda sua datação – alguns especialistas sugerem até mesmo o século III d.C. (Raunig, 1970, p. 231-242) –, a própria narrativa traz informações fundamentais para sua contextualização no tempo: o autor fala, por exemplo, de uma rota que segue “até Petra, para Malíco, rei dos nabateus” (Peripl. M. Eryt., 19.28-29);³ esta passagem se refere ao rei nabateu Malíco II, que reinou entre 40 e 70 d.C., fazendo com que o Périplo possa ser datado, com precisão, deste intervalo de 30 anos. Já com relação à autoria, não há a presença de qualquer nome ou indicação de quem o possa ter criado, mas o estilo revela a presença de um único escritor (não se trata, portanto, de uma obra compilada ou cotejada a partir de outros textos) e o conteúdo da narrativa nos leva a acreditar que este escritor era egípcio e possuía experiência prática nos mercados do Mar Vermelho e do Índico. Assim, é seguro afirmar que o Périplo do Mar Eritreu foi escrito por um comerciante egípcio na metade do século I d.C..

Dividido em 66 seções relativamente curtas, o texto é identificado como um *périplo* – algo evidente em seu título oficial. Périplos (do grego περίπλους, *periplous*, “navegar ao redor”) eram descrições geográficas detalhadas voltadas para uso náutico, da mesma forma que os *itineraria* romanos descreviam viagens terrestres (Purcell, 2015). Os périplos parecem ter sido de interesse especial de marinheiros e chefes de embarcação, e isso abre espaço para que questionemos se este seria o melhor gênero literário para identificar o Périplo do Mar Eritreu: sua narrativa é voltada, essencialmente, para o comércio (e não para a navegação em si), e seus comentários e análises seriam muito mais úteis para mercadores do que para navegadores. Dessa forma, é possível dizer que o título atribuído a essa obra é parcialmente enganoso, visto que estamos diante de uma “geografia comercial”, não necessariamente de um *périplo* no sentido mais clássica da palavra.

³ δι' ἧς ἐστὶν εἰς Πέτραν πρὸς Μαλίχαν, βασιλέα Ναβαταίων.

A preocupação comercial do Périplo do Mar Eritreu torna seu conteúdo bastante singular. O autor registra não apenas cidades portuárias de interesse mercantil nas orlas do Mar Vermelho e do Oceano Índico, mas também lista os principais produtos que poderiam ser adquiridos em cada localidade. Esta preocupação descritiva nos fornece escopo para propor análises que extrapolam o mero conhecimento geográfico de navegadores greco-romanos e egípcios: por exemplo, a quantidade de bens de luxo disponíveis no Subcontinente Indiano (pérola, turquesa, lápis lazúli, diamantes, safira, ônix, marfim, seda, peles chinesas, etc.), quando comparada com a quantidade de produtos disponíveis na Azania ou na Arábia, revela a centralidade econômica indiana neste sistema comercial macroregional (Peripl. M. Eryt., p. 16). De forma semelhante, essas listas de bens podem estabelecer importante diálogo com diferentes culturas materiais (mediterrânicas, africanas ou asiáticas) ou com certos aspectos de História Econômica, como consumo de luxo no Império Romano ou no nordeste africano.

3. *A África Conectada: a Azania sob Olhares Egípcios*

O Périplo do Mar Eritreu dedica suas primeiras 18 seções para a descrição dos portos e produtos da costa africana – iniciando em Myós Hórmos, a pouco mais de 200 quilômetros ao leste de Luxor – e seguindo até Rhapta, o último grande empório da Azania “pois”, segundo o autor, “além dessa área, fica o oceano inexplorado que se dobra para o oeste e, estendendo-se ao sul ao longo das partes da Etiópia, da Líbia e da África, que se desviam, junta-se ao mar ocidental” (Peripl. M. Eryt., 18.21-25).⁴ Este trajeto africano é dividido em duas partes: 1) Egito, com os portos de Myós Hórmos e Berenice Troglodítica; e 2) a Terra dos Bárbaros, ou *Barbária*. A Barbária, por sua vez, é dividida informalmente em duas grandes zonas: 1) os domínios do rei Zoscales, que vão desde a região mais ao norte, habitada por grupos identificados apenas como “comedores de peixes” (ἰχθυοφάγοι, *ichthyophágoi*) ou “comedores de animais selvagens” (αγριοφάγοι, *agriophágoi*), além da pequena cidade portuária de Ptolemaís Thérōn, até a região mais ao sul, identificada historicamente com o Império de Axum, e que incluía o porto de Adúlis, a cidade interiorana de Koloē (ou Qohaito, identificada como o primeiro posto comercial para marfim), a grande capital régia de Axōmitēs (Axum), e a cidade de

⁴ ὁ γὰρ μετὰ τούτους τοὺς τόπους ὠκεανὸς ἀνερεύνητος ὄν εἰς τὴν δύσιν ἀνακάμπει καὶ τοῖς ἀπεστραμμένοις μέρεσιν τῆς Αἰθιοπίας καὶ Λιβύης καὶ Ἀφρικῆς κατὰ τὸν νότον παρεκτείνων εἰς τὴν ἐσπέριον συμμίσγει θάλασσαν.

Kyēneion (Peripl. M. Eryt., 2-6); e 2) os portos “distantes” (mais especificamente, portos “do outro lado” – πέρᾱν, *pérān*, no original), que incluíam empórios como Avalitēs (hoje Zeilá, na Somália), Malaō (hoje Berbera, na Somália), Mundu (hoje Heis, na Somália), Mosyllon (hoje Bosaso, na Somália), e, ultrapassando o Cabo Guardafui, empórios como Tabai (possivelmente Chori Hordio, na Somália), Opōnē (hoje Ras Hafun, na Somália) e, finalmente, Sarapiōn (possivelmente Mogadíscio, na Somália), Nikōn (possivelmente Burr Gavo, na Somália) a ilha Menuthias (possivelmente Zanzibar) e Rhapta (possivelmente algum lugar nas proximidades de Dar es Salaam, na Tanzânia) (Peripl. M. Eryt., 7-17).⁵



Figura 1. mapa do “trecho africano” descrito no Périplo do Mar Eritreu.

Fonte: PHGCOM (2007). Locations, names and routes of the Periplus of the Erythraean Sea (1st century CE). *Wikimedia Commons* sob licença GNU Free Documentation License.

⁵ Nem todos os portos mencionados no Périplo podem ser localizados com certeza. Alguns deles, em especial aqueles da Azania, são suposições baseadas em evidência incidental (Cassol, 1986).

O Périplo menciona, então, localidades nos atuais Egito, Sudão, Eritreia, Etiópia, Somália e Tanzânia (incluindo Zanzibar). Destes portos, os principais produtos que poderiam ser adquiridos eram marfim, cascos de tartaruga, chifres de rinoceronte, perfumes, mirra, incenso, cássia, conchas de nautiloides e pessoas escravizadas (Peripl. M. Eryt., p. 16). Além disso, o texto também traz algumas informações acerca dos habitantes destas regiões: o rei Zoscales, por exemplo, é descrito como “metódico com suas posses e sempre esperando conseguir mais, mas em outros aspectos uma boa pessoa e bem versada na leitura e escrita do grego” (Peripl. M. Eryt., 5.20-22);⁶ os habitantes de Avalitēs são chamados de “rebeldes” (ἀτακτότεροι, *ataktóteroi*) (Peripl. M. Eryt., 7.21); e sobre os habitantes de Rhapta, a narrativa comenta que “homens muito corpulentos, lavradores do solo, habitam a região; estes se comportam, cada um em seu lugar, como chefes” (Peripl. M. Eryt., 16.6-8).⁷ Contudo, além destas observações diretas, outros pontos importantes sobre a Azania podem ser depreendidos das entrelinhas do texto.

O primeiro deles diz respeito aos produtos comercializados nos portos leste-africanos. O Périplo comenta que, a partir dos portos de Avalitēs e Malaō – isto é, Zeilá e Berbera –, exportavam-se perfumes, mirra de altíssima qualidade, incenso, *duaka* (um produto desconhecido), *kankamon* (um tipo de resina aromática) e *makeir* (uma casca de árvore originalmente asiática e similar à cássia) (Peripl. M. Eryt., 7 a 8). Alguns destes bens, como *duaka*, *kankamon* e *makeir* eram enviados para a Arábia, indicando, portanto, uma movimentação constante entre África e Ásia através do golfo de Adem. Este é um fenômeno interessante porque ele certamente precede o Périplo em muitos séculos: desde pelo menos os tempos do faraó Sauré (século XXV a.C.) da Quinta Dinastia, o Egito importava “produtos exóticos” de um reino (possivelmente africano) conhecido como *Terra de Punt* (Phillips, 1997, p. 426). Os principais produtos exportados por Punt eram perfumes, incensos e resinas aromáticas, além de ouro, marfim e obsidiana – um famoso relevo do templo mortuário de Hatshepsut, inclusive, traz uma representação da Terra de Punt e, em sua paisagem, encontram-se palmeiras e árvores de incenso ou mesmo de mirra, de acordo com Kathryn Bard e Rodolfo Fattovich (2013, p. 7).

Portanto, durante muito tempo (quase mil anos separam Sauré de Hatshepsut), o Egito importou, de outro reino africano, produtos listados pelo Périplo do Mar Eritreu

⁶ ἀκριβῆς μὲν τοῦ βίου καὶ τοῦ πλείονος ἐξεχόμενος, γενναῖος δὲ περὶ τὰ λοιπὰ καὶ γραμμάτων Ἑλληνικῶν ἔμπειρος.

⁷ Μέγιστοι δὲ ἐν σώμασιν περὶ ταύτην τὴν χώραν ἄνθρωποι ὄρατοι κατοικοῦσιν καὶ κατὰ τὸν τόπον ἕκαστος ὁμοίως τιθέμενοι τυράννοις.

como bens de luxo encontrados eminentemente nos portos das atuais Eritr ia e Somália – o que poderia conceder força para o usual argumento de que Punt estaria localizada em algum lugar dessa região (Balanda, 2006, p. 33-44).⁸



Figura 2. Relevos da expedi o egípcia   Terra de Punt, presente no templo mortuário de Hatshepsut em 'ad-dayr al-Ba r , representando palmeiras e árvore de mirra.

Fonte: Bernhard, Hans (1976).  gyptische Expedition nach Punt w hrend der Regierung von Hatshepsut. *Wikimedia Commons* sob licença GFDL-CC-BY-SA-all.

Para além desta conexão interafricana entre o nordeste egípcio e a costa da Eritr ia e da Somália,   possível argumentar também em favor de uma conectividade deste circuito tanto com o sul quanto com o norte da Arábia: desde pelo menos o início do segundo milênio a.C., caravanas comercializavam incenso do atual Iêmen até o Levante a partir de caminhos terrestres através do deserto  rabe (a chamada “Rota do Incenso), e até o Egito através de navega es que, segundo Abdel-Aziz Saleh, partiam de algum porto

⁸ Apesar das poucas referências textuais e arqueológicas sobre a Terra de Punt no contexto egípcio, esta localidade chama a aten o da historiografia – algo perceptível quando se nota a quantidade considerável de trabalhos que exploram este reino africano e, mais especificamente, sua conexão com o Egito. Para mais sobre Punt, ver Bard & Fattovich, 2018; Bradbury, 1996; Creasman, 2014; Manzo, 2011; O’Connor & Quirke, 2003.

da Arábia Central até um porto egípcio nas imediações de Coptos – isto é, a Myós Hórmos ptolomaica (1973, p. 370-382). Obviamente, muitos destes trajetos propostos pela historiografia são especulativos, mas há evidência o suficiente para sugerir tráfego constante entre o sul da Arábia, o Chifre da África e o Egito datando do segundo ou até mesmo do terceiro milênio a.C. (Brozyna, 1999, p. 1-5). É interessante notar não apenas a existência destas trocas, mas também o fato de que os produtos e os portos envolvidos nestas trocas são basicamente os mesmos citados, milênios depois, no Périplo do Mar Eritreu.

Não são apenas as resinas aromáticas, o incenso e a mirra que revelam contato integrativo afro-asiático, mas há também evidências políticas para tanto. Sobre Rhapta (cidade que estava localizada nos arredores de Dar es Salaam, na atual Tanzânia), o Périplo afirma que

a região está sob o mando do governador de Mapharitis, uma vez que por algum direito antigo é sujeita ao reino da Arábia como primeiramente constituído. Os comerciantes de Muza o detêm por meio de uma concessão do rei e cobram impostos a partir dele. Eles enviam para lá embarcações mercantes que trabalham principalmente com capitães e agentes árabes que, por meio de relações contínuas e casamentos mistos, estão familiarizados com a área e sua linguagem (Peripl. M. Eryt., 16.8-13).⁹

Mapharitis, aqui, indica a província de al-Ma‘afir, no atual Iêmen, enquanto *Muza* se refere a cidade de al-Mukhā (‘Abdullah, 1995, p. 259-261). O governador de al-Ma‘afir, segundo o Périplo, era um certo Kharibaél, identificado por especialistas como o rei sabeu Karib’íl Bayān (Robin, 1991, p. 23). Como chefe do reino de Sabá (Iêmen), Karib’íl possuía prerrogativa sobre os comerciantes árabes de al-Mukhā e, por meio deles, exercia autoridade e controle fiscal sobre Rhapta – e provavelmente sobre a Azania como um todo. Em outras palavras, os portos “distantes”, isto é, aqueles localizados para além do Cabo Guardafui, não apenas faziam comércio com a Arábia como eram controlados (ou ao menos tributários) de rei sabeu. Ademais, como o próprio texto indica, este

⁹ Νέμεται δὲ αὐτήν, κατὰ τι δίκαιον ἀρχαῖον ὑποπίπτουσιν τῇ βασιλείᾳ τῆς πρώτης γενομένης Ἀραβίας, ὁ Μοφαρίτης τύραννος. Παρὰ δὲ τοῦ βασιλέως ὑπόφορον αὐτήν ἔχουσιν οἱ ἀπὸ Μούζα καὶ πέμπουσιν εἰς αὐτήν ἐφόλκια, τὰ πλείονα κυβερνήταις καὶ χρειακοῖς [καὶ] Ἄραβιν χρώμενοι τοῖς κατὰ συνήθειαν καὶ ἐπιγαμβρείαν ἔχουσιν ἐμπείροις τε οὖσιν τῶν τόπων καὶ τῆς φωνῆς αὐτῶν.

controle era exercido desde muito tempo, provavelmente desde a formação do reino de Sabá (na opinião do autor do Périplo).¹⁰ Esta elocubração política está de acordo com evidências arqueológicas muito anteriores que apontam para uma influência (ou mesmo domínio) sabeu sobre o reino africano de Da‘emat. Da‘emat (usualmente grafado como *D‘mt*) floresceu entre os séculos X e V a.C. ao redor de sua capital, localizada na atual Yeha, Etiópia. As escavações arqueológicas em Yeha revelaram não somente estilos arquitetônicos muito semelhantes àqueles de Sabá no mesmo período, como também um templo dedicado ao deus lunar ‘Ilmuqāh, uma divindade de origem sabeia e cultuado no sul da Árabia (Contenson, 2010, p. 352-368). Havia intensa troca política e cultural, portanto, entre Da‘emat e Sabá. Levando-se em consideração que Yeha fica no caminho entre o antigo porto de Adúlis e Axum, não é exagero argumentar que as relações ancestrais do Iêmen não eram somente com a Azania, mas também com partes da Eritreia e Etiópia – ou seja, com a região que o Périplo do Mar Eritreu identifica como sendo os domínios de Zoscales.

Dessa forma, analisando especificamente a “porção africana” do Périplo, fica evidente que os produtos, portos e trajetos indicados pelo comerciante egípcio anônimo não são uma novidade ptolomaica ou mesmo romana. O comércio interafricano, do Egito à Punt, tinha mais de dois mil anos quando Myós Hórmos é rebatizada pelos governantes ptolomaicos; de forma semelhante, um certo nível de triangulação mercantil entre o Egito, o Chifre da África e a Península Arábica já perdurava por mais de mil e quinhentos anos quando os romanos dominam o Egito. É bastante provável, então, que o Périplo esteja tão somente sistematizando, em forma de narrativa, um sistema conectivo ancestral.

Por certo, esta conclusão não é uma novidade. É sabido que já no final do terceiro milênio a.C., o Egito estava muito bem conectado a uma rede comercial que incluía o Levante, a Núbia, o Saara Oriental e o Mar Vermelho (García, 2016, p. 97-99). No início do segundo milênio a.C., navios árabes, mesopotâmicos e indianos já circulavam ao redor do Oceano Índico (Peripl. M. Eryt., p. 11). Poderíamos ir ainda mais longe e notar como o lápis lazúli minerado na região do Badaquistão (atuais Afeganistão, Tajiquistão e China) chegava ao Egito e à Mesopotâmia desde 3000 a.C. por meio de, ao menos, três rotas distintas: duas terrestres, pelo norte e pelo sul do planalto iraniano, e uma por mar, passando pelo golfo pérsico e outros portos da península arábica (Huang, 2018, p. 391-

¹⁰ O chamado reino de Sabá possui historicidade complexa e datação pouco precisa. Sabe-se que Sabá surge como um grupo político-identitário entre o segundo e o primeiro milênio a.C. e logo ganha força na região do atual Iêmen (Korotayev, 1996).

393). Contudo, diante destas informações, o Périplo do Mar Eritreu comprova que todas estas rotas afro-asiáticas não são apenas antiquíssimas, mas também longevas, uma vez que perduraram até o período romano e continuaram sendo utilizadas. Se, então, o Périplo do Mar Eritreu é apenas a ponta ínfima de um *iceberg* milenar de trocas, bens de luxo e conexões que sobreviveram a mudanças políticas e diferentes contextos sociais, é importante reavaliar o peso histórico destes fenômenos integrativos – e, neste sentido, modelos analíticos advindos dos debates acerca de História Global podem ser bastante úteis.

4. *Sistemas e Mundos: conexões Afro-Asiáticas*

A História Global, enquanto campo mais ou menos delimitado, constitui-se nas últimas décadas do século XX – florescendo, contudo, de raízes metodológicas mais antigas que recuam aos anos 1960 e 1970 (Conrad, 2019). Apesar de referenciada aqui como campo, a História Global poderia ser melhor entendida como uma perspectiva de fenômenos históricos baseadas em um conjunto variado de modelos analíticos. Isso significa que, em primeiro lugar, sua premissa é pensar o desenvolvimento histórico não a partir de unidades políticas “nacionais”, tão caras aos métodos historiográficos do final do século XIX e começo do século XX, mas sim a partir da interação de conjuntos locais, regionais, macrorregionais ou continentais – propõe-se uma História, então, com menos centros e menos periferias. Assim, como aponta Uiran Gebara da Silva,

a história global não é só a escrita de uma narrativa global sobre tudo no globo desde o começo dos tempos, e sim o estudo daquelas articulações em nível inter-regional, macrorregional ou global, que devem ser pertinentes para o estudo de um fenômeno histórico específico. (2019, p. 476)

Para melhor apreciar estas articulações de diferentes níveis, diversos métodos e modelos podem ser considerados integrantes da designação “História Global”. Júnior e Sochaczewski, por exemplo, listam doze estratégias historiográficas globais: História Comparada, História Relacional, Nova História Internacional, História Transnacional, História Oceânica, Sociologia Histórica, Análise Civilizacional, Abordagem Sistema-Mundo, História Global *per se*, História da Globalização, História Mundial e *Big History* (Júnior & Sochaczewski, 2017, p. 48-49). Cada uma destas estratégias conta com

ferramentas próprias e, igualmente, com críticas específicas que variam desde a constatação de que é impossível fazer verdadeiramente História Global até a acusação de que a História Global, como um todo, é uma versão moderna, atraente e envernizada das antigas Histórias Universais anteriores ao século XIX (Fillafer, 2017, p. 4). Tanto entre os proponentes como entre os críticos da História Global, contudo, um ponto eventualmente emerge como consensual: este campo é mais frutífero quando aplicado ao mundo Moderno após a abertura do Atlântico e o engatinhar do capitalismo insipiente (Silva, 2020, p. 5-6). Em outras palavras, não é incomum que se alegue que a História pré-Moderna (ou, mais tradicionalmente, a História Antiga e a História Medieval) não possui os elementos necessários (documentais, materiais, ideológicos, geográficos, etc.) para ser pensada a partir das estratégias da História Global. Como bem demonstrado recentemente por Marcelo Cândido (2020), Fabio Morales e Uiran Gebara da Silva (2020), este argumento nada mais é do que um mito. A História pré-Moderna pode ser vista a partir da perspectiva global porque, como vimos, este “global” tende a designar o entendimento de diferentes níveis de integração – e não uma História Total de todo o globo.

O sistema integrativo afro-asiático, como dito, é um bom exemplo destas articulações “globais”. Ele inclui variadas estruturas políticas com maior ou menor influência regional em diferentes períodos, evidências materiais e textuais, rotas estabelecidas e verificáveis e, acima de tudo, diferentes níveis de contato. Ao mesmo tempo em que o sistema afro-asiático é um bom exemplo de História Global, a História Global em contrapartida também traz benefícios para a análise deste contexto porque traz acurácia metodológica e uma maior capacidade crítica. Vejamos, então, o que isto significa.

A historiografia que trata do comércio de longa distância tende a fazê-lo a partir de um centro específico: Egito faraônico, Mesopotâmia, Império Romano, península arábica, etc. Pensar contatos a partir de um ponto de chegada (ou saída) certamente facilita a organização das evidências e dos argumentos, mas se aproxima perigosamente de uma História feita a partir de uma unidade política (uma unidade “nacional”, metafórica ou literalmente) – a antítese da proposta de História Global. Não apenas isso, mas a análise centrada na unidade política pode também escamotear as *etapas intermediárias* das articulações e contatos. Assim, no caso do Périplo do Mar Eritreu, por exemplo, há uma vasta literatura sobre Rhapta porque, em grande medida, esta cidade da Azania representa os limites do conhecimento geográfico greco-romano e o *ponto final* de uma rota que, do

ponto de vista narrativo, parece correr linearmente de Myós Hórmos até o último empório da África Oriental (Dato, 1970; Kirwan, 1986; Valerian & Chami, 2019). A partir dos modelos da História Global, contudo, podemos perceber que não há *uma rota* africana que vai do Egito ao sul da Azania, mas sim *um conjunto de rotas* que se relacionam entre si e que compõe um sistema mais amplo e abrangente. Assim, a trajetória de Myós Hórmos e Berenice até Adúlis, ou de Adúlis até Avalitēs, ou de al-Mukhā até Rhapta compõe realidades próprias que podem ser mais bem avaliadas quando colocadas tanto na dimensão *micro* quanto na dimensão *macro*. Dito de outra forma, a *visão linear* que une Myós Hórmos na partida e Rhapta na chegada trabalha com uma ideia mais ou menos estática de centro e periferia: o centro é o Egito sob dominação romana (logo, o Império Romano) e a periferia são os portos africanos até o último deles. Já a *visão global* possui um centro flexível e, por consequência, periferias móveis, já que o centro se torna submetido ao foco de análise e não o contrário: se o foco é Adúlis, o centro é um, se o foco é Rhapta, o centro é outro – e o mesmo vale para o que se entende como periferia. Dessa maneira, o próprio Império Romano poderia se tornar uma periferia a partir da perspectiva de al-Mukhā e Rhapta ou de Adúlis e o reino de Sabá.

Esta é uma das contribuições da História Global para a compreensão do sistema integrativo afro-asiático, portanto: não o enxergar como um sistema centralizado nos polos de poder mais conhecidos, mas entendê-lo como a somatória de um conjunto variado de diferentes níveis de contato entre diferentes pontos. Afinal, tão fundamental quanto a *etapa inicial* ou *etapa final* de trajetos conectivos são as *etapas intermediárias*. Ademais, ao rompermos com a centralização de certos polos – e consequentemente, com a noção de uma “linearidade” de contatos –, os caminhos de interação também se tornam absolutamente mais complexos. Esta afirmação pode ser visualizada na pesquisa de Eivind Seland, que analisou o Périplo do Mar Eritreu a partir de uma abordagem de rede (2016). O autor entende que o Périplo designa uma *ligação de redes sobrepostas* que podem ser vistas diretamente ou conjecturadas indiretamente através de uma análise quantitativa dos portos citados e dos bens de luxo trocados (Seland, 2016, p. 194). Ou seja, seu foco de análise não é estático e centralizado, mas opera com uma multiplicidade de nodos e levantamentos quantitativos que o permitem desenhar um cenário muito mais pulverizado. Vejamos, por exemplo, um gráfico com seus resultados:

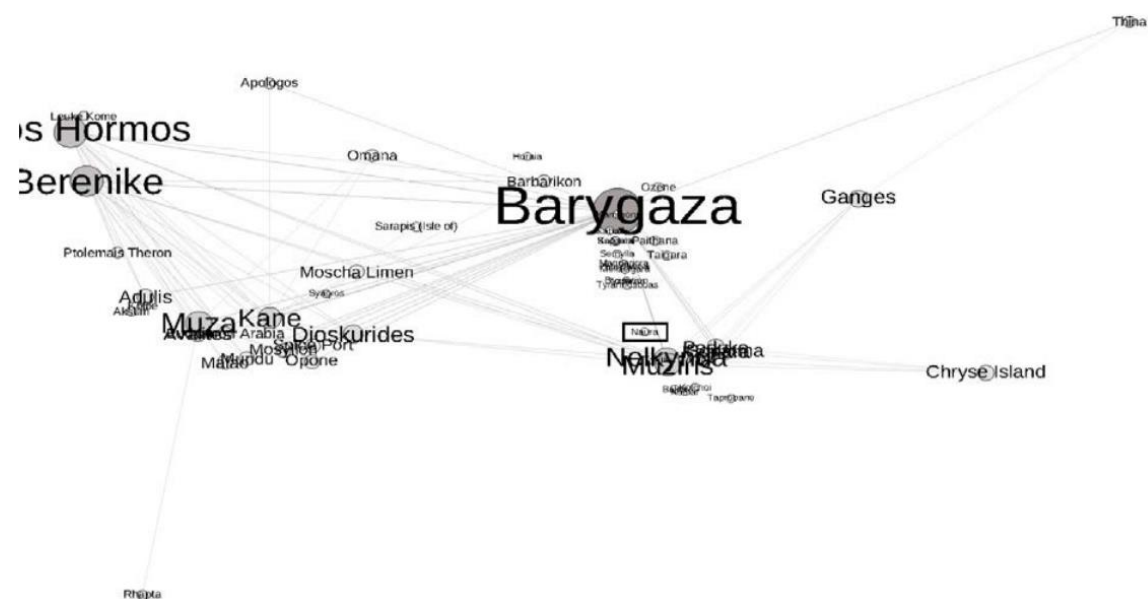


Figura 3. Gráfico de rede representando conexões dos portos mencionados no Périplo do Mar Eritreu.

Fonte: (Seland, 2016, p. 199).

Apenas ao criar um gráfico de rede com as conexões entre portos exatamente como descritas no Périplo, Seland propõe um modelo de visualização que imediatamente complexifica o sistema afro-asiático. Em primeiro lugar, é possível notar ao menos quatro eixos aglutinadores: o maior deles é o eixo noroeste indiano centrado em Barygaza – como o trajeto indiano do Périplo não entra no escopo deste artigo, a importante cidade de Barygaza (hoje Bharuch, no Gujarat, Índia) não foi discutida aqui; o segundo maior é o eixo egípcio baseado em Myós Hórmos e Berenice; o terceiro maior é o eixo árabe, centrado em Muza/ al-Mukhā; e o quarto maior é o eixo sul indiano, baseado nos portos de Nelkynda e Muziris. É importante perceber que estes quatro eixos aglutinadores não são *etapas em um trajeto linear*, mas operam, em maior ou menor medida, conexões variadas e independentes entre si. É perceptível também que não são apenas os grandes nodos de Barygaza ou Myós Hórmos que dinamizam os contatos, mas *quase todos os portos são conectados entre si* em diferentes níveis – com exceção de alguns empórios, como Rhapta, na Azânia, que possui ligação somente com o eixo árabe.

O gráfico de rede acima, contudo, representa as conexões somente em um nível geográfico. O sistema integrativo afro-asiático se dá essencialmente em um plano mercantil, e por isso os bens trocados são tão fundamentais quanto os agentes comerciais.

complexo que não exclui, necessariamente, as conclusões anteriores, mas que permite visualizar com muito mais precisão a complexidade dos diferentes níveis e modelos integrativos.

5. *Sistemas e Mundos: Notas de Conclusão*

Segundo Gary Young, “o *Periplus Maris Erythraei* é um documento de vital importância no estudo das trocas romanas do Mar Vermelho com a Arábia, a Índia e a África” (1997, p. 266). Em concordância, Roberta Tomber diz que “a relação entre o mundo romano e o sul da Arábia é bem documentada em textos clássicos [...] como o *Periplus Maris Erythraei*” (2004, p. 351). Já no que diz respeito a autoria, Pascal Arnaud afirma que “a origem social do autor do Périplo [deve] ser buscada mais em um meio latino helenizado (ou grego latinizado) do que no Egito” (2012. P. 58). Young, Tomber e Pascal, em maior ou menor medida, reproduzem percepções consensuais – ou, talvez, *automáticas* – que podem ser encontradas em quase toda a produção sobre o Périplo do Mar Eritreu: trata-se de uma obra que fala sobre o Império Romano e foi escrita por um autor “helenizado”/“romanizado”. Não há, de minha parte, nenhuma crítica mais contundente ao fato de que, por definição, historiadores e historiadoras tendem a ler fontes escritas em grego e latim como reflexões acerca dos mundos gregos e latinos – isso certamente é verdadeiro. Contudo, munidos do devido aporte crítico, podemos ler estes documentos *além* (ou talvez, ler *além* dos documentos) e perceber as informações que se revelam nos silêncios e entrelinhas. Numa análise de escopo geográfico mais expansivo, não questionar o romanocentrismo (ou o helenocentrismo) das próprias fontes significa, acima de tudo, repeti-las e não necessariamente analisá-las.

Especificamente com relação ao documento aqui exposto, lê-lo tão somente como um testemunho do comércio romano não é um erro, mas certamente é um reducionismo. Num primeiro momento, não explorar as potencialidades analíticas desta fonte pode não parecer grave, mas as consequências podem ser perigosas: por exemplo, pensar o sistema afro-asiático como “comércio romano” pode distorcer a relevância da Índia, do Sul da Arábia ou de Axum neste contexto, alimentando ainda mais uma importância que o Império Romano não necessariamente tinha.

O romanocentrismo pode ser incidental (por exemplo, se o objeto do pesquisador ou pesquisadora for o Império Romano, naturalmente sua leitura será mais romanocêntrica), pode advir de uma carência crítica no trato documental, mas pode

também ter uma origem ideológica mais insidiosa: a ideia de que Roma seria o centro absoluto da civilização. Esta leitura não tende a ser, necessariamente, proposital, mas é preciso lembrar que a História, enquanto ciência, nasce a partir de uma visão de mundo hierárquica, onde o Ocidente é superior e a *sua* experiência histórica se transforma na *experiência histórica universal* (Morales & Silva, 2020, p. 127-128). Não é necessário, aqui, desenvolver uma crítica à genealogia da historiografia universitária, mas é preciso lembrar que na medida em que esta historiografia *universaliza* a experiência ocidental, então é esperado que a experiência romana também acabe sendo universalizada.

Em oposição ao romanocentrismo que ainda emerge de muitos estudos acerca do Périplo do Mar Eritreu, este artigo propôs entender este documento como um caminho de crítica. Por meio de ideias postas pela História Global, é possível ler o Périplo a contrapelo e situá-lo como uma peça em um quebra-cabeça conectivo complexo e ancestral. Esta reorientação de foco, em minha opinião, gera alguns bons frutos, os quais elenco aqui à guisa de conclusão.

Primeiro, e mais óbvio, é a descentralização. Como dito, através do Périplo é possível perceber que o Império Romano *não era* o principal protagonista do sistema afro-asiático. Em termos quantitativos, o Subcontinente Indiano movimentava mais bens de luxo e também enriquecia mais com o comércio.

Segundo, as rotas usuais do sistema afro-asiático não eram uma imposição ou invenção dos ptolomaicos e nem dos romanos. Há evidência o suficiente, tanto no Périplo como em outros documentos textuais e materiais, para que percebamos que as rotas ali descritas precediam a hegemonia mediterrânica greco-latina em séculos – ou mesmo milênios. Os mesmos portos e os mesmos produtos do Périplo já circulavam pelo Oceano Índico desde pelo menos o final do terceiro e começo do segundo milênio a.C..

Terceiro, através desta leitura descentralizada (e apoiados na História Global), é possível pensar o sistema afro-asiático – tanto no passado quanto no período do Périplo – como uma *somatória de rotas* e não como uma *rota linear*. Isto significa que os portos da África, da Arábia e da Índia não funcionavam como pontos de parada entre o começo e o fim de uma rota. Na verdade, cada um destes portos funcionava como um centro do qual partiam diferentes produtos para variados trajetos. Somando a conectividade criada por cada cidade e por cada empório, chegamos à ideia de um sistema afro-asiático. Este sistema, portanto, é menos homogêneo e mais complexo do que se depreende inicialmente.

Por fim, a desmistificação da ideia de uma rota única, do Egito Romano à Índia, e a proposta de um *sistema integrativo de rotas* nos leva a mais alguns desdobramentos importantes. Um deles, já explicado acima, é a “desromanização” da Antiguidade: a possibilidade de se entender um conjunto de nodos centrais em diferentes territórios rompe com a perspectiva de centro único e periferia que comumente surge do romanocentrismo. Assim, o nordeste africano se torna um centro com diferentes conexões, Axum se torna um centro com diferentes conexões, o Iêmen se torna um centro com diferentes conexões e assim por diante. A este fenômeno poderíamos chamar de *Antiguidade Multipolar*, isto é, uma Antiguidade dominada menos por um centro imperial (ou civilizacional) e mais por uma perspectiva global de conectividade. Estes vários centros (multipolaridade) criam redes e sistemas – como este que chamamos aqui de afro-asiático – que podem revelar muito sobre trânsitos políticos, sociais, econômicos, materiais e culturais.

Para fins analíticos, esta Antiguidade Multipolar pode ser “fatiada” em diferentes pedaços que nos permitiram interpretar a realidade de espaços variados sem perder de vista as potências integrativas das redes e dos sistemas. Foi o caso, neste artigo, das porções africanas do Périplo do Mar Eritreu. Vimos que, ao contrário do que poderia se imaginar, uma vasta dimensão da costa oriental africana não apenas fazia parte das rotas comerciais como também travava choques políticos com o sul da Arábia – o caso de Rhapta, assim, é emblemático. Vimos também que Axum já se erguia como um império fundamental na região da Etiópia e Eritreia na figura de Zoscales, e que a atual Somália era pontuada por uma grande quantidade de cidades e empórios. Ademais, foi possível perceber também que, do Egito, todos estes portos eram acessíveis e proviam à região produtos e bens de luxo consumidos desde os períodos faraônicos – o que signifique, talvez, que as cidades portuárias, do sul do Nilo até Zanzibar, eram muito mais antigas do que geralmente se propõe. Isso significa, também, que talvez haja espaço para futuras pesquisas investigarem a relação do Egito (seja ele romano, ptolomaico ou faraônico) não apenas com a Mesopotâmica ou com o Mediterrâneo, como costuma acontecer, mas também com o Mar Vermelho e com o Oceano Índico – na esteira de uma Antiguidade Multipolar ou do sistema afro-asiático.

Recebido: 06/04/2022

Aprovado: 12/09/2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Burstein, S. (Ed.). (1989). *Agatharchides of Cnidus, on the Erythraean Sea*. The Hakluyt Society.

Casson, L. (Ed.). (1989). *The Periplus Maris Erythraei: Text with Introduction, Translation, and Commentary*. Princeton University Press.

Figuras

Figura 1: PHGCOM (2007). Locations, names and routes of the Periplus of the Erythraean Sea (1st century CE). *Wikimedia Commons* sob licença GNU Free Documentation License.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_the_Periplus_of_the_Erythraean_Sea.jpg. Acessado em 05/06/2022.

Figuras 2: Bernhard, Hans (1976). Ägyptische Expedition nach Punt während der Regierung von Hatschepsut. *Wikimedia Commons* sob licença GFDL-CC-BY-SA-all. <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Punt2.JPG>. Acessado em 05/06/2022.

Figuras 3: Seland, E. H. (2016). The Periplus of the Erythraean Sea: A Network Approach. *Asian Review of World Histories*, 4(2), p. 191-205. DOI:10.12773/arwh.2016.4.2.191.

Figura 4: Seland, E. H. (2016). The Periplus of the Erythraean Sea: A Network Approach. *Asian Review of World Histories*, 4(2), p. 191-205. DOI:10.12773/arwh.2016.4.2.191.

Bibliografia Crítica

‘Abdullah, Y. M. (1995). The City of al-Sawā in the Periplus of the Erythraean Sea. *Arabian Archaeology and Epigraphy*, 6(4), p. 259-269.

Arnaud, P. (2012). Le Periplus Maris Erythraei: une oeuvre de compilation aux préoccupations géographiques. *Topoi. Oriente-Occident*, 11, p. 26-61.

Balanda, S. (2006). The so-called “Mine of Punt” and its Location. *Journal of the American Research Center in Egypt*, 42, p. 33-44.

- Bard, Kathryn A. & Fattovich, Rodolfo. (2018). *Seafaring expeditions to Punt in the Middle Kingdom: Excavations at Mersa/Wadi Gawasis*, Egypt. Brill.
- Bard, K. A. & Fattovich, R. (2013). In S. Chrisomalis & A. Costopoulos (Eds.). *Human Expeditions, Inspired by Bruce Trigger* (pp. 3-11). University of Toronto Press.
- Bradbury, L. (1996). Kpn-boats, Punt Trade, and a Lost Emporium. *Journal of the American Research Center in Egypt*, 33, p. 37-60. DOI: 10.2307/40000604.
- Brozyna, J. M. (1999). *The Incense Route: a Study of its Origin and Development* [Dissertação de mestrado não publicada]. San Jose State University.
- Cassol, L. (1986). The location of Tabai (Periplus Maris Erythraei 12–13). *The Journal of Hellenic Studies*, 106, p. 179–182. DOI: 10.2307/629652
- Chami, F. A., & Msemwa, P. J. (1997). A New Look at Culture and Trade on the Azanian Coast. *Current Anthropology*, 38(4), p. 673–677. DOI:10.1086/204654.
- Conrad, S. (2019). *O que é História Global?*. Edições 70.
- Contenson, H. (2010). A cultura pré-axumita. In G. Mokhtar (Ed.). *História Geral da África II: África Antiga* (pp. 351-374). UNESCO.
- Creasman, P. P. (2014). Hatshepsut and the Politics of Punt. *African Archaeological Review*, 31(3), p. 395–405. DOI: 10.1007/s10437-014-9160-9
- Datoo, B. A. (1970). Rhapta: the Location and Importance of East Africa's first Port. *Azania: Archaeological Research in Africa*, 5(1), p. 65–75. DOI: 10.1080/00672707009511528
- Fillafer, F. L. (2017). A world connecting? From the unity of History to Global History. *History and Theory*, 56(1), p. 3–37. DOI: 10.1111/hith.12000
- García, J. C. M. (2016). Trade and Power in Ancient Egypt: Middle Egypt in the Late Third/Early Second Millennium BC. *Journal of Archaeological Research*, 25, p. 87-132.
- Hikade, T. (2006). Expeditions to the Wadi Hammamat during the New Kingdom. *The Journal of Egyptian Archaeology*, 92(1), p. 153–168. DOI: 10.1177/030751330609200105.
- Horton, M. (1990). The Periplus and East Africa. *Azania: Archaeological Research in Africa*, 25(1), p. 95–99. DOI: 10.1080/00672709009511414.
- Huang, H. The Route of Lapis Lazuli: Lapis Lazuli Trade from Afghanistan to Egypt during Mid-Late Bronze Age. *Advances in Social Science, Education and Humanities Research (ASSEHR)*, 183, p. 391-399.
- Júnior, J. J. G. dos S. & Sochaczewski, M. (2017) História global: um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, 23(3), p. 482-502. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2017v230304.

- Kirwan, L. P. (1986). Rhapta, Metropolis of Azania. *Azania: Archaeological Research in Africa*, 21(1), p. 99–104. DOI: 10.1080/00672708609511370
- Korotayev, A. V. (1996). *Pre-Islamic Yemen: Socio-political Organization of the Sabaean Cultural Area in the 2nd and 3rd Centuries AD*. Harrassowitz Verlag.
- Manzo, A. (2011). Punt in Egypt and Beyond: Comments on the impact of maritime activities of the 12th Dynasty in the Red Sea on Egyptian crafts with some historical and ideological thoughts. *Ägypten und Levante*, 21, p. 71-85.
- Morales, F. A. & Silva, U. G. da. (2020). História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História* (São Paulo), 40(83), p. 125-150. DOI: 10.1590/1806-93472020v40n83-06.
- O'Connor, D. & Quirke, S. (Eds.). (2003). *Mysterious Lands*. UCL Press.
- Phillips, J. (1997). Punt and Aksum: Egypt and the Horn of Africa. *The Journal of African History*, 38(3), p. 423–457. DOI: 10.1017/s0021853797007068
- Pinto, O. L. V. (2022). A diplomacia das feras: a África ao sul do Saara, o império de Axum e os caminhos para uma Antiguidade Tardia multipolar. *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas*, 6(2), p. 173–196. DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931.
- Purcell, N. (2015). Periiploi, 'voyages around'. *Oxford Classical Dictionary*.
- Raunig, W. (1970). Die Versuche einer Datierung des Periplus maris Erythraei. *Mitteilungen der anthropologischen Gesellschaft in Wien*, 100, p. 231–42.
- Robin, C. (1991). L'Arabie du Sud et la Date du Périples de la Mer Érythrée (Nouvelles Données). *Journal Asiatique*, 279, p. 1-30.
- Saleh, A.-A. (1973). An Open Question on Intermediaries in the Incense Trade during Pharaonic Times. *Orientalia*, 42, p. 370-382.
- Schoff, W. (2010). *The Eastern Iron Trade of the Roman Empire*. Gorgias Press.
- Seland, E. H. (2016). The Periplus of the Erythraean Sea: A Network Approach. *Asian Review of World Histories*, 4(2), p. 191-205. DOI: 10.12773/arwh.2016.4.2.191.
- Silva, M. C. da (2020). Uma História Global antes da Globalização? Circulação e Espaços Conectados na Idade Média. *Revista de História* (São Paulo), 179, p. 1-19. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.160970.
- Silva, U. G. da. (2019). Outra História Global é possível? Desocidentalizando a História da Historiografia e a História Antiga. *Esboços: Histórias em contextos globais*, 26(43), p. 473-485. DOI: 10.5007/2175-7976.2019.e65429.
- Tomber, R. (2004). Rome and South Arabia: new artefactual evidence from the Red Sea. *Proceedings of the Seminar for Arabian Studies*, 34, p. 351-360.

- Turner, P. J. & Cribb, J. E (2009). Numismatic evidence for the Roman trade with Ancient India. In J. Reade (Ed.). *The Indian Ocean in Antiquity* (pp. 309-320). Routledge.
- Valerian, V. & Chami, F. (2019). In Search of the Lost Metropolis of Azania – Rhapta Continued Research In Misimbo, Rufiji. *Studies in the African Past*, 10.
- Wickramasinghe, C. S. M. (2018). A Study of Anthropological and Ethnographical Information in the Periplus of the Erythraean Sea. *Indian Historical Review*, 45(1), 151–167. DOI: 10.1177/0376983617754114.
- Whitcomb, D. (1996). Quseir al-Qadim and the Location of Myos Hormos. *Topoi*, 6(2), p. 747–742. DOI: 10.3406/topoi.1996.1693.
- Young, G. K. (1997). The Customs-Officer at the Nabataean Port of Leuke Kome (“Periplus Maris Erythraei” 19). *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 119, p. 266-268.

**BETWEEN EGYPT AND AZANIA:
AFRO-ASIATIC CONNECTION IN THE PERIPLUS OF THE ERYTHRAEAN SEA**

ABSTRACT

The aim of this article is to analyse the processes of contact and integration between northeast Africa and different regions of Africa and Asia, focusing specifically on an anonymous text from the 1st century AD known as the *Periplus of the Erythraean Sea*. This document, generally read from a romanocentric perspective, will be interpreted with the analytical models of Global History. Hence, this analysis expects to show that the Egyptian ports of the Red Sea were part of an ancestral Afro-Asiatic connective system – of which the Roman Empire was not the creator, but a late participant.

KEYWORDS

Periplus of the Erythraean Sea; Africa; global history; Azania.

**EGYPT AND EGYPTOLOGY IN THE PAN-AFRICAN DISCOURSE OF
AMY JACQUES GARVEY AND MARCUS GARVEY**

*Vanessa Davies*¹

ABSTRACT

Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey argued for the Africanity of ancient Nile Valley cultures, in direct opposition to some academics. In early 20th-century United States, incorrect narratives alleged that Africa had no history. The Garveys, and other Black intellectuals, looked to the Nile Valley to show the absurdity of that claim. The pan-Africanism of Garveyism instilled pride in African descended communities and united them against colonial structures. Pan-Africanism factored strongly in President Gamal Abdel Nasser's conception of the modern nation-state of Egypt. Egyptian scholars from a variety of fields, including Nile Valley studies, continue to understand ancient Egypt as part of a network of African cultures.

KEYWORDS

Amy Jacques Garvey; Marcus Garvey; Gamal Abdel Nasser; pan-Africanism; Egyptology; Egypt.

¹ Nile Valley Collective, Philadelphia, USA. Email: davies68588@gmail.com.

1. Introduction

In July 1926, when Amy Jacques Garvey wanted to talk about African history, she turned to a newly discovered piece of evidence: the gold mask of Tutankhamun that had been unearthed only nine months earlier (Figure 1).² Howard Carter's team had first discovered Tutankhamun's tomb in the Valley of the Kings in November 1922. The story of the young king and the trove of artifacts that the excavation turned up caused an international sensation. Because of the amount of artifacts contained in the tomb and the laborious process of carefully removing and recording them, the king's coffin was not opened until three years after archaeologists first entered the tomb. Carter's journal entry for Wednesday, October 28, 1925, describes the moment that he opened the final of four nested coffins, revealing, "a very neatly wrapped mummy of the young king, with golden mask of sad but tranquil expression, symbolizing Osiris. The similitude of the youthful Tut.Ankh.Amen, until now known only by name, amid that sepulchral silence, made us realize the past" (Carter, 1925, 1926). Carter's words read like a fantasy, with the silence of the tomb, the previously unknown king, and a contemporary present that only at that moment comes into contact with the king's past. Amy Jacques Garvey tapped into something much more vibrant and alive in her contemporary present: a realization of the past that directly affected people in the present. She saw in scholarly discussions of Tutankhamun evidence of Egyptology's Western, Eurocentric, and colonialist underpinnings, and she instead located there a basis for pride in African history.



Figure 1. Amy Jacques Garvey opened her essay on the Africanity of Egypt with a discussion of this photograph of Tutankhamun's mask, published in *The New York Times* on July 25, 1926.

² Many thanks to Fábio Frizzo and his colleagues for the invitation to contribute to this volume, and I appreciate Fábio introducing me to the work of Abdias do Nascimento. I am grateful to Solange Ashby and S.O.Y. Keita for their comments on an earlier draft of this article.

Egypt's multifaceted role on the world stage has resulted in it frequently balancing competing interests. This liminality has been described as a result of Western powers having "disembod[ied] Egypt's geography . . . as Europeans made it an artificial extension of Europe, a material passage to Arab and African frontiers. Consequently, Egypt, not only Cairo, became a colonized/Europeanized geography, disembedded from its Africanness" (Kosba, 2021, p. 8). The dislodging of Egypt and its people, both ancient and modern, from Africanness lies at the core of the issues addressed in this paper. The discipline of Egyptology participated in and contributed to that dislocation. This paper addresses the ways in which Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey recognized Egyptology's role in this process, wrote critiques of it, including a criticism of Egyptologist George Reisner, and also constructed counterarguments that resituated ancient Nile Valley cultures in their African contexts.

2. *Amy Jacques Garvey*

Amy Jacques Garvey was the second wife of the social activist and businessman Marcus Garvey. Amy Jacques and Marcus Garvey were born in Jamaica and came separately to the Harlem neighborhood of New York City, Amy for health-related reasons and Marcus for economic opportunity (Taylor, 2002, pp. 16–17). In Jamaica, Garvey had founded the Universal Negro Improvement Association, whose membership spanned the United States, Canada, the Caribbean, and Africa, and whose goal was to instill a sense of pride in Black people linked to their identity and to help Black communities thrive. He was a vocal advocate of the idea that African people, on the continent and in the diaspora, should ban together for mutual benefit (for a recent discussion of a particular example of cultural complexity in Africa, see Malki, 2017). While living in the United States, Marcus Garvey started a newspaper, two international shipping lines, and an association of factories.

Initially, Amy Jacques Garvey was one of Garvey's private secretaries. After their marriage, she regularly wrote for the newspaper, gave public lectures, and took a leadership role in the organization, especially during the three years when her husband was incarcerated in a federal penitentiary on charges of mail fraud (on the circumstances surrounding his incarceration, see Pierce, 2016). During that time, Amy Jacques Garvey collected and edited some of Marcus Garvey's writing and published them in two volumes, in 1923 and 1925. Her role transitioned from her early days as his secretary,

where she was “perpetuating her husband’s ideas” to later being the person responsible for “shaping and disseminating the philosophy of Garveyism” (Taylor, 2002, p. 3, pp. 46–47). She clearly delineates her role as keeper of Garveyism in the titles of the volumes she compiled: *The Philosophy and Opinions of Marcus Garvey*. Her point in publishing his speeches and newspaper articles was to enable readers to learn about Garveyism directly from the source, as opposed to hearing secondhand, usually disparaging, reports (M. Garvey, 1923/1967, pp. viii, xi; M. Garvey 1923/1978, preface p. 1). Due to the ephemeral nature of newspapers, much of Marcus Garvey’s philosophy would have been unavailable to later audiences without her efforts. Only in recent years have issues of *The Negro World* been accessible online in digitized format, thanks to the efforts of Harlem’s Schomburg Center for Research in Black Culture.

3. *The mask of Tutankhamun*

A large part of Garveyism was encouraging a pride in people of African descent that had been long denied by racist societies. One way this was achieved was to educate people about African history and culture, which at that time was virtually unknown in the United States. Rather, for decades in the United States, an incorrect and dehumanizing strain of thought perpetrated the idea that Africa had no history and that as a result people of African descent did not share in the human experience of history. Because the history of ancient Egypt was widely and popularly known, it offered a simple corrective to that misinformed view. In July 1926, Amy Jacques Garvey seized on that corrective.

In an article she wrote for *The Negro World*, Amy Jacques Garvey referenced the mask of Tutankhamun as a relic of African history. The gold mask featuring the head of the king wearing a striped royal headdress has become such a famous image that it may be difficult for us to put ourselves in the shoes of people in her day. Tutankhamun’s mask had been discovered just nine months prior to the publication of her article. The artifacts that were slowly extracted from the tomb since its discovery in 1922 provided the public with a royal procession of sorts. *The Negro World* regularly reported on recently removed objects, as well as the opinions of all sorts of scholars on topics related to the artifacts themselves and the culture in general (e.g., Bust of Pharaoh’s Wife, 1923). The images of the mask published in *The New York Times* were perhaps the first glimpse that many members of the public had of this now ubiquitous object. In *The Negro World*, Amy Jacques Garvey described the mask according to its phenotype, or observable physical

characteristics. To appreciate why she would turn to phenotype, one must understand that phenotype was, and some would say still is, the major determinant of one's race, which in turn defines nearly every other aspect of a person's life in the United States.

4. *Racial categorization in the United States*

In the United States, skin color was and is a primary determinant of assigning race to people. Other physical factors, such as hair color and texture and width of the nose, contribute to that classification. Because physical features vary widely across population groups, the assignment of race can be ambiguous. Some people of African descent with lighter skin color or other attributes determined to be "White" might "pass" as White in order to have access to the economic and social benefits awarded to White people and denied of people deemed not White. For example, some of Amy Jacques Garvey's relatives through her mother were passing in the United States. So when she moved to New York in 1917, she could not rely on them for social or economic support lest her presence in their lives force them to admit that they were not completely White and were instead, by the legal and cultural norms of the day, "Negro" (Taylor, 2002, pp. 17–19). Modern Egyptians might similarly "pass." An Egyptian person who attended Florida State University in the late 1950s described her experience with being granted the ability to pass: "While affiliation with a 'white' university endowed Egyptian students with this honorary racial status, it did not always shield us from the racism of the surrounding community" (Morsy, 1996, p. 184).

Because of the ambiguity in assigning race, the racial identity of the ancient Egyptians within the carefully delineated colorized classifications of the United States was frequently addressed on the pages of *The Negro World*. A February 1923 article concludes that because of the brownish-yellow color of statues removed from Tutankhamun's tomb "there was a decided strain of Negro blood in the ancient Egyptians, who were a mixed race, some with one-fourth Negro, others one-half Negro, others three-fourths Negro, others seven-eighths Negro. According to the modern view of one drop of Negro blood claiming everything it touches, the Egyptians were Negroes" (Were the Egyptians, 1923). The specificity of language here that quantifies a so-called "measurement" of African ancestry was prevalent in US society at that time (for more, see Kendi, 2016; Williams, 2018; Crawford, 2021).

For decades, the categories that classified people's race on the United States census

designated a person's African ancestry in terms of amounts, as if heritage could be counted by means of fractions of ancestors' physical features. The terms that the US census used changed over time and reflected the prevalent conceptualizations of race and ethnicity in society in the United States. For example, in 1890, certain terms were used to classify people that are no longer used and are considered offensive. By 1920, many of those terms had fallen out of official census use. At the next census, in 1930, the racial categories were informed by a new arbitrary way of categorizing people: the "one-drop rule" (hypodescent). According to that "rule," a person having multiple ethnic or racial identities was automatically assigned to the group perceived to have the lower status. The 1930 US census classified Black people according to the one-drop rule, as seen in the instructions for census-takers: "A person of mixed white and Negro blood should be returned [classified] as a Negro, no matter how small the percentage of Negro blood. Both black and mulatto persons are to be returned as Negroes, without distinction. A person of mixed Indian [Native American] and Negro blood should be returned as a Negro, unless the Indian blood predominates and the status of an Indian is generally accepted in the community" (Nobles, 2000, p. 72, also pp. 44, 58). From these instructions, we see that the government assigned official racial status according to regulations that were both rigid ("no matter how small the percentage of Negro blood") and nonsensical (For starters, why should a person "of mixed . . . blood" be classified one way versus the other?). Census workers were given the authority to determine a person's race regardless of one's self-identification.

5. Amy Jacques Garvey on the importance of history

In March 1923, *The Negro World* reported on a story in *The Boston Globe* that posed the question of the ancient Egyptians' racial heritage to three scholars: anthropologist Alexander Francis Chamberlain, historian George Rawlinson, and biologist Thomas Henry Huxley (Was King Tut, 1923). Answers ranged from "in some respects," to "true Egyptian . . . with perhaps an admixture of more Southern blood," to "an unknown quantity . . . neither a white nor a black race." The following week's issue ran a follow-up from *The Boston Globe* that noted the opinion of Flinders Petrie, whose racist and eugenicist views about both the ancient people of the Nile Valley and the modern people of Egypt are now well known in Egyptology (Challis, 2013). Amy Jacques Garvey directly countered the claims of these academics in her analysis of

Tutankhamun's gold mask. In her estimation, given the obviousness of the racializing characteristics visible on the mask, "the exponents of white superiority cannot claim him as their own, [so] they make no comment as to his racial stock" (A. J. Garvey, 1926).

Amy Jacques Garvey lingers not only on the racialized identity of the Egyptian king, but she also points to the artifacts found in tombs like his, the tombs of "rulers of Egyptian Africa," as evidence of the "culture and progress" of Egypt and of the advancement of that African culture at a time when European societies were not as advanced. With that evidence, she constructs for readers a message of hope. "The cycle of civilization will again shift to Africa—the east will once more be the center of civilization, and knowing this, the Negroes of the world prepare themselves to hasten the day" (A. J. Garvey, 1926). The cyclical rotation of world cultures that she describes is a theme that she repeats in an article the following year.

Kingdoms rise and kingdoms fall in the same manner as the sun gives light to one part of the earth, while the other half is in darkness. So those who now enjoy the noonday hour of progress and power will in the natural process of evolution return to darkness in order to give way to others who are now in darkness. What has been will be again, and the East is beginning to see the peep of a new day. . . . It is the vision of this new day that causes the scattered sons and daughters of Ethiopia to turn their faces toward the motherland of Africa. (A. J. Garvey, 1927)

The concept that different cultures wax and wane brings the past in conversation with the present and future. For Amy Jacques Garvey, the present condition is impermanent. People of African descent can find in their cultural histories reassurance that the future will be brighter than the present.

The contrast between the historiographical interpretations of Amy Jacques Garvey and Howard Carter can now be understood. Carter's fantasy-like narrative of disinterring King Tutankhamun shows his perceived disconnect between the past and present (as well as, perhaps, a self-commentary by the middle-aged Carter), where the "youthful" king's face "made us realize the past." Amy Jacques Garvey's "vision of this new day" brought the past directly to bear on the present.

This hope for a better day, and faith in the fulfilment of [Biblical] prophecy buoys them ["black folks"], and makes them survive under the greatest pressure and

brutality of alien oppressors. It is the spirit of the East to bear and forbear, and we who have long ago been transplanted to alien shores still retain this characteristic. That is why we have survived the rigors of slavery, and have adapted ourselves to almost any surroundings, always hoping for a better day, and finding comfort in the hoping. (A. J. Garvey, 1927)

Against a backdrop of the realities of colonialism and enslavement, Amy Jacques Garvey shows the work that history does: comforting, healing, and providing hope to people who have endured hardships and trauma. That is the particular vibrancy of African history in communities where the history of Africa had been ignored or denied.

Like other Black intellectuals in the United States who brought the history of Africa to public attention, Amy Jacques Garvey drew on historical sources to make her arguments. Black intellectuals were largely excluded from the predominantly White academic system of higher education in the United States. Two results of this exclusion are pertinent to this discussion. One is that White writers of history omitted Black people from and misrepresented their roles in historical events. Carter Woodson's book *The Miseducation of the Negro* (1933/2005) corrected shortcomings in the way that African-descended people's history and culture was taught in the United States. Many of the essays in his book he had earlier published on the pages of *The Negro World* (Martin, 1983/1985, pp. 104–105). The second result is that White academics were unaware of most intellectual work occurring in African-descended communities in the United States. But those Black intellectuals were knowledgeable about the writings and opinions of White intellectuals, and they drew on their published writings to construct their own arguments. For example, African American editor, novelist, singer, and playwright, Pauline Hopkins, brought the history of Africa to public attention in a novel she published in 1902. Her novel, *Of One Blood*, borrows directly from history books, travelogues, and novels and uses those sources to teach readers about the historicity of African cultures in the Nile Valley (Davies, 2021).

Similarly, Amy Jacques Garvey engaged with the academics of her time and constructed arguments against the incorrect theories that Africa had no history. In November 1927, she quotes William Johnson Sollas, a British academic and author of a book on early hominids (A. J. Garvey, 1927, November; for another example of her research, see A. J. Garvey, 1927, May). Sollas saw human history as comprised of waves of migration and conquest where “more advanced” population groups replaced “less

advanced” population groups, either annihilating them or driving them to the margins of the environment (Sommer, 2005). Amy Jacques Garvey criticized Sollas’s view, which was rooted in the White Western imperialistic world in which he operated. Her critique, which called attention to this type of racist discourse that circulated in some scientific circles at that time, still resonates today. In two recent works, anthropologist Jonathan Marks denounced the exact same sentiments of Sollas (Marks, 2017a, p. 38; 2017b, p. 260).

Many of Amy Jacques Garvey’s writings for *The Negro World* were geared specifically toward women. For more than three years, she edited a regular feature in the newspaper entitled “Our Women and What They Think.” UNIA members were to occupy gender-specific roles, and she promoted the idea that women were ideally confined to the domestic sphere and could nonetheless exercise leadership from that space (Taylor, 2002, pp. 44–45, 74–76). She frequently wrote about women’s leadership and educational needs, and the ancient Nile Valley cultures were a part of that education. She engaged with academic arguments, calling out the racism and inaccurate arguments that she saw in White scholars. She also showed the power and relevance of history to Black people in the United States who at that time were threatened both with physical violence and with fewer social and economic advantages than other people. She sought to bring unity to the wide diversity of African-descended people in the United States who were classified in constantly varying and denigrating ways (Taylor, 2002, pp. 69–70). In this, she echoed the message of Garveyism.

6. *Marcus Garvey*

Marcus Garvey arrived in the United States in 1916 after having lived and worked in a variety of countries. He had founded the Universal Negro Improvement Association and African Communities League (UNIA) a few years prior in Jamaica. After traveling through the United States, he settled in New York, established a branch of the UNIA there, and in 1918 founded *The Negro World*, a weekly publication that ran for fifteen years.

With the masthead of *The Negro World*, Marcus Garvey definitively linked his readership with ancient Nile Valley cultures. Front and center was the head of a man wearing the *nemes* headdress of an Egyptian king (fig. 2). *The Negro World* declared itself “A Newspaper Devoted Solely to the Interests of the Negro Race.” With this masthead,

Garvey applied the term “Negro” to the ancient Nile cultures, aligning them within the world of segregation based on skin color that pervaded the United States at that time. No doubt in Garvey’s day, the vast majority of people from the Nile Valley, whether ancient or modern, would have similarly been assigned to that category unless they were able to and chose to “pass” as White. For example, the Egyptian person mentioned above who lived in the southern United States in the 1950s and ’60s was often judged to be Black or “Negro” based on the types of injustices she experienced, including being told to sit at the back of a bus and being refused service in White-only restaurants (Morsy, 1996, pp. 184–185). *The Negro World*’s reading audience were people with a range of darker skin tones and also a range of language fluency. Sections of every issue were written in Spanish for “the advancement of the Negro [Black] race” (*el adelanto de la raza negra*). The masthead united all members of this diverse, multicultural group of “Negro” people with a message of solidarity printed on a banner that visually ties together the figures: “One God, One Aim, One Destiny.”



Figure 2. Masthead of The Negro World

Using imagery in the masthead to identify the ancient Nile Valley cultures with a Black readership was not a unique move. In November 1911, after W. E. B. Du Bois had become editor of *The Crisis*, he had its masthead incorporate similar iconography (Davies, in press, Figure 2). *The Crisis* depicted the head of a man wearing the *nemes* headdress and with closely drawn lines on his face and neck indicating that his skin is of a dark color. The slogan underneath “The Record of the Darker Races” stated, as *The Negro World* did, that the people of that ancient culture would be—in the colorizing system of the United States—one and the same as the readers. *The Crisis* used that masthead frequently in 1911 and 1912 and then only sporadically through 1914. By the time Garvey started *The Negro World* in 1918, *The Crisis* had ceased using imagery in its masthead.

The masthead was not the only way that Marcus Garvey engaged with ancient Nile

Valley cultures. As mentioned above, *The Negro World* frequently ran articles addressing those cultures, especially after the discovery of Tutankhamun's tomb in November 1922.³ Some of the articles addressed the race of the ancient Egyptians in general or Tutankhamun specifically. These discussions were happening alongside broader questions of race and Africa that also occurred on the pages of *The Negro World*. The discussions often centered on the so-called one-drop rule, described above, that was—and is still largely—the way that people in the United States conceived of racializing identifications.

7. “Who, and What is a Negro?”

Garvey's editorial in January 1923 posed the question “Who, and what is a Negro?” in response to a statement by the French government claiming that the Moroccans and Algerians who were serving in the French military should not be considered “Negroes” (M. Garvey, 1925/1967, pp. 2:18–21). He argued that the term was not universally used to refer to people with darker skin tones, as the official ideology in the United States, seen in the census, might pretend (Jackson Lears, 1985; also Drake, 1987/1991, pp. 17–18). Instead, the dominant White society might choose to remove from that category particular population groups with darker skin tones. Marcus Garvey determined that the people removed from the category were those who had done things that the White culture in power viewed as worthwhile. “A Negro is a person of dark complexion or race, who has not accomplished anything and to whom others are not obligated for any useful service” (M. Garvey, 1923, January 20). In the context of the statement about Moroccan and Algerian soldiers serving under the French, Garvey addressed the question of why the French would claim that those soldiers were “not Negro.” Why? Because those soldiers had done something that White society saw as useful.

Marcus Garvey called out those who bent the racializing rules, effectively breaking the code of the one-drop rule to bring certain population groups deemed “desirable” into the realm of “Whiteness.” Academics, including anthropologists Franz Boas and Clark Wissler, were among the people criticized on the pages of *The Negro World* for “trying to say that the Moroccans are not really Negroes, but ‘Negroid,’ being but ‘a blend of

³ Given the Jamaican heritage of Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey, it is especially relevant to mention the recent work by Adodo (2021) on Afrocentric translation, which analyzes Egyptian and Jamaican languages.

Arab, Jew and Berber” (Maynard Keynes was right, 1923). Garvey realized that supposedly fixed categories of racial identity were being modified to suit particular interests. Moroccans could be distanced from Blackness by being described as blended or “Negroid,” essentially “Negro-like,” but no longer “Negro” (for these terms used in early osteological studies of Nile Valley populations, see Keita, 1993). The idea of middle ground, though, contradicts the conception prevalent in the US referred to as the one-drop rule.

It is the white race that legislates that one drop of black blood makes a man a Negro. It is this same white race that is contradicting itself when it says that “50 per cent Negroid” does not make “Negro.” This decision, come to think of it, might result in a complete revolution of the statutes of the South. It might put a half-million “blacks” on the other side of the fence. Let us hope so! (Maynard Keynes was right, 1923)

Articles like this one noted the divisiveness of racializing terms, that the term “Negro” was not invoked by White voices in a positive way. When convenient for White Western interests, that negative label might be relaxed for certain groups, such as Moroccans in this example, due to inconsistent enforcement of the so-called one-drop rule.⁴

A major theme of Garveyism was reclaiming the word “Negro” as a label of pride. The practice of removing a racializing label from a group of people and making them “White” in the United States has been documented with regard to many populations (e.g., Ignatiev, 1995; Jacobson, 1999; Roediger, 2005; also Drake, 1987/1991, p. xx). Marcus Garvey refused to allow groups that had been included under the umbrella of “Negro” to be removed from its purview by White interests. “Let us not be flattered by anthropologists and statesmen who from time to time because of our successes here, there or anywhere try to make out that we are no longer members of the Negro race. . . . When it is to their interest they make us Negroes or something else, but if we were Negroes yesterday surely we are satisfied to be Negroes today” (M. Garvey, 1923, January 20). Marcus Garvey realized that White voices completely controlled the application of racializing terms to different population groups. He encouraged readers to resist the

⁴ On racial categorization in the US as a “fluid system that never succeeded in maintaining the borders”, see Bernasconi, “Crossed Lines,” p. 226.

whims of White-dominated culture that was appropriating groups of people whom that culture had formerly excluded.

8. *The compilation of the essay*

When Amy Jacques Garvey compiled the second volume of *The Philosophy and Opinions of Marcus Garvey*, she included an essay entitled “Who and What is a Negro?” The essay was sourced from multiple editorials. The bulk of the material appeared in Marcus Garvey’s editorial of January 20, 1923, discussed above.⁵ The essay’s two paragraphs that contain Garvey’s thoughts on scholars’ discussions of ancient Nile Valley cultures appeared in print later that spring.

The first of the two paragraphs was printed in May under the heading “The Things in History.” That piece appeared just days after the second of two free lectures offered in Harlem by Egyptologist Lorenzo Dow Covington (M. Garvey, 1923, May 5). Covington’s lectures were advertised in *The Negro World* in this way: “Was Tut-anh-Amen a Negro? Learn the truth about the ancient Egyptians” (King Tut, 1923). The first lecture disappointed journalist John E. Bruce who reported on it the following week. Covington’s inability to correctly name people and places left knowledgeable audience members in doubt about his Egyptological credentials. Furthermore, whenever he was asked about “to what ethnic stock the Egyptians belonged,” he “cleverly and skillfully avoided and evaded a direct answer” (Bruce, 1923). Bruce wrote this about Egyptologists: “The fruitful imagination of the modern Egyptologist, who can see nothing great in the black man, but finds unlimited wisdom in the white man, delights to robe all ancient Egypt in white” (Bruce, 1923).

The second paragraph contains Garvey’s criticism of US professor of Egyptology, George Reisner. Parts of that paragraph were sourced from an article originally reported through the Pacific News Bureau and republished in *The Negro World* in April (Ethiopians, 1923). Other parts of the paragraph perhaps derive from speeches of Garvey’s. His writing style often contained rhetorical flourishes reminiscent of his style of public speaking. The second paragraph contains such a sentence, beginning “Imagine

⁵ The first edition of the book (1925) dates the essay to January 16, 1923, and most of the material in the essay appeared in Marcus Garvey’s editorial of January 20, 1923. Subsequent editions of the book push ahead the date of the essay by a few months, to April 16, 1923, perhaps because two of the paragraphs included in the essay in *Philosophy and Opinions* appeared in print in the spring of 1923, each paragraph in a separate issue. In M. Garvey (2004), the piece is dated April 23, 1923.

a dark colored man,” which will be discussed below (M. Garvey, 2004, pp. 119–122).

9. *Marcus Garvey on George Reisner*

The Egyptological subject of Marcus Garvey’s writing in the spring of 1923 was Harvard University professor George Reisner (for more on Reisner, see Manuelian, 2022). Reisner received his undergraduate degree at Harvard and subsequently earned a Ph.D. there in 1893, a few years after W. E. B. Du Bois received his undergraduate degree there. In 1896, Reisner was hired as an instructor at Harvard, something that would not have been possible for Du Bois, being a Black man, and Reisner spent the later part of his career employed there. When Marcus Garvey criticized Reisner’s views, in early 1923, Harvard had frequently been in the news because of a racist decision made by the administration. Caving to the White supremacist attitudes of Harvard-related individuals, college president A. Lawrence Lowell barred Black students from living in the first-year dormitories with White students (e.g., Bowser, 1923). Because of this injustice, the connection between George Reisner and Harvard was especially significant for Garvey (Ethiopians, 1923).

Marcus Garvey’s Egyptological critique revolved around a question at the forefront of the minds of both scholars and interested members of the public. Formulated according to the language of the day, the question centered on whether the ancient Egyptians in general, or Tutankhamun specifically, were “Negroes.” As Garvey recognized in his writings quoted above, scholars and thinkers fluctuated on who comprised the group of humans they were calling “Negro.” Reisner was no different. For example, in 1910, Reisner felt that the predynastic burials in Egypt contained the same population group as a particular cemetery in Nubia because of similar artifacts found in both sets of burials. “In other words, at the earliest period in which human remains have been recovered, Egypt and Lower Nubia appear to have formed culturally and racially one land” (Reisner, 1910, p. 319). His subsequent writing does not evidence such unity. For example, an Egyptian statue head is referred to as “Negro,” but then Nubians are referred to as “not negro.” A newspaper reports Reisner saying that a particular piece of Dynasty 4 statuary found at Giza depicted “the wife of the prince [who] is, curiously enough, of a distinctly negroid type. The head is, I believe, the earliest known portrait of a Negro” (*The Crisis*,

1915, p. 229).⁶ In a 1923 publication of his excavations in Kush, Reisner writes, “The Nubian race was negroid, but not negro” (Reisner, 1923, p. 8; also Crowfoot, 1924, p. 113). Reisner incorrectly, though not surprisingly, interpreted the results of his excavation work through the racializing lens of the early twentieth century United States (see likewise Minor, 2018). Included in his mistaken views were contemporary African-descended people, as evidenced by his comment to his African American student, Egyptologist William Leo Hansberry: “I do not believe that Negroes founded these great civilizations. You are a brilliant student Hansberry, but you are a product of our civilization” (Keita, 2000, p. 100). Marcus Garvey’s clear understanding of how the hegemonic culture used the term “Negro” is repeated here when Hansberry, “a brilliant student” who is useful to his White professor in the context of a college classroom, is contrasted with “Negroes” whom Reisner, because of his bigotry, cannot accept as originators of ancient Nile Valley cultures (for more, see Kingstone, 2019; Hefny, 2018).

In his discussion of the ancient history of the Nile Valley, Garvey shows how the concept of race is used to divide groups. He described Nile Valley history as being the history of people with darker skin tones whose history has been taken from them and appropriated by White people as their own history. The two-paragraph section “Negroes Robbed of Their History” begins, “The white world has always tried to rob and discredit us of our history. They tell us that Tut-Ankh-Amen . . . was not a Negro, that the ancient civilization of Egypt and the Pharaohs was not of our race, but that does not make the truth unreal” (M. Garvey, 1925/1967, p. 2:19). Garvey goes on, discussing the history of ancient Egypt and ancient Greece and Rome. He then calls out George Reisner, although a typographical error renders his name as Kersnor, for his opinions on the “Ethiopians.” At that time, Ethiopia referred to the southern part of modern Egypt and northern Sudan, following the Greek historian Herodotus who used that term to refer to that area.

Garvey wrote that Reisner “after discussing the genius of the Ethiopians [i.e., the ancient people of modern Sudan] and their high culture . . . declared the Ethiopians were not African Negroes. He described them as dark colored races . . . showing a mixture of black blood” (M. Garvey, 1925/1967, p. 2:19). Then Garvey interjects a thought that cuts to the heart of the racializing labels common in the United States: “Imagine a dark colored man in middle Africa being anything else but a Negro” (M. Garvey, 1925/1967, 2:19). His comment again calls attention to use of the term “Negro” by the dominant White

⁶ Peter Der Manuelian kindly informed me that the statuary mentioned here is a reserve head from Giza (MFA 14.719), and he recognized that the quote is taken from Reisner (1915, p. 32).

culture, here represented by Egyptologist George Reisner.

Reisner could not say that the ancient people of Sudan had not accomplished something. His excavations continually produced proof of their accomplishments from their tombs, temples, and settlement sites and in the beautiful artifacts admired by collectors and museum-going crowds. They were “useful” to him in his work as an archaeologist. But Reisner also could not admit that those ancient people were of the same race as the Black people whom Reisner knew and saw in the United States. So he had to “remove” those ancient people from the category of “Negro” and assign them a different identity. This is where Reisner and others applied the idea of a “mixture” of Black and White that is communicated through the label “negroid.” Like other Egyptologists had done before him, Reisner willfully separated the ancient people of the Nile Valley from Africa and denied that their history was related to people of African descent in the United States.

Marcus Garvey pointed out the discrepancy in the formula of assigning different racializing terms to groups of people. When a person designated by the society of his day as “Negro” did something deemed worthwhile to the dominant White culture—such as fight on behalf of a Western power, as Moroccan and Algerian soldiers did, or produce great works of art and architecture, as did the people of ancient Sudan—then they were no longer considered “Negro.” They would then be edged closer to “Whiteness” so that a White Western culture could lay claim to and make use of their accomplishments. Garvey challenged these views propagated by scholars, and he restored the historical past of the Nile Valley to African descended people.

10. Maud Cuney Hare

Marcus Garvey’s challenge to the narrative that Nile Valley cultures were part of African history was not the first or the only such challenge. Since the nineteenth century, African American intellectuals had been challenging the incorrect view that Africa had no history (e.g., Beatty & Davies, in press). For example, in 1912, African American historian Leila Amos Pendleton wrote, “Some historians tell us very plainly that the Egyptians were not Africans at all and so Negroes need not be proud of what they did” (Pendleton, 1912, p. 15). She and other Black thought leaders continually challenged that sentiment in their efforts to overturn incorrect and racist ideas.

Another person who objected to Reisner’s description of the ancient people of

Egypt and Nubia was Bostonian Maud Cuney Hare. Maud Cuney Hare was a musician and writer and the former fiancée of the Black intellectual W. E. B. Du Bois (Du Bois, 2001, p. 10). In April 1925, she attended a lecture of George Reisner's where he repeated the claim that Garvey had rejected. She recounted the event in a letter to Du Bois, expressing her anger over Reisner's statements in clear terms. She said that Reisner claimed that the Ethiopians "were not at all Negro Africans, and then he proceeded to show a statue on the screen of a Negro Prince and Princess. Evidently, the Negro royalty had no children!" (Cuney-Hare, 1925)

Maud Cuney Hare's letter points out the racism in Reisner's interpretation of the ancient people of the southern Nile Valley ("Ethiopian"). Her surprise and outrage, which echoes Garvey's exclamation about "a dark colored man in middle Africa," shows how ludicrous she views Reisner's attempt to claim that those people were not—in modern terminology—Black people. Egyptological opinions like Reisner's were not based on facts but rather were falsehoods drawing on an ideology of White supremacy. Because intellectuals like Maud Cuney Hare and Marcus Garvey were Black, their opinions alone were not enough. Unlike their White counterparts, they could not just have baseless opinions. Instead, Black scholars carefully communicated their responses according to the scientific language of the dominant White culture.

Reisner was seemingly unaware that his claims about the identity of the ancient people were at odds with his evidence. Reisner was among the first archaeologists working in the Nile Valley, along with Flinders Petrie, to use scientific method in the field. But as scientifically minded as Reisner's archaeological methods were, he was so embedded in a White Western culture that when he stated that the ancient people of these complex societies that produced such great works of art and architecture were not—as Maud Cuney Hare wrote—"Negro Africans," he did not realize that the images of the ancient people that he showed to his audiences appeared to belie his very own argument.

Maud Cuney Hare recounted the incident to Du Bois because she knew of Du Bois's interest in educating people in the United States about the history of Africa. Amy Jacques and Marcus Garvey, W. E. B. Du Bois, Leila Amos Pendleton, and Pauline Hopkins wrote about the ancient histories of Africa. Except for Du Bois, those authors did not write for a White Western academic audience. Nonetheless, they all directly addressed the scholarly theories of their day, which largely derived from White Western academics. They found sources to bolster their arguments and called out those who, like George Reisner, made arguments that were factually incorrect and mired in modern racist

terminology. In doing so, they educated their readers about the nonsensical statements being made about race in academic circles and addressed the statements' absurdities with reasoning and evidence-based arguments.

11. Marcus Garvey's pan-Africanism

Following in the tradition of the historian Edward Blyden, Marcus Garvey would turn to the longevity of cultures in Africa to argue for the humanity of African descended people and to argue for the independence of colonized people in Africa. "Yes, honest students of history can recall the day when Egypt, Ethiopia and Timbuctoo towered in their civilizations, towered above Europe, towered above Asia" (M. Garvey, 1923/1967, p. 1:57). Like many other African descended scholars, he turned to the Bible to show that Africans, too, were included in the vision of a Christian God who would bring divinely ordained leaders from Africa (M. Garvey, 1923/1967, pp. 1:61, 73). He predicted that change rooted in Africa would alter the colonialist landscape and would reinstate a glorious present for Africans similar to their impressive past (M. Garvey, 1923/1967, pp. 1:39–40; 1925/1967, 2:60–61, 107, 119, 324–326). Garveyism took the very aspect that White Western societies denigrated—Africanity—and made it a point of pride. As Brazilian intellectual Abdias do Nascimento put it, even in the face of domination and oppression, the "rejection of Africa . . . [helps] to maintain the Black nation as a community above and beyond difficulties in time and space" (Nascimento, 1980, p. 142).

Garvey's focus was not limited to Africa's history. He also wrote about the struggle for independence in modern Egypt, no doubt learned firsthand from his mentor, the Egyptian Dusé Mohamed Ali. In London, Ali promoted pan-Africanism through the *African Times and Orient Review*, his influential journal that grew out of the Universal Races Congress, where, incidentally, Egyptologist Flinders Petrie and W. E. B. Du Bois met one another (Ewing, 2014, p. 39; Davies 2019–2020). When Marcus Garvey lived in London, many Egyptians were championing independence from the United Kingdom. Through his association with Ali and by living and working among a diverse African descended community in London, Garvey developed an anti-colonialist stance (M. Garvey, 1923/1967, p. xiii). Along with Edward Blyden and Booker T. Washington, Ali was a key influence on Garvey's ideas of pan-Africanism and his efforts to determine ways to govern that would benefit Black people (Ewing, 2014, pp. 38–41).

Marcus Garvey's championing of the rights of contemporary Africans to have self-

rule was an unwelcome stance in the eyes of White Western colonial powers and their allies. Western powers' refusal to recognize such claims can be seen in US President Theodore Roosevelt's expression of disdain for the "uncivilized Egyptians" who wanted independence (Grant, 2008, p. 39). Garvey took up the Egyptians' cause. "The war of 1914–18 has created a new sentiment throughout the world. Once upon a time weaker peoples were afraid of expressing themselves, of giving vent to their feelings, but today no oppressed race or nation is afraid of speaking out in the cause of liberty. Egypt has spoken . . . Egypt is free" (M. Garvey, 1923/1967, p. 1:32). Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey focused on both historical and modern populations because they knew that Western colonial powers applied the modern conception of race to both ancient and modern contexts to divide population groups for the benefit of the Western system.

12. African intellectuals on racialized identities

Racializing identification was one way that White Western powers separated Egypt from Africa. Mahmood Mamdani, a Ugandan anthropologist, discusses colonialism's "political legacy," that is, the political identities that took shape under and as a result of colonialism and continue today to wield power in areas that have thrown off colonial powers (Mamdani, 2001, p. 20). Certain physical markers, as outlined above, are commonly attributed to different "races," but on a biological level, those differences are not substantive enough to warrant the separation that the word "race" connotes in a scientific context. All humans belong to the same subspecies, and "modern human genetic variation is not structured into phylogenetic subspecies ('races')" (Keita et al., 2004, S18). On a socio-cultural level, however, race has been "animated" and has come to acquire meaning because "the law breathed political life" into it (Mamdani, 2001, pp. 20–22).⁷ As a socially constructed reality, race may change depending on the social environment that a person inhabits.

Egyptian anthropologist Soheir Morsy, quoted above as being assigned both Black and White racial identities in the US, described how racializing differences factored into

⁷ As Mamdani (2001, p. 27) put it, race is a consequence of state formation, is inscribed in and enforced by law, and then is used as the basis for assigning a host of social and cultural benefits. Colonizers in Africa "tried to *naturalize* political differences" between colonizer and colonized and between indigenous colonized and non-indigenous colonized. "Ethnicity was said to mark an *internal* difference among those constructed by colonial law as indigenous to the land. Race marked an *external* difference, a difference with others, those legally constructed as nonindigenous."

the Egyptian struggle against Turkish colonial powers. When Turkish heritage was valued socially over Egyptian heritage, physical standards of beauty aligned with so-called Turkish attributes, such as lighter skin tone. Despite Egyptian opposition to the devaluing of their heritage, nonetheless “many Egyptians themselves came to aspire and acquiesce to the culture of the hegemonic groups, sometimes referring to indigenous products and customs by contemptuous terms such as *baladi*, which literally means ‘my country’” (Morsy, 1996, p. 180). In denigrating Egyptian goods and identity, the disempowered segment of the population, in this case Egyptians, reinforced their own lack of empowerment even while simultaneously trying to defy it.

In the case of ancient Nile cultures, some scholars invoked the concept of race to separate the ancient culture from its African context. In Garvey’s day, ancient Egyptian culture was the only African culture known and valued by White Eurocentric cultures. To use his conceptual framework, the culture and the people affiliated with ancient Egypt were useful to a White Eurocentric narrative because Egyptian culture could be folded into that narrative as proof of a grand and powerful past. Some scholars then used race as a way to separate the ancient culture from Africa so that the culture could be fully subsumed into a White, Western construct of history (e.g., Davies, 2018, p. 8). The discourses of Amy Jacques Garvey, Marcus Garvey, and many others critiqued that practice and pointed out inconsistencies in how people applied racial classifications.

Egyptology was one thread that bound together the gold mask of Tutankhamun and the burgeoning movement to establish indigenous rule in Africa. According to colonial powers, Africans were not able to rule themselves. For those who took a long historical view, such as George Reisner and some other Egyptologists, darker-skinned Africans never could rule over themselves. For that reason, those Egyptologists conceptualized kings like Tutankhamun as “White” rulers of the northern Nile Valley. When Amy Jacques Garvey wrote about the mask of Tutankhamun as an artifact of an African culture, her argument addressed the historical past with full awareness of the implications her understanding of the past had on present populations. In a broad sense, she gave sovereignty to an African population, specifically to an Egyptian population that would have been considered—in the racializing formulation of US society in the 1920s—part of the “darker races.” On a global scale, members of those so-called darker races had so often been made to suffer under the yoke of colonialism. Like other proponents of pan-Africanism, Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey called for unity among those groups, for pride in their histories and heritages, and for a global movement centered

around those people. Strains of Garvey's pan-Africanism are also found in Egyptian President Gamal Abdel Nasser's conception of Egypt.

13. Nasser and pan-Africanism

Pan-Africanism was not conceived of by Marcus Garvey nor did the global push for pan-Africanism dissipate when he was incarcerated or after he died in 1940. As mentioned above, Marcus Garvey encountered pan-Africanism through his Egyptian mentor Dusé Mohamed Ali. Pan-Africanism was promoted again by Egyptian president Gamal Abdel Nasser, where it played a key role, alongside pan-Arabism, in his vision for Egypt that he laid out in *The Philosophy of the Revolution*. Nasser described the three circles in which he felt Egyptians "must revolve and attempt to move as much as we possibly can" (Abdel Nasser, 1954, p. 69). Those circles are Arab, African, and Muslim. (Notably excluded from this formulation are Christian and Jewish Egyptians.) He contended that Egypt cannot turn away from Africa because "we are in Africa" and because "the Nile is the artery of life of our country. It draws its supply of water from the heart of the continent" (Abdel Nasser, 1954, p. 69). Nasser's conception of identity calls to mind the contemporary idea of intersectionality that acknowledges the interplay of the various circles that people inhabit (e.g., race, class, gender, sexuality, nation, ability, ethnicity, and age) and how those circles may impart to the person more or less power in certain circumstances (Hill Collins and Bilge p. 2; also, Crenshaw, 2022). In Nasser's model, one can imagine circumstances where, for example, an identification as Arab versus African or Muslim could afford a person certain power that would in turn affect social relationships.

Nasser's description of the Nile, Egypt's "artery of life" that is sourced from "the heart of the continent," signals his understanding of Egypt's reliance on other parts of Africa and also Egypt's precarity. He valued dialogue between Egypt and other parts of Africa, as shown in Radio Cairo that created a clear and easy network of communications among African populations, and provided the means to attempt to influence popular opinion in Sudan to support unification with Egypt (Pendegraft, 2017; Ismael, 1971, p. 177). His sometimes patronizing language toward parts of Africa has been described as "a later-day version of the 'white man's burden'" (Akinsanya, 1976, p. 512). But Nasser's choice of words can be viewed through the lens of precarity: as the language of a ruling official affected (perhaps unconsciously) both by the colonial outlook present in Egypt

for so long and by his unstable position contending with the competing interests of various world powers. Nasser wrote about “the most violent struggle between white colonisers and black natives for the possession of [Africa’s] inexhaustible resources” (Abdel Nasser, 1954, p. 54). As much as he encouraged independence among nearby states, he was also aware of the need to preserve and protect his own state from Western powers aligned against independence efforts.

As Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey did, Nasser strengthened Egypt’s association with Africa by highlighting cultural, geographic, and political ties between Egypt and other African populations. A basis for policy planning in Egypt in 1956 was the phrase “Africa for the Africans,” which is closely associated with Garveyism (Ismael, 1971, p. 238; Ewing, 2014). Officials in Nasser’s government looked to the ancient cultures of the Nile Valley in discussing a shared African heritage. They invoked movements of ancient populations through the Nile Valley to explain genetic admixture among geographically diverse population groups, and they drew attention to the false separation of the continent around the Sahara (Ismael, 1971, pp. 103–105). Egyptian policy recognized that imperialist forces benefitted by imposing dichotomies among people and thus inhibiting unity. Such an approach set up “Arab” in opposition to “African” (as if those who lived in the northern part of the continent were somehow not “of” the continent), and it set up “North” Africa in opposition to “Black” Africa and “Sub-Saharan” Africa (the qualifier “Sub-” now increasingly recognized as pejorative). Nasser’s philosophy subverted those divisions. One public statement that reflected the Egyptian government’s African-centered policy was an exclamation made at an international conference by Egyptian Foreign Minister Hussein Zulficar Sabri, “The Egyptian region of the United Arab Republic was freely intermixed with peoples all along the River Nile, up to the innermost heart of Africa, in the Great Lake Region. We have mixed blood in our veins. I shout it to the world, and I am proud of it” (Ismael, 1971, p. 104).

Nasser’s formulation of the three circles of Arab, African, and Muslim allowed for some movement. That movement, the ability to dance between different identities, provided Nasser with flexibility in balancing competing concerns on a global stage. Security for Egypt was also provided in solidarity alliances with other African nations, such as the Non-Aligned Movement that Nasser and Kwame Nkrumah founded for nations that wished to maintain their sovereignty in the face of the new colonial powers of the Cold War (Pendegraft, 2017; Akinsanya, 1976; for CIA involvement in the

overthrow of democratically elected leaders in post-colonial Africa, see Williams, 2021). Embracing the multifaceted nature of modern Egyptian society—at least parts of it, since, again, the Christian and Jewish populations are not referenced—kept Nasser’s government in power for nearly two decades. In terms of Egyptology, however, a shifting identity (e.g., the views of Reisner described above, Petrie [Challis, 2013], and Frankfort [1965, p. 24]) has allowed continued circulation of incorrect colonialist-inspired conceptions of ancient Egypt as a non-African entity.

14. Contemporary Egyptian intellectuals and pan-Africanism

With regard to the modern nation-state of Egypt, a pan-Africanism similar to the Garveys’ was a part of national self-conception under Nasser, as described above, and the history of the Nile Valley factored strongly into pan-African narratives. Boutros Boutros-Ghali, Egypt’s expert on the Organization of African Unity, called attention to the longevity of connections between the northern Nile Valley and elsewhere in Africa in defiance of attempts to, as he put it, “isolate Egypt from its ancient and precious African context” (Boutros-Ghali, 1997, pp. 103–104). Current diplomatic, military, trade, and educational relationships attest to Egypt’s strong ties with other African countries, where “Egypt’s affiliation with its African surroundings goes beyond the traditional geographical and historical dimensions, as this affiliation has been a major component of Egyptian identity throughout the ages” (Sharaf Eldin, 2022). Egyptian scholar May Kosba also sees an African identity in the permanence of a population in the northern Nile Valley despite cultural ruptures, for example, when ruled from power bases external to the area. “The cutoff between antiquity, and medieval and modern history, does not disqualify Egyptians from their Africanness because they were not physically diasporized” (Kosba, 2021, p. 10). A recognition of shared pasts, presents, and futures breaks down divisions imposed by hegemonic powers, exposes the myth of cultural distinctiveness, and reintegrates communities.

Pan-Africanism has been expressed in specifically Egyptological contexts by Egyptians such as Gamal Mokhtar, Hany Rashwan, and Fekri Hassan. Gamal Mokhtar, former head of the Egyptian Antiquities Organization, chaired the critically important UNESCO symposium of 1974 on the history of the Nile Valley. In the resulting publication, he explained that the idea of race is a product of Enlightenment era-thinking and debunked the idea of a “single, pure race” populating the area by pointing to gradual

settlements by a variety of nomadic people over thousands of years (Mokhtar, 1981, p. 14).⁸ For Hany Rashwan, Egyptology's removal of Egypt from Africa was part of the colonial system, exerting control by taking ownership of the area's narrative past: "Egyptology and modern Western imperialism grew up together hand in hand. European scholars created Egyptology as an academic discipline, and they kept watering its branches of knowledge until they thought that this ancient African culture was appearing to them as part of their own Eurocentric world heritage" (Rashwan, 2021, p. 172). Egyptologist Fekri Hassan explained in some detail the settling of the Nile Valley and made a plea for Africans to recognize both the connectedness of their histories and the traumas experienced by people of African descent in the diaspora.

Peoples of Africa, including Egyptians, have to recognize the course of historical events and how they contributed to the recent current cultural and political differentiation of African peoples who share a common background going back to the prehistoric past. Egyptians and fellow Africans have also to develop a deeper understanding of the situations Americans of African descent face with the painful memories of the forced abduction from their African homelands, cruel mistreatment in plantations, and decades of struggle to reclaim their rights as equal and free citizens in a hostile society still ridden with its fantasies of white supremacy. (Hassan, 2021)

In the face of such fantasies, African descended people all over the world look to the ancient past of Africa to disprove the incorrect claims that Africa had no history and that by extension African descended people were not fully human.

15. Conclusion

Ancient Nile Valley cultures, with their impressive art, artifacts, and monuments, provided effective counterarguments to the incorrect idea that Africa had no history because those cultures translated into "civilized" society in a White Eurocentric

⁸ Cheikh Anta Diop's contribution to the collected volume presented evidence for the African origin of the people of ancient Nile Valley cultures. At the end of the chapter, Mokhtar, as editor, noted that Diop's arguments "have not been accepted by all the experts interested in the problem (cf. Introduction, above)." I do not take Mokhtar's comment as an indication that he disagreed substantively with the content, but just that he pointed readers to the extensive discussions described in the introduction.

framework. As the U.S.-American scholar and cultural critic Gerald Early put it:

European intervention denied the Africans the ability to determine for themselves the worth of their memory. That this reconstruction could be done only through running African history and African civilization through Egypt, the only African civilization that impressed and that was widely known by European intellectuals, is interesting. . . . In order to get respect for their humanity by having a distinct set of memories, the Africans had to couch their setting of remembrance in terms that Europeans could understand, could, in fact, be in awe of. (Early, 1998, p. 708)

The colonialist response to African cultures could not dismiss ancient Nile Valley cultures as “uncivilized.” The result, as Amy Jacques and Marcus Garvey noted, was to simply remove those ancient populations from their African contexts.

Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey were only two of many voices who called for unity and understanding among people of darker skin tones who have in so many places and so many ways suffered under colonialist and racist structures. They were not the first or the only African descended intellectuals in the United States to engage with Egyptology. Their message was a particularly potent one though. As a woman, Amy Jacques Garvey was less threatening than her husband to the hegemonic culture in the United States. She was not charged along with her husband despite the FBI’s understanding that they both engaged in the activities that formed the basis of the US government’s accusations against him (Taylor, 2002, p. 49). What made Marcus Garvey so dangerous—what made the FBI infiltrate his organization and what led the US government to incarcerate him on the flimsy evidence of an empty envelope—is that he had widespread popular support among African descended people in the United States and elsewhere in the world (Federal Bureau of Investigation, 2002). Those institutional powers were correct in their assessment of the threat of the Garveys’ message to their very existence. The vision and influence of Amy Jacques and Marcus Garvey spread to many groups in Africa and the African diaspora, and the positive effects of their work are seen today (e.g., Ewing, 2014, pp. 238–241). Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey were knowledgeable about the intellectual debates of their day, and they constructed arguments to dismantle the nonsensical and racist claims of White scholars about Africa.

Received: 05/15/2022
Approved: 09/12/2022

BIBLIOGRAPHY⁹

- Abdel Nasser, G. (1954). *The philosophy of the revolution*. Ministry of National Guidance.
- Adodo, T. (2021). *Translation as a cultural act: An Africological analysis of medew netcher from a Jamaican perspective* [Unpublished doctoral dissertation]. Temple University.
- Akinsanya, A. (1976). The Afro-Arab alliance: dream or reality. *African Affairs*, 75(301), p. 511–29.
- Beatty, M. H. & Davies, V. (in press). African Americans and the study of Egyptology.
- Bernasconi R. (2012). Crossed Lines in the Racialization Process: Race as a Border Concept. *Research in Phenomenology* 42, p. 206–28.
- Boutros-Ghali, B. (1997). *Egypt's road to Jerusalem: A diplomat's story of the struggle for peace in the Middle East*. Random House.
- Bowser, A. (1923, January 20). Harvard man on Harvard hate. *The Negro World*. Reprinted from *The Negro Times*, 4.
- Bruce, J. E. (1923, April 28). King Tut again. *The Negro World*, 4.
- Bust of Pharaoh's wife discovered in Luxor tomb. (1923, February 17). *The Negro World*, 5.
- Carter, H. (1925, September 28–1926, May 21). TAA Archive i.2.3. Journal, fourth season. Griffith Institute, University of Oxford. <http://www.griffith.ox.ac.uk/discoveringTut/journals-and-diaries/>.
- Challis, D. (2013). *The archaeology of race: The eugenic ideas of Francis Galton and Flinders Petrie*. Bloomsbury.
- Crawford, K. W. (2021). Critique of the “Black Pharaohs” Theme: Racist Perspectives of Egyptian and Kushite/Nubian Interactions in Popular Media. *African Archaeological Review*, 38, p. 695–712.
- Crenshaw, K. (2022). *On intersectionality: Essential writings*. New Press.
- Crowfoot, J. W. (1924). Review of *Excavations at Kerma*, George A. Reisner (1923). *Sudan Notes and Records*, 7(1), p. 113–17.

⁹ All cited issues of *The Negro World* available via the online exhibition “Black New Yorkers,” curated by Sylviane A. Diouf and hosted by the Schomburg Center for Research in Black Culture, New York Public Library. <https://blacknewyorkers-nypl.org/negro-world/>

- Cuney-Hare, M. (1925, April 1). Letter to W. E. B. Du Bois. W. E. B. Du Bois Papers (MS 312). Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries.
- Davies, V. (2018). Egyptological conversations on race and science. *Rockefeller Archive Center Research Reports*, p. 1–12.
- Davies, V. (2019–2020). W. E. B. Du Bois: A new voice in Egyptology’s disciplinary history. *ANKH*, 28–29, p. 18–29.
- Davies, V. (2021). Pauline Hopkins’ literary Egyptology. *Journal of Egyptian History*, 14(2), p. 127–44.
- Davies, V. (Forthcoming). I am no Egyptologist. That goes without saying. Du Bois and the Ancient Nile Valley. Forthcoming.
- Drake, St. C. (1991). *Black folk here and there: An essay in history and anthropology*. (Vol. 1). Center for Afro-American Studies, University of California. (Original volume published 1987).
- Du Bois, W. E. B. (2001). Harvard in the Last Decades of the 19th Century. In H. Bloom (Ed.), *W. E. B. Du Bois* (pp. 5–22). Chelsea House.
- Early, G. (1998). Adventures in the colored museum: Afrocentrism, memory, and the construction of race. *American Anthropologist*, 100(3), p. 703–11.
- Ethiopians, not Negroes, claims Harvard professor. (1923, April 21). *The Negro World*, 3.
- Ewing, A. (2014). *The age of Garvey: How a Jamaican activist created a mass movement and changed global Black politics*. Princeton University Press.
- Federal Bureau of Investigation. (n.d.). *FBI Records: The Vault, Marcus Garvey*. <https://vault.fbi.gov/marcus-garvey/marcus-garvey-part-02-of-12/view>.
- Frankfort, H. (1948). *Kingship and the gods*. University of Chicago Press.
- Garvey, A. J. (1926, July 31). The myth of superior and inferior races. *The Negro World*, 9.
- Garvey, A. J. (1927, May 21). Look to the East! *The Negro World*, 4.
- Garvey, A. J. (1927, November 26). Frenzied attempts to make temperate Africa white. *The Negro World*, 4.
- Garvey, M. (1923, January 20). Are Moroccans and Algerians Negroes? *The Negro World*, 1.
- Garvey, M. (1923, May 5). Blazing the trail of African redemption. *The Negro World*, 1.

- Garvey, M. (with Essien-Udom, E. U.). (1967). *The philosophy and opinions of Marcus Garvey* (A. J. Garvey, Ed.). (Vols. 1–2). Frank Cass. (Original volumes published 1923, 1925).
- Garvey, M. (with Lynch, H. R.). (1968). *The philosophy and opinions of Marcus Garvey* (A. J. Garvey, Ed.). (Vols. 1–2). Atheneum. (Original volumes published 1923, 1925)
- Garvey, M. (with Martin, T.). (1986). *The philosophy and opinions of Marcus Garvey, or Africa for the Africans* (A. J. Garvey, Ed.). (Vols. 1–2). The Majority Press. (Original volumes published 1923, 1925)
- Garvey, M. (2004). Editorial: ‘Who and What Is a Negro?’ In T. Crawford (Ed.), *Selected writings and speeches of Marcus Garvey*. Dover.
- Grant, C. (2008). *Negro with a hat: The rise and fall of Marcus Garvey*. Oxford University Press.
- Hassan, F. (2021, May 11). The African dimension of Egyptian origins. *The Nile Valley collective*. <https://nilevalleycollective.org/african-dimension-of-egyptian-origins/>.
- Hefny, M. (2019). *I am not a white man but the US government is forcing me to be one*. Africa World Press.
- Hill Collins, P. and S. Bilge (2020). *Intersectionality*. 2nd ed. Polity.
- Ignatiev, N. (1995). *How the Irish became white*. Routledge.
- Ismael, T. Y. (1971). *The U.A.R. in Africa*. Northwestern University Press.
- Jackson Lears, T. J. (1985). The concept of cultural hegemony: problems and possibilities. *The American Historical Review*, 90(3), p. 567–93.
- Jacobson, M. F. (1999). *Whiteness of a different color: European immigrants and the alchemy of race*. Harvard University Press.
- Keita, M. (2000). *Race and the writing of history: Riddling the sphinx*. Oxford University Press.
- Keita, S. O. Y. (1993). Studies and comments on ancient Egyptian biological relationships. *History in Africa*, 20, 129–54.
- Keita, S. O. Y., R. A. Kittles, C. D. M. Royal, et al. (2004). Conceptualizing human variation. *Nature Genetics Supplement*, 36(11), S17–S20.
- Kendi, I. X. (2016). *Stamped from the beginning: The definitive history of racist ideas in America*. Nation Books.
- Kingstone, L. S. (2018). *Fading out black and white: Racial ambiguity in American culture*. Rowman & Littlefield.

- King Tut a Negro. (1923, April 21). *The Negro World*, 6.
- Kosba, M. T. (2021). *And bid him sing: Egyptian race consciousness in African diasporic memory*. *Égypte/Monde arabe*, 23, p. 1–16.
- Malki, I. P. X. (2017). The competing ontologies of belonging: Race, class, citizenship, and Sierra Leone’s “Lebanese question”. *Dialectical Anthropology*, 41(4), 343–66.
- Mamdani, M. (2001). *When victims become killers: Colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda*. Princeton University Press.
- Manuelian, P. Der. (2022). *Walking among pharaohs: George Reisner and the dawn of modern Egyptology*. Oxford University Press.
- Marks, J. (2017a). *Is science racist?* Polity Press.
- Marks, J. (2017b). *What it means to be 98% chimpanzee: Apes, people, and their genes*. University of California Press.
- Martin, T. (1985). *The pan-African connection: From slavery to Garvey and beyond*. Majority Press. (Original volume published 1983).
- Maynard Keynes was right. (1923, January 20). *The Negro World*, 4.
- Minor, E. (2018). Decolonizing Reisner: A case study of a Classic Kerma female burial for reinterpreting early Nubian archaeological collections through digital archival resources. In M. Honegger (Ed.), *Nubian Archaeology in the XXIst Century: Proceedings of the Thirteenth International Conference for Nubian Studies, Neuchâtel, 1st–6th September 2014* (pp. 251–262). Peeters.
- Mokhtar, G. (1981). Introduction. In G. Mokhtar (Ed.), *General history of Africa II: Ancient civilizations of Africa* (pp. 1–26). UNESCO Publishing.
- Morsy, S. A. (1996). Beyond the honorary “white” classification of Egyptians: Societal identity in historical context. In S. Gregory & R. Sanjek (Eds.), *Race* (pp. 175–98). Rutgers University Press.
- Nascimento, A. do. (1980). Quilombismo: An Afro-Brazilian political alternative. *Journal of Black Studies*, 11(2), p. 141–78.
- Nobles, M. (2000). *Shades of citizenship: Race and the census in modern politics*. Stanford University Press.
- Pendegraft, G. [Kenyatta, M.] (2017). *Third World decolonization: The pan African movement in the age of Nasserism* [Unpublished master’s thesis]. University of North Texas.
- Pendleton, L. A. (1912). *Narrative of the Negro*. R. L. Pendleton.

- Pierce, A. T. (2016, December 2). Justice delayed, but not justice denied, for Marcus Garvey. *The Hill*. <https://thehill.com/blogs/congress-blog/judicial/308453-justice-delayed-but-not-justice-denied-for-marcus-garvey>.
- Rashwan, H. (2021). Against Eurocentrism: Decolonizing Eurocentric literary theories in the ancient Egyptian and Arabic poetics. *Howard Journal of Communications*, 32(2), 171–96. DOI: 10.1080/10646175.2021.1879695.
- Reisner, G. A. (1910). *The archaeological survey of Nubia, report for 1907–1908, volume I. Archaeological report*. National Printing Department.
- Reisner, G. A. (1915, April). Accessions to the Egyptian Department during 1914. *Museum of Fine Arts Bulletin*, 13(76), p. 29–36.
- Reisner, G. A. (1923). *Excavations at Kerma, parts I–III*. Peabody Museum of Harvard University.
- Roediger, D. R. (2005). *Working toward whiteness: How America's immigrants became white, the strange journey from Ellis Island to the suburbs*. Basic Books.
- Sharaf Eldin, A. A.-T. (2022, February 22). Egypt's African identity. *Ahram Online*. <https://english.ahram.org.eg/News/461584.aspx>.
- Sommer, M. (2005). Ancient hunters and their modern representatives: William Sollas's (1849–1936) anthropology from disappointed bridge to trunkless tree and the instrumentalisation of racial conflict. *Journal of the History of Biology*, 38(2), p. 327–65.
- Taylor, U. Y. (2002). *The veiled Garvey: The life and times of Amy Jacques Garvey*. University of North Carolina Press.
- The Crisis*. (1915, September). [George Reisner's archaeological work at Giza, reprinted from the *Boston (Evening) Transcript*], 10(5), 229.
- Was King Tut a Negro? (1923, March 24). *The Negro World*, 4.
- Were the Egyptians Negroes? (1923, February 17). *The Negro World*, 4.
- Williams, S. (2021). *White malice: The CIA and the neocolonisation of Africa*. PublicAffairs.
- Williams, V. J., Jr. (2018, Fall). Review of Ibram X. Kendi, *Stamped from the beginning: The definitive history of racist ideas in America*. (2016). *The Journal of African American History*, 103(4), 720–721. <https://doi.org/10.1086/700230>
- Woodson, C. G. (2005). *The mis-education of the Negro*. Dover. (Original volume published 1933).

**EGITO E EGIPTOLOGIA NO DISCURSO PAN-AFRICANISTA DE
AMY JACQUES GARVEY E MARCUS GARVEY**

RESUMO

Amy Jacques Garvey e Marcus Garvey defenderam a africanidade das culturas antigas do Vale do Nilo em oposição direta a alguns acadêmicos. Nos Estados Unidos do início do século XX, narrativas incorretas alegavam que a África não tinha história. Os Garveys e outros intelectuais pretos olharam para o Vale do Nilo para mostrar o absurdo desta alegação. O pan-africanismo do Garveyismo incutiu orgulho nas comunidades afrodescendentes e as uniu contra as estruturas coloniais. O pan-africanismo influenciou fortemente na concepção do presidente Gamal Abdel Nasser sobre o moderno Estado-nação do Egito. Acadêmicos egípcios de vários campos, incluindo os estudos sobre o Vale do Nilo, continuaram a entender o antigo Egito como parte de uma rede de culturas africanas.

PALAVRAS-CHAVE

Amy Jacques Garvey; Marcus Garvey; Gamal Abdel Nasser; Pan-Africanismo; Egiptologia; Egito.

L'ÉGYPTE ET L'ÉGYPTOLOGIE DANS LE DISCOURS PANAFRICAIN D'AMY JACQUES GARVEY ET DE MARCUS GARVEY

RÉSUMÉ

Amy Jacques Garvey et Marcus Garvey ont plaidé pour l'africanité des anciennes cultures de la vallée du Nil, en opposition directe avec certains universitaires. Au début du XXe siècle aux États-Unis, des récits incorrects alléguaient que l'Afrique n'avait pas d'histoire. Les Garveys et d'autres intellectuels noirs se sont tournés vers la vallée du Nil pour montrer l'absurdité de cette affirmation. Le panafricanisme du Garveyisme a inspiré la fierté des communautés d'ascendance africaine et les a unies contre les structures coloniales. Le panafricanisme a joué un rôle important dans la conception du président Gamal Abdel Nasser de l'État-nation moderne de l'Égypte. Les érudits égyptiens de divers domaines, y compris les études sur la vallée du Nil, continuent de comprendre l'Égypte ancienne comme faisant partie d'un réseau de cultures africaines.

MOTS CLÉS

Amy Jacques Garvey; Marcus Garvey; Gamal Abdel Nasser; panafricanisme; égyptologie; Égypte.

LA DIASPORA TRAS LA CAMPAÑA DE SALVAMENTO DE LA UNESCO: SU IMPACTO EN LAS POBLACIONES NUBIAS DESPLAZADAS

Salomé Zurinaga Fernández-Toribio¹

RESUMEN

Este artículo pivota entre el análisis de la acción de la Unesco durante la Campaña de Salvamento en Nubia, la gestión del patrimonio cultural (arqueológico, monumental, inmaterial), y el impacto que produjo la construcción de la presa de Asuán y la evacuación forzosa de las poblaciones nubias asentadas en la región. La historia de los desalojados a causa de la construcción de la presa de Asuán, no ocupó tantas páginas de la literatura como lo hizo el rescate del patrimonio cultural sudanés y egipcio (arqueológico, histórico, epigráfico, artístico, etnográfico, etc.). La población contemporánea que habitaba el territorio que fue anegado -heredera directa de los pueblos que habían poblado la región desde tiempos prehistóricos-, pronto fue olvidada. Ocuparnos de ellos es lo que pretendemos con esta breve contribución. Ofreciendo algunas breves reflexiones sobre el pasado colonial, las interpretaciones con sesgos de superioridad sobre el pasado de Nubia, las teorías arqueológicas postcoloniales y las nuevas prácticas arqueológicas: indígena, colaborativa más la antropología de rescate.

PALABRAS CLAVE

Desplazados; Unesco; Nubia; prácticas arqueológicas; investigación antropológica; impacto.

¹ Centro de Ciencias Humanas y Sociales. CSIC. Madrid. España. E-mail: salome.zurinaga@cchs.csic.es

1. Introducción

La historia de la Campaña de Nubia -que generó un abundantísimo *corpus* documental custodiado en los múltiples archivos e instituciones de las potencias extranjeras partícipes (tanto universidades, museos como sociedades de investigación), y en los centros de documentación, museos y servicios de antigüedades de los países anfitriones (RAU “República Árabe Unida actual Egipto”, y Sudán); se ha analizado principalmente desde el punto de vista de la defensa, salvaguardia y custodia del patrimonio cultural. Se trata de un patrimonio cuajado de vestigios de diferente naturaleza. Un patrimonio que abarca un amplio abanico cronológico y que ha sido interpretado desde un punto de vista arqueológico e histórico, incluida la disciplina paleoantropológica, pero siempre en clave de un pasado remoto para explicar la Antigüedad. Este enfoque ha hecho que, a menudo, se quedasen sin voz las poblaciones nubias contemporáneas a los hechos. Ha primado lo antiguo versus lo contemporáneo. Los estudios sobre Nubia, por lo general, se han ocupado más del patrimonio arqueológico y monumental que del antropológico, que quedó en un segundo plano (Carruthers, 2017). Al patrimonio intangible se le concedió mucha menos atención a pesar del grupo de etnógrafos que trabajó en el lugar en un cortísimo espacio de tiempo (Rowan, 2017, p. 176, 179).

Cabe recordar que hablar de Nubia no debe llevarnos a hablar de una región homogénea ni en el presente ni en el pasado, sino que es una vasta región que ocupa dos zonas limítrofes, el 90% del territorio pertenece a Sudán, aunque la audiencia generalista suele situarlo solo como perteneciente a Egipto. Nubia ni siquiera en la antigüedad fue un área homogénea, estuvo poblada por distintos grupos culturales que se sucedieron a lo largo de los siglos, desde los grupos de cazadores-recolectores circundando los wadis del paleolítico; los seminómadas del mesolítico; los del neolítico, el Grupo A; hasta culturas tan impresionantes como el gran reino de Kerma; el Grupo C; la cultura Pangrave; la cultura meroítica; contemporánea al mundo prerromano y romano. También los grupos postmeroíticos (anteriormente conocidos como Grupo X), de estos grupos son conocidas las tumbas reales de Ballana y Qustul. Los tres reinos medievales de la Nubia cristiana. Nobatia con capital en Faras con el legado de su impresionante catedral; Makuria con capital en Dóngola y Alodia con su capital en Soba, hasta la época islámica. En la actualidad, esta última ha cobrado cada vez más importancia en las investigaciones arqueológicas. Pues bien, todo este legado cultural materializado en forma de yacimientos

arqueológicos y monumentos fue lo que se rescató antes de la llegada de las aguas.

Desde que se planeó la construcción de la Gran Presa, Presa Alta o Presa de *Saad el-Ali*, en 1952, hasta que se completó en 1970 con la consiguiente formación de un enorme lago, - llamado lago Nasser en Egipto y lago Nubia en Sudán -, que comenzó a embalsarse en 1964 hasta alcanzar un nivel operativo en 1975, fueron muchos los problemas técnicos, sociales y políticos asociados a tal aparatosa obra de ingeniería (Kashef, 1981). Consecuentemente, el impacto ecológico y humano que causó fue muy elevado. Es una presa que regula la entrada de agua para atender la demanda de riego a lo largo del valle y el delta donde se concentra el 96% de la población en Egipto (Eldardiry & Hossain, 2021, p. 3). Los templos que fueron reubicados en cotas más altas durante la Campaña de Nubia y, que en su momento se consideraron lugares seguros alejados de los efectos dañinos del agua, en la actualidad, se ha visto que están en una situación de vulnerabilidad. Por ejemplo, Abu Simbel se asienta sobre una falla y cerca de la salida de dos *wadis* que le aportan agua de manera estacional puede sufrir daños en el caso de una fuerte crecida del nivel del agua (El-Behaedi & Ghoneim, 2018, p. 460).

2. *UNESCO: arqueología colaborativa y antropología de rescate*²

Al reconstruir la implicación de España en los trabajos de la Campaña de Nubia, percibí el impacto mediático que tuvo, las conexiones entre los poderes fácticos de las potencias occidentales, la forma de gestionar el patrimonio cultural, y las presiones que se ejercían para que unos países salieran favorecidos en las concesiones a excavar. También la actuación más interesada que ecuánime de los países anfitriones recién independizados, y sobre todo la presión sobre las poblaciones asentadas en la zona desde mucho tiempo atrás.

Por un lado, la RAU, ejercía cierta coerción, y por otro, Sudán, actuaba más bien con cierta lasitud. Cuando uno estudia la documentación es fácil advertir ciertos procedimientos, oficios confidenciales, intervenciones diplomáticas de embajadores, cartas con la mediación de altos cargos, etc., que corroboran lo dicho.

La Campaña de Nubia pretendía rescatar el patrimonio arqueológico para la comunidad mundial, pasando por alto los intereses de las poblaciones locales. Hoy, este concepto de patrimonio arqueológico y su protección, se consideran una aportación

² Para no extenderme remito a mi tesis doctoral, leída a finales de diciembre de 2017 y, al libro que publiqué en 2020, donde abordo de manera más amplia todo lo relativo a la gestión de la Unesco.

netamente occidental que las culturas de origen han ido asumiendo. Respecto de cómo se gestionó la campaña hoy día se cuestiona el papel de mediador que la Unesco jugó durante los trabajos. ¿Y por qué esto es así? porque el resultado fue que las teorías arqueológicas y las interpretaciones del pasado se realizaron desde el punto de vista de arqueólogos extranjeros occidentales en un momento histórico en el que los servicios de antigüedades aún estaban ligados a un pasado colonial (Näser, 2019, pp. 380-382).

Difícilmente iba la Unesco a asumir el papel postcolonial cuando en Sudán, durante la campaña, el arqueólogo francés Jean Vercoutter era el director del Servicio de Antigüedades. Y el antropólogo estadounidense William Y. Adams, que no tenía ninguna experiencia en Arqueología egipcia ni sudanesa, fue el encargado de realizar las prospecciones aéreas previas a las excavaciones de urgencia (Meskell, 2018, p. 38, 55). No es trivial que en Egipto se usase la lengua francesa en los textos oficiales, clara herencia colonial. Había una evidente falta de representación de nubios en los órganos de toma de decisiones sobre la gestión del patrimonio cultural, algo contradictorio a la política de la Unesco a la que se le presuponía que siempre ha querido favorecer a las poblaciones más débiles y que actuaba en pos de los grupos locales. La permanente presencia de las antiguas potencias coloniales es palpable desde el principio, con la respuesta masiva de la participación en la campaña de salvamento por numerosas misiones europeas y americanas.

Dentro de la revisión de los discursos e interpretaciones sobre la actuación durante los trabajos de la campaña de salvamento, en los últimos años se han venido publicando unas interesantes reflexiones sobre la política de la Unesco, la diferencia en la gestión del patrimonio cultural a nivel nacional entre Sudán y Egipto, y el peso colonial que aún estaba profundamente arraigado en las prácticas arqueológicas en el norte de África. Carruthers apunta a que se emplearon unos modos colonialistas de los que ni la Unesco pudo escapar. El autor considera al organismo internacional parte activa de las políticas que arrebataron los bienes culturales a sus legítimos propietarios, a los que nadie compensó, conformándose con ver cómo sus terrenos eran excavados y sus monumentos salvados de las aguas (Carruthers, 2017), legitimando así la donación de la mitad de los hallazgos que realizaran las misiones arqueológicas (Zurinaga, 2018, p. 247).

De manera bienintencionada siempre se ha percibido la Campaña de Nubia como una oda al internacionalismo y la cooperación común, pero más bien se debe relacionar con el multilateralismo generalizado tras la Segunda Guerra Mundial y la apuesta decidida por la cooperación en materia de preservación del patrimonio cultural. En este

marco -del neocolonialismo cultural ejercido sobre todo por las potencias europeas y Estados Unidos-, se englobó la acción de la Unesco; bajo la asunción de las líneas de cooperación y una “retórica de modernización de posguerra de colaboración y transferencia de habilidades técnicas” en la que se produjo un trasiego de arqueólogos extranjeros que se centraron en llevar a cabo unas excavaciones colaborativas. La argumentación que validó la acción de la campaña fue que eran unos monumentos que se salvaban para toda la humanidad, esto es lo que Carruthers llama retórica multilateral, que no hacía sino consolidar las posiciones de fuerza de los países occidentales (Carruthers, 2016).

Según Carruthers aquel escenario supuso que los egipcios entraran en juego imponiendo sus reglas mucho antes de la petición formal oficial a la Unesco y su participación en la campaña. Aquellas prácticas arqueológicas y antropológicas de los años 60, que aún se pueden tildar de coloniales, hizo que se acopiaran documentos y archivos que construyeron el armazón del concepto de una “antigua Nubia” separada de la población contemporánea que habitaba entonces la región (Carruthers, 2018).

La palabra escrita en forma de informes, oficios, documentos, cartas, etc., custodiada en los archivos, demuestra que la Campaña de Nubia fue el germen fundamental para la creación de la Convención del Patrimonio Mundial de la Unesco de 1972 y de la categoría de Patrimonio Mundial creada para neutralizar la lucha generada en torno al concepto de preservación del patrimonio. Dada la importancia de este patrimonio documental es necesario reestudiar y revisar la información que custodian los archivos para sacar a la luz las otras historias de Nubia, reconociendo para ello, las condiciones sociales e históricas postcoloniales en las que fueron producidos (Carruthers, 2020). En el Cairo se había creado el gran Centro de Documentación en el que se centralizaba la información que la campaña iba generando como informes preliminares, inventarios de monumentos, listados de yacimientos susceptibles de excavar, mapas, planos, etc. Allí se determinaba qué conocimiento sobre la arquitectura y arqueología de Nubia debía archivar, así en Egipto se realizaba un inventario que se centraba en los monumentos, y en Sudán en los yacimientos arqueológicos. El resultado fue que tanto Unesco como las demás organizaciones involucradas en el trabajo, se olvidaron de la Nubia contemporánea y los actores vivos, cuando sus huellas materiales también estaban a punto de desaparecer (Carruthers, 2016, 2018).

La postura crítica de Carruthers no es nueva, ya entonces hubo voces contrarias, voces que se alzaron contra lo que iba a acontecer y voces reflexivas entre las que

encontramos las del propio dirigente de la Unesco, Vittorino Veronese. Veronese en su mensaje o súplica de auxilio que se publicó en el *Correo de la Unesco* se preguntaba sobre el cambio al que iban a someter a las poblaciones ribereñas, lo que, moralmente, planteaba una dificultad: “¿Cómo escoger entre el bienestar de la población y la existencia de esas obras de arte que no sólo son patrimonio del país sino de la humanidad entera?” (Veronese, 1960, p. 3). También el intelectual M´Bow, en el vigésimo aniversario de la celebración de la Campaña de Salvamento de la Unesco pensaba que siempre hubo una disyuntiva ante la elección de desarrollo económico o la protección del Patrimonio (M´Bow, 1982, p. 9).

Por su parte, los arqueólogos y egiptólogos reflexionaban sobre la defensa del patrimonio cultural que parecía estar por encima de todo como se preguntaba Christiane Desroches-Noblecourt:

Con el fin de suministrar a las tierras áridas el agua que necesitan para alimentar a una población siempre en aumento ¿hay que sacrificar los templos, santuarios y monumentos de Nubia, que representan uno de los esfuerzos más ciclópeos del hombre, sin paralelo en muchos siglos de historia? (Desroches-Noblecourt, 1960, p. 15).

Realmente la Unesco se negaba a aceptar este dilema, de ahí que lanzara la Campaña de Salvamento que evitaría el desastre.

Una novedad en aquella época fue que, entraron en escena los estudios de antropología social. En el texto hemos recordado las consecuencias de los traslados forzados de las poblaciones, movimientos que pasaron desapercibidos en España, siendo quizá el despliegue antropológico realizado para elaborar su estudio la parte menos conocida de la envergadura y alcance de este proyecto (Zurinaga, 2020, p. 185, 598).

Las nuevas narrativas de hoy son hablar de descolonización etno-sociológico, tachado de los procesos en la configuración del pasado y de repatriación de bienes culturales. Por eso, el nuevo análisis sobre la conformación de la campaña nos conduce a asumir el gran peso del pasado colonial de los países anfitriones. De la misma manera que, en los últimos años, en los museos se han producido nuevos relatos teóricos sobre la presentación del otro y las distintas alteridades, lo que ha supuesto la renovación de las museografías, desarrollándose un discurso inclusivo, integrador, multicultural y abierto a toda la sociedad; las nuevas aportaciones teóricas sobre la Campaña de Nubia, se suceden

en esta nueva línea de pensamiento. Una línea que asume el enfoque postcolonial. Pero ¿cómo se descoloniza un museo, ¿cómo se descoloniza la arqueología? Implicando a las poblaciones en las que se desarrollan los proyectos de excavación, haciendo que tomen parte de los discursos emergentes que re-construyen su pasado e implicándoles en la toma de decisiones respecto a la gestión de su patrimonio cultural.³

El punto de partida es explicar la arqueología que se hacía en aquellos años sesenta, bajo el paraguas de la Unesco. Aunque la organización internacional no hubiese estado antes involucrada en excavaciones arqueológicas, sí amparaba la gestión que se hizo a través de la creación de los comités nacionales en cada país occidental participante. Hay que razonar por qué Unesco actuó así. ¿Por qué había tantos intereses en juego?, ¿en qué consistió la lucha por la obtención de templos por parte de los países occidentales?, ¿Cómo explicar las interpretaciones que se hicieron sobre la cultura material y la historia de Nubia?, ¿qué decir de las etiquetas epistemológicas de las investigaciones resultantes y que se convirtieron en categóricas? superioridad, racismo, egiptocentrismo, hegemonía, grupos étnicos, fueron denominaciones creadas para abordar los estudios en ambos países. Lamentablemente algunas, aunque manera muy residual, aún permanecen en el ideario de algunos eruditos.

Hoy el concepto de Egiptocentrismo está prácticamente superado. Por ejemplo, a principios del siglo XX y hasta las excavaciones e investigaciones en Sudán, de los equipos suizos con Charles Bonnet a la cabeza, se negaba que Kerma fuera el primer gran reino africano, igual que ocurrió con la interpretación del origen del Gran Zimbabue. Los postulados de Breasted (Lemos & Tipper, 2021, p. 1) o los de Reisner, que estableció la secuencia cultural nubia aún vigente, así lo demuestran. Reisner con una visión histórico cultural difusionista atribuyó los avances culturales en la región a la llegada de nuevas gentes, los egipcios, negando toda capacidad de desarrollo y civilización a los kushitas. Aquellas eran unas teorías enmarcadas en el discurso histórico cultural que supeditaba completamente a Nubia al vecino del norte. Desde entonces, se empezó a contar la historia y arqueología de Nubia desde la práctica colonial en la que el discurso oficial consideraba inferiores a las poblaciones locales antiguas, haciendo a estos territorios Egipto-

³ Ejemplo de la actualidad y pertinencia de este debate lo podemos ver en la Universidad de Humboldt que está revisando las políticas de la memoria colonial en Alemania a través del proyecto CARMAH, donde se plantean cuestiones como la reparación histórica y el trabajo de las comunidades de inmigrantes que tienen vínculos con las colecciones de los museos (CARMAH – Public Engagements). También nos arroja luz los encuentros como el Seminario Internacional que tuvo lugar el año pasado en el Museo Etnológico y Culturas del Mundo en Barcelona (Conflicting Heritage. Museums and colonial legacy, 2021).

dependientes (Zurinaga, 2018, p. 142).

La herencia colonial y las teorías de los egiptólogos pioneros permearon en la campaña y contribuyeron a su manera al contraproducente desplazamiento de los nubios egipcios y sudaneses (Carruthers, 2022). En este sentido, no descubro nada nuevo cuando hablo de que las interpretaciones egiptológicas de la prehistoria e historia y cultura material nubias han estado marcadas de prejuicios racistas y puntos de vista coloniales que negaban a las poblaciones nubias toda capacidad de cultura elevada que no fuese sino estar supeditada a Kemet (Egipto). Actualmente, Nubia y el conocimiento que genera están ya desligados de esa idea de sumisión y su estudio goza de notable independencia.

A la pregunta de si hubo diferencia con las actuaciones arqueológicas antiguas realizadas cuando se elevaron las presas anteriores, la respuesta es que hubo un cambio total en la formulación de hipótesis históricas como las que había propuesto Reisner. Se produjo un importante salto hacia una arqueología moderna de carácter postcolonial, aunque aún impregnada de aires coloniales. Aparecieron nuevos conceptos como los de cooperación internacional y arqueología de rescate, dejando atrás las exploraciones individuales de aventureros. Técnicamente se modificaron los procedimientos (fotografía aérea, fotogrametría), muy superiores a los de décadas anteriores.

En los últimos años algo está cambiando, se ha pasado de la arqueología de rescate o de cooperación de la campaña, a la arqueología colaborativa. Por lo general, los arqueólogos occidentales apenas han recapacitado sobre estos temas, y mucho menos sobre la herencia colonial de la Campaña. Corren nuevos tiempos para la arqueología. Por eso, para corregir los procedimientos de aquella arqueología unilateral algunas misiones en Sudán han incluido a sudaneses en sus equipos y han contado con la población local en el desarrollo de sus trabajos. Como ejemplo cabe citar los estudios etnográficos de Mariusz Drzewiecki y otros, en Soba (Sudán) donde se involucra a las comunidades locales tanto en la investigación arqueológica como en la gestión del patrimonio. Esto significa una transferencia de conocimiento bidireccional (Drzewiecki 2021, p. 600). También podemos mencionar la nueva arqueología colaborativa en la que Claudia Näser y su equipo trabajan en la isla de El Mográt, también en Sudán, donde tienen en cuenta a las poblaciones del lugar y sus opiniones, con el fin de construir otro tipo de narrativa arqueológica que no sea impuesta desde fuera. Näser considera que, en tiempos de la Campaña de Nubia, Sudán aún tenía un fuerte pasado colonial, pero después no varió mucho, y los estudios del pasado recaían aún en manos extranjeras. Su difícil presente poscolonial hace que aún se palpe en las prácticas de las misiones extranjeras

que allí trabajan (Näser & Tully, 2019, p. 157; Näser, 2019, p. 13).

El proyecto de Näser cuenta con unos interesantes resultados sobre la implicación de la población local, que forma parte del discurso narrativo que elabora junto al equipo. En la publicación resultante (Näser & Tully, 2019) recogen el aporte teórico foráneo que ellos mismos han elaborado sobre su propio pasado. Muy diferente a lo que ocurrió durante la Campaña de Nubia que solo contó con la población nubia como mano de obra para las excavaciones arqueológicas (y a veces ni eso, puesto que eran kufties egipcios), como trabajadores en el desmantelamiento de los grandes monumentos, y como cocineros, chóferes, barqueros, etc., junto con los intérpretes y traductores de árabe más el preceptivo inspector que era adjudicado por el servicio de antigüedades de cada país a las misiones arqueológicas, pero nunca formaron la parte intelectual redactora de teorías arqueológicas que se sucedían ni publicaron ni firmaron las memorias arqueológicas.

Hoy día se habla de Arqueología Indígena como la arqueología más representativa, responsable y relevante que implica a las comunidades nativas. Una arqueología que ha surgido para tratar de corregir las desigualdades reales percibidas en la práctica arqueológica. Una nueva manera de fomentar la participación de los pueblos indígenas en la conservación de su patrimonio material e inmaterial, desde postulados poscoloniales para descolonizar la disciplina. Es una forma de empoderamiento a través de la evaluación crítica de la actual teoría arqueológica que da como resultado que cada vez haya más trabajos conjuntos (Nicholas, 2008, p. 1660, 1668). Esta nueva vía interpretativa, propositiva y participativa de Nicholas ha tomado fuerza como demuestran Lemos y Tipper (2021), y es quizá una línea mucho más potente aún que la arqueología colaborativa que mencionaba con anterioridad.

Respecto de la antropología y el estudio de las poblaciones contemporáneas a la Campaña cabe preguntarse: ¿cuál es el enfoque desde la contemporaneidad?, ¿qué pasó con los nubios modernos que habitaban aquellos territorios que iban a ser anegados por la construcción de la presa de Asuán?, ¿cómo analizaron las consecuencias de la campaña de Nubia los antropólogos sociales?, ¿cuál fue el sentir de aquellas familias?

Sabemos que el despliegue de medios técnicos y humanos fue mucho menor en el campo de la antropología, pero, aun así, hubo un grupo de científicos egipcios y nubios que trabajaron junto con los americanos y austriacos (etnógrafos y antropólogos sociales), que realizaron trabajos de campo dentro de la llamada “Antropología de rescate” (término que uso por analogía a la Arqueología de Salvamento, practicada durante los trabajos

auspiciados por la Unesco), y que se fueron publicando con cierta discontinuidad con posterioridad (Zurinaga, 2020).

Sabemos de especialistas egipcios trabajando en el campo. Un ejemplo de ello es el matrimonio compuesto por el profesor egipcio Mohamed Riad y la profesora Kawthar Abdel-Rasoul que pasó aquellos años documentando el folklore y el éxodo de las poblaciones en la Nubia egipcia. Trabajos y vivencias que fueron recogidas en el libro titulado *Old Nubia in pictures. Life of the Nubian society before relocation* (Riad & Abdel-Rasoul, 2007).

Otra prueba de la presencia de expertos egipcios realizando trabajo de campo fue la confección de la cartografía sobre las localidades en los distritos que se iban a desmantelar que publicó el Ministerio de Asuntos Sociales egipcio en 1964 (Hopkins & Mehanna, 2010, p. 2, 6). Otra figura más es la del antropólogo egipcio Hussein M. Fahim que llegó a coordinar los trabajos de corte socioeconómico a lo largo de quince años. Fahim fue una de las voces más críticas con la construcción de la presa. Miembro de la Universidad Americana de El Cairo (AUC, *American University in Cairo*), considera que se dio un síndrome de dependencia para con la administración, donde las poblaciones damnificadas esperaban que el gobierno les proporcionase todo el bienestar necesario en las nuevas ubicaciones, pero no sucedió así y el descontento se propagó por los nuevos asentamientos. Para Fahim hubiera sido necesario evaluar antes el delicado equilibrio entre cultura y medio ambiente ya que no se tuvieron en cuenta ni la perspectiva humana durante los trabajos ni sus necesidades tras los desplazamientos. La construcción de una presa no es una mera cuestión de ingeniería y tecnología, sino que, son igualmente importantes las implicaciones sociales y el marco funcional en el que se involucran los gobiernos, cómo se coordine el agua y cómo afecta todo ello a los países ribereños. (Figura 1).

Los trabajos antropológicos hicieron mucho por registrar los modos de vida, relaciones sociales, costumbrismo, artesanías, tradiciones orales, musicales, la lengua, y demás expresiones de la sociedad nubia. Fueron unos trabajos bien elaborados, correctos, pero que resultaron más bien un inventario recopilatorio con poca crítica hacia las consecuencias y el precio que pagarían los desplazados. O si lo hicieron, su mensaje acabó diluido ante el embate mediático frente la salvaguardia de colosales estatuas y magníficos templos.



Figura 1. Nubios sudaneses en Argin, Sudán. Imagen de 1963. Estampa similar a la postal editada por la Unesco para la conmemoración del 50 aniversario de la Campaña de Salvamento de Nubia, del embarque de la población forzada a marchar (Zurinaga, 2020, p. 153).

© Fondo Emiliano Aguirre Enríquez.

Recuperar sus vivencias, dentro de la línea de la corriente postcolonial, es muy pertinente en unos tiempos en los que las sociedades occidentales, en una especie de redención, tratan hoy de recuperar las memorias olvidadas y sacudirse el poso colonial. Han tenido que pasar 60 años para que, con la perspectiva de hoy, y al calor de las revueltas del año 2011, se saque a la luz la situación de aquellos pueblos desplazados y cómo se tuvieron que ceñir a una cultura que no es la suya⁴. Lo han hecho de manera forzosa y obligada como fue la migración desde sus tierras natales en los años 60. La cultura de acogida, la árabe y la sociedad egipcia, no siempre los ha recibido bien. Desde las elites oficiales en los diferentes gobiernos desde entonces, se les ha impuesto la lengua, tratando de borrar toda traza de identidad nubia. Sin embargo, ni siquiera los habitantes de la zona se reconocían a sí mismos como pertenecientes a un mismo grupo étnico.

3. La paradoja identitaria

⁴ Los jóvenes activistas nubios, en Egipto son las nuevas voces que se alzan, ya no solo contra el opresor europeo, occidental, sino que critican los procesos internos como la violencia del estado egipcio hacia la comunidad nubia (Hassan, 2019).

Lejos de la asunción actual de que la etnicidad se refiere al autorreconocimiento identitario de pertenencia a un grupo (Fernández Götz, 2009, p. 191; Zurinaga, 2018, p. 90), la identificación como tal, es consecuencia directa de la construcción de la presa, cuando los diferentes grupos, en una especie de *koiné*, asumieron una identidad conjunta con la que luchar contra la diáspora que se avecinaba. Se vieron envueltos en una situación que no pudo frenar el desplazamiento de cientos de miles de personas, que las políticas postcoloniales ya habían diseñado. Sin embargo, no debemos perder la perspectiva y olvidar que todo esto fue a petición del plan ideado por la RAU para el desarrollo y progreso de su nación. Otro asunto, es cómo se procediera en la gestión.

La contradicción sobre la naturaleza de la identidad étnica actual de los tres grupos que señaló Fahim y que habitaban la región - grupos de nubios kenuzi, grupos árabes y grupos mahasi⁵ - (Fahim, 2010b, p. 222), es que los nubios antes de 1963 dentro de sus distritos eran conocidos por el grupo de descendencia al que pertenecían y el pueblo de origen, y se referían a sí mismos por la tribu y el origen familiar de acuerdo al nombre del distrito del que provenían. Es decir, no se veían homogéneamente como un grupo que aglutinaba a gentes de piel oscura y que hablaba una lengua diferente al árabe y que vivía a lo largo de las riberas del Nilo entre Asuán y la curva de *Ed Debba* en el norte de Sudán, no se veían como “nubios”.

Sobre el caso sudanés y los traslados forzosos, Hassan Dafalla, un funcionario sudanés encargado de la emigración de los nubios sudaneses desarrolló un trabajo de registro etnográfico - el único del país en términos de detalle y precisión -, observó cómo los nubios en general, incluso los de la parte sudanesa, consideraban a Sudán un lugar lleno de negros salvajes y gentes inferiores, con lo que no veían tan mal “mezclarse” con los egipcios antes que con los sudaneses. Sudán era un país que aquellos nubios sudaneses no conocían, la zona estaba habitada por poblaciones sin la movilidad actual, muchos habían visitado El Cairo numerosas veces, pero no Jartum, por lo que se sentían más vinculados a Egipto en vez de a Sudán (Dafalla, 1975, p. 66). Para Carruthers, Dafalla actuó de manera paternalista ya que justificaba que la presa se construyó para el bienestar de la población (Carruthers, 2016).

Esta paradójica elección de identidad confirma que Nubia es una región muy distinta a la parte central de Sudán y al Egipto árabe en términos de cultura y tradiciones. Una región en la que tradicionalmente los restos arqueológicos han sido motivo de orgullo

⁵ Sobre las diferentes lenguas nubias, Kristy Rowan señala el serio peligro de extinción de algunas de ellas hoy (Rowan, 2020, p. 178).

de estas poblaciones que sintieron que la pérdida de los monumentos causaba algo peor: la pérdida de su propia identidad (De Simone, 2014, p. 404). En la actualidad se trabaja para poner freno a la erosión que se sigue produciendo en su cultura con medidas de salvaguardia urgentes sobre su patrimonio y sus lenguas (Rowan, 2020, p. 185).

Al respecto, hay testimonios recogidos de manera oral directa que confirman que, hoy, no se sienten ligados a la Campaña de Nubia porque se les mantuvo al margen en todas las tomas de decisiones. Entre ellos circula el pensamiento de que saben más de su historia los investigadores extranjeros que allí trabajaron que ellos mismos (Nicholas, 2008). El sistema de educación egipcio se ha impuesto al nubio al que ha tratado de asimilar con la imposición del idioma. El nubio se habla en porcentajes muy por debajo del árabe.

El informante nubio egipcio Mohamed Orabi Mohamed Ali - habitante del distrito asuaní de Garb Asuán, en el barrio de Nag El Muddab, que es propietario de la casa que tiene alquilada la misión arqueológica española de la Universidad de Jaén que trabaja en el *Proyecto Qubett el Hawa* en Asuán, durante la temporada de excavación, dirigida por el doctor Alejandro Jiménez Serrano -, dice que se les prometió mejores tierras que las actuales que poseen cerca de Kom Ombo en Egipto, sin embargo, se les asentó lejos de la fértil franja junto al río y les dieron tierras más bien desérticas y poco productivas (Com. pers., 15 de marzo 2016). Se les prometieron unas nuevas casas junto al área de la Primera catarata que empezaron a construir, pero finalmente no se las entregaron. Orabi, también se queja de que la gran inversión en el gran canal de irrigación Toshka sólo sirvió para que el magnate al que se le entregó tierra virgen cultive grandes áreas y exporte la producción. Este sentimiento de desplazamiento y alejamiento de sus tierras originales perdura hoy en la población, aunque no sea ya la generación desalojada a raíz de la construcción de la presa sino sus inmediatos descendientes.

La narración de la migración forzosa es transmitida de una generación a otra por parte de las propias familias ya que esta parte de la historia del país no se enseña en las escuelas a causa de las presiones oficiales. Resumen muy bien la situación las palabras de Adam Mohamed: “The Nubians tearfully gathered together their belongings, beasts of burden and chickens, and set off for a new life in another town, Kom Ombo.” (Adam Mohamed, 1980, p. 12).

Son las comunidades nubias las que, con esta tradición oral de contar el pasado a sus hijos, han logrado mantener viva su historia. Y ahora son las generaciones más jóvenes que nunca han visitado Nubia, ya que viven en la capital caiota, en Jartum o en

las zonas donde fueron realojadas, las que se conectan y recuerdan la historia a través de unas vivencias multigeneracionales. Así, a través de festivales, eventos, narraciones, poesía, música, canciones, genealogía y tradiciones, los nubios han mantenido viva la historia (Taha, 2021).

Para ver lo positivo (si es que hay algo en que se te desaloje de tu hogar) de esta forzosa migración se podría decir que los nubios adquirieron un compromiso moral con su pasado y tomaron conciencia de la importancia de la Unesco como instrumento de cooperación internacional en el campo de la cultura (Mohamed Sherif, 1980, p. 19). Pero estas palabras no parecen ser compartidas por la población en general. Un ejemplo es que gran parte de la sociedad nubia egipcia, sin rechazar la política que se hizo sobre el salvamento de templos y monumentos, sí rechaza la política gubernativa egipcia desempeñada en el ámbito de lo social y el bienestar de los habitantes. Scudder, contrariamente a lo que afirman muchos nubios, piensa que el nivel de vida mejoró gracias a la acción del gobierno egipcio (Scudder, 2016, p. vii).

Creemos que pensar en una herencia Nubia común a ambos países no es más que un constructo moderno. Realmente este pensamiento de confraternización entre las comunidades nubias de ambos países se fraguó a raíz de la creación de la primera presa. Su construcción se convirtió en el acicate para que, después, determinados grupos de nubios se alzasen en contra. Aunque sus voces apenas se escucharon en los años 60 del siglo XX. Fue la construcción de la Gran Presa y sobre todo los desplazamientos forzados de población, lo que provocó ese sentimiento identitario común.

Indisociable a la Campaña de Nubia es el impacto que la construcción de la Gran Presa tuvo en las poblaciones ya que, sin presas no habría habido movimientos obligatorios de los habitantes de la región (Zurinaga, 2020, p. 143). Salvar un territorio no implica sólo salvar los monumentos y tumbas sino salvar a las comunidades que viven en él. En la actualidad, el descontento sigue siendo palpable entre las poblaciones que habitan los espacios circundantes a las zonas anegadas, como ejemplo los nubios asentados en la orilla occidental en Asuán.

La literatura antropológica lo tiene muy claro y señala que el alcance social de esta acción se tradujo en que la presa se construyó a costa del alto precio que pagaron las poblaciones nubias asentadas desde la antigüedad en la región, al quedar sus ancestrales tierras anegadas bajo las aguas del gran Nilo represado, perdiendo buena parte de su legado cultural. Las poblaciones que fueron desplazadas, por una parte, perderían sus tierras y por otra, los restos culturales de sus ancestros (Mohammed Sherif, 1980, p. 16),

lo que significó un momento muy crítico para estas comunidades (De Simone, 2014, p. 403). Fue la construcción de la Gran Presa y sobre todo los desplazamientos forzados de población lo que hizo que los diferentes grupos nubios comenzaran a tener un sentimiento identitario común. Ese sentir entre los nubios egipcios al menos, se apoyó en la utilización de Nasser ante los medios de comunicación para referirse a todas las poblaciones por encima de Asuán como nubios (Fernea & Rouchdy, 1987, p. 368; Fernea & Rouchdy, 2010, p. 291, 292), algo así como decir hoy “todos somos Nubia” en un movimiento de empatía con los desplazados. Ahora bien, por ejemplo, para Kronenberg, los nubios son simplemente nubios porque poseen una “Cultura Nubia” que han aceptado y compartido libremente, en la que les son comunes entre otros el lenguaje, las estructuras sociales, la literatura oral y poesía, las creencias y las tradiciones entre otros elementos (Kronenberg, 1986, p. 389).

Ahondando en estas cuestiones identitarias, Bayan Abubakar (2021) y Yasmin Moll (2021) han demostrado cómo la configuración de la identidad nacional egipcia ha casi borrado la de la población nubia del Alto Egipto, marginada tanto por las lógicas raciales coloniales como por los sueños desarrollistas poscoloniales. Abubakar se aproxima a conceptos como la negritud y la racialidad y habla abiertamente de la xenofobia egipcia hacia los compatriotas de piel más oscura, sus vecinos del sur, ya sean los nubios egipcios y más a los nubiosudaneses. Para él, el éxito egipcio y la conformación del moderno Estado egipcio se debe al gran sacrificio que realizaron los nubios cuando se vieron despojados de sus casas, sus tierras, pero a los que no se consiguió arrebatar su pasado y su dignidad (Abubakar, 2021, p. 73). Este análisis sobre el racismo abierto instalado en la sociedad egipcia también lo recoge Eric Hahonou (2021, p. 44).

4. *La gran diáspora*

El nubio es un pueblo que vio cómo las políticas colonialistas dividieron su territorio en dos partes, mediante una frontera que atravesó las aldeas, quedando divididas las comunidades con una perfecta línea recta, entre Sudán y Egipto, perceptible nada más mirar un mapa de África. Hay que remontarse a la política británica de construcción de presas para controlar el Nilo y el aumento creciente de población. La construcción de la primera presa fue el pistoletazo de salida para la primera diáspora de los nubios asentados en las inmediaciones de Asuán. Las recrecidas siguientes de la presa, no hicieron sino acentuar los movimientos poblacionales. Así fue como comenzó una larga migración

hacia el norte de Egipto y el este de Sudán. Sobre el movimiento migratorio en Egipto, Thayer Scudder dijo que fue el proceso de reasentamiento más largo [de la historia], ya que se planificó antes de la construcción de la presa y ha continuado durante más de cuarenta años después. Esta misma reflexión la podemos aplicar a los emigrados sudaneses (Scudder, 2016).

Todos los grupos asentados en la región fueron dejando paulatinamente su Nubia natal, hasta el dramático y masivo movimiento que tuvo lugar entre 1963 y 1964, antes de que las aguas anegasen el territorio dando lugar al lago Nasser. Se fueron desplazando a las poblaciones por contingentes, primero unas 48.000 almas, luego otras tantas, así, hasta completar las casi cien mil que recogen algunos autores. Atrás quedaron 44 aldeas y migraron 15 comunidades nubias. En total, entre nubios egipcios y nubios sudaneses casi se reubicaron a 100.000 personas (Fahim, 1981; Scudder, 2016, p. 2, 23, 37 *passim*, Homeyer, 2020, p. vi), muchas de las cuales quedaron marginadas lejos de su hogar en el nuevo emplazamiento egipcio en Kom Ombo (a 46 km. al norte de Asuán) distribuyéndolas entre cinco aldeas: *Nasr Al-Noba*, *Al-Fadigga*, *Arab*, *Thomas Waffia* y *Al-Konouz*, y en El Cairo (Abubakar 2021, p. 75). En 1963, según el censo de 1960 (Abubakar, 2021, p. 74). Cerca de 50.000 nubios egipcios fueron trasladados al norte de Asuán hacia las áreas de Kom Ombo, situado a unos 50 kilómetros al norte de Asuán, y Esna a unos 150, también al norte. En Kom Ombo se les instaló en 16.548 casas esparcidas en cuarenta y tres aldeas recién construidas (Wisely, 1972 en Kashef, 1981, p. 80).

En 1964, unos 34.000 nubios sudaneses (Shaw, 1967, p. 463), fueron trasladados a 400 kilómetros de su área de origen: Wadi Halfa, hacia el este, a Khashm el Girba, en la meseta de Butana, cerca del río Atbara y próximos a la frontera etíope, lo que se conoce como *New Halfa*. Allí en Khashm el Girba se construyeron veinte aldeas con 250 casas en 1962 con sus 18.000 cabezas de ganado (Warren, 1967 en Kashef, 1981, p. 80) a lo que habría que sumar una zona de cultivo de unas 190.000 hectáreas. Esta planificación fue conocida como “Plan Khashm el Girba” (*Khashm el Girba Scheme*). Sin embargo, las expectativas de la rentabilidad del cultivo algodón, cacahuete y trigo que habían programado no se cumplieron, con unas rentas efectivas por explotación por debajo de los 100 dólares por año. Fallaron las previsiones y el cúmulo de deficiencias técnicas, logísticas, sociales e individuales llevaron a una gran decepción a la población allí realojada. Hubo problemas en todos los proyectos agrícolas que se habían proyectado (Thimm, 1979; El Arifi, 1988) (Figura 2).

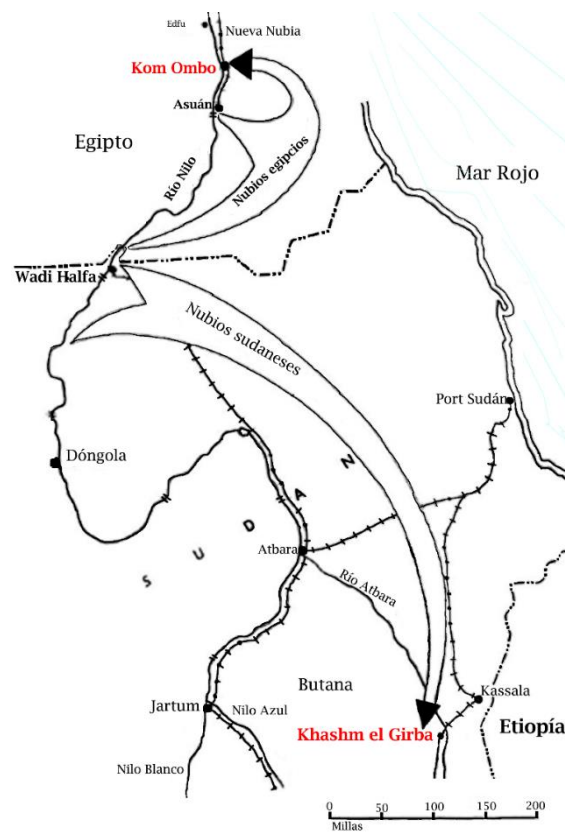


Figura 2. Focos de irradiación de la población Nubia desplazada desde la Nubia egipcia a Kom Ombo (Egipto) y de la parte sudanesa a New Halfa/ Khashm El Girba (Sudán).

© Tomado de Adams (1977, p. 660; modificado por la autora)

La antigua Wadi Halfa estaba situada en la orilla este del Nilo a unos pocos kilómetros de la frontera con Egipto y a escasos 70 kilómetros de Abu Simbel, y tenía como todas las grandes ciudades fronterizas una función estratégica. La nueva ciudad de Wadi Halfa, a la orilla del lago, prácticamente desprovista de cultivos o agricultura, es producto de las comunidades que se negaron a abandonar sus tierras en 1963 y de sudaneses provenientes del sur (De Simone, 2014, p. 406). El nuevo asentamiento programado sudanés consistía en una porción de terreno en una planicie de forma rectangular de 35 kilómetros de largo en la que el gobierno había construido 25 pueblos que contaban con 175 a 300 casas cada uno (Sorbo, 1985, p. 68- 69 en Zurinaga, 2020, p. 218). Eran unos bloques prefabricados simétricos con las decoraciones típicas de las casas que tenían en la zona de Wadi Halfa (Wenzel, 1972).

Inicialmente, al estudiar la Campaña se percibe que hubo cierta dejadez hacia los nubios, dicho de otro modo, pareciera que sobre las investigaciones antropológicas había

un interés secundario. Sin embargo, leyendo el libro de Hopkins y Mehanna (2010) se puede constatar que no fue así en modo alguno, habiendo múltiples encuentros entre el pueblo nubio, los equipos de antropólogos y otros investigadores sociales. En España, apenas existió proyección social de estos trabajos, lo que denota el sesgo con el que los trabajos de la zona llegaron hasta aquí. Solamente se tenía acceso a las notas costumbristas de las crónicas de los periodistas en las que se leía, bajo todo tipo de estereotipos, la pintoresca vida de los nubios y nubias (Figura 3).



Figura 3. Diorama dispuesto en la planta baja del Museo Nubio de Asuán, concretamente en la sala de folklore y patrimonio colectivo. Representa una boda tradicional. Acompañan a este montaje museográfico otras representaciones sobre la vida cotidiana y folklore en un poblado nubio.

Como el proyecto de la presa estaba redactado desde 1955, ya desde 1956 se programaron las investigaciones antropológicas para estudiar la cultura, lengua, usos, costumbres y folklore de la moderna civilización Nubia que iba a ser desplazada. Se quiso estudiar todo: sus comunidades, arquitectura vernácula, lengua, canciones, música, tradición oral, vestimentas, adornos, etc., y acudieron a la zona numerosos antropólogos para recoger los cambios y pérdidas de identidad que se producirían irremediabilmente en sus patrones culturales al ser reasentados en estos nuevos emplazamientos. Sävve-Söderbergh (1979, p. 6) dijo que estas pérdidas nunca podrían ser compensadas lo suficiente, pero que no es verdad que el estudio de la cultura viva fuera sacrificado en comparación con el interés demostrado hacia los monumentos del pasado (cultura muerta) (Figura 4).



Figura 4. Escena cotidiana entre dos hombres delante de una típica casa nubia en Argin, Sudán, 1963.

© Fondo Emiliano Aguirre Enríquez.

Muchos de los antropólogos estaban agrupados bajo el proyecto colaborativo y multidisciplinar denominado *Nubian Ethnological Survey* (NES), que estaba dirigido desde el Centro de Investigaciones Sociales (SRC) de la Universidad Americana de El Cairo por el antropólogo estadounidense Robert Alan Fernea y contaba con la ayuda económica de la estadounidense *Fundación Ford*. Cuando Fernea y su equipo trataron de tomar la temperatura de lo que estaba pasando, llevaron a cabo un estudio, aunque no se tuvieron muy en cuenta sus apreciaciones (Figura 5). El sentir popular fue objeto de un trabajo de campo, pero la Unesco no respaldó ni apoyo a aquellas poblaciones (Carruthers, 2016; Zurinaga, 2020, p. 146, 153).

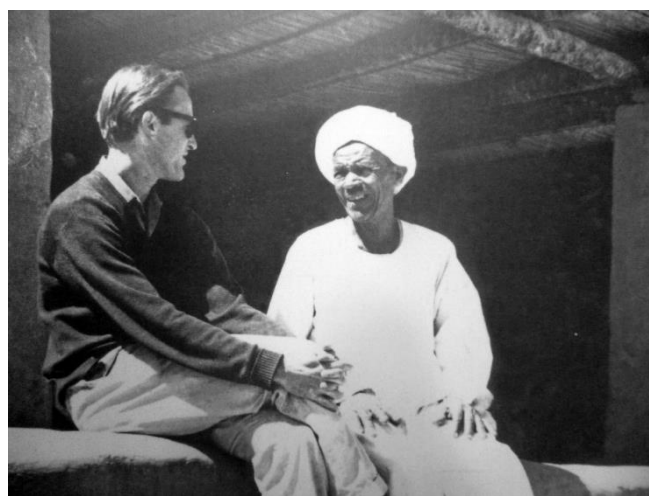


Figura 5. El antropólogo norteamericano Robert Alan Fernea y un interlocutor nubio en la aldea egipcia de Ismaliya del distrito de Ballana.

© Archivo de la Universidad Americana de El Cairo.

En ese sentido Hopkins y Mehanna realizaron el estudio etnológico (el NES que acabamos de mencionar) de la Nubia egipcia que sirvió para registrar la culturas de los nubios cuyas tierras estaban proyectadas que se anegaran. Fue un estudio que comenzó muy temprano, en 1958 y estuvo vigente hasta 1975.

En el año 1964 se programó un simposio sobre la Nubia contemporánea en el que se dieron a conocer parte de los resultados, publicándose más de 100 obras en total. Todo ello aleja la idea de que la antropología y etnografía fueron disciplinas ajenas a la Campaña. Incluso se formaron comités, equipos de investigación, se realizaron encuestas, trabajos de campo, se nombraron directores del proyecto, participaron académicos americanos, europeos y egipcios y los equipos se nutrieron con estudiantes de antropología egipcios y de otros países, que analizaron las circunstancias socioculturales y las consecuencias de los desplazamientos. El objetivo de las investigaciones se basaba en la perspectiva teórica del análisis funcionalista en boga en los años 50 y 60. La antropología en aquellos años ponía el énfasis en el estudio de tribus y aldeas con especial atención en las comunidades, algo típico del funcionalismo británico, pues los postulados estructuralistas y marxistas llegarían más tarde.

Pronto apareció el nuevo concepto de “Antropología de Salvamento” con el que ahora se trataba de preservar y registrar de manera urgente todo lo referente a unas culturas a punto de desaparecer. Así que no sólo siguieron estudiando la vida en los poblados - lo que estaría más acorde con el paradigma teórico señalado -, sino que se tuvo en cuenta a los individuos, tomando a los integrantes de la sociedad nubia de manera individual, como personas con “cosas que contar e historias que trasmitir” dentro del concepto de que cada cultura es única y sus modos de vida y preservación atañen al resto de la humanidad. Consecuentemente, los nubios no se convirtieron en simples espectadores de los hechos, ni se dejaron observar sin más ni fueron meros objetos de las investigaciones, sino que se convirtieron en informadores activos, ya que ellos más que nadie estaba interesados en preservar su cultura. No obstante, también hubo algunos nubios hostiles que no se prestaron a colaborar porque la pérdida de su hábitat y su realojo distante del lugar donde vivieron les producía gran resquemor.

En definitiva, se trató de registrar toda la cultura Nubia antes de su obligatoria deslocalización y su reubicación, y se sentaron las bases sobre los procedimientos a seguir y ofrecer las pautas para futuras investigaciones (Hopkins & Mehanna, 2010, p. 1, 4, 15). Con esos postulados de antropología de urgencia trabajó también Hohenwart-

Gerlachstein (2010, p. 199), que cuando escribe que, durante los años 1962 y 1963, parte de estos trabajos se tuvieron que realizar de manera perentoria, en la Baja Nubia. Contó con la ayuda del “Comité Internacional de Investigaciones Urgentes Antropológicas y Etnológicas” financiado por el Ministerio de Educación Federal de Austria, la Academia Austríaca de Ciencias, el Consejo de Investigación austriaco, la Fundación Wenner-Gren para las Investigaciones Antropológicas de Nueva York, y la Oficina de Cultura de la ciudad de Viena.

Para los propios investigadores egipcios, Nubia era un territorio fronterizo que debía ser doblemente investigado, primero por el desconocimiento que ellos mismos tenían del lugar, y segundo porque precisamente ese lugar estaba a punto de desaparecer bajo las aguas. Hoy día y generaciones después de la gran inundación, los propios nubios son los más activos en la preservación de su historia, la ecología del lugar y la vida pre-presa, así como en articular y fomentar las relaciones con sus convecinos egipcios. Los esquemas de reasentamiento impuestos por los gobiernos trataban de reconstruir ecológica y físicamente la vida aldeana tal y como la habían conocido los habitantes a lo largo de los siglos.

Este tipo de operaciones de antropología de rescate también han ido unidas en otras partes del mundo a la construcción de pantanos, de centrales eléctricas, de aprovechamiento de tierras de regadío, etc., y siempre han conllevado la destrucción de los lugares donde habitaban las poblaciones desde hacía siglos y de movimientos y desplazamientos de los pobladores autóctonos (Hester, 1968, p. 132). Hester revisa en su artículo cómo la metodología arqueológica sirvió de ayuda para que los antropólogos realizaran su trabajo y tuvieran un espejo al que mirarse. No obstante, aunque la antropología se basó inicialmente en postulados y técnicas tradicionales externas a ella acabó desarrollando las suyas propias.

Recuerda Fahim (2010a, p. 92) que, mientras que la Nubia antigua había atraído [por su monumentalidad] a estudiosos desde principio de siglo XX, fue la construcción de la presa lo que motivó el interés por el estudio de la civilización Nubia contemporánea.⁶

⁶ No nos vamos a detener en trabajos tan interesantes como los de Michele Buzon, Stuart Tyson Smith, and Antonio Simonetti (2016) en Tombos que demuestran la conexión de ambas civilizaciones, la egipcia y la nubia durante el reino Nuevo. En las excavaciones de la necrópolis de Tombos documentaron una serie de tumbas típicamente egipcias (pirámides, cámaras funerarias y ofrendas egipcias, pero también las de varias mujeres enterradas en posiciones funerarias nubias con ajuares cerámicos típicamente nubios, es decir que

En este caso, el proyecto de rescate etnológico se vio mucho más limitado que el arqueológico a pesar de los esfuerzos realizados por el *alma mater* del proyecto antropológico, Bob Fernea (Fernea, 1963), y su equipo que contó con antropólogos profesionales y estudiantes, tras un primer intento de buscar una modesta financiación que le permitiera acompañar a los arqueólogos que prospectaban en Nubia (Hopkins & Mehanna, 2010, p. 19). El proyecto de Fernea pretendió obtener el conocimiento exacto de la vida de los nubios en aquel momento, así como obtener información sobre sus necesidades ante los nuevos asentamientos. No dejó de contar con un presupuesto escaso teniendo en cuenta la vasta área (50.000 personas repartidas en tres grupos lingüísticos y culturales) a estudiar. Se incluía un estudio ecológico sobre ocho localidades además de toda la documentación fotográfica y un cuestionario etnográfico sobre los emigrantes nubios a El Cairo. El trabajo se dividió en dos partes: las prospecciones de toda Nubia incluidas las colonias urbanas, y los estudios intensivos en las comunidades de las diferentes localidades. Estas áreas fueron la de los *Fadija*, (que incluía desde *Ismaliya* hasta *Ballana*), la de *Adindan*, la de *Al-Kenuz* con *Dahmit*, la de *Dar Al-Salam* o *Kanuba*, y las de *Al-Dirr*, *Sayala* y *Korosko*.

Mientras estos estudios se desarrollaban en la Nubia egipcia, en la Nubia sudanesa los hermanos austriacos Andreas y Waltraud Kronenberg condujeron trabajos similares entre 1961 y 1963. Realizaron unas investigaciones etnográficas de corte tradicional, aunque con aproximaciones estructuralistas y funcionalistas cuando se trató de registrar las tradiciones y costumbres de los nubios contemporáneos. Los Kronenberg tenían experiencia previa de campo al haber trabajado en el sur de Sudán con los *Didinga* y otras comunidades nilóticas pastoriles. En Nubia, primero realizaron una revisión completa de la zona sobre la que podrían trabajar y después escogieron las áreas de *Serra Oeste* y *Kulb* en las que recogieron una cantidad significativa de información tanto de los nubios residentes como de los nubios sudaneses emigrados a El Cairo y Alejandría. Años más tarde seguían por la zona, y entre 1973 y 1974 se encontraban más al sur, en *Ashau* y *Maragha* entre el lago Nubia y Dóngola recogiendo la tradición oral y una antología de cuentos (Hopkins & Mehanna, 2010, p. 48).

Cuando el NES terminó con las prospecciones y sus evaluaciones, los habitantes de la antigua Nubia egipcia fueron realojados desde sus aldeas ribereñas en los nuevos

algunos nubios fueron enterrados como egipcios mientras que otros conservaron sus rasgos culturales identitarios que demuestran la interacción de las personas con matrimonios mixtos.

asentamientos de Kom Ombo. La zona había sido estudiada para ver el impacto que tendría la presa entre los años 1956 y 1957. Se trató de no dejar nada al azar y por eso en 1960, se realizó un censo de la población para ver qué población sería la primera elegida, - entre los 50.000 residentes - para reasentarla, y en 1962 se programó un plan completo para llevar a cabo el realojo total (Abdul Wahab, 2010, p. 227, 228). Las primeras aldeas trasladadas fueron las de *Dabud* [Debod] y *Dahmit*, concretamente Debod tuvo su primera migración el 18 de octubre de 1963, afectando a 1223 personas del total de las 50.000 que se verían afectadas por esta operación. Los espacios en las nuevas aldeas a diferencia de sus lugares de origen eran muy pequeños, construyéndose nuevas casas en las modernas aldeas. De la amplitud y espacios abiertos, típicos de Nubia y Sudán, pasaron a conformarse con el apiñamiento de las nuevas viviendas y aldeas (Hopkins & Mehanna, 2010, p. 55). Los nubios salieron perdiendo.

Otro de los estudios, de los varios sociodemográficos realizados en los años sesenta y setenta y que se centraron en estos desplazamientos y los cambios sociales que produjeron, fue el de Peter Geiser (1986), quien estudió durante diez años tanto a los reasentados en las nuevas aldeas como a los reubicados en la capital. El hecho de reasentar y tratar a las poblaciones como refugiadas marcó un hito, pues no se trataba de refugiados a causa de guerras o conflictos derivados del desarrollo de nacionalismos emergentes de la época, como los eritreos de Sudán, los refugiados palestinos o los armenios de El Cairo, sino que eran unos desplazados por el agua a causa de los nuevos diseños estatales de desarrollo dentro de su propio país (Geiser, 1986, p. xiii).

En ningún momento las autoridades egipcias ni las sudanesas se enfrentaron a estos desplazamientos. Como dice Säve-Söderbergh (1972, p. 119), podían haberse opuesto arguyendo que salvar vidas humanas era más importante que los valores culturales a salvar y se podían haber destinado algunos recursos al desarrollo económico y social pero no fue así. Nunca se promulgó ni una carta de recomendación ni hubo una convención internacional que defendiera los intereses humanos frente a los monumentales y arqueológicos, los cuales contaban con al menos una veintena de recomendaciones y resoluciones de la Unesco para la protección del patrimonio cultural (por ejemplo, Abu Simbel era ya Patrimonio de la Humanidad). A estas alturas ni los nubios ni los antropólogos que empatizaban con su causa podían hacer ya nada. Realmente, mostrar su rechazo no les hubiera valido de mucho ya que su pertenencia a esas tierras transcendía a los gobiernos egipcio y sudanés, que consideraban su acción de interés general mundial frente al interés particular de la población local.

Hay constatados otros estudios anteriores a la construcción de la presa de Asuán que analizaron los movimientos migratorios a causa de la escasez de tierra cultivable que forzaba a la juventud a emigrar a las ciudades, pero el aumento notable de emigrados se produciría a partir de los años sesenta. Unos de los destinos laborales que alcanzaban los nubios migrantes cuando llegaban a la ciudad era, dada la reputación de personas honestas y pulcras que siempre acompañó al pueblo nubio, ser empleados en el servicio doméstico (Fahim, 2010a, p. 92; Fernea & Rouchdy, 2010, p. 292). Dejaban de lado el trabajo de la tierra por el trabajo en la casa.

Otro apunte más de estas poblaciones nubias es el que dan Salah Fahmy (2014) y Callender y El Guindi (2010, p. 111) sobre la compleja historia de los *Kenuzi*, un grupo nubio lingüísticamente bien diferenciado que emigró hacia el Wadi Kenuzi y Dóngola. Su larga migración tuvo lugar desde el siglo XVI hasta el siglo XIX, época en que Nubia estuvo bajo el imperio otomano. En el siglo XX antes de su reubicación en masa en los años 60 se habían ido asentando paulatinamente en las ciudades egipcias donde conservaron su identidad étnica y muchos rasgos de su cultura.

Todos estos movimientos están relacionados con los usos del suelo. Es evidente que el problema del regadío y las tierras cultivables, así como sus implicaciones socioeconómicas jugaron un papel importante en las políticas egipcias y sus planes de construir una presa detrás de otra desde finales del siglo XIX. A lo largo de siglos de ocupación, los ajustes ecológicos a los que han tenido que hacer frente las poblaciones en la estrecha franja cultivable que deja el Nilo a su paso por Nubia no han sido menores. Los problemas se relacionan con la tierra y con el agua y con la continua división de la superficie de cultivo en porciones cada vez menores.

Resumimos los diversos estudios antropológicos y observamos que se dividieron por áreas temáticas. Se analizó la influencia de las relaciones espaciales en los grupos tribales de Korosko en la Nubia egipcia en relación con los linajes y las lenguas que se hablaban (Riad & Abdel-Rasoul, 2007, pp. 141-154). Se analizó la base económica en relación a la migración laboral (Scudder, 2010). Se llevaron a cabo estudios demográficos (Geiser, 2010, pp. 175-191), de relaciones de género (Callender, 2010, pp. 193-197), de aspectos sanitarios, de cambios en la religión (Fahim, 2010b, pp. 209-225), sobre problemas generales como la ansiedad que producía el traslado, qué hacer con sus ganados y con sus pertenencias, el traslado en barco, y los cambios sociales que indudablemente todo ello produciría (Abdul Wahab, 2010, p. 236) y las consecuencias y

las primeras adaptaciones a la nueva vida de los primeros nubios egipcios trasladados (Fernea, 2010, p. 237; Fernea & Kennedy, 2010, p. 247), etc.

Si por regla general, los nubios acabaron “contentos” con lo que el gobierno les ofrecía, no siempre sus expectativas resultaron satisfactorias como el patrón de la casa antes citado. El traslado en algunos casos suponía la dispersión de la familia de una misma *naga* causando hondo malestar y ruptura familiar. No podían seguir su patrón tradicional de asentamiento basado en la construcción de casas familiares unas al lado de otras. Esta *naga* o porción de terreno era ocupada por una misma familia extensa que conformaba a su vez una aldea componiendo el asentamiento local más importante⁷. Para Strouhal el carácter del campo y las inundaciones producidas por el Nilo condicionaron el patrón de asentamiento de la Nubia egipcia conformado por estos típicos y pequeños asentamientos de casas dispersas por el país. Estos microterritorios agrupados en torno a 10-20 *nagas* iban componiendo unidades administrativas mayores de (*qaryas* o *nahias*) de cien o más casas (Strouhal, 2007, p. 107).

Es indudable que perder casas y poblaciones y desplazarse a un entorno radicalmente diferente, virgen y no productivo en el que se había de empezar desde cero (Fernea, 2010, p. 237; Fahim, 2010c, p. 267), dio como resultado cambios de otro orden y diferente grado entre estas poblaciones como fueron los nuevos modelos que se dieron en las estructuras familiares, mayormente familias nucleares y no familias extensas - como cabía esperar -, y en los ajuares domésticos de los nubios “cairotas”. Los cambios no finalizaron inmediatamente después tras el reasentamiento, sino que hasta años después no se vio como toda una generación había cambiado el curso de la historia Nubia en Egipto.

La “Nueva Nubia”⁸, émula de la original, era diferente a la verdadera que vio anegada sus antiguos dominios y solo un reflejo de lo que fue. Allí, en esta nueva ubicación se les proveyó de escuelas, centros de salud, servicios y facilidades técnicas para la agricultura y según Fahim (2010a, p. 91) se les dio la oportunidad de formar parte de la sociedad egipcia. Dualmente, los nubios de hace cuarenta años se han convertido en un grupo étnico más marcado de lo que eran antes del establecimiento de las nuevas tierras pero al mismo tiempo han perdido mucho de su singular cultura, por eso piensan Geiser,

⁷ Ver la consideración de *naga* para Scudder que la identifica como la aldea en sí (Scudder, 2016, p. 2,8,24).

⁸ Sobre esta denominación, los nubios reasentados en Kom Ombo rechazaron el término ya que era el que utilizaban las estancias gubernamentales y oficiales. Preferían usar el vocablo árabe *El-Tahjir*, que significa “el desplazamiento” (Scudder, 2016, p. 19).

Fernea y Rouchdy que las transformaciones de las estructuras familiares bajo condiciones alternativas rurales y de reasentamiento urbano no implican necesariamente la disolución de la comunidad tradicional (Geiser, 1986, p. xiv; Fernea & Rouchdy, 1987, p. 365) sino que en cierto sentido puede reforzarla.

Concluyendo, la comunidad Nubia quedó dividida en diferentes grupos, una parte en Sudán, y otra en Egipto. En 1969, de la antigua Wadi Halfa no quedaba nada, y se construyó una nueva ciudad justo en la orilla de enfrente de Mirguissa que no tenía nada que ver con esta New Halfa que acogió a los desplazados. En este gran proceso de reajuste y éxodo que sufrieron hasta su propio patrimonio cultural, tangible e intangible, se vio notablemente resentido (Abdel Meguid, 2005, pp. 69-70). (Figura 6).



Figura 6. A la izquierda contraste entre una moderna casa nubia, hecha en ladrillo en Garb Asuán, orilla occidental, donde están asentados parte de los descendientes de las personas desplazadas en los años 60. En el centro casa nubia ubicada en su lugar original en Argin Sudán. A la derecha casa nubia abandonada, hecha en el tradicional adobe en Garb Asuán. Asuán, Egipto, 2013

Fotografía de la autora menos la del centro, que pertenece al fondo de Emiliano Aguirre Enríquez.

Tras los desplazamientos, las comunidades se vieron avocadas a superar numerosas dificultades para mantener viva su cultura y sus tradiciones y sobrevivir ellas mismas en unos entornos urbanos que nada que ver tenían con sus lugares de procedencia. El Museo Nubio de Asuán se creó para preservar estas culturas, las históricas y las contemporáneas. Un espacio que ha jugado un importante papel en la difusión y transmisión de su cultura y en la protección de los grupos más vulnerables de perder su identidad como son las poblaciones infantiles (Figura 7). Puede que el museo sea otra muestra más de una rémora colonialista, ya que, se creó para albergar los bienes culturales rescatados tras los trabajos arqueológicos derivados de la construcción de la presa. El edificio, aunque de factura arquitectónica nubia, bebe del concepto de museo que, *per se*, es puramente occidental.

El debate estaba servido, pero en aquellos momentos los trabajos de Fernea, Rouchdy, Mohammed Sherif y otros antropólogos que abordaron la cuestión humana,

sociológica y antropológica, el desarraigo, la pérdida de sus terrenos de cultivos por escasos que fueran, sus propias casas y el entorno, tuvieron escaso eco y en cierta manera quedaron eclipsados por los trabajos arqueológicos. No ha sido sino hasta décadas más tarde cuando se ha revisado lo que supusieron aquellos desplazamientos forzados de las poblaciones y cuando los trabajos antropológicos - obras de recopilación como la de Hopkins y Mehanna (2010) - han sacado a la luz más pública esta problemática.



Figura 7. Niños jugando en Argin, localidad de la concesión de excavaciones a la misión española en Sudán.

Campana de 1963© Fondo Emiliano Aguirre Enríquez.

A consecuencia de la “primavera árabe” se ha vuelto a poner en tela de juicio que el sacrificio nubio sirviera para algo. El problema de las comunidades nubias sigue vigente y los dirigentes egipcios de hoy tratan de una forma u otra de fundirlas con el resto de la población egipcia, pero ellos no son “árabes” como el resto de la población y se resisten a identificarse plenamente con el total del país. Por otro lado, sus demandas económicas, sociales y culturales apenas son atendidas por el gobierno (Gilmore, 2012, p. 8). En el caso sudanés la diferencia no es tan grande por existir una uniformidad mucho mayor desde Nubia en el norte hasta el Sudán Central, con independencia de que el idioma nubio solo se hable en el norte; tal vez por ello las poblaciones reasentadas al este de la Butana en New Halfa parecen haberse fundido poco con los grupos circundantes.

5. *Unesco y los fastos conmemorativos del cincuentenario de la Campaña de Nubia*

Si durante la celebración del cincuentenario de la Campaña de Nubia en el Museo Nubio en Asuán en 2009, bajo el auspicio de la Unesco, se rindió tributo a los benefactores de la campaña de salvamento, ¿qué pasó con el patrimonio antropológico, la cultura material y patrimonio inmaterial? Lógicamente también se homenajeó a los antropólogos. Se englobaron en las sesiones relativas al Patrimonio inmaterial y allí estuvieron Mossad Herky, director del Club Nubio *Gamayeeia* de El Cairo, que habló del club que sirve a los nubios que marcharon a la capital de elemento de cohesión entre ellos; también habló el director del Museo Nubio Ossama Abdel Wareth sobre el desarrollo sostenible en las aldeas nubias de Asuán; Hossein Mukhatar tuvo una ponencia titulada: “Rescatando a los nubios en Egipto”; Sharaf Abdel Karim, el director de la *Nubian Heritage Preservation Association in New Nubia* (Ballana Village/Kom Ombo), participó con su ponencia: “La contribución de la Asociación Comunitaria en la preservación del patrimonio nubio”; el periodista del diario *El Ahram*, Fathi Saleh, habló de la iniciativa del *CULNAT* (Centro Egipto para la Documentación del Legado Cultural y Natural), para documentar el patrimonio inmaterial de Nubia; Mohamed el Khidir director de la “Sociedad Nubia de Jartum”, junto con Ashraf Ahmed Alaa Eideen Mohamed y Abdel Adel Mohiemen El Tayeb Khair Salib contribuyeron con: “La Sociedad Nubia en Sudán: sus objetivos, actividades y logros”; Kamil Ibrahim y Hassan Ibrahim hablaron de “Wadi Halfa, una ciudad en crecimiento para resistir las dificultades y para dar un nuevo futuro a todos los nubios”; Mustafa Abdu Mohamed Sahabi de New Halfa y Khashm el Girba habló de la “*New Halfa Society*” y su experiencia sobre el desplazamiento de personas después de 40 años y las amenazas actuales del patrimonio inmaterial nubio; y cerró las sesiones sobre el patrimonio antropológico; la profesora del Departamento de Antropología de la Universidad de Vermont, USA, Elizabeth Smith con “Salvage Antropología en las conmemoraciones contemporáneas de la vieja Nubia”.

Fuera de las sesiones exclusivamente dedicadas al patrimonio inmaterial, Armgard Goo-Graeur que, en tiempos de la Campaña, era miembro de la misión etnográfica en la Nubia egipcia del Centro de Investigaciones Sociales de la Universidad Americana de El Cairo, habló de: “Las pinturas murales de las mujeres nubias antes del éxodo de 1964”, publicándolo como artículo muchos años después (Goo-Grauer, 2018).

Otras ponentes fueron la antropóloga Nawal El Messiri que era miembro de la misión etnológica a la Nubia egipcia del Centro de Investigaciones Sociales de la

Universidad Americana de El Cairo, después de la Sociedad Egipcia de Tradiciones Folklóricas; Sohair Mehanna que durante la campaña era miembro de la Misión Etnológica a la Nubia Egipcia del Centro de Investigaciones Sociales de las AUC y Assaad Nadim otro antropólogo de la Sociedad Egipcia de Tradición Popular que durante la campaña era miembro de la Misión Etnológica a la Nubia Egipcia del Centro de Investigaciones Sociales de las AUC en Egipto.

Todas las jornadas al celebrarse en el Museo Nubio de Asuán se acompañaron con la puesta en venta de artesanía por parte de una asociación de mujeres nubias (Figura 8). Y todas las jornadas se cerraron con el ofrecimiento de unos almuerzos y cenas celebrados en los jardines del museo amenizada con representaciones nubio-sudanesas que organizó la Unesco; otra cena en las casas nubias del pueblo nubio de *Garb Sehel* con actuaciones tradicionales (ofrecido por la Compañía Panárabe y la Comunidad Nubia de Gharb Sehel. Otra cena más en el jardín del museo con actuaciones tradicionales de Nubia (ofrecida en aquella ocasión por las autoridades sudanesas); un almuerzo en el Museo de Nubia ofrecido por el Sr. Ali Agha en nombre de la comunidad nubia, acompañado de Folklore nubio ofrecido a su vez por el por *CULTNAT*.



Figura 8. Mujeres galardonadas durante la celebración del 50 aniversario de la Campaña de Nubia celebrando en el Museo Nubio de Asuán, Egipto. Entre el 21 al 24 de marzo de 2009.

Traer a colación todas las intervenciones y actos folclóricos de aquel evento conmemorativo, nos sirve para demostrar que, Unesco, - al menos cincuenta años más tarde -, puso al mismo nivel a las dos disciplinas claves durante los trabajos de salvamento, la arqueológica y la antropológica, quizá para corregir el desinterés de décadas pasadas. Así, aparte de implicar a los antropólogos nubios, las compañías de danza y las empresas de artesanía, ayudaba a los nubios actuales a potenciar sus actividades comerciales.

Por fin, ambas disciplinas tuvieron su espacio de honor en tan alta efeméride, en la que aún se pudo contar con figuras vivas de gran renombre para la reconstrucción de la Historia y la Antropología de Nubia, ya fuera la egipcia o la sudanesa.

6. Algunas reflexiones finales

Es evidente que el impacto negativo que sufrió el patrimonio inmaterial sigue presente hoy. De ahí que, desde las diferentes comunidades asentadas en El Cairo, Suez, Alejandría y por supuesto, Asuán, y en puntos de Sudán, sigan lidiando por proteger su legado, más de medio siglo después. Hemos visto cómo la nubia, es una población cuya identidad se ha visto lastrada a causa de los desplazamientos que causó la presa y las políticas de asimilación. Aún hoy es una cuestión sin resolver. La sociedad nubia está en contra de las imposiciones del gobierno egipcio, el de entonces y la sucesión de todos los posteriores, hasta llegar al actual. A raíz de la primavera árabe del año 2011 sus reivindicaciones se han acentuado. Y no cayeron en saco roto. En el caso egipcio, en 2014, obtuvieron el reconocimiento sobre su tierra ancestral, el derecho a regresar a ella en los próximos 10 años y la prohibición de cualquier discriminación hacia ellos (Hahonou, 2021, p. 44). Todo ello lo han conseguido gracias a la labor de muchos activistas nubios, sin embargo, aún les queda mucho camino por recorrer para conseguir sus plenos derechos. El enfoque postcolonial de implicar y tener en cuenta a las poblaciones locales, es verdaderamente, el camino a seguir si se quiere reescribir su propia historia. La población nubia, por entero, tanto la egipcia como la sudanesa, tienen derecho de escribir e interpretar su pasado.

Lo aquí expuesto tiene su reflejo y se materializa en la cultura material de estos grupos nubios. Desde el punto de vista de las políticas museológicas desde hace algunos años, se ha producido una revisión crítica, reconociéndose la condición colonial de las colecciones de los museos en el mundo provenientes de territorios de ultramar, o las

antiguas colonias donde siempre han existido unas relaciones jerárquicas del poder. Dónde siempre se han producido tensiones entre las culturas cultas y las culturas populares, en detrimento de estas últimas por considerarlas menores.

Precisamente los museos europeos y norteamericanos están llenos de objetos nubios. En España está constatado el depósito y las donaciones de objetos antropológicos y arqueológicos a diferentes museos del país. Sin embargo, años después de producirse el reparto de bienes culturales, las colecciones nubias fueron retiradas de su exhibición, pero no por este espíritu y conciencia crítica a la que aludimos, sino porque no forman parte de su propio discurso nacionalista actual. Esas culturas exógenas (nubias) no entroncan con los discursos museográficos de determinadas comunidades autónomas.

Es por ello, que las disciplinas que estudian culturas no occidentales como la antropología y la arqueología, deberían ser capaces de incluir a la ciudadanía “propietaria legítima” de estas colecciones en los espacios de representación. Esto nos lleva a preguntarnos ¿cuánta población nubio-sudanesa existe en nuestro país que se dedique al ámbito de la protección y difusión del patrimonio cultural, para que forme parte de estas instituciones y participe en la toma de decisiones sobre la política cultural de los museos con bienes culturales de sus países de origen? Esta reflexión aquí lanzada, y el deseo de que así sea, quizá es más bien una cuestión de política bienintencionada más que de una política real. Se necesitan sujetos activos y no pasivos, que de manera colectiva y proactiva repiensen su pasado en contextos alejados de los puntos seminales de las culturas representadas de manera estática en las vitrinas de nuestras instituciones museísticas.

¿Se está dispuesto a cambiar estas relaciones asimétricas entre lugar de producción, lugar de origen y lugar de proveniencia con el lugar de exhibición, y lugar de llegada? ¿Se está dispuesto a repensar el modelo de representación de estas culturas - las pasadas -, y las contemporáneas que son las herederas de aquellos movimientos forzosos de sus moradores? Más que nunca se necesita un diálogo disciplinar y multiétnico para paliar la profunda huella dejada por el pasado colonial en determinados países para que el conjunto de sus sociedades actuales - la Nubia en nuestro caso -, tome las riendas de su futuro, dentro de su territorio como fuera de sus países. Nos aguardan nuevas e interesantes narrativas que servirán para decolonizar la historia.

Recibido: 16/05/2022

Aprobado: 12/09/2022

BIBLIOGRAFÍA

- Abdel Meguid, O. (2005). “Le role du musée de la Nubie au sein de la communauté”. *Museum international*, 225-226 (57), p. 67-72.
- Abdul Wahab, M. F. (2010). “Problems of Nubian Migration”. *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 227-236.
- Abubakar, B. (2021): “The Contradictions of Afro-Arab Solidarity(ies): The Aswan High Dam and the Erasure of the Global Black Experience”. *Racial Formations in Africa and the Middle East: A Transregional Approach, POMEPS Studies*, 44, p. 73-80.
https://pomeps.org/wp-content/uploads/2021/09/POMEPS_Studies_44_Web-rev3.pdf
- Adams, W. Y. (1977) *Nubia, corridor to Africa*. Allen Lane Penguin Books Ltd., Londres.
- Adam Mohamed, Ch. (1980). “Victory in Nubia: I. Egypt. Unesco and The Word Community in the greatest archaeological rescue campaign of all time (1960-1980)”. *The UNESCO Courier*. Feb./Mar., 2, pp. 5-14.
- Buzon, M. R., Tyson Smith, S., y Simonetti, A. (2016). “Entanglement and the Formation of the Ancient Nubian Napatan State.” *American Anthropologist*, 118 (2), p. 284–300.
- Callender, Ch., (2010). “Gender Relations in Kenuz Public Domains”. *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 193-197.
- Callender, Ch., y El Guindi, F. (2010). “The Kenuz”. *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 111-121.
- CARMAH – Public Engagements. <https://www.carmah.berlin/engagements/> (Consulta 15 de septiembre 2022).
- Carruthers, W. (2022). *Flooded Pasts*. UNESCO, Nubia, and the Recolonization of Archaeology Cornell University Press. *In Print*.
- Carruthers, W. (2020). “Records of Dispossession: Archival Thinking and UNESCO's Nubian Campaign in Egypt and Sudan”. *International Journal of Islamic Architecture*, 9 (2), p. 287-314. En https://doi.org/10.1386/ijia_00015_1

Salomé Z. Fernández-Toribio. *La diáspora tras la campaña de salvamento de la Unesco*.

Carruthers, W. (2018). Permeable Records, Flooded Land: Archival Thinking and UNESCO's Nubian Campaign in Egypt and Sudan. En https://ueaeprints.uea.ac.uk/id/eprint/71845/1/Accepted_Manuscript.pdf

Carruthers, W. (2017). "I am interested in the contentious aspects of history, too" – Interview with William Carruthers, in: TRAFO – Blog for Transregional Research, 05.12.2017. <https://trafo.hypotheses.org/5566>

Carruthers, W. (2016). "Multilateral Possibilities: Decolonization, Preservation, and the Case of Egypt". *Future Anterior: Journal of Historic Preservation, History, Theory, and Criticism*, 13 (1), p. 37-48. <https://doi.org/10.5749/futuante.13.1.0037>

Conflicting Heritage. Museums and colonial legacy (2021). Seminario Internacional. 14-15 de octubre. Museo de Etnología y Culturas del Mundo. Barcelona. <https://europeanmemories.net/activities/conflicting-heritage/> (Consulta 15 de septiembre de 2022).

Dafalla, H. (1975). *The Nubian Exodus*. London: C. Hurst & Co.

De Simone, C. (2014). *Nubia and Nubians: the 'museumizations' of a culture*. Tesis Doctoral, Leiden University. Handle: <http://hdl.handle.net/1887/23598>. (Consulta febrero de 2015).

Desroches-Noblecourt, C. (1960). "La herencia milenaria de Nubia". *El correo de la Unesco. Una ventana abierta sobre el mundo*, XIII (2). Paris, p. 8-15.

Drzewiecki, M., Kurcz, M., Ciesielska, J. *et al.* (2021). "Interdisciplinary Research into the Legacy of the Medieval Metropolis of Soba in a Modern Khartoum Suburb". *African Archaeological Reiewv*, 38, p. 597-623. En <https://doi.org/10.1007/s10437-021-09459-1>

El Arifi, S. A. (1988). "Problems in planning extensive agricultural projects: the case of New Halfa, Sudan". *Applied Geography*, 8, p. 37-52.

Eldardiry, H., y Hossain, F. (2021). "A blueprint for adapting high Aswan dam operation in Egypt to challenges of filling and operation of the Grand Ethiopian Renaissance dam". *Journal of Hydrology*, 598, p. 3-15. En: <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2020.125708>

El-Behaedi, R., y Ghoneim, E. (2018). "Flood risk assessment of the Abu Simbel temple complex (Egypt) based on high-resolution spaceborne stereo imagery". *Journal of Archaeological Science: Reports* 20, p. 458–467.

- Fahim Hussein M. (1981). *Dams, People und Development: The Aswan High Dam Case*, Pergamon Press, New York, 186.
- Fahim, H. M. (2010a). "Field research in a Nubian village: the experience of an Egyptian anthropologist". *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 91-110.
- Fahim, H. M. (2010b). "Change in Religion in a Resettled Nubian Community, Upper Egypt". *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 209-225.
- Fahim, H. M. (2010c). "Community Health Aspects of Nubian Resettlement in Egypt". *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 265-279.
- Fernández Götz, M. A. (2009). "La etnicidad desde una perspectiva arqueológica: propuestas teórico-metodológicas". *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, Historia Antigua, t. 22, p. 187-199.
- Ferneá, R. A. (1963). "The ethnological survey of Egyptian Nubia". *Current Anthropology*, 4, p. 122-123.
- Ferneá, R. A. (2010). "Cross-Cultural Resettlement Administration: An Exploration of Potential Problems of Nubians resettlement". *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 237-246.
- Ferneá, R. A; y Keneddy, J. G. (2010). "Initial Adaptations to a New Life for Egyptian Nubians". *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961- 1964*. Hopkins, N., y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 247-264.
- Ferneá, R. A.; Rouchdy, A. (1987). Contemporary Egyptian Nubians. *Nubian Culture Past and Present: Main Papers presented at the Sixth International Conference for Nubian Studies in Upssala*. (1986). Hagg. T. (ed.). Estocolmo, p. 365-387.
- Ferneá, R. A.; Rouchdy, A. (2010): "Nubian Culture and Etnithity". *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 289-300.
- Geiser, P. (1986). *The Egyptian Nubian: a study in Social Symbiosis*. The American University. Cairo Press. El Cairo.
- Geiser, P. (2010). "Some Differential Factors Affecting Population Movement: The Nubian Case". *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey*.

Salomé Z. Fernández-Toribio. *La diáspora tras la campaña de salvamento de la Unesco.*

1961-1964. Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). The American University in Cairo Press. Cairo, p. 175-191.

Gilmore, C. (2012). "Situating the Nubian Awakening within the "Arab Spring" (Autumm 2012)". *Postcolonial Studies Association Newsletter*, 10: 8-9. En https://www.academia.edu/3752648/Situating_the_Nubian_Awakening_within_the_Arab_Spring. (Consulta 17 de mayo de 2013).

Goo-Grauer, A. (2018). "House Decoration in Egyptian Nubia Prior to 1964," *Dotawo: A Journal of Nubian Studies*, 5 (4).
En <https://digitalcommons.fairfield.edu/djns/vol5/iss1/4>

Hahonou, E. (2021). "Blackness, slavery and anti-racism activism in contemporary North Africa". *Racial Formations in Africa and the Middle East: A Transregional Approach, POMEPS Studies*, 44, p. 41-48.

Hassan, H. M. (2019). *The Decision of Decolonization. The Nubian Case, Tactics, and Strategies*. En <https://www.tikkun.org/the-decision-of-decolonization-the-nubian-case-tactics-and-strategies/> (Consulta 17 de noviembre de 2021).

Hester, J. J. (1968). "Pioneer methods in Salvage Anthropology". *Anthropological Quarterly*, Jan. 1 (41), p. 132-146.

Hohenwart-Gerlachstein, A. (2010). "The village community of Al-Dirr, Nubia". *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. The American University. Cairo Press. Cairo, p. 199-207.

Homeyer, R. (2020). *Sounding the Nile: River Politics, Environment and Nubian Musical Expression*. MA thesis, University of New Mexico. En https://www.academia.edu/42951520/Sounding_the_Nile_River_Politics_Environment_and_Nubian_Musical_Expression (Consulta 28 diciembre 2021).

Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.) (2010). *Nubian Encounters: The Story of the Nubian Ethnological Survey. 1961-1964*. Cairo. The American University in Cairo Press.

Kashef, Abdel-Aziz I. (1981). "Technical and ecological impacts of the High Aswan Dam". *Journal of Hydrology*, 53, p. 73-84.

Kronenberg, A. (1986). "Nubian culture in the Sudan in the 20th Century: State of Research". *Nubian Culture Past and Present: Main Papers presented at the Sixth International Conference for Nubian Studies in Upsala*. Hagg, T. (ed.). Estocolmo, p. 389-418.

Lemos, R. & Tipper, S. (eds.) (2021). Sudanese and Nubian Archaeology: Scholarship Past and Present. *Current Perspectives in Sudanese and Nubian Archaeology. A Collection of Papers Presented at the 2018 Sudan Studies Research Conference, Cambridge*. Archaeopress Publishing Ltd.

- M'Bow, A-M. (1982). Address by Mr Amadou-Mahtar M'Bow, Director General of UNESCO. *Nubia: A triumph of international solidarity*. Unesco. Paris, p. 9-14.
- Meskell, L. (2018). *A Future in Ruins: UNESCO, World Heritage, and the Dream of Peace*. Oxford. Oxford University Press.
- Mohamed Sherif, N. D. (1980). "Victory in Nubia: Sudan. Unesco and the word community in the greatest archaeological rescue campaign of all time (1960-1980)". *The Unesco Courier*. Feb./Mar., 2, Paris, p. 15-19.
- Moll, Y. (2021). "Narrating Nubia: Between Sentimentalism and Solidarity". *Racial Formations in Africa and the Middle East: A Transregional Approach. POMEPS Studies*, 44, p. 81-86.
https://pomeps.org/wp-content/uploads/2021/09/POMEPS_Studies_44_Web-rev2.pdf.
- Näser, C. (2019). "Exploring attitudes towards the archaeological past: Two case studies from majority Muslim communities in the Nile valley". *Journal of Social Archaeology*, 19 (3), p. 379-402. Doi:10.1177/1469605319867194.
- Näser, C.; Tully, G. (2019). "Dialogues in the making: Collaborative archaeology in Sudan". *Journal of Community Archaeology & Heritage*, 6 (3), p. 155-171. Doi:10.1080/20518196.2019.1629742.
- Nicholas, G. P. (2008). Native Peoples and Archaeology (Indigenous Archaeology). D. Pearsall (ed.). *The Encyclopedia of Archaeology*, 3, p. 1660-1669. Oxford, Elsevier.
- Riad, M., y Abdel-Rasoul, K. (2007). *Old Nubian in pictures. Life of the Nubian Society before Relocation*. Ein for Human and Social Studies.
- Rowan, K. (2017). "Flooded Lands, Forgotten Voices: Safeguarding the Indigenous Languages and Intangible Heritage of the Nubian Nile valley". *International Journal of Intangible Heritage*, 12, p. 175-187.
- Salah Fahmy, W. (2014). *The Adaptation Process of a Resettled Community to the Newly-Built Environment. A Study of the Nubian Experience in Egypt*. 1993. Boca Raton, Florida.
- Säve-Söderbergh, T. (1979). *The Scandinavian Joint expedition to Sudanese Nubia*. Kobenhavn. Det Kongelige Danske Videnskabernes Selskab: kommissionær, Munksgaard, Denmark.
- Scudder, Th. (2016). Aswan High Dam Resettlement of Egyptian Nubians. *Aswan High Dam Resettlement of Egyptian Nubians. Springer Briefs on Case Studies of Sustainable Development*. Springer, Singapore. En https://doi.org/10.1007/978-981-10-1935-7_1
- Scudder, Th. (2010): "The economic basis of Egyptian Nubian Labor Migration". Hopkins, N. y Mehanna, S. (eds.). *Nubian Encounters: The Story of the Nubian*

Salomé Z. Fernández-Toribio. *La diáspora tras la campaña de salvamento de la Unesco.*

Ethnological Survey. 1961-1964. Cairo. The American University in Cairo Press, p. 155-173.

Shaw, D. J. (1967). "Resettlement from the Nile in Sudan". *The Middle East Journal*, 21, p. 463-787.

Sorbo, G. M. (1985). *Tenants and Nomads in eastern Sudan. A Study of Economic Adaptations in the New Halfa Scheme.* Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala.

Strouhal, E. (2007). "Anthropology of the Egyptian Nubian Men". *Anthropologie*, XLV (2-3), p. 105-245.

Taha, S. (2021). Nubia: A Land that Continues to be Cherished by Its People. *Sudan: Ancient and Contemporary*, XXVIII (4).
En <https://www2.ccsu.edu/africaupdate/?article=524> (Consulta 17 de enero de 2022).

Thimm, H.-U. (1979). Development projects in the Sudan: an analysis of their reports with implications for research and training in arid land management. The United Nations University. United Nations University website. En <https://archive.unu.edu/unupress/unupbooks/80042e/80042E05.htm> (Consulta 12 de febrero de 2022).

TRAFO – Blog for Transregional Research, (2017). "I am interested in the contentious aspects of history, too". Interview with William Carruthers. 05.12.2017.
En: <https://trafo.hypotheses.org/5566>

Veronese, V. (1960). Mensaje especial. *El correo de la UNESCO. Una ventana abierta sobre el mundo.* Feb. XIII, 3. París.

Warren, C.J., (1967): "Two new dams augmenting Sudan's irrigated farmland". *Foreign Agriculture*, 5(26), p. 8-9.

Wenzel, M. (1972). *House Decoration in Nubia.* London: Duckworth.

Wisely, W. H. (1972). People, ecology and the Aswan High Dam. *Cir. Eng.*, 42(2), p. 37-39.

Zurinaga Fernández-Toribio, S. (2018). *Arqueología del oasis. España en la campaña de salvamento de la Unesco en Nubia, 1960-1972.* Universidad Complutense de Madrid. Tesis doctoral. Leída el 18 de diciembre de 2017. En <https://eprints.ucm.es/id/eprint/48508/>

Zurinaga Fernández-Toribio, S. (2020). *España en la campaña de salvamento de la Unesco en Nubia, 1960-1972.* Colección Arqueologías. Serie Egiptología. Universidad de Jaén. Jaén.

A DIÁSPORA APÓS A CAMPANHA DE SALVAMENTO DA UNESCO: SEU IMPACTO NAS POPULAÇÕES NÚBIAS REMOVIDAS

RESUMO

Este artigo gira em torno da análise da ação da Unesco durante a Campanha de Salvamento na Núbia, da gestão do patrimônio cultural (arqueológico, monumental, imaterial) e do impacto produzido pela construção da represa de Assuã e a evacuação forçosa das populações núbias assentadas na região. A história dos desalojados pela construção da represa de Assuã não ocupou tantas páginas da literatura quanto o resgate do patrimônio cultural (arqueológico, histórico, epigráfico, artístico, etnográfico etc) sudanês e egípcio. A população contemporânea que habitava o território que foi alagado- herdeira direta dos povos que haviam povoado a região desde tempos pré-históricos – logo foi esquecida. Nos ocupar deles é o que pretendemos com esta breve contribuição. Oferecendo algumas breves reflexões sobre o passado colonial, as interpretações com viés de superioridade sobre o passado da Núbia, as teorias arqueológicas pós-coloniais e as novas práticas arqueológicas: indígena, colaborativa mais a antropologia de resgate.

PALAVRAS-CHAVE

Unesco; Núbia; Práticas Arqueológicas; Pesquisa Antropológica; Impacto.

**DIASPORA AFTER THE UNESCO RESCUE CAMPAIGN:
IT'S IMPACT ON DISPLACED NUBIAN POPULATIONS**

ABSTRACT

This article swings between the analysis of UNESCO's action during the Rescue Salvage Campaign in Nubia, the management of cultural heritage (archaeological and monumental, and intangible), and the impact caused by the construction of the Aswan Dam and the forced evacuation of the Nubians populations settled in the region. The story of those displaced due to the built of the Aswan dam did not occupy as many pages of literature as did the rescue of the Sudanese and Egyptian cultural heritage (archaeological, historical, epigraphic, artistic, ethnographic, etc.). The contemporary populations that inhabited the flooded territory was soon forgotten despite they were direct inheritors to the peoples who had populated the region since prehistoric times. We deal this variety of issues in this brief contribution. Offering some reflections on the colonial past, interpretations with biases of superiority on the Nubian past, postcolonial archaeological theories, new indigenous, and collaborative archaeological practices plus the rescue anthropology.

PALAVRAS-CHAVE

Displaced people; UNESCO, Nubia; archaeological practices; anthropological research; impact.

III. ARTIGOS DE TEMA LIVRE

ESCRIBIR, SELLAR Y ADMINISTRAR.

UNA ABORDAJE DEL CORPUS DOCUMENTAL DE LA TERCERA DINASTÍA DE UR A PARTIR DE LA EPIGRAFÍA DEL PAISAJE

*Rodrigo Cabrera*¹

RESUMEN

En el presente artículo, se propone un abordaje de los textos administrativos de la Tercera Dinastía de Ur en Mesopotamia (c. 2110-2003 a.e.c.) – en particular, de las tablillas p i s a ñ - d u b - b a – a partir de una perspectiva teórico-metodológica que denominaremos Epigrafía del Paisaje. Por un lado, la importancia de la misma radica en entender a los documentos en sus mismos contextos de producción, circulación y almacenamiento, considerando sus componentes semántico-internos como sus componentes sintáctico-estructurales. Por otro, posibilita la comprensión y el reconocimiento, a partir de un riguroso abordaje de la documentación administrativa, de los (i) agentes (humanos y no humanos) junto a sus prácticas, los (ii) objetos/cosas (cultura material) y los (iii) lugares involucrados en la conformación de un paisaje social. Dicho paisaje social, en el caso de la Baja Mesopotamia, se componía de diferentes archivos provinciales, los cuales se subdividían en oficinas menores y otras mayores en tanto reguladoras de los distintos ámbitos económicos y políticos de la época. Finalmente, la propuesta teórico-metodológica aquí esbozada contribuirá en el análisis del engranaje que otorgaba sentido al edificio burocrático neo-sumerio, el cual se habría expresado a

¹ Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires (Argentina). El presente artículo es una revisión de una ponencia presentada en 2020 con motivo de las II Jornadas de Actualización en Investigación y Docencia sobre el Cercano Oriente Antiguo, Universidad Nacional de La Plata, Ensenada (Argentina). Asimismo, el trabajo da cuenta de algunas de las discusiones correspondientes a mi investigación doctoral realizada en la Universidad de Buenos Aires bajo la dirección del Prof. Dr. Manuel Molina (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo, Centro de Ciencias Humanas y Sociales, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, España). Agradezco los generosos comentarios realizados sobre el presente artículo por la Dra. Alexandra Lladó Santaularia (Universitat de Barcelona), así como por las/os evaluadoras/es. No obstante, cualquier error corre bajo mi absoluta y expresa responsabilidad. E-mail: cabrera.pertusatti@gmail.com

través de los mensajes contenidos en el registro documental y, de esta forma, se reforzaba la voz legítima del centro sobre los poderes locales.

PALABRAS CLAVE

Epigrafía del Paisaje; Mesopotamia; Tercera Dinastía de Ur; textos administrativos.

1. Introducción

El corpus de documentos² mesopotámicos es heterogéneo en cuanto a su contenido temático, así como también en relación a los géneros discursivos, a las lenguas que emplearon el sistema de escritura cuneiforme³, al tipo de material sobre el que se desplegaron los signos, a las variaciones epigráficas y/o paleográficas de estos, entre otras características (Taylor, 2011). Por consiguiente, cuando se hace referencia a la evidencia documental de Mesopotamia, es necesario considerar, en principio, la clasificación tipológica de la misma y, de este modo, reconocer el “grado de alfabetización” de cada escriba (*sensu* Veldhuis, 2011). En segundo término, se deben discriminar los archivos de los cuales proceden los documentos.

En el presente artículo, debido a la abundancia y diversidad de tablillas administrativas correspondientes a la Tercera Dinastía de Ur (c. 2110-2003 a.e.c.) (n = 101944 en BDTNS en Molina, 2002-)⁴ (Figura 1), hemos seleccionado las conocidas como *p i s a ḡ - d u b - b a* (n = 632 en BDTNS en Molina, 2002-). Las *p i s a ḡ - d u b - b a*, es decir, “cesta de tablillas” o “tablilla contenedora” en sumerio, las cuales llevan ese nombre debido al incipit del respectivo texto, eran documentos colocados en la parte superior de un recipiente contenedor (*e.g.*, una canasta o una bolsa de cuero) a modo de “etiquetas”, muchas de las cuales podían estar selladas (Nelson, 1976, pp. iv-v; Molina, 2016, §6).

A partir de la mencionada selección de textos, el objetivo del presente artículo es establecer un análisis global del corpus documental administrativo correspondiente a la Tercera Dinastía de Ur, teniendo en cuenta las nociones de producción, circulación y almacenamiento de las tablillas a partir de su respectiva utilidad e implementación en la

² Empleamos el término “documento”, en vez de “fuente escrita”, ya que no sólo aludimos a lo que podríamos reconocer como el contenido activo *per se* del documento, es decir, la materialización del mensaje impreso, grabado o inciso, sino también al soporte/portador del mismo. En efecto, el concepto de documento – que aquí utilizaremos – contempla las condiciones de producción del mensaje, las tecnologías y materiales para la praxis de la escritura, como el papel, la arcilla, el papiro o la piedra. Sobre este tópico, cf. la discusión en Marcelo Rede (1996) y Rodrigo Cabrera (2019) respectivamente.

³ La transliteración mantiene la forma asiriológica: *e x p a n d i d a* en 2 puntos para sumerio, *cursiva* para acadio, *VERSALES* para sumerogramas y *MAYÚSCULAS* para sumerogramas cuya lectura no es clara. Las abreviaturas bibliográficas usadas en el presente artículo pueden consultarse en Michael P. Streck (2017). Una lista completa y actualizada de abreviaturas también está disponible en: http://cdli.ucla.edu/wiki/doku.php/abbreviations_for_assyriology. Otras abreviaturas no enumeradas pueden encontrarse en BDTNS (Base de Datos de Textos Neo-Sumerios): <http://bdts.filol.csic.es>

⁴ Los textos administrativos correspondientes a la Tercera Dinastía de Ur pueden consultarse en BDTNS (Base de Datos de Textos Neo-Sumerios) (<http://bdts.filol.csic.es>), cuya edición está a cargo de Manuel Molina (2002-). Todas las cantidades mencionadas en este artículo son retomadas de dicha base de datos.

cadena comunicativa. A propósito, consideramos de vital importancia el reconocimiento del proceso de semiosis en el que se insertan los mencionados documentos, ya que nos permitirá entender cómo la tríada establecida entre producción, circulación y almacenamiento se vincula con la tríada entre escritura, comunicación y archivado. Para ello, proponemos una reconstrucción de la organización social de la Baja Mesopotamia durante el período de la Tercera Dinastía de Ur a través del estudio detallado de las diferentes instituciones involucradas en los procesos de redacción y confección documental.

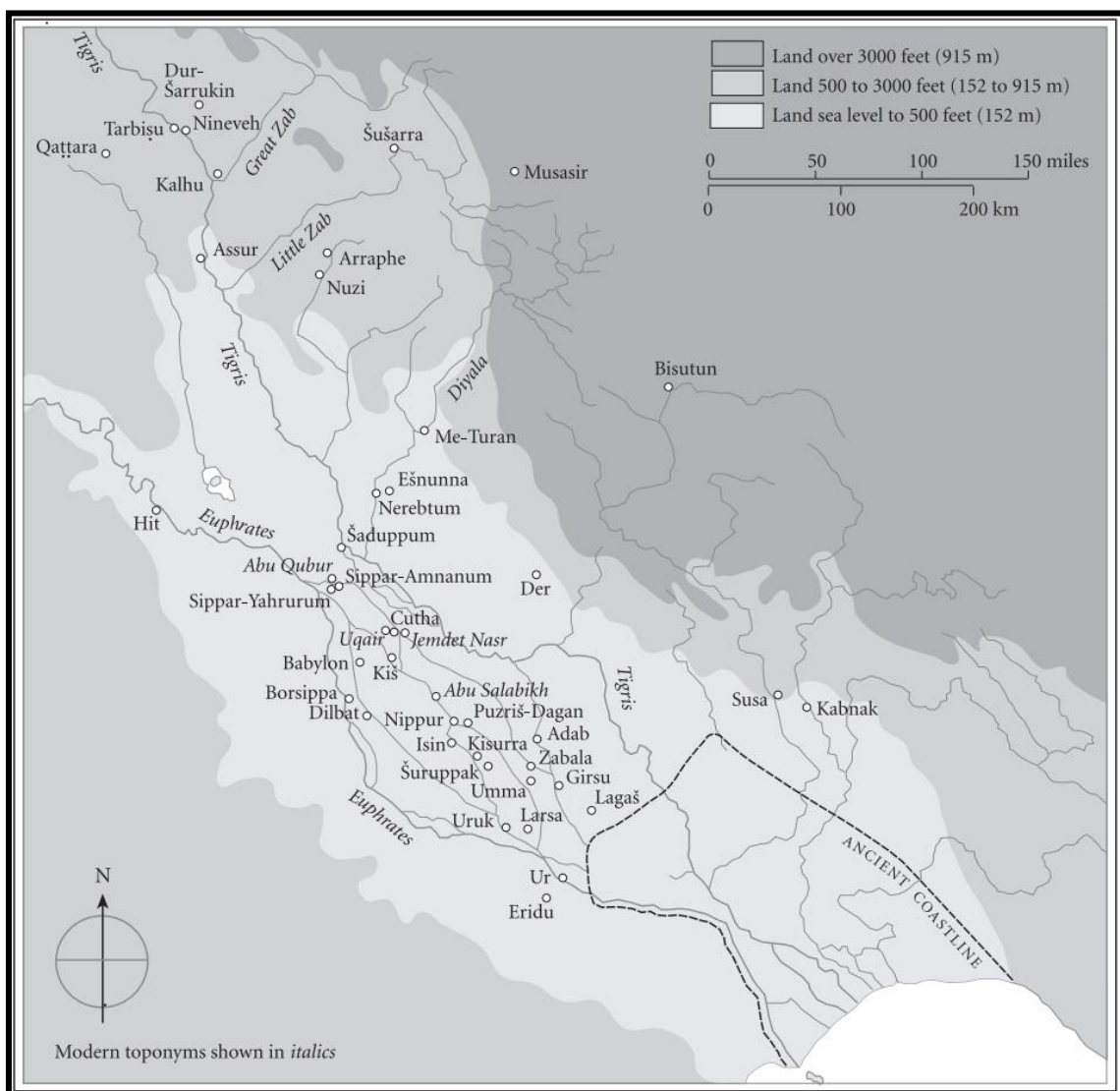


Figura 1. Mapa de sitios de Mesopotamia

Fuente: Tomado de Karen Radner & Eleonor Robson, 2011, fig. 0.2

En nuestra investigación, formulamos una conceptualización teórico-metodológica que denominaremos Epigrafiología del Paisaje, la cual nos permitirá entender cómo el proceso de producción escrita se conecta con determinadas nociones de espacio y tiempo, en las que se insertan (i) agentes (humanos y no humanos) junto a sus prácticas, (ii) objetos/cosas (cultura material) y (iii) lugares.

2. *Escribir, sellar y administrar durante la Tercera Dinastía de Ur*

2.1. Documentación administrativa y sellado durante la Tercera Dinastía de Ur

La Tercera Dinastía de Ur (c. 2110-2003 a.e.c.) abarcó aproximadamente un siglo de duración, en el que se registraron cinco gobernantes, los cuales proyectaron una transformación en relación a la institución palaciega y, también, en la organización burocrático-institucional: Ur-Namma (2110-2093 a.e.c.), Šulgi (2092-2045 a.e.c.), Amar-Su'ena (2044-2036 a.e.c.), Šū-Su'en (2035-2027 a.e.c.) e Ibbī-Su'en (2026-2003 a.e.c.)⁵. A la Tercera Dinastía de Ur, junto a la época de reinado de Gudea (Segunda Dinastía de Lagash), también se las conoce como período neo-sumerio para diferenciarlas, en términos lingüísticos, del paleo-sumerio, el cual coincide con el presargónico o Protodinástico IIIb (ver discusión en Sallaberger, 1999, p. 124). Los monarcas neo-sumerios mantuvieron la práctica de la divinización real que habría comenzado durante la época sargónica y, por tal motivo, recibían culto mortuario no sólo a nivel de la esfera familiar, sino también a escala pública en las diversas celebraciones rituales (Sallaberger, 1999, p. 153 *et passim*).

Uno de los elementos constitutivos de la burocracia estatal neo-sumeria, por un lado, fue el dominio absoluto y exclusivo de la escritura en tanto praxis social. Los documentos administrativos ocupan el mayor porcentaje dentro de las tipologías textuales, dada su predominancia entre el Protodinástico IIIb y la Tercera Dinastía de Ur (Steinkeller, 2003b; Steinkeller, 2004; Molina, 2016). Por otro lado, la importancia de las tablillas administrativas radica en que las mismas son portadoras de información específica sobre la organización del Estado y en lo concerniente a la circulación de bienes (ingresos y egresos) y personas.

De los 27 sitios que registran archivos administrativos de la Tercera Dinastía de Ur, se destacan tres por la cantidad de textos cuneiformes: Umma – Tell Ğoĝa –, Ğirsu –

⁵ Los años de reinado de los monarcas de la Tercera Dinastía de Ur están basados en Walther Sallaberger e Ingo Schrakamp (2015, p. 131).

Tellō – y Puzriš-Dagān – Tell Drēhim – (Molina, 2016, §18), los cuales dan cuenta de las transacciones llevadas a cabo tanto a nivel local como central. Asimismo, se desprende un corpus lexicográfico específico que estaba conectado con el ordenamiento burocrático, el cual fue el resultado de un proceso de reorganización del aparato político y la estructura socioeconómica durante el reinado de Šulgi, el segundo monarca del período (Molina, 2016, §1).

En cuanto a la diversidad de documentos dentro del corpus mesopotámico, los clasificados como administrativos tienen un valor especial por su amplia distribución en las provincias gobernadas por la Tercera Dinastía de Ur. No obstante, deberíamos considerar qué es lo que convierte en administrativo a un texto: ¿su función, su contenido semántico/lexicográfico, la estructura sintáctica, el soporte contenedor, la intencionalidad comunicativa del mensaje, el rol del emisor/escrība? ¿Todas las características anteriores? Asimismo, podríamos discutir que, si un documento se clasificase como administrativo, circularía en la esfera burocrático-estatal y, también, sería parte de un dispositivo discursivo operado por (y desde) el centro hegemónico y en detrimento de lo que ocurriría de manera local o, incluso, en la esfera privada.

De acuerdo a Piotr Steinkeller (2004, p. 79), la función de un texto administrativo “era habilitar a una oficina determinada a proporcionar a la dirección máxima la información sumaria (o incluso estadística), presentada en una forma inteligible para una persona ajena, la cual permitiría un pronóstico o planificación económica global”. Manuel Molina (2016, §8) describe la estructura morfológico-sintáctica de un texto administrativo neo-sumerio simple del siguiente modo: (i) razón de la transacción puesta en absolutivo (objeto a intercambiar con número y medida); (ii) descripción de la transacción (procedencia, destino, entre otros); (iii) participantes de la transacción en calidad de distribuidores – señalados a través de la locución *k i PN—t a*, *i.e.*, por medio de una construcción en ablativo –, receptores – marcados con el caso ergativo – y testigos; y (iv) fechado de la operación contable⁶.

Entre los textos administrativos, la tendencia fundamental es el registro de los ítems que eran recibidos desde una oficina en particular, más que aquellos que se recogían y que eventualmente podían ser contabilizados de una manera más sencilla dentro de un mismo sitio (Steinkeller, 2003b, pp. 37-38). Este tipo de desembolsos desde el exterior figuran como “ingresos” a diferencia de otro tipo de textos que pueden calificarse como

⁶ Cabe aclarar que no estamos refiriéndonos a la estructura de todos los textos administrativos de la Tercera Dinastía de Ur, sino a aquellos que son denominados como “simples” por Manuel Molina (2016: §8).

“envíos” o “entregas” (mu-ku_x) (Steinkeller, 2003b, p. 38). Entre los ítems que circulaban, los cuales podrían ser considerados como “activos”, se encuentran personas, animales, objetos, jornadas de trabajo, mercancías, entre otros (Molina, 2016, §28). En las tablillas, se podían documentar las entradas y salidas de estos activos hacia y desde una oficina pública o un dominio privado, así como los movimientos en el interior de los mismos, o podían registrarse – a la manera de un inventario del momento – las cantidades de las que se disponían (Molina, 2016, §28).

Asimismo, por medio de su contenido específico, los archivos neo-sumerios se reconocen de acuerdo al lugar de procedencia, dado que cada localización provincial se habría especializado en la circulación de determinados bienes, de realizar ciertas transacciones y, además, de estar conectada con un tipo de espacio público y/o privado. Siguiendo a Manuel Molina (2016, §26), se cuenta con los siguientes tipos de archivos: privados (Nippur; archivo de Tūram-ilī; archivo de SIA-a); de fincas rurales (GARšana; archivo de Aradġu; archivo de Šū-Eštar); de templos (Nippur); provinciales (Umma; Ġirsu; Irisaġrig); y de instituciones reales (Ur; Puzriš-Dagān).

En cuanto gran tipología, los textos administrativos – a partir de sus aspectos sintácticos y, también, semánticos – se subdividen en: (a) balances de cuenta (niġ₂-kas₇); (b) legales (registros de la corte, di-til-la, entre otros); (c) documentos de préstamo; (d) cartas-órdenes (*letter-order* en inglés y *Briefanweisung* en alemán); (e) tablillas pisaġ-dub-ba; (f) documentos de venta; (g) textos de mensajero; (h) textos escolares. En lo referente al soporte, los documentos administrativos podían registrarse en: (a) tablillas de arcillas – con o sin envoltorios –, (b) envoltorios sueltos – sin el correspondiente texto –, (c) *bullae*, (d) etiquetas – las cuales poseen dos orificios por donde se atravesaba una cuerda. En cuanto a las formas, podían ser: (a) cuadrangulares, (b) rectangulares, (c) redondeados o (d) cilíndricos. La cantidad de líneas de texto varía entre 5 y 15, y los tamaños eran de entre 5 y 4 cm de largo/ancho, aunque existen documentos más extensos y de dimensiones mayores (Molina, 2016, §4).

Finalmente, la documentación administrativa – dado que contiene registros operados por diferentes instituciones públicas y privadas – era controlada por medio de una rigurosa red de funcionarios y, para ello, en el plano epigráfico/iconográfico, también, se empleaban los sellos cilindros. Un sello cilindro podía ser registrado en una tablilla, en el envoltorio de la misma, en un recipiente – como una jarra – así como en otros soportes. El sellado asumía una función burocrática en conexión a un agente específico, quien estaba vinculado al ámbito público (Tsouparopoulou, 2015, pp. 11-12). Además, el

sellado – aunque podría funcionar a modo de rúbrica – también resaltaba la importancia de lo iconográfico en esta tipología de inscripciones a la manera de un “paratexto” (Tsouparopoulou, 2013, pp. 10-11) y, así, ponía de manifiesto la interconexión solapada entre texto e imagen dentro del conjunto de prácticas y posibles secuencias de ejecución. Por otro lado, el sellado implicaba no sólo la presencia de la praxis estatal a través de epigrafía e iconografía, sino también la representación de un sujeto específico o portador-dueño.

2.2. ¿Administración o burocracia durante la Tercera Dinastía de Ur?

Dado que la documentación cuneiforme de la Tercera Dinastía de Ur procede del ámbito público en gran medida, de las llamadas “grandes organizaciones” (*sensu* Oppenheim, 1977 [1964], p. 95 ss.; Liverani, 1988, pp. 92-95) o “casas institucionales” (templos y palacios) (*e.g.*, Gelb, 1967, 1979; Renger, 1995, pp. 272-273 ss.; Garfinkle, 2005, pp. 388-391, 2008, pp. 56-58, 2013, pp. 111-113; Ur, 2014, p. 256)⁷ – como preferimos denominarlas por constituir una nomenclatura más acorde con la designación antigua –, se ha señalado la existencia de un Estado organizado bajo una estricta burocracia. De hecho, los textos administrativos se erigen, dentro de la diversidad de textos cuneiformes, como el acervo documental más copioso frente a los literarios, lexicográficos y monumentales/reales (Postgate, 1992, figura 3.13; van De Mieroop, 1999, p. 13)⁸.

El poder central fue ostentado por las casas institucionales, sobre todo aquellas bajo la potestad del monarca⁹ y su entorno. El centro neurálgico era la antigua ciudad Ur, sede de la autoridad política, la cual controlaba una veintena de provincias, cada una a manos de un *ensi* (“gobernador”), y cuyo poder nominal emanaba de un nombramiento real,

⁷ La discusión sobre los modelos teóricos ha ocupado gran parte de los debates en torno a la organización política y, además, de la administración económica en Mesopotamia. Al respecto, podría citarse una amplia bibliografía en la que algunos autores abogan por el materialismo histórico y otros realizan su análisis desde un enfoque weberiano. Cf. recientemente Mario Liverani (2013, pp. 143-199 y 406-411); Seth Richardson (2014, pp. 70-75), entre otros.

⁸ Marc van de Mieroop (1999, pp. 9-38) realiza una clasificación del acervo documental cuneiforme y plantea la proliferación de textos administrativos en los tres milenios de historia mesopotámica, ponderando su concentración durante la Tercera Dinastía de Ur, aunque también admite su abundancia para el período neo-babilónico. Asimismo, reconoce la existencia de documentación proveniente del ámbito privado debido a transacciones encaradas por sujetos o grupos familiares con mucho poder.

⁹ Entre las titulaturas reales más usuales desde mediados hasta fines del tercer milenio a.e.c., se encuentra *lu gal ki-en-gi ki-uri*, “rey de Súmer y Akkad”, que a veces era intercambiable con *lu gal an-ub-da-lim mu₂-ba*, “rey de las cuatro partes (del mundo)”.

pero que, en la práctica, resultó hereditario (Steinkeller, 2013, pp. 351-352). En paralelo, contamos con los *šagina* (“generales”), cuyos cargos eran asignados por la corona, residían en las capitales provinciales con cierta independencia y debían total obediencia al rey y al *sukkalmah* (“gran visir”). Cada *ensi*² se encargaba de la administración de las tierras de los templos y los *šagina* de las propiedades de la corona y los colonos soldados que se instalaban en las provincias (Steinkeller, 2013, pp. 351-352).

A pesar de esta maquinaria y juego simultáneo entre poderes centrales y locales, algunos autores han llamado la atención sobre las limitaciones de la organización burocrática de la Tercera Dinastía de Ur – tal cual fuera formulada en términos weberianos para el mundo moderno (occidental) y su supuesta racionalidad (e.g., Garfinkle, 2008).

En discusión con esta premisa, el análisis del Estado antiguo oriental como patrimonial y, por ende, no burocrático ni racional, es la postura adoptada por J. David Schloen¹⁰ (2001) para analizar el caso de Ugarit, en el que se establecerían relaciones de patronazgo entre un señor o monarca y un siervo o cliente. De este modo, como también lo describe Jason Ur (2014) y otros autores que abogan por el *Patrimonial Household Model*, en el Oriente antiguo, los mecanismos de organización estatales funcionarían de acuerdo a la premisa patrimonialista weberiana, donde no existiría una burocracia y primarían los lazos de parentesco, a los cuales se buscaría reforzar a través de mecanismos clientelares¹¹.

En la misma línea de análisis, Steven Garfinkle (2008, p. 60), si bien no plantea la aplicación estricta del *Patrimonial Household Model*, sí considera que hubo ciertos matices que indicarían la no centralización política en el *household* del rey, la cual se consiguió recién para la época paleo-babilónica. No obstante, se habría planteado un deseo de conseguir un Estado centralizado burocráticamente, como se expresa en la *Lista Real Sumeria* (Steinkeller, 2003a), aunque la inexistencia de un único calendario para la época neo-sumeria – en particular, en relación con los nombres de los meses – demostraría la convivencia de tendencias anti-centralistas o localistas (Garfinkle, 2008, p. 61). De todos modos, en lo que refiere a los nombres de año, los documentos de todas las ciudades

¹⁰ Con anterioridad a los trabajos de J. David Schloen, los estudios de Ignace Gelb (1979) y Jean-Pierre Grégoire (1981) se centraron en la noción de *oikos-household*, pero lo restringieron únicamente al ámbito económico y, más específicamente, a la administración agrícola. Ver esta discusión en Marcelo Rede (2007).

¹¹ Norman Yoffee (2004) sostiene que si bien la lógica del parentesco fue fundamental para entender las configuraciones sociopolíticas del tercer y segundo milenio a.e.c. en la Baja Mesopotamia, también, se presentaba como un obstáculo.

empleaban las mismas fórmulas (Molina, 2016, §12). En cuanto al desarrollo de un calendario cultural, se ejecutaban diferentes actividades rituales que tuvieron tanto una finalidad religiosa como política. A propósito, la documentación administrativa refiere de forma minuciosa a las festividades llevadas a cabo durante los reinados de los reyes neosumerios y, además, alude a los distintos emplazamientos destinados al cumplimiento de las prácticas ceremoniales (Sallaberger, 1992).

Teniendo en cuenta la convivencia de tendencias políticas en favor de la centralización, así como de otras que tendrían un impulso contrario, podemos afirmar que la organización estatal, durante la Tercera Dinastía de Ur, se apoyó en diversos aspectos para conseguir la pretendida unidad. Por un lado, podemos reconocer el estímulo a la unificación a través del despliegue de un flamante y coactivo aparato institucional desde el centro, expresado, por ejemplo, en la implementación de una rigurosa documentación y su respectiva expansión, tanto en el núcleo como en la periferia. Por otro lado, en el plano local – a pesar de las tendencias anti-centralistas –, las burocracias provinciales establecieron y desarrollaron alianzas para con el núcleo hegemónico.

3. La Epigrafía del Paisaje como propuesta teórico-metodológica

La formulación teórico-metodológica de una Epigrafía del Paisaje, que aquí proponemos, enlaza diversas líneas de análisis convergentes con el objetivo de realizar un abordaje de los documentos mesopotámicos de una forma superadora a la propuesta por una Filología solamente descriptiva. Al respecto, ponderamos ciertos enfoques que irrumpieron en el ámbito de las Humanidades desde la década del setenta y que recibieron la denominación de postestructuralismo¹².

En el caso particular de la Epigrafía del Paisaje, la misma se caracteriza: (a) en primer término, por un estudio crítico mediado por la Semiótica a fin de reconocer los componentes semántico-internos y sintáctico-estructurales de los textos; (b) en segundo lugar, por una relectura del vínculo materialidad/textualidad en el que se insertan las relaciones señaladas en el paso anterior; y (c), finalmente, por una reinterpretación de la

¹² Esta transformación en cuanto a los abordajes epistemológicos adoptó diversos nombres en el marco de la Filosofía, la Historia, la Lingüística, la Antropología, la Arqueología y/o la Geografía. De las mencionadas disciplinas y, en particular, a partir del referenciado viraje epistemológico, surgieron el giro lingüístico, el enfoque postprocesual, el giro decolonial/postcolonial, la Microhistoria, la Historia cultural y/o la Filosofía postmoderna.

Arqueología del Paisaje a fin de discutir la dialéctica sujeto/objeto en la relación triádica entre agentes (humanos y no humanos), cosas (cultura material) y lugares.

3.1. Primera aproximación: el giro lingüístico, el abordaje semiótico y la textualidad

En el ámbito de las Humanidades y, en especial, a partir de lo que se denominó como “giro lingüístico” (*linguistic turn*), se empezó a prestar atención a la forma en que las prácticas discursivas eran susceptibles de ser pensadas en tanto unidades de análisis para comprender las prácticas sociales. A propósito, Mijaíl Bajtín (2008 [1979], p. 291) considera una serie de aspectos en relación al texto: en una primera instancia, el texto – oral y/o escrito – se constituye en el componente mínimo con carácter sígnico susceptible de ser analizado y, por ende, posee rasgos normativos ligados a la lengua.

Esta discusión fue planteada, de forma primigenia, por Ferdinand de Saussure (1995 [1916]) y Charles Peirce (1931-1935) hacia finales del siglo XIX y comienzos del XX desde dos perspectivas distintas: el primero, en el ámbito de la Lingüística, mientras que el otro en el campo de la Lógica-pragmática. Mientras que Ferdinand de Saussure propone una concepción dual del lenguaje – la dicotomía entre habla y lengua – y, también, para estudiar el signo lingüístico – compuesto de significado y significante –, Charles Peirce considera una tripartición de este último – *i.e.*, entre signo, objeto e interpretante. A partir de ello, la tripartición del signo lingüístico implica un proceso de semiosis *ad infinitum* que articula la temporalidad pasado/presente/futuro de la siguiente forma: todo signo lingüístico señala hacia atrás, en el pasado, a un objeto y hacia delante, en el futuro, a un interpretante en un proceso perpetuo de semiosis (Preucel, 2006, p. 55).

El anterior planteamiento fue asumido por otras Ciencias Humanas como la Historia, la Antropología y/o la Arqueología en el contexto del denominado giro lingüístico. A propósito, Roger Chartier (2006, 2015) acuña el concepto de “textualidad”, para describir las condiciones de artefactualidad detrás de cada objeto/libro, en un intento por traspasar el análisis de los aspectos internos ligados a la escritura/texto. En efecto, la materialidad de la escritura implica dar cuenta de los rasgos concernientes a la elaboración de un texto – soporte, tecnologías, agentes involucrados – y la textualidad del soporte de toda escritura/texto señala las posibilidades de producción, circulación y almacenamiento que adquiere un documento, tanto por sus capacidades comunicativas como en relación

al ejercicio de la memoria¹³. De esta manera, la escritura, asociada a la producción textual por antonomasia, podría ser entendida en calidad de artefacto dinamizador del universo de las relaciones sociales, el cual refiere a “la teorización de lo ‘material’ en la cultura escrita” (Piquette & Whitehouse, 2013, p. 2). Este tópico lo desarrollaremos en relación al giro material-cultural en el acápite siguiente.

3.2. Segunda aproximación: el giro material-cultural y el abordaje sobre la materialidad/textualidad

En el contexto de transformación de los abordajes epistemológicos en Humanidades durante la década del setenta, surgió el “giro material-cultural” (en inglés, *material-cultural turn*)¹⁴, el cual tuvo diferentes clivajes en los ámbitos antropológico y arqueológico estadounidense y anglosajón. Los Estudios de la Cultura Material vislumbraron su nacimiento a partir de un deseo genuino por reconciliar el estructuralismo con la Semiótica – tal como lo desarrollamos en el punto anterior – y la Teoría de la Práctica de Pierre Bourdieu y Anthony Giddens. Los padres fundadores de dicho paradigma fueron Ian Hodder en la *University of Cambridge* y Daniel Miller en la *University College London* (Hicks, 2010, pp. 29 y 44 ss.)¹⁵. Los debates posteriores trazaron líneas de trabajo que puntualizaban en los objetos como textos y, por consiguiente, se planteó una lectura de los mismos a la manera de documentos (Tilley, 1991, 1999). Incluso, se empezó a hablar de la capacidad agencial que poseía la cultura material y, por lo tanto, se la sacaba del rol pasivo al que la Arqueología anterior la habría colocado.

De esta manera, todo objeto posee su propia historia de vida o “biografía” (Appadurai, 1986; Gosden & Marshall, 1999) o responde a un “*habitus* material” (Meskell, 2005, p. 3), y, por lo tanto, al verse despojado de su contexto inicial – tanto de producción, circulación y/o almacenamiento – experimenta un proceso de extrañamiento y, luego, recibe una reasignación de significado en los museos modernos y/o en el mismo contexto arqueológico de hallazgo (Salem & Cabrera, 2021, p. 7).

¹³ Al respecto, resulta de gran importancia el trabajo pionero de Marcelo Rede (1996, pp. 274-278), en el que el autor discute cómo pensar a la cultura material en tanto documento histórico y, en simultáneo, cómo un objeto puede funcionar em calidad de documento.

¹⁴ Sobre este tópico, cf. discusión en Marcelo Rede (2000-2001) y Dan Hicks (2010) para los derroteros francés e inglés respectivamente.

¹⁵ No obstante, uno de los iniciadores fue el folklorista Henry Glassie (1969, 1999, entre otros) con sus estudios sobre los consumos populares en determinadas regiones de Estados Unidos, así como en otros países como Bangladesh y/o Turquía.

Por otro lado, en un universo de relaciones que superan la dialéctica sujeto/objeto, también, podemos pensar en la noción de *entanglement*, traducido por alguna bibliografía como “enredo”, de Ian Hodder (2011), por medio de la cual, encontramos el siguiente juego de vínculos entre humanos y cosas: (a) los humanos dependen de cosas; (b) las cosas dependen de otras cosas; y (c) las cosas dependen de los humanos.

Finalmente, retomamos la idea de materialidad formulada por Daniel Miller (2005), la cual no sólo hace referencia a lo que acontece en el plano perceptible y/o inteligible, sino también en aquello que no lo es y, por consiguiente, puede manifestarse en el terreno del inconsciente. De esta manera, cuando empleemos el concepto de materialidad en relación a la escritura *per se* (o, en sentido amplio, de un texto), apuntamos a las condiciones de producción, circulación y almacenamiento de un documento, y, por lo tanto, puntualizamos en la praxis y el rol que asumen los diferentes agentes en cada una de las instancias mencionadas.

3.3. Tercera aproximación: el giro espacial y la Arqueología del paisaje

Como último punto, el otro cambio epistemológico fundamental en el ámbito de las Humanidades a mediados de los setenta está ligado al replanteamiento de las cuestiones propias de las relaciones contextuales/espaciales. Este viraje epistémico tomó el nombre de “giro espacial” (*spatial turn*), constructo acuñado por Edward Soja (1996), con diversos antecedentes teóricos previos, *e.g.*, Henri Lefebvre (1974) y Michel Foucault (1984). Vinculado a este tópico, podemos admitir las discusiones realizadas sobre la temática del paisaje, en particular, en el ámbito arqueológico (*e.g.* Wagstaff, 1987; Chapman, 2006), sobre todo por la rama que se denomina Arqueología del Paisaje.

Esta última hace foco en el estudio de un tipo especial de producto humano (el paisaje) que utiliza una realidad dada (el espacio físico) para crear una realidad nueva (el espacio social) mediante la aplicación de un orden imaginado (el espacio simbólico) (Criado Boado, 1999, pp. 6-7). Asimismo, dicha perspectiva se propone el abordaje arqueológico del espacio en un sentido foucaultiano (Criado Boado, 1993, 1999) por medio de la deconstrucción de los paisajes sociales, puesto que los mismos son producto de relaciones de poder notorias a través de tecnologías espaciales y arquitectónicas que originan “mecanismos de representación” (Criado Boado, 1999, p. 2). En palabras de Felipe Criado Boado (1999), el paisaje se manifiesta “como el producto socio-cultural creado por la objetivación, sobre el medio y en términos espaciales, de la acción social

tanto de carácter material como imaginario” (p. 5). Asimismo, en el marco de dicha perspectiva teórica, el espacio no solamente debe ser entendido como una construcción física o “lugar” (Hernando Gonzalo, 1999), sino que puede referirse a formas vinculares de poder entre objetos/cosas y personas en determinado contexto.

En cuanto a las sociedades del Próximo Oriente antiguo, suponemos que la transformación de un “paisaje abierto e indiviso” en otro “cerrado y dividido” (*sensu* Criado Boado, 1993, p. 29) podría haber ocurrido en paralelo – o como resultado – al desarrollo de una lógica estatal y, por tanto, de estandarización paulatina de los sistemas de escritura y complejización burocrática. De este modo, la progresiva sistematización de estos últimos conllevó, además, al empleo de una determinada tecnología y la configuración de una praxis específica.

En suma, la mencionada propuesta contempla tres dimensiones del paisaje, el cual no se presenta como algo preestablecido y/o dado, es decir, involucra lo material y lo inmaterial: (a) el espacio en tanto entorno físico o medioambiental de la acción humana (Arqueología Ambiental); (b) el espacio como entorno social o medio construido por las relaciones entre individuos y, también, entre los grupos humanos (Arqueología del Paisaje Social o Arqueología Social); y (c) el espacio como entorno pensado o medio simbólico (Arqueología del Paisaje Simbólico o Arqueología Simbólica) (Criado Boado, 1999, p. 6).

3.4. Cuarta aproximación: el campo de aplicación de la Epigrafía del Paisaje

En principio, la aplicación de la Epigrafía del Paisaje al estudio de la documentación administrativa de la Tercera Dinastía de Ur implica la necesidad de reensamblar la escritura a su contexto inicial de producción, a las formas posteriores adoptadas de circulación de la palabra (escrita y/u oral) en un marco comunicativo específico y, finalmente, al proceso de almacenamiento y/o descarte de una tablilla en particular. En segundo lugar, implica repensar a la escritura como objeto y, a su vez, como una tecnología de la palabra incrustada en otro objeto/soporte. En tercer término, el *habitus* material, tanto de la escritura/objeto como del soporte/objeto, involucra a los agentes que participaron de la elaboración del documento en la instancia cero de la producción y, posteriormente, en sus múltiples formas de circulación y archivado.

Asimismo, la Epigrafía del Paisaje – en tanto metáfora de una escritura activa, y, por tanto, no despojada de su triple contexto de producción/circulación/archivado –

comporta la recuperación de una dimensión temporal dicotómica en la producción de todo documento. Es decir, la escritura puede ayudarnos a dar cuenta de una variable de corta o media duración (tiempo epigráfico) y diferenciarla de otra de larga duración (tiempo paleográfico) (Figura 2). De esta manera, con un examen primario del documento en cuestión, podemos reconocer si se trata o no de un texto propio de la Tercera Dinastía de Ur, a partir de la delimitación de los rasgos epigráficos y paleográficos de la escritura cuneiforme.

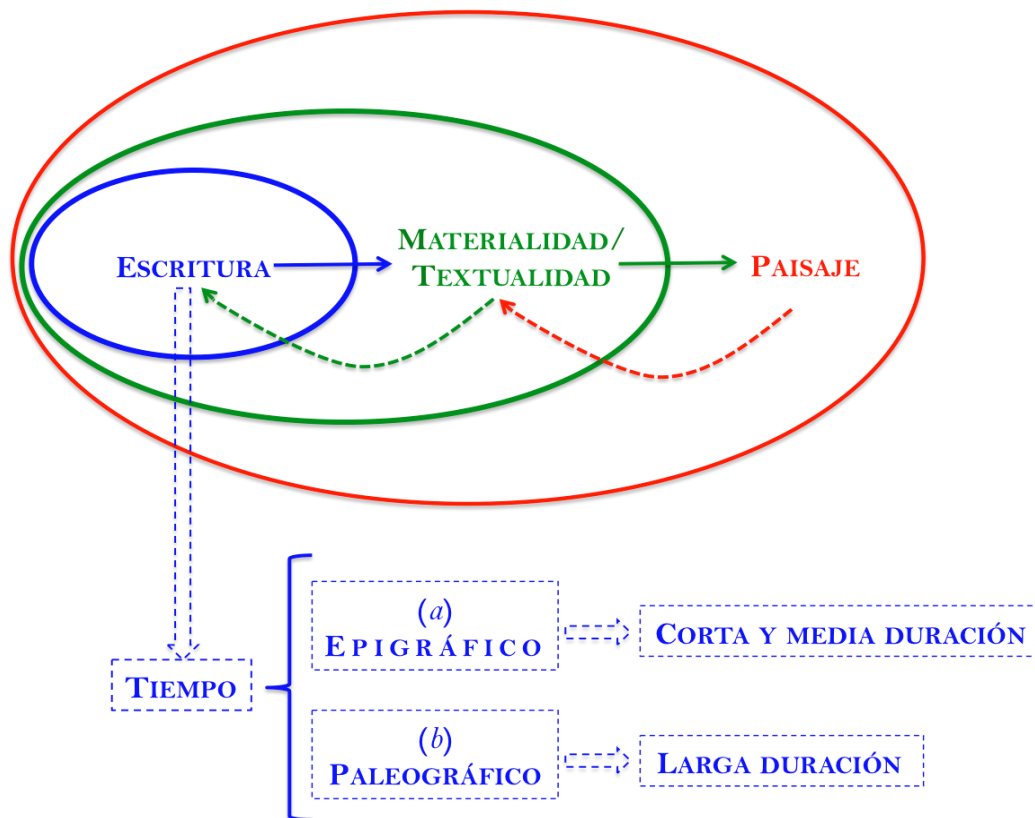


Figura 2. El tiempo epigráfico y paleográfico de la escritura

Fuente: elaboración del autor

De acuerdo a la Figura 2, la escritura se incrusta en un proceso de interconexión entre pasado, presente y futuro a partir de las variaciones que activamente se dan a nivel tipográfico. Esas diversificaciones que irrumpen a nivel de la escritura cuneiforme pueden, en simultáneo, dar cuenta de los atributos específicos de la materialidad y la textualidad que los documentos manifiestan. En cuanto a la materialidad del cuneiforme, se apunta a un proceso relacional concerniente a las condiciones de producción,

circulación y almacenamiento de la escritura, y, de este modo, con él se subrayan el vínculo y el movimiento de mutua reciprocidad o co-constitución entre signo/s y objeto/s. Por su parte, la textualidad – también como un proceso relacional similar a la materialidad – refiere a las características propias de los soportes empleados en la construcción de todo documento, es decir, de qué manera el soporte restringe la praxis de la escritura y el empleo de la misma en la elaboración de textos. Finalmente, las variantes temporales de la escritura que se supeditan a las circunstancias de materialidad y textualidad, también, aluden a una circunscripción contextual que entendemos como paisaje (este último, en tanto entorno físico, social y simbólico).

El otro aspecto en el que la Epigrafía del Paisaje contribuye de forma activa tiene que ver con el análisis de todo documento a partir de: (a) las condiciones de producción (vinculadas a la escritura), (b) las condiciones de circulación (vinculadas a la comunicación) y (c) las condiciones de almacenamiento (vinculadas a la memoria) (Figura 3). Asimismo, tal como se observa en la Figura 3, la dimensión temporal dicotómica (tiempo epigráfico y tiempo paleográfico) propia de la escritura se puede traducir en una interconexión entre pasado, presente y futuro que integra a los agentes involucrados en el proceso, las tecnologías implicadas en la praxis escritural y los soportes necesarios.

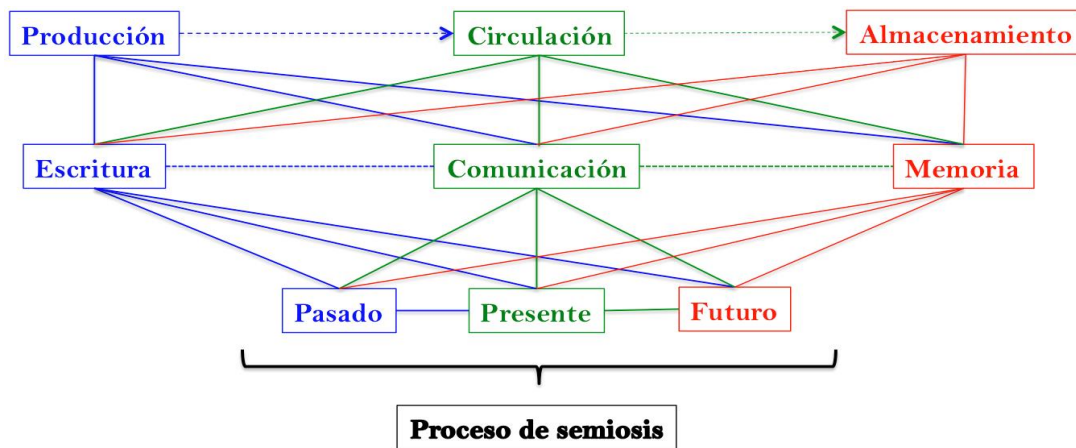


Figura 3. El proceso de semiosis en la producción, la circulación y el almacenamiento

Fuente: elaboración del autor

Por último, considerando el proceso de semiosis en el cual se insertan los documentos, la producción opera como la instancia cero de realización en tanto aquí y

ahora, pero se transforma en un pasado en relación con la etapa de comunicación del mensaje que lo reactualiza y el momento de almacenamiento o archivado del mismo. También, el documento en tanto proyección futura posee un atributo de memoria, articulado a su vez con un momento pretérito en calidad de reconexión evocativa. No obstante, la noción de descarte o destrucción de un documento se vincula con la idea de olvido que, en muchos casos, puede dar lugar a *damnatio memoriae*.

4. Aplicación de la Epigrafía del Paisaje al análisis de las tablillas *p i s a ḡ - d u b - b a*

En el siguiente acápite, emplearemos la Epigrafía del Paisaje al análisis de la documentación administrativa correspondiente a la Tercera Dinastía de Ur – en particular, a las denominadas *p i s a ḡ - d u b - b a* –, considerando los preceptos teóricos discutidos en los apartados anteriores. Por ello, procederemos a (a) la descripción de los componentes semántico-internos y sintáctico-estructurales de los documentos administrativos; (b) el abordaje vincular entre materialidad y textualidad observado a partir de los elementos específicos del punto anterior; y (c), como cuestión final, el análisis triádico entre agentes (humanos y no humanos), cosas (cultura material) y lugares.

4.1. Las tablillas *p i s a ḡ - d u b - b a*: descripción de los componentes semántico-internos y sintáctico-estructurales

El estudio de las tablillas *p i s a ḡ - d u b - b a*¹⁶ (n = 632 en BDTNS en Molina, 2002-), en cuanto tipología textual administrativa específica – teniendo en cuenta los rasgos que señalamos en el párrafo precedente –, nos servirá para entender el funcionamiento de las dinámicas propias de la producción, la circulación y el almacenamiento de textos, así como también, de qué manera se proyectaba la palabra escrita en el plano burocrático-estatal y quiénes eran los encargados de su respectivo control.

En relación a los aspectos semántico-internos y sintáctico-estructurales de toda *p i s a ḡ - d u b - b a*, las mismas adquieren su nombre debido a su íncipit, es decir, “cesta de tablillas” o “tablilla contenedora” en sumerio. Esto ocurre con otras tipologías documentales administrativas, tales como las *d i - t i l - l a*, cuya línea inicial se traduce como “caso resuelto”. Otro buen ejemplo son las denominadas *letter-order*, un tipo de

¹⁶ El trabajo fundamental sobre este tipo de tablillas es el de Richard Nelson (1976). Una discusión reciente sobre esta tipología documental está en Jacob L. Dahl (2021, pp. 24-37).

cartas de pocas líneas, las cuales contienen la forma verbal conjugada $u_3 - n a - a - d u_{11}$, literalmente, “cuando se lo hayas dicho” – generalmente, en la segunda línea, luego del antropónimo¹⁷. Si hacemos foco en los aspectos de índole semántico-internos y sintáctico-estructurales, una $p i s a \hat{g} - d u b - b a$ posee los siguientes elementos, de acuerdo a la información proveída por la tablilla Nisaba 22, 67 (BM 25935), procedente de Ġirsu y datada en el año Š 48¹⁸:

COMPONENTES SEMÁNTICO-INTERNOS	COMPONENTES SINTÁCTICO-ESTRUCTURALES
^{anv. 1.} Tablilla contenedora:	<i>Íncipit:</i> $p i s a \hat{g} - d u b - b a$
^{2.} en un saco de cuero: cerveza, harina y manteca.	Descripción y enumeración de objetos
^{3.} <i>Vía:</i> los mensajeros.	Agentes involucrados
^{4.} Desde el mes 1	Período de tiempo que abarca el documento (se utilizan los casos ablativo [-t a] y terminativo [-š e ₃] para expresar la duración)
^{rev. 1.} hasta el mes 11.	
^{2.} Son 11 meses (en total)	
^{3.} en Ĥurim.	Localización
^{4.} Se encuentran (en su interior).	Uso de la forma verbal $i_3 - g a l_2$
^{5.} Año: Š 48.	<i>Cierre:</i> datación del documento

4.2. Las tablillas $p i s a \hat{g} - d u b - b a$: descripción de las condiciones de materialidad y textualidad de los documentos

En lo referente a los aspectos alusivos a la ligazón entre materialidad y textualidad, y, reconociendo el planteamiento mencionado en el paso anterior, toda $p i s a \hat{g} - d u b - b a$ funciona como una etiqueta por excelencia, en la que se conjugan elementos propios del contenido escrito y, también, del soporte/objeto. Por consiguiente, las $p i s a \hat{g} - d u b - b a$ suponen un doble control en términos administrativos: por un lado, mediado por el soporte/objeto mismo, ya que se detallan las cantidades almacenadas en un tipo específico de recipiente, las cuales podían corresponder a un período temporalmente amplio (de meses o de uno a varios años), y, por otro, del agente del Estado encargado de verificar

¹⁷ El prefijo vocálico /²u/ –a diferencia de /²i/ y /²a/– sólo aparece en las formas verbales perfectivas. Una forma verbal con el prefijo /²u/ conforma una subordinada temporal a la siguiente oración y expresa una acción anterior, la cual puede ser traducida por “cuando” o “después” (Jagersma, 2010, p. 521; Zólyomi, 2017, p. 87). Seguramente, la expresión se utilizaría para marcar una orden más suavizada, a diferencia de las formas imperativas en sumerio (Jagersma, 2010, p. 526).

¹⁸ ^{anv. 1.} $p i s a \hat{g} - d u b - b a$ ^{2.} $\check{s} a_3 k u^{\check{s}} d u_{10} - g a n / k a \check{s} z i_3 u_3 i_3 - g i \check{s}$ ^{3.} $\hat{g} i r i_3 k a s_4 - k e_4 - n e$ ^{4.} $i t i b u r u_x - m a \check{s} - t a (= G A N_2)$ ^{rev. 1.} $i t i \check{s} e - K I N - k u_5 - \check{s} e_3$ ^{2.} $i t i l l - k a m$ ^{3.} $\check{s} a_3 \check{h} u - r i m_3 / k i$ ^{4.} $i_3 - g a l_2$ ^{5.} $m u \check{h} a - a r - \check{s} i^{k i} / \check{h} u - u r_5 - t i^{k i} b a - \check{h} u l$.

que determinadas operaciones productivas o de circulación de bienes se desarrollaran de forma eficiente. En cuanto a su dimensión material, las *pišaĝ-dub-ba* poseen dos orificios en el medio por el que se atravesaría una cuerda que luego se ataría en la parte superior de un recipiente. El reconocimiento de este tipo de tablillas contenedoras en cualquier contexto de excavación se daba por sus atributos específicos de textualidad: el íncipit, la cantidad reducida de líneas en el anverso y el reverso (entre 3 y 6 líneas la mayoría), y los orificios en ambos lados del artefacto.

Además, toda *pišaĝ-dub-ba* trazaba relaciones de inter-textualidad con otros documentos y, en simultáneo, de inter-materialidad con otros objetos. Es decir, las etiquetas manifestaban rasgos indiciales en cuanto a una temporalidad amplia – sean meses y/o años –, a partir de las cuestiones vinculadas al universo de la escritura, organizando el archivado documental, y, también, contribuían en la gestión de la producción, la circulación y el almacenamiento de bienes.

En síntesis, toda *pišaĝ-dub-ba* servía para agrupar y catalogar otros documentos que habían sido previamente almacenados en diferentes costales de cuero de manera mensual (Steinkeller, 2003b, p. 48; Molina, 2016, §31;). Así, se podían clasificar, concentrar y archivar diversos litigios resueltos – como en el caso de las *di-ti-la*¹⁹ – y/o de balances de cuenta (*niĝ₂-kaš₇*) correspondientes a varios meses y/o años. Por ejemplo, los documentos que registran envíos y/o entregas (*mu-ku_x*) – a pesar de que se los contabiliza en menor cantidad que los denominados ingresos o recibos (en calidad de “tablillas selladas” o *kišib*²⁰) – son recogidas en las *pišaĝ-dub-ba*. Se cuenta un total de 18 etiquetas que recogen entregas *mu-ku_x*. Al respecto, este tipo de textos constituyen un total de 5.567, de los cuales 3.168 provienen de Puzriš-Dagān, el sitio receptor de ganado y productos de origen animales de todo el Estado. De los 18 *pišaĝ-dub-ba* que se conservan, 6 corresponden a Umma y otras 3 a Puzriš-Dagān. En cambio, los denominados ingresos, registrados bajo la forma de *kišib* alcanzan un total de 20.034 documentos, de los cuales la mayoría proceden de Umma (*n* = 13.807), Ĝirsu (*n* = 3.906) y Puzriš-Dagān (*n* = 1.164). Entre los que figuran mencionados en las *pišaĝ-dub-ba*, sólo contamos con 108, tal vez porque la información de las tablillas *kišib* se volcaría

¹⁹ En el caso de las *pišaĝ-dub-ba* referentes a las *di-til-la*, se cuenta sólo con 10 ejemplares precedentes de Ĝirsu. De hecho, la mayor catidad de *di-til-la* (*n*=171) se corresponden con el mencionado archivo provincial (*n*=149), mientras que las restantes son de Umma (*n*=20) y Nippur (*n*=2).

²⁰ Eric Cripps (2017, p. 6 *et passim*), a partir de la variante epigráfica *kišib₃*, entiende a dicho vocablo como el sello cilindro en cuanto objeto. De todos modos, los sellos cilindros son reconocibles más por sus improntas (huellas) dejadas sobre las tablillas de arcilla antes que por el objeto en sí.

en balances de cuenta (niĝ₂-ka s₇). De estos documentos de ingresos, hay un grupo especial, las kišib dib-ba, de las que se computan sólo 33 (Umma, n = 32; Puzriš-Dagān, n = 1). Esta tipología textual puede entenderse como “*transferred receipt tablets*” (*sensu* Steinkeller, 2003b, p. 47, n. 9) o “*audited sealed document*” (*sensu* Cripps, 2017, p. 6 *et passim*), *i.e.*, documentos sellados que se enviaban entre oficinas menores o de estas a otras mayores – o a la principal – para realizar el balance final. Por ejemplo, en la tablilla BRM 3, 171 (MLC 2472 = BC 2419) procedente de Umma y datada entre los años ŠS 3 y ŠS 4 se plantea:

anv. 1. Tablilla contenedora: ⁴ se encuentran (en su interior) ² tablillas de ingreso selladas transferidas (sobre) los barcos ³ de Lusa'izu ⁵. (entre) el año ŠS 3 ⁶ y el año ŠS 4 ^{rev.} *en blanco*²¹

En el documento anterior, se menciona a Lusa'izu, cuyo nombre aparece en otros textos neo-sumerios de Umma como un escriba (dub-sar), y, en su sello cilindro personal, se establece su filiación (dumu a-ka-l-la). De esta manera, el estudio de los textos administrativos posibilita el abordaje de las profesiones de diferentes funcionarios del Estado, quienes manejaban los ingresos y egresos de las distintas oficinas (a nivel local y central). Sobre esta discusión, volveremos en el acápite siguiente.

Finalmente, la instancia previa al archivado de los documentos era asumida por las tablillas de balance (niĝ₂-ka s₇) (n = 1711), las cuales eran confeccionadas tanto por las oficinas menores al interior de cada unidad administrativa, así como por la oficina central. El mayor balance de cuenta del que tenemos indicios es la tablilla MVN 15, 390 (WAM 48.1767) (31,0 cm×305 cm× 0,50 cm) con 1.663 líneas que recoge información entre Š 37/iii/ y Š 37/vii/ (Steinkeller, 2013, pp. 363-364 *et passim*). En cuanto a las etiquetas pišaĝ-dub-ba que acopian información sumaria de niĝ₂-ka s₇, se cuenta únicamente con 119, la mayoría de Ĝirsu (n = 49), Umma (n = 26) y Puzriš-Dagān (n = 15). A propósito, la tablilla CUSAS 40-2, 602, procedente de Irisaĝrig, registra balances de cuenta entre AS 7 y AS 9.

²¹ anv. 1. pišaĝ-dub-ba ² kišib-dib-ba mar-sa ³ lu₂-sa₆-i₃-zu ⁴ i₃-gal₂ ⁵ mu si-ma-num₂^{ki} ba-ḥul ⁶ u₃ mu bad₃ mar-tu ba-du₃ ^{rev.} *en blanco*

anv. 1. Tablilla contenedora: 4. se encuentran (en su interior) 2. balances de cuenta 3. de Šū-Mama, el mayordomo. 5. Desde el mes 7 6. del año 7 (AS 7) rev. 1. hasta el mes 2 2. del año 9 (AS 9). 3. Son tres años (en total). 4. Son 20 meses (en total)²².

En el texto anterior, se contabilizan los balances de cuenta a cargo de Šū-Mama, llevados a cabo en un período de tres años (AS 7, 8 y 9) en el sitio de Irisağrig. Al indagar en otros textos administrativos, Šū-Mama, en calidad de mayordomo, se encargaba de recibir y registrar diversos tipos de productos (cereales, maderas, ganado, aves, entre otros).

4.3 Las tablillas p i s a ĝ - d u b - b a: análisis triádico entre agentes (humanos y no humanos), cosas (cultura material) y lugares

Como corolario del presente análisis, el último componente ligado a la Epigrafía del Paisaje apunta al abordaje triádico del proceso de semiosis integrado por (a) los agentes (humanos y no humanos), (b) las cosas (cultura material) y (c) los lugares (Figura 4). En los dos puntos previos, hemos considerado los aspectos ligados al contenido semántico-lexicográfico *per se* de los documentos y, también, a sus condiciones sintáctico-estructurales, planteando relaciones contextuales, metatextuales y materiales de existencia. Asimismo, hemos reflexionado sobre el diálogo entre inter-materialidad e inter-textualidad en relación a las tablillas p i s a ĝ - d u b - b a, teniendo en cuenta cómo las etiquetas podrían ser analizadas no sólo a partir de su contenido escritural por antonomasia, sino también por medio de las condiciones propias del soporte/objeto.

A partir de estos señalamientos, podemos arribar al tercer punto de nuestro análisis, el cual aparece sintetizado en la Figura 4, en la que se señalan ejemplos de la documentación administrativa neo-sumeria. El análisis triádico resultante ayuda a repensar el status que adquieren los documentos – tanto las p i s a ĝ - d u b - b a como las otras tipologías textuales – en calidad de elementos estructurantes de la relación pasado, presente y futuro, *i.e.*, en las dinámicas específicas de la producción, la circulación y el almacenamiento (de textos y objetos), las cuales son referenciadas en el plano escritural.

²² anv. 1. p i s a ĝ - d u b - b a 2. n i ĝ 2 - k a s 7 - a k a 3. š u - m a - m a a g r i g 4. i 3 - g a l 2 5. i t i e z e m - d š u l - g i 6. m u ħ u - u ħ 2 - n u - r i ^{ki} / b a - ħ u l - t [a] rev. 1. i t i š u - [g a r - g a l] 2. m u e [n ^d n a n n a] / k a r - z [i - d a b a - ħ u n - š e 3] 3. m u - b i m [u 3 - a m 3] 4. i t i - b i i t [i 2 0 - a m 3]

condiciones temporales y espaciales concretas de existencia. Asimismo, en cada una de las tres instancias mencionadas se puede efectuar una descripción del escenario en conexión a los agentes intervinientes: en principio, el *ma ški m*²³, el cual actuaba en función de alguna autoridad provincial o real, y cuyo vocablo ha sido traducido como “alguacil”, “comisario”, “fideicomisario”, entre otras acepciones posibles²⁴. Quizás, un término castellano que se podría ajustar al sentido original del lema, en el contexto burocrático neo-sumerio, fuera el de “notario”, es decir, el encargado de otorgar un carácter público a la documentación y, a su vez, de certificar la información suministrada por la misma. En segundo lugar, podemos aludir a los denominados escribas (*dub-sar*), quienes no sólo se encargaban de la confección del documento, sino que colocaban su sello particular (*kīšib*), autenticando los datos contenidos en él. Asimismo, diversos agentes del Estado podían asumir el rol de *ma ški m*, incluso, el mismo escriba podía ocupar dicho rol, tal como se evidencia en la tablilla CUSAS 3, 234, la cual está datada en ŠS 7/v²/- y procede de GARšana. Además, el documento presenta su envoltorio, el cual se encuentra sellado. En cuanto al contenido de la tablilla, refiere al envío de mujeres trabajadoras de parte de Šū-Kabta, quien ostenta el título de médico (*a-zu*) y sabemos que este habría gozado de una posición de alto rango en GARšana. El envoltorio de la misma contendría el mismo mensaje, pero no lo sabemos dado que el reverso se encuentra dañado. La importancia radica en que el escriba del texto, E’a-šar, se habría desempeñado como *ma ški m* (*e₂-a-šar dub-sar ma ški m*), dato que es aseverado por la información del sello desplegado sobre el envoltorio de la tablilla:

Sello 1. Šū-Kabta², el médico,³ hijo de Narām-ilī,⁴ secretario de los porteros.⁵
E’a-šar,⁶ el escriba,⁷ es su servidor²⁵.

En cuanto a la dimensión de (*b*) las cosas o la cultura material, podemos retomar algunas cuestiones planteadas en el punto 4.2, pero, en esta ocasión, reconociendo a los mismos documentos como parte constitutiva del registro contextual. Por consiguiente, además de los vínculos inter-materiales que conectan al contenido semántico-

²³ Sobre el rol del *ma ški m*, encontramos una amplia bibliografía. Al respecto, ver Setsuko Oh’e (1983), Dietz Otto Edzard y Frans A.M. Wiggerman (1987-1990), Walther Sallaberger (1999: 248-250), y Laura Culbertson (2009: 132 ss.), entre otros.

²⁴ Al respecto, ver Laura Culbertson (2009: 132 ss.), sobre las posibles traducciones del vocablo y la respectiva discusión bibliográfica.

²⁵ Sello 1. *šu-kab-ta₂* ². *a-zu* ³. *du mu na-ra-am-i₃-li₂* ⁴. *sukkal i₃-du₈* ⁵. *e₂-a-šar* ⁶. *dub-sar* ⁷. *ar ad₂-zu*.

lexicográfico de las tablillas *piša-gu-ba* con el mundo de los objetos – en este caso, con la producción, la circulación y el almacenamiento de bienes –, las etiquetas, también, forman parte del contexto y las actividades que desempeñaban los agentes del Estado.

De este modo, la reactivación del paisaje social a partir del análisis de las tablillas *piša-gu-ba* implica reflexionar sobre la reintegración de la documentación a su universo inicial de significación, el cual se habría quebrado a partir de la separación entre texto y contexto, devenido esto en la disociación disciplinar entre Filología/Historia, por un lado, y Arqueología, por otro. El reensamblaje social de todo documento a su contexto inicial implica, también, la comprensión de toda composición escritural como parte del universo de las cosas e, incluso, entender a la escritura como un objeto (discusión en Rede, 1996; Taylor, 2011; Cabrera, 2019). En el caso de las *piša-gu-ba*, su aspecto contextual las ubica en la esfera del archivado de documentos y, por tal motivo, en la etapa final del proceso de semiosis, activado primeramente con el ingreso de un bien en una oficina menor y su posterior destino a otra oficina menor o a una mayor.

En relación al tópico concerniente a (c) los lugares que se delimitan y/o proyectan a partir del análisis de la documentación de la Tercera Dinastía de Ur, podemos observar el solapamiento de dos lógicas diferenciales: por un lado, la correspondiente a la dimensión estatal, la cual despliega su hegemonía y, por otro, la concerniente a la dimensión local, subyugada y en tensión con la anterior. Por ello, la lógica estatal se valía de la incorporación a las prácticas discursivas del centro por la vía del consenso y/o la coerción, y, también, coaccionaba el ingreso a la misma red socioeconómica productiva, de circulación y almacenamiento de bienes. A partir de esto, podemos observar cómo se habría dado la integración de las distintas localidades y la proyección de un paisaje social mediado por el conjunto de prácticas discursivas que se materializaban en los documentos administrativos.

Este paisaje social, impuesto desde el centro, se forjaba a través de la maquinaria comunicativa articulada entre oficinas mayores y menores. De esta manera, teniendo en cuenta el impulso comunicativo inicial, cada una de las oficinas menores confeccionaban diferentes tablillas de ingresos selladas (*kišib*) que luego se volcaban en balances de cuenta (*ni-g₂-kas₇*) de estas mismas. Asimismo, podía existir una etapa previa vinculada con la entrega de productos desde el exterior de estas oficinas (*mu-ku_x*), a pesar de la cantidad reducida de esta tipología documental. Por otro lado, entre las oficinas menores se tiene evidencia de nodos de comunicación articulados por tablillas selladas de ingreso transferidas (*kišib-dib-ba*), las cuales a veces retornaban a su

contexto primario. El segundo punto de este proceso de circulación acontecía entre localidad y centro al que se le enviaba la información sumaria e, incluso, este último podía solicitar un detalle específico (vía *letter-order*) localizado en las instancias previas. Finalmente, todo se vertía en un último balance de cuenta elaborado por la oficina central, luego depositado en una cesta contenedora de tablillas rotulada con un p i s a ḡ - d u b - b a . El resultado era el armado del archivo provincial específico y la construcción de una memoria social elucubrada a partir de dicho corpus textual, la cual articulaba un proceso de semiosis de corta, media y larga duración.

5. *A modo de cierre*

Como cierre del presente artículo, podemos afirmar que la Epigrafía del Paisaje, en primer lugar, se sostiene en el diálogo interdisciplinario entre distintas perspectivas de análisis surgidas de los giros lingüístico, material-cultural y espacial. En particular, en el ámbito de los Estudios Orientales – y, con notable énfasis, en Asiriología – se reconoce una desarticulación y/o distanciamiento entre la información proveída por el registro filológico *stricto sensu* y la que procede de la dimensión de la cultura material. Por ello, a la hora de referirnos a los documentos mesopotámicos, hemos enfatizado la necesidad de marcar los tópicos alusivos tanto a la textualidad como a la materialidad de los mismos. En efecto, el contenido escritural por antonomasia – el texto – debe ponerse en diálogo con su contexto y con las formas de comunicación y/o circulación de la palabra que allí son activadas.

En el caso que aquí abordamos, las tablillas p i s a ḡ - d u b - b a no podrían ser estudiadas de forma aislada de otras tipologías textuales, dado que estas guardan un vínculo estrecho con el contenido de otros documentos, así como también, con el universo de los objetos concernientes a las esferas socioeconómicas de la producción, la circulación y el almacenamiento de bienes. Por ello, las p i s a ḡ - d u b - b a participaban activamente del edificio burocrático que sostenía la administración del Estado durante la Tercera Dinastía de Ur. Asimismo, este edificio burocrático, el cual gestionaba tanto en el plano local como el central el entramado socioeconómico neo-sumerio, era el resultado de una red de agentes estatales que se cristalizaba y expresaba a través del registro documental.

En suma, la documentación administrativa neo-sumeria disponible posibilita la reconstrucción de algunas de las dinámicas del paisaje social, en particular, las alusivas a

las modalidades propias de la redacción de los textos y las formas oficiales adoptadas para la circulación/comunicación de la palabra a partir de determinadas prácticas y, también, de otros dispositivos tecnológicos (sellos cilindros, envoltorios, entre otros). Estos últimos se manifestaron en calidad de tácticas discursivo-materiales que buscaban reforzar y/o legitimar el contenido del mensaje escrito, a la vez que contribuían en el despliegue y difusión de la palabra del Estado y, en simultáneo, se revelaban como la voz autorizada del centro sobre los poderes locales.

Recibido: 24/12/2021

Aprobado: 05/09/2022

BIBLIOGRAFÍA

- Appadurai, A. (1986). Introduction: Commodities and the Politics of Value. In A. Appadurai (Ed.), *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective* (pp. 3-63). Cambridge University Press.
- Bajtín, M. (2002 [1979]). *Estética de la creación verbal*. Siglo XXI.
- Cabrera, R. (2019). Entre cuñas, tablillas y escribas: la materialidad de los paisajes funerarios en Mesopotamia durante la Tercera Dinastía de Ur. *Revista del Museo de Antropología*, 12(2), 7-22. DOI: <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v12.n2.23526>
- Chapman, H. (2006). *Landscape Archaeology and GIS*. History Press.
- Chartier, R. (2006). Materialidad del texto, textualidad del libro. *Orbis Tertius: Revista de Teoría y Crítica Literaria*, 11(12). Recuperado de: http://163.10.30.53/ojs_viejo/index.php/OT/article/view/OTv11n12a01/3774
- Chartier, R. (2015). *La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur, xvie-xviii siècle* (Collection Folio histoire 243). Gallimard.
- Criado Boado, F. (1993). Límites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje. *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueología*, 2, 9-55.
- Criado Boado, F. (1999). *Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje* (CAPA 6). LAFC, Universidad de Santiago de Compostela.
- Cripps, E. (2017). The Structure of Prices in the Neo-Sumerian Economy (I): Barley: Silver Price Ratios. *Cuneiform Digital Library Journal*, 2. Recuperado de: http://www.cdli.ucla.edu/pubs/cdlj/2017/cdlj2017_002.html
- Culbertson, L. (2009). *Dispute Resolution in the Provincial Courts of the Third Dynasty of Ur*. Tesis de doctorado. University of Michigan.
- Dahl, J.L. (2021). 2. Archival Documents. In *Ur III Texts in the Schøyen Collection* (pp. 24-37). Penn State University Press.
- Edzard, D.O., & Wiggerman, F.A.M. (1987-1990). Maškim. *Reallexikon der Assyriologie und Vorderasiatischen Archäologie*, 7/5-6, 449-455.
- Foucault, M. (1984). Des espaces autres (conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars 1967). *Architecture, Mouvement, Continuité*, 5, 46-49.
- Garfinkle, S.J. (2005). Public versus Private in the Ancient Near East. In D.C. Snell (Ed.), *A Companion to the Ancient Near East* (pp. 384-396). Blackwell Publishing.
- Garfinkle, S.J. (2008). Was the Ur III State Bureaucratic? Patrimonialism and

- Bureaucracy in the Ur III Period. In S.J. Garfinkle & J.C. Johnson (Eds.), *The Growth of an Early State in Mesopotamia: Studies in Ur III Administration. Proceedings of the First and Second Ur III Workshops at the 49th and 51st Rencontre Assyriologique Internationale, London July 10, 2003 and Chicago July 19, 2005* (pp. 55-61) (BPOA 5). CSIC.
- Garfinkle, S.J. (2013). Ancient Near Eastern City-States. In P. Figiber Bang & W. Scheidel (Eds.), *The Oxford Handbook of the State in the Ancient Near East and Mediterranean* (94-119). Oxford University Press.
- Gelb, I.J. (1967). Approaches to the Study of Ancient Society. *Journal of the American Oriental Society*, 87, 1-8.
- Gelb, I.J. (1979). Household and Family in Early Mesopotamia. In E. Lipiński (Ed.), *State and Temple Economy in the Ancient Near East: Proceedings of the International Conference Organized by the Katholieke Universiteit Leuven from the 10th to the 14th of April 1978* (pp. 1-97) (OLA 5). Departement Oriëntalistiek, Katholieke Universiteit Leuven.
- Glassie, H. (1969). *Pattern in the Material Folk Culture of the Eastern United States*. University of Pennsylvania Press.
- Glassie, H. (1999). *Material Culture*. Indiana University Press.
- Gosden, C., & Marshall, Y. (1999). The Cultural Biography of Objects. *World Archaeology: The Cultural Biography of Objects*, 31(2), 169-178.
- Grégoire, J.-P. (1981). L'origine et le développement de la civilisation mésopotamienne du troisième millénaire avant notre ère. In C.-H. Breteau, C. Lacoste-Dujardin, C. Lefebure & N. Zagnoli (Eds.), *Production, pouvoir et parenté dans le monde méditerranéen de Sumer à nos jours* (pp. 27-101). Éditions Paul Geuthner.
- Hernando Gonzalo, A. (1999). El espacio no es necesariamente un lugar: en torno al concepto de espacio y a sus implicaciones en el estudio de la Prehistoria. *Arqueología espacial*, 21, 7-28.
- Hicks, D. (2010). The Material-Cultural Turn: Event And Effect. In D. Hicks & M.C. Beaudry (Eds.), *The Oxford Handbook of Material Culture Studies* (pp. 25-98). Oxford University Press.
- Hodder, I. (2011). Human-Thing Entanglement: Towards an Integrated Archaeological Perspective. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 17, 154-177. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2010.01674.x>
- Jagersma, B. (2010). *A Descriptive Grammar of Sumerian*. Tesis de doctorado. Universiteit Leiden.
- Liverani, M. (1988). *Antico Oriente. Storia, società, economia*. Gius. Laterza & Figli.

- Liverani, M. (2013). *Immaginare Babele. Due secoli di studi sulla città orientale antica.* Gius. Laterza & Figli.
- Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace.* Éditions Anthropos.
- Meskel, L. (2005). Introduction: Object Orientations. In L. Meskel (Ed.), *Archaeologies of Materiality* (pp. 1-17). Blackwell Publishing
- Miller, D. (2005). Materiality. An Introduction. In D. Miller (Ed.), *Materiality* (pp. 1-50) (Politics, History, and Culture). Duke University Press.
- Miller, D. (1987). *Material Culture and Mass Consumption.* Blackwell Publishing.
- Molina, M. (2002-) (Ed.). *BDTNS. Base de Datos de Textos Neosumerios.* Recuperado de: <http://bdts.filol.csic.es>
- Molina, M. (2008). The Corpus of Neo-Sumerian Tablets: an Overview. In S. J. Garfinkle & J. C. Johnson (Eds.), *The Growth of an Early State in Mesopotamia: Studies in Ur III Administration* (pp. 19-53) (BPOA 5). CSIC.
- Molina, M. (2016). Archives and Bookkeeping in Southern Mesopotamia during the Ur III Period. *Comptabilités. Revue d'histoire des comptabilités*, 8. Recuperado de: <http://journals.openedition.org/comptabilites/1980>
- Nelson, R.C. (1976). *Pisan-dub-ba Texts from the Sumerian Ur III Dynasty.* Tesis de doctorado. University of Minnesota.
- Oh'e, S. (1983). On the Function of the Maskim, I. *Acta Sumerologica*, 5, 113-126.
- Oppenheim, A.L. (1964 [1977]). *Ancient Mesopotamia: Portrait of a Dead Civilization.* University of Chicago Press.
- Peirce, C.S. (1931-1935). *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, v. 2, ed. de C. Hartshorne & P. Weiss. Harvard University Press.
- Piquette, K. E. & Whitehouse, R.D. (2013). Introduction: Developing an Approach to Writing as Material Practice. In K.E. Piquette & R.D. Whitehouse (Eds.), *Writing as Material Practice: Substance, Surface and Medium* (pp. 1-13). Ubiquity Press.
- Postgate, J.N. (1992). *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History.* Routledge.
- Preucel, R.W. (2006). *Archaeological Semiotics.* Blackwell.
- Radner, K. & E. Robson (Eds.) (2011). *The Oxford Handbook of Cuneiform Culture.* Oxford University Press.
- Rede, M. (1996). História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 4(1), 265-282.
- Rede, M. (2000-2001). Estudos de cultura material: uma vertente francesa. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 8(1), 281-291.

- Rede, M. (2007). Família e patrimônio fundiário: notas para o estudo da economia doméstica na antiga Mesopotâmia. *História e Economia. Revista Interdisciplinar*, 3(1), 71-102.
- Renger, J. (1995). Institutional, Communal, and Individual Ownership or Possession of Arable Land in Ancient Mesopotamia from the End of the Fourth to the End of the First Millennium B.C. *Chicago Kent Law Review*, 71(1), 269-319.
- Richardson, S. (2014). Mesopotamian Political History: The Perversities. *Journal of Ancient Near Eastern History*, 1(1), 61-93. DOI: <https://doi.org/10.1515/janeh-2013-0005>
- Salem, L., & Cabrera, R. (2021). ¿Ciencias malditas? Asiriología y Egiptología: metáforas coloniales, objetos y museos desde Sudamérica. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 29, 1-38. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e49>
- Sallaberger, W. (1993). *Der kultische Kalender der Ur-III-Zeit* (Untersuchungen zur Assyriologie und Vorderasiatischen Archäologie. Ergänzungsbände zur Zeitschrift für Assyriologie und Vorderasiatische Archäologie 7/1). Walter de Gruyter Inc.
- Sallaberger, W. (1999). Ur III-Zeit. In W. Sallaberger & A. Westenholz (Eds.), *Mesopotamien: Akkade-Zeit und III Dinastia de Ur-Zeit* (pp. 119-390) (OBO 160/3). Universitätsverlag Freiburg/Vandenhoeck & Ruprecht.
- Sallaberger, W., & Schrakamp, I. (Eds.) (2015). *History and Philology* (ARCANE 3). Brepols.
- Saussure, F. de. (1995 [1916]). *Curso de lingüística general*. Losada.
- Schloen, J.D. (2001). *The House of the Father as Fact and Symbol: Patrimonialism in Ugarit and the Ancient Near East* (SAHL 2). Eisenbrauns.
- Soja, E. (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Blackwell.
- Steinkeller, P. (2003a). An Ur III Manuscript of the Sumerian King List. In W. Sallaberger, K. Volk & A. Zgoll (Eds.), *Literatur, Politik und Recht in Mesopotamien: Festschrift für Claus Wilcke* (pp. 267-292). Harrasowitz.
- Steinkeller, P. (2003b). Archival Practices in Babylonia in the Third Millenium. In M. Brosius (Ed.), *Ancient Archives and Archival Traditions: Concepts of Record-Keeping in the Ancient World* (pp. 37-58). Oxford University Press.
- Steinkeller, P. (2004). The Function of Written Documentation in the Administrative Praxis of Early Babylonia. In M. Hudson & C. Wunsch (Eds.), *Creating Economic Order: Record-Keeping, Standardization, and the Development of Accounting in the Ancient Near East. A Colloquium Held at the British Museum, November 2000* (pp. 65-88) (ISCANEE 4). CDL.

- Steinkeller, P. (2013). Corvée Labor in Ur III Times. In S.J. Garfinkle & M. Molina (Eds.), *From the 21st Century B.C. to the 21st Century A.D. Proceedings of the International Conference on Sumerian Studies Held in Madrid 22-24 July 2010* (pp. 347-424). Eisenbrauns.
- Streck, M.P. (Ed.) (2017). Abkürzungen. *Reallexikon der Assyriologie und Vorderasiatischen Archäologie*, 15, iii-lxv.
- Taylor, J. (2011). Tablets as Artefacts, Scribes as Artisans. In K. Radner & E. Robson (Eds.), *Oxford Handbook of Cuneiform Culture* (pp. 5-31). Oxford University Press.
- Tilley, C. (1991). *Material Culture and Text: the Art of Ambiguity*. Routledge.
- Tilley, C. (1999). *Metaphor and Material Culture*. Blackwell.
- Tsouparopoulou, C. (2013). Reflections on Paratextual Markers and Graphic Devices in Ur III Administrative Documents. *Textual Cultures*, 8(2), 1-14. DOI: 10.14434/tc.v8i2.13276
- Tsouparopoulou, C. (2015). Spreading the Royal Word: The (Im)Materiality of Communication in Early Mesopotamia. In S. Enderwitz & R. Sauer (Eds.), *Communication and Materiality in Pre-Modern Societies* (pp. 7-23) (Materiale Textkulturen 8). Walter de Gruyter Inc.
- Ur, J. (2014). Households and the Emergence of Cities in Ancient Mesopotamia. *Cambridge Archaeological Journal*, 24(2), 249-268.
- Van de Mieroop, M. (1999). *Cuneiform Texts and the Writing of History*. Routledge.
- Veldhuis, N. (2011). Levels of Literacy. In K. Radner & E. Robson (Eds.), *The Oxford Handbook of Cuneiform Culture* (pp. 68-89). Oxford University Press.
- Wagstaff, J.M. (Ed.). (1987). *Landscape and Culture: Geographical and Archaeological Perspectives*. Blackwell.
- Yoffee, N. (2004). *Myths of the Archaic State: Evolution of the Earliest Cities, States and Civilizations*. Cambridge University Press.
- Zólyomi, G. (2017). *An Introduction to the Grammar of Sumerian*. Eötvös University Press.

**WRITING, SEALING, AND MANAGING.
AN APPROACH TO THE DOCUMENTARY SOURCES OF THE THIRD DYNASTY
OF UR FROM THE LANDSCAPE EPIGRAPHY**

ABSTRACT

In this article, we propose an approach to the administrative texts of the Third Dynasty of Ur in Mesopotamia (c. 2110-2003 BCE) – in particular, of the *pi sa ĝ - dub - ba* tablets – from a theoretical-methodological perspective that we will call Landscape Epigraphy. On the one hand, its importance lies in understanding documents in the same contexts of production, circulation, and storage, considering their semantic-internal and syntactic-structural components. On the other, it enables the understanding and recognition, based on a rigorous approach to administrative documentation, of (i) agents (human and non-human) along with their practices, (ii) objects/things (material culture), and (iii) places involved in shaping a social landscape. In the case of Lower Mesopotamia, the social landscape was composed of several provincial archives, which were subdivided into smaller and larger offices as regulators of different economic and political spheres of this period. Finally, the outlined theoretical-methodological perspective will contribute to the analysis of the Neo-Sumerian bureaucratic system, which would have been expressed through the messages contained in the documentary record and, in this way, it reinforced the legitimate voice of the center over local powers.

KEYWORDS

Landscape Epigraphy; Mesopotamia; Third Dynasty of Ur; administrative texts.

IV. ENSAIOS

UMA DÁDIVA DO NILO? MUDANÇAS CLIMÁTICAS, AS ORIGENS DA CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA E SUAS INTERAÇÕES NO NORDESTE AFRICANO

*Stuart Tyson Smith*¹

*Tradução de Rennan Lemos*²

RESUMO

Os pesquisadores de hoje se deparam, basicamente, com a mesma paisagem que Heródoto testemunhou no Egito e no norte do Sudão, uma estreita faixa verde alimentada pelo Nilo e rodeada pelo absoluto deserto. Essa ecologia peculiar continua desempenhando um papel central em modelos interpretativos acerca das origens do Estado egípcio antigo que diminuem as conexões africanas daquela sociedade. Da década de 1930 até os dias de hoje, porém, um grupo de exploradores do deserto e arqueólogos vêm documentando que, desde o período neolítico, grande parte do Saara tratava-se vasta campina com lagos sazonais e, possivelmente, permanentes. Este artigo discute dados produzidos por pesquisas recentes, incluindo a UCSB Dongola Reach Expedition e o UCSB-ASU Fourth Cataract Project. Essas pesquisas apontam para a existência de relações entre as culturas nilóticas do Alto Egito, o Saara e a Núbia sudanesa, demonstrando como essas interações, em combinação com mudanças climáticas resultando na dessecação do Saara, contribuíram para o rápido aparecimento do Estado egípcio, que continuaria mantendo fortes conexões em todo o nordeste africano.

¹ Professor Titular no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara (UCSB).

² Este artigo foi originalmente publicado no *Festschrift* de László Török, organizado por Bács, Bollók e Vida e publicado pela Academia Húngara de Ciências (2018). A presente versão em português foi preparada por Rennan Lemos com a permissão do autor, dos editores e da editora e revisada por Fábio Frizzo e Maria Thereza David João.

PALAVRAS-CHAVE

Egito; Nubia; África; Mudanças Climáticas; Conexões Interculturais;
Intercâmbio; Saara; Hannek; Acádia; Ginefab.

1. Introdução

O historiador grego Heródoto, provavelmente utilizando-se de Hecateu de Mileto, escreveu a célebre passagem:

Parece-me também que falam acertadamente sobre o seu território, pois, mesmo para quem não tenha ouvido falar, ao vê-lo, se tiver alguma sagacidade, é evidente que o Egito para o qual os helenos navegam é uma terra ganha pelos egípcios, que é uma dádiva do rio, também o é o território mais acima desse lago, até atingir uma distância de três dias de navegação; a respeito do qual os sacerdotes não acrescentaram nenhuma informação diferente, eles diziam ainda que em nada diferiam um do outro. Pois a natureza desse território do Egito a seguinte: em primeiro lugar, quando se navegava do mar em sua direção, existia um corredor de um dia de navegação que se afastava do continente; se uma sonda marítima for lançada e suspendermos a lama, haverá nela onze braças; isso evidencia que essa quantidade de terra estava depositada em seu leito.³

Apesar de termos informações acerca de uma ecologia bastante diferente durante o período de formação do Egito, essa percepção do vale do Nilo como uma região distinta e isolada continua a desempenhar um papel central em modelos interpretativos das origens e da natureza do Estado egípcio, incluindo seu alegado isolamento em relação ao resto da África. Este artigo discute dados produzidos por pesquisas recentes, incluindo dados da UCSB Dongola Reach Expedition and UCSB ASU Fourth Cataract Expedition, que apontam para interconexões entre as culturas do Alto Nilo egípcio, o Saara e a Núbia sudanesa, demonstrando como essas interações, em conjunto com mudanças climáticas que resultaram em uma pontual porém gradual dissecação do Saara, contribuíram para a formação do Estado faraônico como uma civilização fundamentalmente africana.

³ Nota do tradutor: Smith originalmente reproduziu esta passagem de Heródoto, *Histórias*, 2, 5 da tradução inglesa de Rawlinson e Blakeney (1964). Na presente versão em português, utilizamos a tradução para o português de Maria Aparecida de Oliveira Silva (2016).

A paisagem deste vale contraído, que se estendeu antes do habitante do Nilo, era na antiguidade, como é hoje, um tanto monótona. Os fundos nivelados do Nilo, a dádiva do rio, revestidos de verde rico, fechados por ambos os lados pelas falésias amarelas, não são aliviados por nenhuma elevação ou por nenhuma floresta. As areias dos desertos desolados que ficam atrás das paredes da ravina, deslizam pelas falésias, e muitas vezes invadem os campos verdes para que se possa ficar com um pé na verdura do vale e o outro na areia do deserto. Dessa maneira, nitidamente definido era o mundo do egípcio: um vale profundo e estreito de fertilidade incomparável, serpenteando entre desertos sem vida, fornecendo um ambiente notável, não encontrado em nenhum outro lugar do mundo. Tal ambiente reagiu poderosamente sobre a mente e o pensamento do egípcio, condicionando e determinando sua ideia do mundo e sua noção dos misteriosos poderes que o governavam (Breasted, 1923, p. 10).

Mesmo em publicações mais recentes o contexto ecológico do Egito antigo é retratado de forma semelhante à acima. Van de Mieroop, por exemplo, disserta:

Onde estão as fronteiras do antigo Egito? Os falando de árabe hoje usam o mesmo nome para designar o país moderno que os povos do Antigo Oriente Próximo usavam nos milênios antes de Cristo, Misr... Nós podemos imaginar [as fronteiras do antigo Egito] se tomarmos como ponto de partida o que sempre foi a fonte da vida daquele país, o Nilo... Da primeira catarata em Assuan até o Mediterrâneo, o Nilo é a essência do Egito, hoje e no passado... Cercado pelo deserto e pelo mar, o Egito possui um grau de isolamento que muitos países não têm (Van De Mieroop, 2011, p. 3).

De maneira similar, Anđelković revive um certo modelo circunscrito que parte da mesma premissa, caracterizando o vale do Nilo efetivamente como um "longo tubo" cercado pelo deserto absoluto que não permitiu qualquer movimento ou interações significantes de leste a oeste (Anđelković, 2011). Caracterizar o Egito dessa maneira, como um país isolado, circunscrito ao curso do Nilo, implica uma série de consequências. A primeira e mais importante é que este modelo separa a civilização egípcia da África e conecta o surgimento e o desenvolvimento do Estado e da sociedade do Egito antigo ao mundo mediterrânico como parte de um complexo Oriente Próximo. Perspectivas como

esta continuam a ignorar as descobertas arqueológicas no Saara e na Núbia que propõem um panorama ecológico e de dinâmicas culturais distinto para a emergência do Estado faraônico.

3. Mudanças Climáticas e as Origens do Egito

Cada vez mais, trabalhos arqueológicos no Saara, nos oásis, no Deserto Oriental e na Núbia sudanesa vêm contradizendo a perspectiva que assume um Egito isolado da África na antiguidade e circunscrito ao Nilo, especialmente durante o Neolítico, período que corresponde ao período formativo da civilização faraônica, mas também em períodos posteriores (Friedman, 2002). Os modelos isolacionistas ignoram ou encobrem a existência dos oásis (Figura 1), que são elementos proeminentes em narrativas clássicas e bem conhecidos pela documentação textual e arqueológica. Esses modelos também ignoram que, desde as décadas de 1920 e 1930, exploradores que cruzavam o Deserto Ocidental reconheceram que o Saara nem sempre foi o deserto absoluto que vemos hoje. Viajando por terra e ar, esses primeiros exploradores encontraram sítios arqueológicos e arte rupestre que apontam para uma ecologia bastante distinta no passado longínquo, um contraste dramático em relação às condições áridas extremas de hoje. Com base na distribuição de remanescentes arqueológicos e nos temas de pinturas rupestres como aquelas encontradas na Cavernas dos Nadadores em Gilf Kebir, László Almásy produziu um pioneiro e influente argumento a respeito da existência de uma fase úmida durante o Neolítico saariano (Almásy, 1940). Apesar de ter sido recebido com ceticismo, o modelo foi sustentado por pesquisas arqueológicas e reconstruções paleoclimáticas feitas por pesquisadores como Fred Wendorf e Romuald Schild, cujo trabalho em Nabta Playa e arredores transformou nossa percepção do Saara no período neolítico (Wendorf & Schild, 1998). Mais recentemente, as pesquisas arqueológicas e paleoclimáticas da equipe interdisciplinar liderada por Rudolf Kuper da Universidade de Colônia estabeleceu as bases para a reconstrução de longo prazo das mudanças climáticas no Saara, que incluíam chuvas de verão que assolavam o norte do Egito durante o Neolítico e produziam vastas campinas e lagos sazonais onde hoje existe um estéril deserto (Kuper & Kröpelin, 2006).

Com o fim da fase úmida e a gradual intensificação da aridez rumo ao sul entre 5300 e 3500 AEC, as populações do Saara se refugiaram na direção do Nilo em busca de uma fonte permanente de água. O desaparecimento de assentamentos no Egito fora dos oásis com o aparecimento do amplo deserto no Saara egípcio atingiu seu ápice durante o

Período Naqada, quando o Egito iniciou sua rápida trajetória em direção à emergência do Estado faraônico (Wendorf & Schild, 1998). O centro cerimonial pastoril em Nabta Playa foi ocupado até o final desse período e finalmente abandonado em cerca de 3200 AEC. Mesmo após esse processo, o Saara egípcio continuou sendo cruzado regularmente por caravanas de burros, muito provavelmente com a ajuda especializada de grupos nômades que ainda habitavam a região dos oásis. Nesse período, as chuvas ainda atingiam a Alta Núbia, no Sudão, onde os assentamentos saarianos ainda existiam, mas gradativamente movendo-se para o sul durante o terceiro e segundo milênios AEC. Refúgios como Gilf Kebir continuaram sendo ocupados até o final do Reino Antigo e teriam sustentado caravanas direcionadas ao sul e ao oeste. Assentamentos no Saara sudanês, como Uweinat, Laqiya e Wadi Howar poderiam ter oferecido suporte ao movimento de caravanas na região e, este último talvez tenha sido o destino de expedições comerciais vindas do Egito. Mesmo após a dessecação final, as rotas comerciais continuaram a existir no deserto absoluto do Saara.

O projeto ACACIA, liderado por Kuper, documentou o uso da rota de Abu Ballas, que transcorria do Oásis de Dakhla até Gilf Kebir e operava com base no estabelecimento e manutenção de depósitos de água em grandes recipientes, do Reino Antigo até o Período Greco-Romano. Caravanas de burros podem ter viajado em direção ao oeste, do Gil Kebir até o Oásis de Kufra, na Líbia, ou ao sul em direção à Uweinat, um oásis que oferecia uma fonte de água segura. As caravanas poderiam ainda ter viajado de Uweinat até as Montanhas de Ennedi ou mesmo tão ao sul quanto o Lago Chad e/ou Darfur e o Wadi Howar no oeste do Sudão (Kuper, 2001; Roe, 2005). Em teoria, a região de Darfur talvez possa ter sido alcançada através da rota que posteriormente seria denominada de Darb el-Arba'in, ou Caminho dos Quarenta Dias, que se estendia do Oásis de Kharga, passando por Selima e Laqiya. Essas rotas potencialmente deram aos egípcios acesso direto às savanas africanas e produtos como marfim, ébano, incenso e ao pigmeu que dança na narrativa de Harkhuf, datada do final do Reino Antigo (Figura 2) (Lichtheim, 1973).



Figura 2. Harkhuf em sua tumba em Assuã

Fonte: foto do autor

Mesmo que as secas tenham sido significantes no Neolítico tardio e no Pré-Dinástico, as interações entre o vale do Nilo e o Saara continuaram através dos oásis e de comunidades nômades pastoris em áreas adjacentes que ainda permaneciam suficientemente úmidas para serem habitáveis (Kröpelin & Kuper, 2006-2007). Riemer sugere que

as pessoas que ocupavam os oásis provavelmente eram as mesmas que partiam em direção ao deserto em períodos chuvosos. Essas pessoas constituíam um sistema difundido pelo deserto que formava a base dos elementos culturais que se distribuíram entre o deserto e o vale do Nilo (Riemer, 2008).

As condições ambientais modernas só chegaram ao Egito no final do terceiro milênio AEC, mil anos após a formação do Estado faraônico (Kuper 1989; Kröpelin & Kuper, 2006-2007). As mesmas condições ambientais não chegaram ao Sudão até mais ou menos 1200 AEC (Neuman, 1989; Kuper & Kröpelin, 2006-2007). Mesmo que o deserto tenha se tornado cada vez mais árido a partir do quinto milênio AEC, as ocupações dos oásis e de seus arredores permaneceram e a presença difundida de "Anéis de Clayton"⁴ no Saara egípcio e sudanês sugere que esta rede de contatos continuou a existir do Pré-Dinástico até o Reino Antigo (Reimer *et al.*, 2008). Além disso, o processo de mudança climática foi gradual, com as chuvas de verão ainda assolando o Saara núbio (extremo sul do Egito e norte do Sudão). A contínua condição pluvial na região fez com que sítios desérticos, como Nabta Playa e Bir Kiseiba, continuassem a ser ocupados por todo o Pré-Dinástico, o que facilitou as interações de norte a sul e de leste a oeste. A ocupação do Gilf Kebir continuou até o final do Reino Antigo e Uweinat segue sendo uma fonte de água até os dias atuais (Figura 1).

4. *O Complexo Pastoril do Nordeste Africano*

Os trabalhos discutidos anteriormente revolucionaram o nosso entendimento da região, contradizendo completamente a noção de que a civilização egípcia se desenvolveu em isolamento ao longo da estreita faixa verde às margens do Nilo e separada do restante do continente africano devido aos desertos estéreos que a circundavam. Na verdade, o fato de que o aumento das secas e da desertificação da região coincidirem com o final do Período Pré-Dinástico leva-nos a perguntar: como as mudanças climáticas na região podem ter contribuído para o surgimento do Estado faraônico no nordeste africano? Poucos estudiosos iniciais perceberam que o Egito estava conectado ao complexo pastoril

⁴ Ou Clayton Rings: vasos de cerâmica cônicos abertos em ambas as extremidades que aparecem amplamente no Saara associados a viagens pelo deserto. Ver <https://artsandculture.google.com/asset/a-desert-enigma-clayton-rings/-QGps3wj7Ps5IA?hl=en>

no nordeste da África durante o Neolítico e o Pré-Dinástico (5500-3100 AEC), uma ideia que tem sido recentemente retomada à luz das novas pesquisas. O mais notável desses estudiosos foi Henri Frankfort que, em 1948, sustentara que para entender a realeza e a religião egípcias é preciso fazer uso da etnografia de "grupos que são os verdadeiros sobreviventes do substrato africano oriental, do qual a cultura egípcia emergiu" (Frankfort, 1948, p. 6, 16, 70, 165, 202). Frankfort caracterizou a realeza e a religião egípcias como fundamentalmente distintas daquelas do Oriente Próximo e fortemente conectadas ao complexo pastoril do nordeste africano que sobrevivera em grupos nilóticos modernos como os Dinka.

Mais recentemente, vários pesquisadores passaram a incluir as mudanças climáticas em modelos de migração e difusão para sugerir que a civilização egípcia se originou no deserto, movendo-se em direção ao Nilo conforme as mudanças climáticas empurravam as chuvas de verão e as pastagens do Sahel cada vez mais para o sul. Com base em dados provenientes de Nabta Playa e arredores, Wendorf e Schild sustentaram que as sociedades de pastoreio de gado dependentes das pastagens e lagos sazonais, que caracterizam a fase úmida da região, eram mais complexas do que seus contemporâneos que habitavam o vale do Nilo. Com a evasão gradual das chuvas de verão para o sul, esses grupos sofisticados provavelmente moveram-se em direção ao Nilo, dando efetivamente início à civilização egípcia numa migração pontuada resultante de mudanças climáticas (Wendorf & Schild, 1998). Michael Hoffmann percebeu uma coincidência semelhante em Hierakompolis após realizaer mapeamentos regionais, que revelaram a coalescência gradual de assentamentos do deserto ao vale do Nilo durante o quarto milênio AEC (Hoffmann *et al.*, 1986). Fekri Hassan sugere que os muitos elementos associados ao pastoreio de gado na religião e iconografia egípcias, em última análise, são provenientes do deserto no fim da fase úmida, incluindo Hathor, deusa em forma de vaca, associada à ideia de fertilidade e uma das divindades mais importantes no âmbito estatal e privado (Hassan, 1992). Kuper e Kröpelin propõem interpretação semelhante, com base em seu vasto mapeamento do Saara ocidental (Kuper & Kröpelin, 2006).

David Wengrow e seus colegas, entretanto, argumentaram recentemente que o clima não foi o principal motivo pelo qual a civilização egípcia acabou se desenvolvendo. Eles sugerem que o pastoreio de gado durante a fase úmida não produziu uma cultura do deserto que migrou para o Nilo. Ao contrário, eles observam que:

... o que acabava sendo compartilhado por toda essa extensa região eram os materiais e as práticas—incluindo, e talvez especialmente, modos de práticas rituais—a partir dos quais construíram-se contrastes locais e identidades de grupo. Talvez seja precisamente a manutenção de diferenças locais em um contexto social compartilhado o que tenha impulsionado o aparecimento dessas uniformidades geograficamente expansivas e, em seu meio, as variações internas observadas em grupos cerâmicos e outros marcadores tradicionais de "culturas" arqueológicas (Wengrow *et al.*, 2014, p. 107).

Inicialmente, Wengrow rejeitou a noção defendida por Frankfort a respeito de um substrato africano, destacando suas conexões com a já superada hipótese hamítica e o desacreditado conceito de "sobrevivências", cujas bases podem ser encontradas no trabalho de antropólogos como Seligman com os pastoralistas nilóticos (Wengrow, 2003). Entretanto, a passagem acima deixa claro que o autor mudou de ideia, defendendo as origens da civilização egípcia como parte de uma "comunidade pastoril primeva" que apareceu no nordeste africano no quinto milênio AEC (ou mesmo antes), o que de certa forma ecoa a ideia de substrato africano defendida por Frankfort e sua ênfase na importância simbólica do gado na iconografia e teologia egípcias, mas se afasta das armadilhas postas por modelos antigos e já ultrapassados, tal como o conceito de "sobrevivências". Tal como notam Wengrow e seus colegas,

ao traçarmos a distribuição espacial e temporal de práticas culturais relacionadas ao corpo—sua pele e cabelo; seus conteúdos e substâncias diversas; suas emissões e cavidades; e sua passagem da vida à morte—é que potencialmente tornam-se evidentes os primórdios de um contexto africano distinto para a pré-história tardia do vale do Nilo (Wengrow *et al.*, 2014, p. 96).

Mesmo que eles subestimem o papel das mudanças climáticas nas origens da civilização faraônica, não há dúvidas que o período pluvial saariano é o que tornou possível esse complexo pastoril africano mais amplo e o seu declínio foi o que estimulou o rápido aumento da complexidade no Egito em linhas africanas e não próximo-orientais.

Os mapeamentos e escavações conduzidos no âmbito dos projetos da UCLA e UCSB na terceira e quarta cataratas do Nilo produziram uma modesta contribuição a esse

panorama. Nós documentamos sítios neolíticos no curso do rio na quarta catarata, incluindo um importante assentamento permanente utilizado do quinto ao terceiro milênio AEC em Ginefab. Neste sítio, detectamos áreas estratificadas com buracos de poste, poços e fornos e, possivelmente, um bucraneum ritualmente depositado (Figura 3). Sítios dos períodos neolítico e Kerma inicial se estendiam até o Saara e o Deserto Núbio (Oriental) na terceira catarata na região de Hannek (Herbst & Smith, 2014; Herbst & Smith, 2008; Smith & Herbst, 2005; Smith, 2003a).

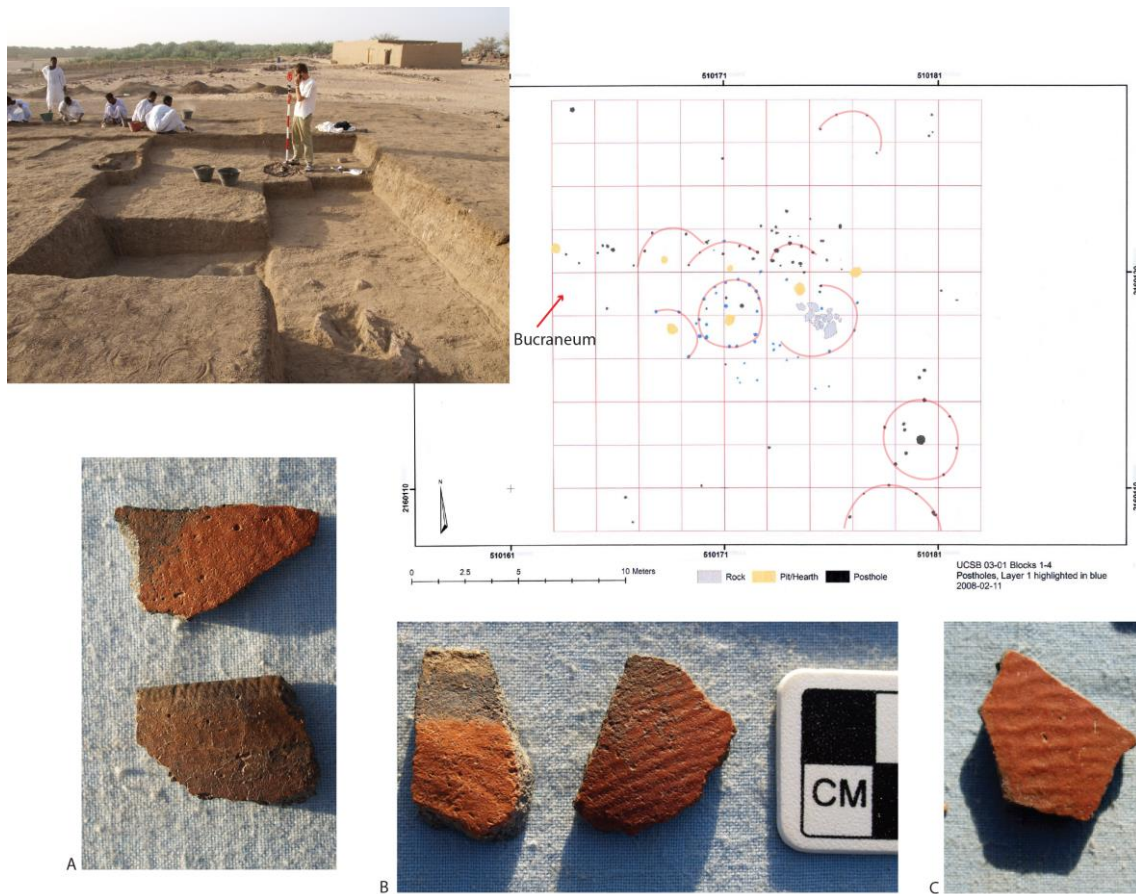


Figura 3. Remanescentes de estruturas de postes e fornos no assentamento neolítico de Ginefab, com exemplos de cerâmica de topo preto (A e B), polimento ondulado (A, B e C) e borda fresada (A), elementos que também aparecem no Egito.

Fonte: fotos do autor, planta baseada em original de Chris Sevara.

A cerâmica desses sítios inclui tipos muito difundidos, como *beakers* calciformes e também o uso de motivos decorativos que aparecem tanto no Pré-Dinástico egípcio quanto entre as tradições neolíticas núbias e no Grupo A, como as cerâmicas polidas de topo preto e corpo vermelho, bordas fresadas, impressões de pente, balancim e hachuras,

e a técnica muito específica de polimento ondulado (Williams, 2011). Cerâmicas polidas de topo preto e corpo vermelho primeiramente aparecem no oeste e no sul durante o sexto milênio AEC, somente ocorrendo no vale do Nilo conforme as chuvas moveram-se em direção ao sul durante o início do Pré-Dinástico ou Período Badariense. Manufaturadas sobre uma superfície marcada com balancim, as cerâmicas de polimento ondulado parecem ter se desenvolvido a partir dessa tradição, talvez numa ampla zona de interação que ia do Alto Egito, no norte, passando pelo oeste do Saara até a Núbia sudanesa, tão ao sul quanto Cartum (Riemer & Kindermann, 2008; Hassan, 1988).

Apesar de ser difícil determinar sua cronologia específica, as pinturas rupestres documentadas pelo nosso projeto na terceira e na quarta cataratas também nos permitem perceber um conjunto importante de interconexões no âmbito simbólico, que estão ligadas a este complexo mais amplo. Nessas representações, o gado é um motivo comum, podendo pertencer a períodos anteriores ou posteriores. Representações de fauna como girafas, rinocerontes e elefantes indicam a fase neolítica anterior à dessecação, que forçou esses animais a migrarem para o sul (Figura 4). Representações específicas descobertas pela nossa expedição na terceira catarata, como uma caçada de hipopótamo em Akkad ou um elefante representado sobre montanhas em Hannek, são muito semelhantes a representações dos períodos Pré-Dinástico tardio e Dinástico Inicial no Egito (Figuras 5 e 6). Uma representação de "elefante nas montanhas" similar à nossa aparece no colosso de Coptos, um dos primeiros monumentos religiosos do Egito, e pode significar uma forma inicial de nomear a região de Elefantina (Petrie & Hogarth, 1896, p. 8, pranchas III e IV). O mesmo tema foi recentemente detectado em Gebel Tjauti, ao longo uma rota pelo deserto nas redondezas de Tebas (Darnell & Darnell, 2002, prancha 17c). Mesmo que alguns dos elefantes sejam representados de forma bastante semelhante, as montanhas retilíneas e não arredondadas no nosso exemplo talvez estivessem ligadas a marcadores ao longo de rotas de comércio mais ou menos posteriores (cf. Kröpelin & Kuper, 2006-2007). O grafite da caçada do hipopótamo encontra paralelos no simbolismo pré-dinástico e, posteriormente, faraônico, ligado ao aniquilamento ritual do rei sobre as forças do caos apresentadas na forma animal do deus Seth, que matou Osíris e usurpou o trono, somente para ser derrotado por Hórus, personificado pelo rei em rituais até o fim da civilização egípcia. A iconografia do exemplo de Akkad é muito semelhante à de uma paleta pré-dinástica do período Naqada I, atualmente no Museu Egípcio de Estocolmo (Säve-Söderbergh, 1953, p. 18-19, Figura 8). Embora uma datação do período pré-dinástico seja provável, não podemos descartar uma datação posterior em vistas da longa duração e da

simplicidade desse tipo de motivo artístico. De todo modo, a descoberta desse motivo tão ao sul indica o seu papel compartilhado no amplo repertório simbólico do complexo cultural do nordeste africano.



Figura 4. Pinturas rupestres: A) bois sobre rinocerontes na quarta catarata; B) painel com gado e humanos no sítio de Akkad, na terceira catarata.

Fonte: fotos do autor

5. *O Egito como uma Civilização Africana*

Como eu espero ter demonstrado, a perspectiva, ainda muito arraigada na Egiptologia, de caracterizar o Egito como fortemente limitado por sua ecologia, tanto no seu período formativo quanto posteriormente, é baseada mais em observações modernas e preconceitos históricos do que em dados arqueológicos e paleoclimáticos reais. O resultado desta perspectiva foi a retirada do Egito de seu contexto nordestino africano e a construção da ideia de um Egito próximo-oriental ou mediterrânico. Consequentemente, o Egito nunca foi entendido como africano em suas esferas econômica, social e política. Na melhor das hipóteses, foi visto como uma encruzilhada que conectava o Oriente Próximo, o Mediterrâneo oriental e a África, o que, em última instância, implica aceitar que aquela região não faria realmente parte da África. Por exemplo, Van de Mieroop diz que:

...a sua relação com outros povos africanos não é óbvia, o que também é verdade quando se trata dos contatos do Egito com o resto da África. Mesmo que o antigo Egito estivesse claramente "na África", não era tão claramente 'da África'. As contribuições do Egito para outras culturas africanas são, na melhor das hipóteses, ambíguas e, em geral, as interações do Egito com regiões asiáticas eram mais próximas e mais evidentes (Van de Mieroop, 2011, p. 5).

Essa posição se baseia em tradicionais preconceitos egiptológicos a respeito das influências mútuas entre o Egito e o Oriente Próximo e suas culturas, privilegiando as interações do Egito com o norte ao mesmo tempo em que subestimam suas relações com outras partes da África. Por exemplo, os dois simpósios recentes "Egypt at its Origins" incluíram muito mais trabalhos e sessões focadas nas interações entre o norte do Egito e o Levante do que nas interações com culturas saarianas durante o Pré-Dinástico (Hendrickx & Adams, 2004; Mydant-Reynes *et al.*, 2008). A Núbia foi só mencionada brevemente, apesar das claras semelhanças na cultura material ao sul e o óbvio papel do Grupo A como uma organização política do mesmo nível, com um repertório simbólico compartilhado e um amplo comércio durante o período formativo de Naqada (Williams 1986; 2011; 2014).

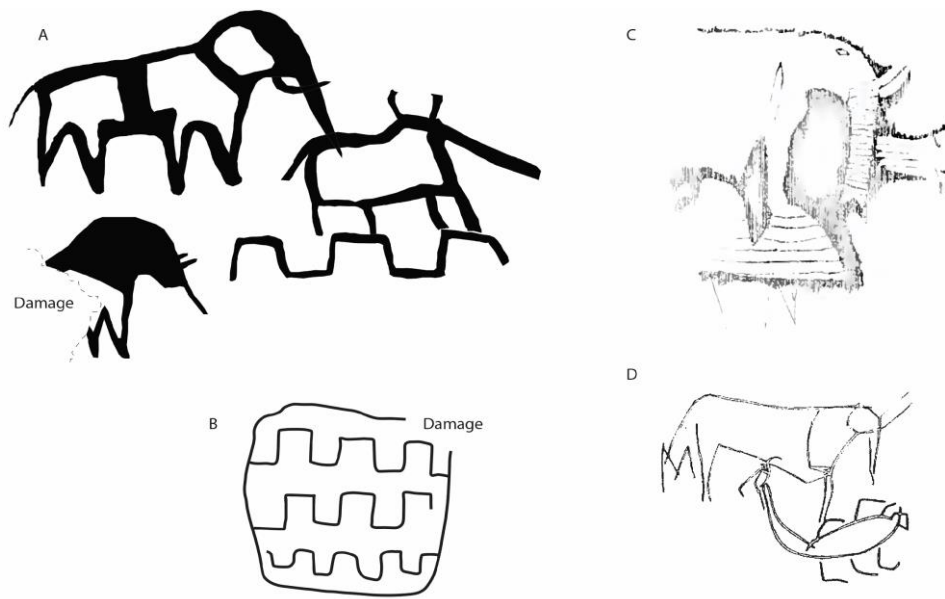


Figura 5. O tema do 'elefante na montanha':

A) em Hanek na terceira catarata (adaptado do desenho original de Bruce Williams); B) no colosso de Coptos (com base em Petrie e Hogarth 1896: prancha III); C) em grafite em Gebel Tjauti (com base em Darnell e Darnell 2002: prancha 17c); e D) motivo retangular em Galah el-Sheikh (Sdaptado de Kröpelin & Kuper, 2006–2007, Figura 11)

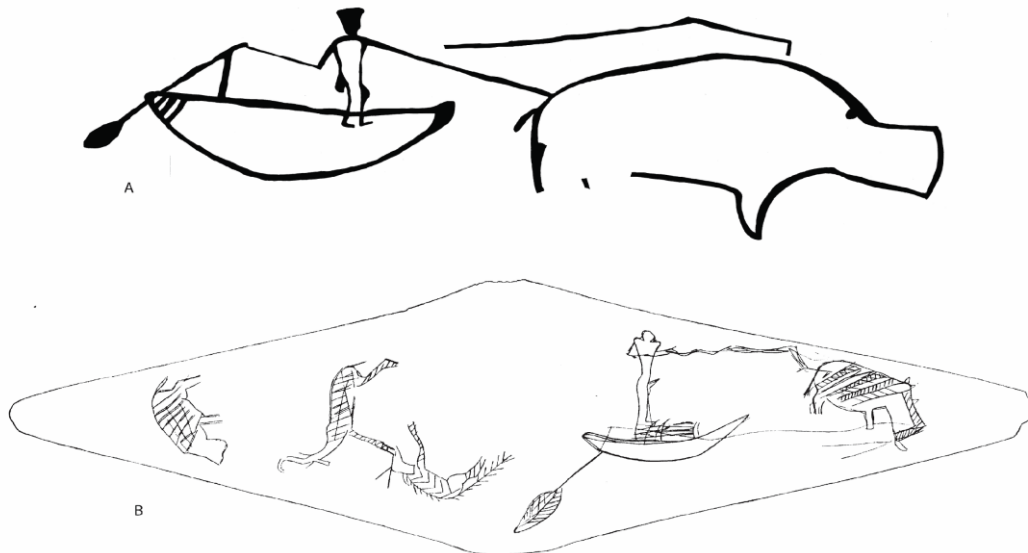


Figura 6. cena de caçada de hipopótamo do sítio de Akkad, na terceira catarata, encontrada próxima do painel com representações bovinas na figura 4B (adaptado do desenho original de Bruce Williams) e a cena de caçada de hipopótamo na paleta em Estocolmo (com base em Säve-Söderbergh 1953: figura 8)

Novamente, Frankfort foi extraordinário em sua rejeição inicial à influência do norte na emergência da civilização faraônica. Ao contrário da maioria dos egiptólogos (incluindo os de hoje), ele entendia a influência do Oriente Próximo na origem do Egito como fundamentalmente superficial e adaptável:

Nós observamos que o Egito, num período de intensificada criatividade, tornou-se familiarizado com os feitos da Mesopotâmia, os quais estimulou e cujos elementos que pareciam compatíveis com seus esforços adaptou ao seu próprio desenvolvimento rápido. Sobretudo transformou aquilo que tomou emprestado e, após certo tempo, rejeitou mesmo essas derivações modificadas (Frankfort, 1951, p. 84).

Por exemplo, enquanto a presença de serpopardos (leopardos ou leões com pescoço longo) na Paleta de Narmer indica um empréstimo da iconografia elamita, os símbolos egípcios e africanos na paleta foram muito mais duráveis, incluindo os elementos tomados do complexo pastoril, que se tornaram parte fundamental do repertório iconográfico faraônico, tal como a cauda do touro presa ao saiote do rei, a imagem híbrida da deusa bovina Bat e o touro que destrói as muralhas da cidade – talvez uma alusão inicial à metáfora do "touro forte" ligada ao rei (Figura 7).



Figura 7. A Paleta de Narmer

Fonte: domínio público

Se definirmos a extensão das conexões do Egito antigo e as principais rotas de comércio por toda a sua história dinástica, fica claro que não se sustenta a percepção egiptológica de uma civilização mais relacionada à Ásia ocidental e ao Mediterrâneo do que à África (Figura 1). Na verdade, o alcance do comércio e da diplomacia egípcios antigos é, grosso modo, comparável, em termos de extensão, em direção ao sudeste e ao nordeste, se este último não for maior. Poucos objetos egípcios foram encontrados no Egeu, mas itens de luxo semelhantes também foram achados na Etiópia e no Sudão, ao sul de Cartum, em sítios como Gebel Moya e Sennar (Phillips, 1997). De forma semelhante, são poucos os objetos egípcios – também itens de luxo – que foram encontrados no Levante, na Ásia ocidental. A influência egípcia esteve restrita a poucos sítios chave, como Biblos, Ugarit e Ebla e a objetos manufaturados em estilo internacional, o qual tomava diversos elementos da iconografia egípcia (Aruz, Benzel & Evans, 2009). O fenômeno da colonização era raro, circunstancial e confinado a uns poucos centros de controle, como Gaza e Beth Shean. Nós sabemos através de documentos textuais que o Estado egípcio mantinha relações diplomáticas e comerciais com regiões tão longínquas como a Babilônia e as civilizações minoica e micênica, mas o mesmo pode ser dito em relação a Punt, localizado nas atuais Eritreia ou Somália. Cerâmica micênica, minoica e levantina aparecem em grandes quantidades em vários períodos da história egípcia, mas, fora de sítios do delta do Nilo associados aos hicsos (especialmente Aváris), estavam restritas a recipientes de armazenamento que continham produtos valiosos, como óleos, incenso e vinho. Ao contrário, grandes quantidades de cerâmica núbica aparecem por todo o Egito em vários períodos, incluindo tanto cerâmicas finas, que podem ter usados como bens de troca, quanto cerâmicas domésticas e outros objetos. O mesmo ocorreu com práticas culturais associadas com a cultura Pan-Grave, o que indica a presença de pessoas que não estavam simplesmente visitando o Egito, mas sim tornaram-se emaranhadas com a cultura egípcia (Gatto, 2014a; Bourriau, 1991; Williams, 2014). A colonização no Reino Médio e no Reino Novo acarretou uma fortíssima influência egípcia na Núbia e uma complexa dinâmica de interações interculturais e influências mútuas, que contrasta com a presença colonial mais leve no Levante (Smith 2003b; Smith & Buzon, 2014; Buzon, Smith & Simonetti, 2016; Spencer, 2014).

De maneira semelhante, enquanto embarcações egípcias circulavam no Mediterrâneo oriental (que incluía entrepostos como Umm el-Rakham na costa norte africana), relatos de expedições comerciais, sítios arqueológicos e grafite no Saara

documentados por arqueólogos desde os anos 1920 demonstram que o comércio e a diplomacia egípcios não estavam confinados à costa, mas também penetravam profundamente o nordeste da África (Williams, 2014). Ellen Morris entende os oásis como ilhas no deserto, de forma semelhante às usadas na navegação no Mediterrâneo. Ela nota que ambos os contextos envolveriam um número relativamente pequeno de pessoas e implicariam um nível de dificuldade grande, assim como desafios logísticos que requereriam planejamento cuidadoso (Morris, 2011). O mesmo pode ser dito sobre a navegação costeira de cabotagem e sobre as rotas terrestres pelo Sinai até o Levante. Ainda que a Síria-Palestina não impusesse os mesmos tipos de dificuldades logísticas, viajar pela região ainda assim requereria contatos com diferentes portos/cidades para aprovisionamento e trocas, assim como conhecimento das rotas de norte a sul e de leste a oeste por terra e por água. Viajar pelo Nilo até a Núbia teria sido muito mais fácil por comparação. Apesar dos obstáculos impostos pelas cataratas, até muito recentemente, vastas frotas de barcos traziam tâmaras colhidas em Dongola, passando pela terceira, segunda e primeira cataratas, até o Egito todos os anos durante a cheia do Nilo (Gunn, 1929; Smith, 1976; Smith, 1995).

Apesar dos desafios logísticos, dados arqueológicos e epigráficos sugerem que expedições egípcias continuaram a viajar pelo Gilf Kebir, Uweinat e, potencialmente, pelo sul da Líbia, norte de Chad e/ou Darfur mesmo em períodos muito posteriores à chegada das condições climáticas modernas na região. Utilizando os oásis habitados como ponto de partida, toda uma cadeia de postos avançados e estações de abastecimento de água existiram durante o Reino Antigo, incluindo a extensão do sistema de wadis de el-Qaab a oeste da terceira catarata (Kröpelin & Kuper, 2006-2007). Tal como exposto anteriormente, mesmo o Gilf Kebir foi ocupado até o fim do Reino Antigo. A descoberta recente de um grafite do Reino Médio mencionando Yam em Uweinat, que fornece e uma fonte de água permanente para caravanas (Clayton, 2008), aumenta ainda mais o alcance da diplomacia e comércio egípcios durante o Reino Médio e final do Reino Antigo, tal como relatado por líderes de expedição que viviam em Assuã, como por exemplo Harkhuf (Lichtheim, 1973). É altamente improvável que qualquer um indo em direção à Núbia pelo Nilo tomasse uma rota tão à oeste (Williams, 2014). Além disso, uma rota desértica muito mais eficiente, o caminho de Elefantina, corria mais próxima ao Nilo e levava à Kerma, ao mesmo tempo em que evitaria problemas com os novos habitantes da Baixa Núbia ao viajar pela rota do deserto através dos oásis de Kurkur, Dunkul, Selima e Laqiya, talvez voltando para o Nilo a partir de Galah el-Sheikh pela rota norte-sul de Wadi el-

Qaab, um oásis que teria oferecido água e onde representações associadas a rotas desérticas do Reino Antigo foram encontrados, o que provavelmente indica uma parada no caminho (Kröpelin & Kuper, 2006-2007).

A existência da inscrição em Uweinat implica que a localidade/entidade política e parceira de troca, Yam, a qual O'Connor e outros egiptólogos sugerem localizar-se ao longo do Nilo, na Núbia, localizava-se, na verdade, no oeste da Líbia, Chad ou Darfur (O'Connor, 1986; contra Vercoutter, 1980; Arkell, 1961; Kröpelin & Kuper, 2006-2007; Davies, 2005; Cooper, 2012). Bruce Williams sugere que isto é totalmente coerente com relatos de Harkhuf, o líder expedicionário no final do Reino Antigo. Ele liderou pelo menos três expedições de sete a oito meses, viajando do Egito ao sudoeste, utilizando tanto rotas desérticas quanto nilóticas. Uma vez tomando a rota de Elefantina e chegando Yam, seja por Kerma ao sul do Wadi Howar ou diretamente através do oásis de Laqiya, às vezes explorando uma nova rota para Yam, talvez pela rota do Saara, e novamente pela rota dos oásis, muito provavelmente o caminho de Abu Ballas. Caso ele tenha viajado a sudoeste a parti de Dakhla, onde havia uma grande presença egípcia, para Gilf Kebir e Uweinat, ele poderia ter passado por Kufra, Ennedi ou Darfur, estabelecido relações diplomáticas e trocas, retornado a Kerma pelo Wadi Howar e, então, descido o Nilo, cruzando a Baixa Nubia até Elefantina. Este último percurso contando com a ajuda de um batedor de Kerma (Williams, 2014; Lichtheim, 1973).

Expedições egípcias continuaram a viajar pelo Gilf Kebir e Uweinat até o sul e o oeste do Reino Antigo em diante, muito posteriormente à instalação das modernas condições climáticas (Kröpelin & Kuper, 2006-2007; Förster, 2007; Clayton, 2008; Cooper 2012). Tal como mencionado anteriormente, um sistema semelhante de estações de abastecimento de água para caravanas de burros direcionadas a oeste ainda estava em operação no Período Greco-Romano, quase três mil anos após ter sido estabelecida ali. Se considerarmos toda a esfera de influências e relações comerciais egípcias antes do Período Greco-Romano, a influência do Egito no nordeste da África é indiscutivelmente maior e certamente não menor do que seu alcance no litoral do Mediterrâneo oriental e, mais amplamente, no oeste da Ásia. Uma viagem à Knossos tocando a costa mediterrânica cobriria mais ou menos 1300 km, mas, com aproximadamente 1500 km, a viagem à Punt pelo Mar Vermelho, saindo, no Reino Antigo, do porto de Wadi el-Jarf e, nos Reinos Médio e Novo, do porto de Mersa Gawasis, ultrapassaria ou igualaria aquela distância. De maneira similar, a jornada do delta do Nilo a Ebla era de 900 km, mais do que os

aproximadamente 600 km do Nilo a até Uweinat. Porém, se incluirmos a distância de Uweinat até Ennedi ou Darfur/Wadi Howar, a jornada aumentaria mais de 1000 km.⁵

O impacto do Egito e seu controle territorial sobre partes do nordeste africano também foram mais intensos e vastos. Em grande medida, os oásis integravam-se territorialmente ao Estado egípcio a partir do Reino Antigo, assim como a Núbia a partir dos Reinos Médio e Novo, uma área que supera em muito a ocupação mais efêmera do Levante, durante o Reino Novo, que nunca se estendeu além de Carquemis e foi, na melhor das hipóteses, tênue no Líbano e na Síria. A influência cultural e o impacto do Egito foi, sem sombra de dúvidas, mais forte na Núbia, mesmo que tenha sido adaptativa, tal como Lászlo Török persuasivamente defendeu (Török, 2008). Tal como mencionado anteriormente, objetos egípcios viajaram pelo menos até áreas tão distantes quanto Gebel Moya e Sennar, no Nilo Azul e no Nilo Branco, mas também até a Etiópia, em quantidades semelhantes às encontradas em áreas distantes ao norte, como o Egeu (Phillips, 1997). Ao contrário, os reinos de Napata e de Meróe adotaram um modelo faraônico de realeza, que adotou e integrou seletivamente tanto elementos do Egito do mesmo período, quanto aqueles introduzidos à Núbia durante o império do Reino Novo, como pirâmides, templos e cânones artísticos básicos (Smith, 1998; O'Connor, 1993; Török, 1995; Smith, 2013). Tal como Török defendeu, conceitos egípcios, estilos artísticos e cultura material foram integrados numa concepção de mundo núbia, mas essa transmissão de elementos para a civilização núbia não pode ser totalmente compreendida sem entendermos os elementos originais egípcios que os inspiraram (Török, 1997; 2008; 2009). O fato de que os núbios foram receptivos a tantos elementos culturais egípcios se deve, em parte, a sua longa história de interações e emaranhamentos, mas também talvez ao fato de que muitos desses elementos ressoavam a sua origem comum no contexto do complexo pastoril do nordeste da África – o "substrato africano" de Frankfort.

6. *Conclusões*

Wengrow e seus colegas corretamente defendem que modelos enfatizando mudanças climáticas, migrações e circunscrição como o motor principal da emergência da civilização faraônica são simplistas. Porém, a fase úmida saariana desempenhou um papel fundamental na origem de um complexo pastoril de criação de gado difundido no

⁵ Estimativas aproximadas usando Google Earth.

nordeste africano, permitindo que interações de oeste a leste e de sul a norte florescessem. Essa dinâmica generalizada no nordeste africano produziu um conjunto de elementos culturais interrelacionados, a partir dos quais emergiu a civilização egípcia faraônica. Elementos semelhantes em modernas culturas nilóticas pastoris, como os Shilluk, os Dinka e os Nuer podem ser vistos não como "sobrevivências" ou coincidências, mas como tradições compartilhadas com uma origem comum no passado profundo. Secas periódicas e a gradual dessecação do deserto ainda podem ter desempenhado um papel fundamental na origem do Estado faraônico, não necessariamente pelo tipo de difusão direta e movimento populacional brusco sugerido por alguns pesquisadores, mas sim ao resultar em uma maior concentração populacional e foco no Nilo, o que talvez tenha contribuído para o surgimento do Estado com seus distintivos elementos africanos pastoris.

O movimento de pessoas para o vale do Nilo em razão do clima, durante um longo período a partir de 5300 AEC, ainda pode oferecer o tipo de dinâmica populacional que poderia ajudar a explicar o rápido desenvolvimento do Estado em comparação com o surgimento gradual da complexidade e do urbanismo na Mesopotâmia. Uma análise bayesiana recente de datas radiocarbônicas do Pré-Dinástico condensa ainda mais a cronologia daquele período, particularmente sua fase formativa do Período Naqada, de uma maneira que enfatiza ainda mais a transição rápida do Egito para o nível de organização estatal. Os autores defendem que esses resultados destacam o fato de que "apesar da proximidade geográfica, as sociedades pré-históricas na África e na Ásia seguiram trajetórias muito diferentes rumo à centralização política" (Dee *et al.*, 2013). Numa comparação anterior, Baines e Yoffee detalharam vários contrastes significativos na natureza dos Estados faraônico e mesopotâmico, particularmente a organização mais difusa do poder na Mesopotâmia e a forte e centralizada instituição da realeza divina no Egito (Baines & Yoffee, 2000). Yoffee ainda caracterizou a ascensão rápida do Egito a uma forma política unificada e bem integrada como uma exceção na histórias dos primeiros Estados, que eram mais tipicamente organizados como entidades de mesmo nível, sistemas de cidades-Estado que compartilhavam um conjunto comum de instituições, como no caso da Mesopotâmia e do Egeu (Yoffee, 2005). O complexo pastoril do nordeste africano, de onde emergiu a civilização egípcia, provavelmente desempenhou um papel crucial na trajetória única do Egito, particularmente na emergência da realeza faraônica. O Egito compartilha outros elementos que são amplamente presentes no nordeste africano, mas não na Ásia ocidental, incluindo a natureza da prática ritual e outros elementos culturais como o uso de descansos de cabeça

(Celenko, 1996), a cauda de touro como símbolo da realeza e o uso de um pênis de touro seco em correspondência com o cetro *was* egípcio, como símbolo de poder (Schwabe & Gordon, 1988), o legado das raízes culturais compartilhadas durante um período de pastoralismo de alta mobilidade, que caracterizou a fase úmida saariana.

As interconexões que o Egito estabeleceu na África durante a fase pluvial não se encerraram quando as chuvas moveram-se ao sul. O Egito nunca esteve realmente isolado ao longo do Nilo. É importante reconhecer que o deserto não foi esvaziado; muitas pessoas continuaram a viver nos oásis e em outras áreas habitáveis no Saara e no Deserto Oriental/Núbia. Essas pessoas continuaram a possibilitar o movimento e o comércio, em alguns casos até o fim da civilização faraônica, quando condições super-áridas prevaleceram. Os próprios egípcios compensaram a falta de postos naturais de abastecimento de água com o estabelecimento de rotas para caravanas de burros partindo dos oásis, atravessando o Saara e potencialmente atingindo partes da Líbia e provavelmente Chad e/ou Darfur. Em paralelo às rotas comerciais mediterrâneas, as embarcações egípcias navegavam distâncias muito maiores no curso do Mar Vermelho até Punt, no Chifre da África, região que também poderia ser alcançada por terra pela Baixa Núbia, através da rota de Korosko e do delta do Gash, áreas habitadas por toda a história faraônica. De forma similar, tanto as rotas do deserto quanto as nilóticas solidificaram os emaranhamentos intensos entre o Egito e a civilização núbia – uma relação muito mais íntima do que as interações entre o Egito e o Levante. Certamente, o Egito se relacionava com o Oriente Próximo, mas eu sugeriria que esteve incrustado culturalmente de maneira mais profunda na África. Mesmo quando o deserto secou e os assentamentos se aglutinaram ao longo do Nilo, o Egito manteve interconexões e redes culturais e comerciais com a Núbia e outras partes da África, por meio de sua capacidade de atravessar extensões surpreendentemente vastas de deserto, apesar das mudanças climáticas de longo prazo.

AGRADECIMENTOS

As pesquisas e escavações na quarta catarata foram financiadas pela National Science Foundation (BCE-0647053) e pelo Packard Humanities Institute (07-1391, 07-1424 e 08-1472). Brenda Baker da Arizona State University co-dirigiu o projeto e George Herbst da UCSB supervisionou a escavação em Ginefab. O trabalho na terceira catarata em Hannek e Akkad foi financiado pela National Geographic Society e por meio de doações privadas, em particular a de James e da falecida Louise Bradbury. Agradeço a Hassan Idris e Abdelrahman Mohamed Ali, ex-diretores da National Corporation for Antiquities and Museums (NCAM) do Sudão e a El-Hassan Mohamed Ahmed, então diretor de escavações da NCAM e colaborador de pesquisa de longa data. Também gostaria de reconhecer as contribuições e o apoio ao trabalho na terceira catarata de Julie Anderson (British Museum), Bruce Williams (Oriental Institute, University of Chicago), David Edwards (University of Leicester) e Ali Osman M. Salih (University of Khartoum).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almásy, László (1940). *Unbekannte Sahara: mit flugzeug und auto in der Libyschen wüste*. 2. aufl. ed. Leipzig, F.A. Brockhaus.
- Andelković, Bransislav (2011). "3. Political Organizaiton of Egypt in the Predynastic Period." In *Before the pyramids: the origins of Egyptian civilization*, edited by Emily Teeter, p. 25-32. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago.
- Arkell, Anthony John (1961). *A history of the Sudan: from the earliest times to 1821* [2d ed. London: University of London, Athlone Press.
- Aruz, Joan, Kim Benze & Jean M. Evans (2009). *Beyond Babylon: art, trade, and diplomacy in the second millennium B.C.* New York, New Haven, Conn.: The Metropolitan Museum of Art and Yale University Press.
- Baines, John, and Norman Yoffee (2000). "Order, Legitimacy, and Wealth: Setting the Terms". In *Order, Legitimacy, and Wealth in Ancient States*, edited by Janet E. Richards and Mary Van Buren, p. 13-17. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourriau, Janine (1991). "Relations between Egypt and Kerma During the Middle and New Kingdoms". In *Egypt and Africa*, edited by W. Vivian Davies, p. 129-144. London: British Museum Press.
- Breasted, James Henry (1923). *A history of Egypt, from the earliest times to the Persian conquest*. 2d ed. New York: C. Scribner's sons.
- Buzon, Michele R., Stuart Tyson Smith & Antonio Simonetti (2016). "Entanglement and the Formation of the Ancient Nubian Napatan State". *American Anthropologist* 118 (2), p. 284-300. DOI: 10.1111/aman.12524.
- Celenko, Theodore (Ed.) (1996). *Egypt in Africa*. 1st ed. Indianapolis, Ind.: Indianapolis Museum of Art in cooperation with Indiana University Press.
- Clayton, Joseph (2008). "A hieroglyphic inscription found at Jebel Uweinat mentioning Yam and Tekhebet". *Sahara*, 19, p. 129-134.
- Cooper, Julien (2012). "Reconsidering the Location of Yam". *Journal of the American Research Center in Egypt*, 48, p. 1-21.
- Darnell, John Coleman & Deborah Darnell (2002). *Theban desert road survey in the Egyptian western desert*. Oriental Institute publications. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago.
- Davies, W. Vivian (2005). "Egypt and Nubia: Conflict with the Kingdom of Kush". In *Hatshepsut: From Queen to Pharaoh*, edited by Catharine H. Roehrig, p. 49-59. New Haven: Yale University Press.

- Dee, Michael, David Wengrow, Andrew Shortland, Alice Stevenson, Fiona Brock, Linus Girdland Flink & Christopher Bronk Ramsey (2013). *An absolute chronology for early Egypt using radiocarbon dating and Bayesian statistical modelling*. Proceedings of the Royal Society A 469 (2159). Accessed 2013-11-08. DOI:10.1098/rspa.2013.0395.
- Förster, Frank (2007). "With donkeys, jars and water bags into the Libyan Desert: the Abu Ballas Trail in the late Old Kingdom/First Intermediate Period". *British Museum Studies in Ancient Egypt and Sudan*, 7, p. 1-36.
- Frankfort, Henri (1948). *Kingship and the gods, a study of ancient Near Eastern religion as the integration of society & nature*. Oriental Institute essay. Chicago: University of Chicago Press.
- Frankfort, Henri (1951). *The birth of civilization in the Near East*. Bloomington: Indiana University Press.
- Friedman, Renée (2002). "Forward". In *Egypt and Nubia. Gifts of the Desert*. Edited by Renée Friedman, p. 133-155. London: British Museum Press.
- Gatto, Maria Carmela (2014a). "Cultural Entanglement at the Dwan of the Egyptian History: A View from the Nile First Cataract Region". *Origini XXXVI*, p. 93-124.
- Gatto, Maria Carmela (2014b). "Peripatetic Nomads Along the Nile: Unfolding the Nubian Pan-Grave Culture of the Second Intermediate Period". *Journal of Ancient Egyptian Interconnections* 6 (1), p. 11-28. DOI:10.2458/azu_jaei_v06i1_gatto.
- Griffiths, J. Gwyn (1966). "Hecataeus and Herodotus on "A Gift of the River". *Journal of Near Eastern Studies* 25 (1), p. 57-61.
- Gunn, Battiscombe (1929). "A Middle Kingdom Stela from Edfu". *Annales du Service des Antiquités de l'Égypte* 29, p. 5-14.
- Hassan, Fekri A. (1988). "The Predynastic of Egypt". *Journal of World Prehistory* 2 (2), p. 136-185.
- Hassan, Fekri A. (1992). "Primeval Goddess to Divine King: The Mythogenesis of Power in the Early Egyptian State". In *The Followers of Horus: Studies Dedicated to Michael Allen Hoffman 1944-1990*, edited by Renée Friedman and Barbara Adams. Oxford: Oxbow.
- Hendrickx, Stan & Barbara Adams (2004). *Egypt at its origins: studies in memory of Barbara Adams: proceedings of the international conference "Origin of the State, Predynastic and Early Dynastic Egypt"*. Krakow, 28 August - 1st September 2002, Orientalia Lovaniensia analecta. Leuven: Peeters en Departement Oosterse Studies.

- Herbst, George Arthur & Stuart Tyson Smith (2008). "Neolithic through Kerma settlement at Ginefab". In *Cahier de recherches de l'Institut de papyrologie et égyptologie de Lille*. Supplément 7. Actes de la 4e Conférence Internationale sur l'Archéologie de la 4e Cataracte du Nil, Villeneuve d'Asq, 22-23 juin 2007, edited by Brigitte Gratien, 203-216. Lille: Université Chales-de-Gaulle Lille 3.
- Herbst, George Arthur & Stuart Tyson Smith (2014). "Pre-Kerma Transition at the Nile Fourth Cataract: First Assessments of a Multi-component, Stratified Prehistoric Settlement in the UCSB/ASU Salvage Concession." In *Proceedings of the 12th International Conference for Nubian Studies*, edited by Derek A. Welsby and Julie Anderson. Leuven: Peeters.
- Hoffman, Michael Allen, Hany A. Hamrrouch & Ralph O. Allen (1986). "A Model of Urban Development for the Hierakonpolis Region from Predynastic through Old Kingdom Times". *Journal of the American Research Center in Egypt*, 23, p. 175-187. DOI: 10.2307/40001098.
- Kröpelin, Stefan & Rudolph kuper (2006-2007). "More Corridors to Africa". *Cahier de recherches de l'Institut de papyrologie et Égyptologie de Lille*, 26, p. 219-29.
- Kuper, Rudolph (Ed.) (1989). *Forschungen zur Umweltgeschichte der Ostsahara, Africa praehistorica 2*. Köln: Heinrich-Barth-Institut.
- Kuper, Rudolph (2001). "By donkey train to Kufra? How Mr Meri went west". *Antiquity*, 75 (290), p. 801-802.
- Kuper, Rudolph & Stefan Kröpelin (2006). "Climate-controlled Holocene occupation in the Sahara: motor of Africa's evolution". *Science* (New York, N.Y.), 313 (5788), p. 803-7.
- Lichtheim, Miriam (1973). *Ancient Egyptian Literature; a Book of Readings, vol. I: The Old and Middle Kingdoms*. Berkeley: University of California Press.
- Midant-Reynes, Béatrix, Yann Tristant, J. Rowland & Stan Hendrickx (2008). *Egypt at its origins 2: proceedings of the international conference "Origin of the State, Predynastic and Early Dynastic Egypt"*. Toulouse (France), 5th-8th September 2005, *Orientalia Lovaniensia analecta*. Leuven; Dudley, MA: Peeters.
- Morris, Ellen F. (2011). "Insularity and Island Identity in the Oases bordering Egypt's Great Sand Sea." In *Thebes and Beyond, Studies in Honor of Kent R. Weeks*, edited by Zahi A. Hawass and Salima Ikram, 127-144. Cairo: American University in Cairo Press.
- Neumann, K. 1989. "Holocene Vegetation in the Eastern Sahara: Charcoal from Prehistoric Sites." *The African Archaeological Review*, 7, p. 97-116.
- O'Connor, D. (1986). "The Locations of Yam and Kush and Their Historical Implications". *Journal of the American Research Center in Egypt*, p.26-50.

- O'Connor, D. (1993). *Ancient Nubia: Egypt's Rival in Africa*. Philadelphia: University Museum, University of Pennsylvania.
- Petrie, W. M. Flinders & D. G. Hogarth (1896). *Koptos*. London, B. Quaritch.
- Phillips, Jacke (1997). "Punt and Aksum: Egypt and the Horn of Africa". *Journal of African History*, 38, p. 423-457.
- Rawlinson, George & Edward Henry Blakeney (1964). *The histories of Herodotus*, *Everyman's library*, no. 405-406. London, New York: Dent; Dutton.
- Riemer, Heiko (2008). "Interactions between the desert and the Nile valley. Introduction". In *Egypt at its Origins 2. Proceedings of the International Conference "Origins of the State. Predynastic and Early Dynastic Egypt"*. Toulouse (France), 5th-8th September 2005, edited by Béatrix Midant-Reynes and Yann Tristant, p. 565-568. Leuven: Peeters.
- Riemer, Heiko & Karin Kindermann (2008). "Contacts between the Oasis and the Nile: A Résumé of the Abu Mhariq Plateau Survey 1995-2002". In *Egypt at its Origins 2. Proceedings of the International Conference "Origins of the State. Predynastic and Early Dynastic Egypt"*. Toulouse (France), 5th-8th September 2005, edited by Béatrix Midant-Reynes and Yann Tristant, p. 607-633. Leuven: Peeters.
- Riemer, Heiko, Nadia Pollath, Stephanie Nussbaum, Ines Teubner & Hubert Berke (2008). "El Kharafish. A Sheikh Mufdtah Desert Camp Site between the Oases and the Nile". In *Egypt at its Origins 2. Proceedings of the International Conference "Origins of the State. Predynastic and Early Dynastic Egypt"*. Toulouse (France), 5th-8th September 2005, edited by Béatrix Midant-Reynes and Yann Tristant, p. 585-608. Leuven: Peeters.
- Roe, Alan (2005). "The Old "Darb al Arbein" Caravan Route and Kharga Oasis in Antiquity". *Journal of the American Research Center in Egypt*, 42, p. 119-129. DOI: 10.2307/27651804.
- Säve-Söderbergh, Torgny (1953). *On Egyptian representations of hippopotamus hunting as a religious motive*. Vol. Appelbergs Boktryckeri, Horae Soederblomianae. Uppsala.
- Schwabe, Calvin W. & Andrew H. Gordon (1988). "The Egyptian w3s-Scepter and its Modern Analogues: uses in Animal Husbandry, Agriculture, and Surveying." *Agricultural History*, 62 (1), p. 61-89.
- Silva, Maria Aparecida de Oliveira (Trad.) (2016). *Heródoto. Livro II – Euterpe*. São Paulo: Edipro.
- Smith, H. S. (1976). *The fortress of Buhen: the inscriptions, Excavation memoir*. London: Egypt Exploration Society.
- Smith, Stuart Tyson (1995). *Askut in Nubia: The Economics and Ideology of Egyptian Imperialism in the Second Millennium BC*. London: Kegan Paul.

- Smith, Stuart Tyson (1998). "Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium B.C." In *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Center for Archaeological Investigations Occasional Paper 25., edited by James G. Cusick, p. 256-287. Carbondale: Southern Illinois University.
- Smith, Stuart Tyson (2003a). "The UCLA Dongola Reach Expedition, 1997-98 West Bank Surveys". *Kush*, 18, p. 157-172.
- Smith, Stuart Tyson (2003b). *Wretched Kush: ethnic identities and boundaries in Egypt's Nubian empire*. London, New York: Routledge.
- Smith, Stuart Tyson (2013). "Revenge of the Kushites: Assimilation and resistance in Egypt's New Kingdom empire and Nubian ascendancy over Egypt". In *Empires and Complexity: On the Crossroads of Archaeology*, edited by Gregory Areshian, p. 84-106. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology at UCLA.
- Smith, Stuart Tyson & Michele R. Buzon (2014). "Identity, commemoration and remembrance in colonial encounters: burials at Tombos during the Egyptian New Kingdom empire and its aftermath." In *Remembering and Commemorating the Dead: Recent Contributions in Bioarchaeology and Mortuary Analysis from the Ancient Near East*, edited by B Porter and A Boutin. Boulder: University Press of Colorado.
- Smith, Stuart Tyson & George Herbst (2005). "The UCSB West (Left) Bank Archaeological Survey from el-Kab to Mogratt". In *Proceedings of the Archaeology of the Fourth Nile Cataract*, edited by Henryk Paner and Stefan Jakobielski, p. 133-144. Gdansk: Archaeological Museum.
- Spencer, Neal (2014). "Creating and Re-Shaping Egypt in Kush: Responses at Amara West". *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, 6 (1), p. 42-61. DOI:10.2458/azu_jaei_v06i1_spencer.
- Török, László (1995). "The Emergence of the Kingdom of Kush and Her Myth of the State in the First Millennium BC". *Cahier de recherches de l'Institut de papyrologie et Égyptologie de Lille*, 17, p. 203-228.
- Török, László (1997). *The kingdom of Kush: handbook of the Napatan-Meroitic civilization, Handbuch der Orientalistik. Erste Abteilung, Nahe und der Mittlere Osten*. Leiden; New York: Brill.
- Török, László (2008). "From Chieftdom to "Segmentary State" in Meroitic Studies: A Personal View". In *Between the Cataracts: Proceedings of the 11th International Conference of Nubian Studies, 27 August – 2 September 2006*, edited by Włodzimierz Godlewski and Adam Lajtar, p. 149-178. Warsaw: Warsaw University.
- Török, László (2009). *Between two worlds: the frontier region between ancient Nubia and Egypt, 3700 BC-AD 500, Probleme der Ägyptologie*. Leiden: Brill.

- Van de Mieroop, Marc (2011). *A history of ancient Egypt, Blackwell history of the ancient world*. Chichester, West Sussex; Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Vercoutter, Jean (1980). "Le Pays Irem et la pénétration égyptienne en Afrique". In *Livre du Centenaire (1880-1980)*, edited by Jean Vercoutter, p. 157-178. Cairo: Institut français d'archéologie orientale.
- Wendorf, Fred & Romuald Schild. 1998. "Nabta Playa and its Role in Northeastern African Prehistory". *Journal of Anthropological Archaeology*, 17, p. 97-123.
- Wengrow, David (2003). "Landscapes of Knowledge, Idioms of Power: The African Foundations of Ancient Egyptian Civilization Reconsidered". In *Ancient Egypt in Africa, edited by David O'Connor and Andrew Reid*, p. 121-36. London: University College London.
- Wengrow, David, Michael Dee, Sarah Foster, Alice Stevenson & Christopher Bronk Ramsey (2014). "Cultural convergence in the Neolithic of the Nile Valley: a prehistoric perspective on Egypt's place in Africa". *Antiquity*, 88 (339), p. 95-111.
- Williams, Bruce B. (2011). "Relations between Egypt and Nubia in the Naqada Period". In *Before the pyramids: the origins of Egyptian civilization*, edited by Emily Teeter, p. 83-92. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago.
- Williams, Bruce B. (2014). "Some Geographical and Political Aspects to Relations between Egypt and Nubia in C-Group and Kerma Times, ca. 2500 – 1500 B.C." *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, 6 (1), p. 62-75.
DOI:10.2458/azu_jaei_v06i1_williams.
- Williams, Bruce B. (1986). *The A-Group Cemetery at Qustul: Cemetery L*. Chicago: University of Chicago Press.
- Yoffee, Norman (2005). *Myths of the archaic state: evolution of the earliest cities, states and civilizations*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press.

**GIFT OF THE NILE?
CLIMATE CHANGE, THE ORIGINS OF EGYPTIAN CIVILIZATION AND ITS
INTERACTIONS WITHIN NORTHEAST AFRICA**

ABSTRACT

Scholars today see the same basic landscape as Herodotus did before them in Egypt and northern Sudan, a narrow strip of green fed by the Nile and surrounded by an absolute desert. This distinctive ecology continues to play a central role in models for the origins of the ancient Egyptian state that downplay ancient Egypt's broader African interconnections. From the 1930's through the present day, however, a group of deep desert explorers and archaeologists have documented that during the Neolithic period much of the Sahara was a vast grassland with seasonal and perhaps permanent lakes. This paper discusses evidence from recent research, including data from the UCSB Dongola Reach Expedition and UCSB-ASU Fourth Cataract Project, that points to interlinkages between the cultures of the Upper Egyptian Nile, the Sahara and Sudanese Nubia, demonstrating how interaction combined with climate change in the form of a gradual desiccation of the Sahara contributed to the rapid emergence of the Egyptian state while maintaining robust connections across northeast Africa.

KEYWORDS

Egypt, Nubia, Africa, Climate Change, Intercultural Interactions, Trade, Sahara, Hannek, Akkad, Ginefab.

V. RESENHAS

**BURTON, PAUL J. *ROMAN IMPERIALISM*.
BRILL RESEARCH PERSPECTIVES IN ANCIENT HISTORY. VOLUME 2 (2).
LONDRES: BRILL, 2019, 120 P.**

*Rafael Scopacasa*¹

Alguns temas na historiografia sobre a antiguidade causam especial polêmica. Esse é certamente o caso do dito imperialismo romano. A complexidade da discussão e seu ritmo acelerado justificam o aparecimento de mais um manual, dessa vez da autoria de Paul J. Burton da *Australian National University*. O livro vem na sequência de títulos parecidos publicados recentemente, incluindo coletâneas (Hoyos, 2012) e compêndios de fontes (Erskine, 2010). Escrito numa linguagem clara e didática, o volume de Burton integra a coleção *Brill Research Perspectives*, de monografias curtas dedicadas a temas grandes nas humanidades.

Quando se fala em imperialismo romano, geralmente se quer dizer duas coisas: a expansão inicial do poder romano pelo Mediterrâneo através da guerra e da diplomacia, e/ou os mecanismos de administração e exploração das províncias a partir da república tardia. Burton reconhece, logo de início (p. 8), que a maior parte do livro é dedicada ao primeiro desses dois tópicos: os fatores que motivaram a expansão romana pelo Mediterrâneo durante a república média (350-150 a.C.) e a natureza do poder romano nesse primeiro momento. Há aqui um debate envolvendo dois campos, grosso modo: aqueles que veem Roma como um estado doentamente agressivo, militarizado, ganancioso e brutal, que pisoteou e extorquiou seus vizinhos na Itália e, depois, na África, Espanha, Grécia e Turquia; e aqueles que enxergam essa mesma Roma como um entre vários outros estados mediterrânicos igualmente agressivos, militarizados e brutais, mas que conseguiu se sobressair na vizinhança barra-pesada devido ao seu talento especial para converter inimigos em amigos (para uma “terceira via”, ver Terrenato 2019).

¹ Universidade de São Paulo. E-mail: rafaelsco@hotmail.com

É importante notar que Burton teve como orientador de doutorado um dos grandes nomes desse embate, o americano Arthur M. Eckstein, que se situa firmemente no segundo campo esboçado acima. O doutorado de Burton, que virou livro da *Cambridge University Press* (Burton, 2011), propõe que um fator essencial no sucesso dos romanos foi a sua capacidade de construir uma boa credibilidade internacional, graças a um código moral que os impelia a honrar compromissos assumidos com povos e comunidades com os quais firmavam laços de “amizade” (*amicitia*). Tal tese possui implicações para a maneira como Burton enxerga o poder romano, como ele próprio reconhece (p. 8). Mas isso não compromete absolutamente o seu papel de guia para estudantes de graduação e pós-graduação querendo familiarizar-se com as diferentes perspectivas, as fontes relevantes e suas possibilidades interpretativas.

Após uma breve Introdução resumindo a estrutura do livro, temos um segundo capítulo dedicado a teorias modernas do imperialismo (*Imperialism*). O intuito é sanar uma suposta falta de reflexão teórica sobre o conceito entre historiadores da antiguidade (p. 56). Começando pelas teorias de matriz marxista-leninista, que definem o imperialismo como fenômeno econômico, populares no estudo do mundo contemporâneo bem como do antigo – embora nem sempre invocadas explicitamente. Burton distancia-se desse tipo de perspectiva, questionando a noção amplamente aceita de que o neocolonialismo europeu foi movido por capitalistas em busca de mercados na África e Ásia (pp. 11-12). Na minha experiência, é bastante incomum encontrar um historiador da antiguidade fazendo referência ao trabalho de David Fieldhouse (1961), que nadou contra a corrente dizendo que o grosso do capital europeu entre 1870 e 1914 foi para os EUA, Austrália e Canadá e não para os trópicos. Joseph Schumpeter é outro teórico notado por Burton que buscou desvincular imperialismo de capitalismo, propondo que o neocolonialismo era o subproduto de guerras de conquista criadas por aristocracias feudais obsoletas e seu militarismo despropositado. Embora Burton pareça ser menos antipático a esse tipo de abordagem, ele se identifica com um terceiro grupo de teorias que denomina sistêmicas (pp. 15 ss.). Mais especificamente com duas perspectivas da área das Relações Internacionais, conhecidas como “neo-realista” e “construtivista”: a primeira vê a dominação de um estado sobre outros como resultado de competição por sobrevivência, enquanto a segunda enfatiza que tal competição não se dá apenas pela força mas também pela diplomacia. Ao listar as fraquezas dessa teoria, ele não menciona talvez a mais grave: o pressuposto de que estados são agentes históricos unitários, que se comportam quase como indivíduos dotados de instinto de sobrevivência. Há

controvérsias sobre até que ponto essa definição é válida para estados modernos, que dirá para comunidades políticas do Mediterrâneo antigo (ver Terrenato, 2019). O capítulo conclui com algumas definições conceituais seguindo o esquema de Michael Doyle (1986): num “império” um estado controla a política interna e externa de outros (para Burton, isso descreve o poder romano no ocidente bárbaro), enquanto numa “hegemonia” o estado dominante controla somente a política externa dos subordinados (o que caracterizaria a posição de Roma no Mediterrâneo oriental e norte da África, até pelo menos o século I a.C.).

O terceiro capítulo, *Roman imperialism*, é de longe o mais substancial, ocupando quase metade do volume inteiro. Aqui confronta-se o problema da expansão romana durante o período republicano e suas motivações: o que levou os romanos a criar um império? Eles tinham um plano de dominação mundial? Até que ponto esse processo foi o resultado de agressividade inata ou ganância? Como que os romanos trataram as comunidades que vieram a controlar e o que isso revela sobre as motivações deles? Burton está correto ao afirmar que essas são perguntas milenares, que tanto antigos quanto modernos buscaram responder.

A discussão sobre os autores greco-romanos (seção 3.1) explora a pluralidade de juízos e percepções que eles transmitem sobre o poder romano e sua formação. Leitores encontrarão aqui um elenco excelente de relatos antigos que mostram os romanos ora como manipuladores, destruidores e gananciosos, ora como contidos, responsáveis e benévolos. Políbio, por exemplo, afirma que os romanos formaram um plano de conquista mundial após a derrota de Aníbal em 201 a.C., mas ao mesmo tempo atribui as causas das guerras aos adversários de Roma ou ao puro acaso. Uma discussão brilhante é feita das críticas ao *imperium* romano na historiografia antiga. Burton considera reveladores os discursos anti-romanos atribuídos a líderes rebeldes como Boudicca/Boadicéia, a rainha bretã, e Cálgaco, o caledônio em cuja boca Tácito colocou a famosa frase “criam um deserto e chamam-no de paz”. Conclui-se que tais discursos, por mais apaixonados, tendem a focar nos romanos e no seu suposto caráter, e não tanto no império como fenômeno político. Outras visões negativas se referem a prejuízos morais que, segundo autores como Tito Lívio, a aquisição do império teria provocado nos conquistadores, como relaxamento, amolecimento, e entrega a luxos do oriente/Grécia. Ao fim, o foco nas fontes literárias e historiográficas acaba deixando um pouco de lado as percepções do poder romano que teriam se formado em outros contextos sociais, além do círculo dos autores greco-romanos de elite.

Também seletiva é a apreciação de estudiosos modernos (seções 3.2 e 3.3), que se resume ao âmbito da historiografia anglo-saxônica dos últimos 40 anos. Toma-se como ponto de partida o livro de William Harris (1979), com o qual “estudos modernos do imperialismo romano precisam começar” (p. 39; todas as citações são traduções minhas). Burton detecta a influência teórica de Schumpeter na maneira como Harris nos apresenta uma Roma republicana comandada por uma elite doentamente obcecada pela guerra, ela própria criadora dos conflitos que resultaram na expansão – uma verdadeira “máquina de guerra”. Sendo que os ganhos econômicos advindos da guerra (butim, terras, escravos) teriam intensificado esse círculo vicioso. Burton em seguida nos apresenta uma seleção bem específica de estudiosos que discordam dessa “tese Harris” de um modo ou de outro. Com a exceção de A. N. Sherwin-White, é de se notar que todos eles possuem vínculos acadêmicos muito estreitos: Arthur Eckstein, orientador de Burton; Erich Gruen, orientador de Eckstein em Berkeley; Robert Morstein-Marx, outro orientando de Gruen; além do próprio Burton. O autor identifica uma das primeiras grandes respostas a Harris no volumoso estudo de Gruen (1984), segundo o qual os próprios gregos arrastaram Roma pra dentro de suas disputas internas, inicialmente querendo manipular a força descomunal da república, mas acabando soterrados por ela. Robert Morstein-Marx (1995, quando ele se assinava “Kallet-Marx”), por sua vez, propôs que a interferência romana no mundo grego até o começo do século I a.C. foi minimalista, pois não teria havido real interesse em gerir assuntos internos de estados como a Macedônia e o reino selêucida. Como era de se esperar, Burton nos dá uma síntese cristalina das contribuições de Eckstein. Sobretudo de seu livro mais polêmico (2006), onde se argumenta que o estado romano dos séculos III e II a.C. não foi à guerra por opção e sim por necessidade, em uma realidade onde atacar e defender-se eram a mesma coisa; no Mediterrâneo antigo de Eckstein, não teria existido uma autoridade forte o suficiente para controlar o uso da violência entre as comunidades, de modo que cada uma tinha que se garantir atacando antes de ser atacada. É em vista dessa tese “mãe”, calcada na teoria neo-realista, que a contribuição do próprio Burton (2011) precisa ser compreendida, tanto que ele a apresenta logo em seguida. O sucesso romano numa realidade geopolítica tão volátil explica-se, segundo Burton, pela preocupação romana em manter uma reputação de honestidade. Graças a essa peculiaridade cultural, os romanos teriam conseguido controlar a sua própria agressividade, fazendo uma espécie de autopolicimento que lhes teria permitido acumular credibilidade, e logo autoridade, no plano internacional: “os romanos não conseguiram predominância simplesmente assumindo uma postura de predominância” (p.

69). Tal como Eckstein, Burton preocupa-se em ser explícito no uso de modelos e teorias. No caso, estamos diante da teoria construtivista das Relações Internacionais, que vê a realidade geopolítica como produto não somente da competição brutal por segurança entre estados (como quer o neo-realismo), mas também de discursos, ideias e palavras diplomáticas. A linguagem diplomática romana da amizade, argumenta Burton, teria ajudado a transformar a realidade geopolítica do Mediterrâneo. A tese encontra problemas, como aquelas ocasiões em que o conceito de amizade era usado pra definir relações muito desiguais – como no caso da cidade italiana de Capua, que teria se colocado totalmente à mercê do estado romano em 343 a.C. em troca de proteção dos ataques samnitas (Liv. 7.29-31). Mesmo assim, Burton tem o mérito de desafiar noções profundamente enraizadas na área, às vezes tratadas como verdade inquestionável. Por exemplo a visão um tanto cínica de Ernst Badian, de que os romanos usavam o discurso da amizade para mascarar seu tratamento desdenhoso e impiedoso de povos conquistados, os quais eles teriam, na verdade, considerado *clientes* e não *amici*.

Burton se esforça para apresentar, nesse terceiro capítulo, um balanço equilibrado da sua própria contribuição e dos três estudiosos que ele destaca em oposição a Harris: Gruen exagera ao jogar toda a responsabilidade da conquista da Grécia nos ombros dos gregos (pp. 47-49); Morstein (Kallet-)Marx subestima o caráter disruptivo das intervenções romanas na Ásia Menor durante o século II a.C., pois (raciocina Burton) somente um acúmulo de humilhações poderia ter causado o ressentimento virulento que explodiu com o grande massacre de 88 a.C. (pp. 53-56); Eckstein não dá atenção suficiente às especificidades internas dos estados mediterrânicos, as quais teriam influenciado a conduta geopolítica desses estados juntamente com forças externas/sistêmicas (pp. 63 ss.). Ao discutir críticas ao seu próprio trabalho, como a objeção de que o conceito de “amizade” é flexível demais para ser analiticamente válido (pp. 72-73), Burton aproveita pra responder a algumas resenhas do livro dele de 2011. Isso às vezes coloca a discussão num nível um tanto rarefeito para um manual desse tipo. Não deixa de ser admirável, contudo, a transparência com que ele identifica o seu próprio posicionamento e as objeções levantadas por outros.

De todo modo, o que mais salta aos olhos são as afinidades “anti-Harris” unindo esses autores que Burton escolhe destacar. Sobretudo a premissa de que predação romana agressiva não teria sido o fator determinante na formação do império, dado que as guerras não teriam sido muito lucrativas considerando os investimentos que demandavam; e junto com isso, a tendência a priorizar eventos militares e diplomáticos em detrimento de

processos econômicos e sociais estruturais. Em nenhum momento, por exemplo, Burton discute o trabalho de Keith Hopkins (1978) sobre as guerras de conquista como fonte de mão de obra escrava para as lavouras da elite romana na Itália. É certo que há controvérsias sobre até que ponto é possível concluir, como faz Hopkins, que a partir de 200-150 a.C. a política expansionista romana passou a servir primariamente aos interesses econômicos de um punhado de latifundiários escravocratas. Ainda assim, era de se esperar algum comentário. O problema da relação entre escravidão e império, aliás, fica um pouco marginalizado no volume como um todo. As escolhas de Burton fazem um certo sentido, quando lembramos que ele está na posição difícil de questionar a ortodoxia que é a tese Harris unida à contribuição de Hopkins. De todo modo, ele poderia ter discutido um pouco mais a fundo estudiosos que seguem essa visão dominante, como Peter Derow (mencionado pontualmente numa nota de rodapé na p.7) e Michael Crawford, que está ausente da bibliografia assim como Hopkins.

O quarto capítulo (*The diversification of the field*) é tão heterogêneo quanto o título sugere. Tem-se a impressão de que Burton juntou, aqui, tudo que ele considera relevante mas que não se encaixa no capítulo anterior. Não há um recorte cronológico ou temático claro, embora a discussão tenda a se concentrar no principado, quando o império já estava mais consolidado. A falta de foco é compensada pela riqueza de temas e abordagens discutidas, tais como a ideia de *soft power* romano (seção 4.1) e se havia ou não uma estratégia unificada de defesa das fronteiras a longo prazo (seção 4.2). Burton não crê que o império desenvolveu algo do tipo: uma sociedade pré-industrial simplesmente não teria tido o instrumental administrativo e técnico para atingir esse nível de eficácia de planejamento, vigilância e controle territorial. A seção 4.3, “Raça, identidade e romanização”, começa abordando as atitudes romanas perante o bárbaro. Burton classifica como pessimista a tese de Benjamin Isaac (2004), de que tais atitudes eram em sua maioria depreciativas, fundamentadas num determinismo ambiental que estaria na base do racismo europeu moderno. Contraponto é feito com Gruen (2011), para quem a visão romana do bárbaro era muitas vezes elogiosa, como no *Germania* do Tácito (embora Burton não compartilhe tanto do otimismo de Gruen, sobretudo em relação às opiniões romanas sobre os judeus: p. 85). Já a questão da romanização envolve uma bibliografia vasta demais para tratamento aprofundado no espaço de algumas páginas e Burton está ciente disso. Ele resume a narrativa já consagrada da ascensão e queda do conceito de romanização, desde sua origem no século XIX (quando foi pensado como uma espécie de missão civilizatória romana) até a sua desconstrução pós-colonial e/ou

tentativas de reabilitação nas mãos de estudiosos como Martin Millett, Peter Wells, Greg Woolf e David Mattingly. Ao fim (p. 89), ele elege como correta uma simplificação do modelo de Millett e Woolf elaborado nos anos 90: primeiro as elites provinciais emularam a cultura dos conquistadores romanos, e depois as camadas populares das províncias emularam suas elites romanizadas. Dada a realidade da dominação romana, essa teria sido a única escolha viável para os conquistados, elite ou não: “ausência de escolha não é (...) agência” (p. 90). Aqui fez falta um engajamento com bibliografia mais recente, que tem levado o debate sobre dinâmicas culturais no mundo romano para todo um outro nível, ao trabalhar com conceitos de conectividade e globalização (ver Morales e Silva, 2020). Na última seção, sobre “o fim do imperialismo romano” (4.4), Burton se apoia em toda uma vertente historiográfica para afirmar que o impulso expansionista continuou firme e forte durante a dita *pax romana*, porém mantido em xeque por novos fatores políticos. Os imperadores, afirma ele, não podiam se dar ao luxo de promover muitas guerras de conquista, pois tais ocasiões teriam fornecido oportunidades para outros generais conquistarem a estima do exército.

No quinto e último capítulo (*Conclusions*) Burton transmite sua própria perspectiva sobre o imperialismo romano em forma de narrativa síntese. Vários pontos são retomados e conectados entre si: preocupações de segurança movimentaram a expansão, já que Roma precisava assumir uma postura assertiva em meio a vizinhos assertivos (pp. 94, 97); os romanos tinham uma cultura belicosa como todo mundo, mas conseguiam controlar sua própria agressividade (pp. 96, 103); o poder romano se manifestou de maneiras diferentes nas províncias ocidentais e orientais (p. 100); quanto maior a resistência à dominação, mais brutal era a exploração por parte das autoridades romanas nas províncias, embora a tendência geral fosse de relativa moderação na exploração (pp. 102-103).

É uma narrativa eficaz e abrangente. Mas que tende a nos apresentar o império romano do ponto de vista dos que o conquistaram e governaram. Burton está certamente ciente disso, pois a um certo ponto ele observa que “a mudança bem-intencionada do foco de análise, dos dominadores para os dominados [rulers to subjects], é mesmo valiosa, porém parece anacrônica quando o assunto é sociedades antigas” (p.89). O que ele parece estar sugerindo é que o destaque aos marginalizados acabaria atribuindo a essas pessoas um grau de agência histórica que elas simplesmente não teriam tido numa realidade onde hierarquias eram brutalmente impostas. Novas abordagens estão mostrando que essa

visão precisa, no mínimo, ser reconsiderada (ver, por exemplo, Courier e Magalhães de Oliveira, 2021).

A história da formação do império romano vem sendo contada e recontada por mais de dois mil anos. Um olhar atento para a esmagadora maioria das pessoas envolvidas nesse processo –camponeses, pobres urbanos, pessoas escravizadas, entre tantas outras – além de importante em si mesmo, pode revelar alguns “impulsionadores de mudança histórica” (Bernard, 2021) bem diferentes daqueles com os quais estamos acostumados a pensar esse fenômeno sem igual.

Recebido: 02/05/2022

Aprovado: 22/06/2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernard, S. (2021) Review. *Journal of Roman Studies* 111. DOI: 10.1017/S0075435821000010
- Burton, Paul J. *Friendship and Empire: Roman Diplomacy and Imperialism in the Middle Republic (353–146 BC)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Courier, C.; Magalhães de Oliveria, J.C. (Orgs.) (2021) *Ancient History from Below*. London: Routledge.
- Doyle, M. W. (1986). *Empires*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Eckstein, A. M. (2006). *Mediterranean Anarchy, Interstate War and the Rise of Rome*. Berkeley: University of California Press.
- Erskine, A. (2010). *Roman Imperialism*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Fieldhouse, D. K. (1961). 'Imperialism': An Historiographical Revision. *Economic History Review* 14, p. 187–209.
- Gruen, E. S. (1984). *The Hellenistic World and the Coming of Rome*. Berkeley: University of California Press.
- Gruen, E. S. (2011). *Rethinking the Other in Antiquity*. Princeton: Princeton University Press.
- Harris, W. V. (1979). *War and Imperialism in Republican Rome, 327–70 B.C.* Oxford: Clarendon Press.
- Hopkins, K. (1978). *Conquerors and Slaves*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoyos, D. (org) (2012). *A Companion to Roman Imperialism*. Leiden: Brill.
- Isaac, B. H. (2004). *The Invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton: Princeton University Press.
- Kallet-Marx, R. M. (1995). *Hegemony to Empire: The Development of the Roman Imperium in the East from 148 to 62 B.C.* Berkeley: University of California Press.
- Morales, F. A.; Silva, U. G. (2020). História antiga e história global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 40, nº 83 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472020v40n83-06>
- Terrenato, N. (2019). *The Early Roman Expansion into Italy: Elite Negotiation and Family Agendas*. Cambridge: Cambridge University Press.

**OVERTOOM, NIKOLAUS LEO. *THE RISE OF THE PARTHIAN EMPIRE*
IN THE HELLENISTIC MIDDLE EAST.
OXFORD: THE UNIVERSITY PRESS, 2020, 396 P.**

Henrique Modanez de Sant'Anna¹

O Império Parta tem sido objeto de curiosidade e mal-entendidos acadêmicos pelo menos desde a obra de Edward Gibbon. Segundo ele, os partas eram “uma tribo obscura de origem cita” e os protagonistas históricos de um “longo intervalo de obscurantismo” que antecipa a ascensão da Pérsia sob os Sassânidas. Mais de 150 anos após a publicação de sua obra, os partas continuaram a ser retratados negativamente. Ronald Syme (1939), por exemplo, argumenta que o reino parta, “embora duro para um invasor e esquivo por sua própria falta de ordem e coesão, não era forte na guerra nem agressivo na política. Adulação, perversidade ou ignorância podiam elevar a Pártia a um império rival de Roma: ela não suportaria o julgamento das armas – ou mesmo o da diplomacia” (p.302). Embora a obra de Syme seja relevante para os estudos da Roma antiga, apresenta compreensão insuficiente, datada e, infelizmente, ainda hoje bastante comum sobre o Irã antigo.

É contra esse tipo de panorama historiográfico que estudos recentes sobre o Oriente helenístico ganham força. O livro de Overtoom é o melhor exemplo da atenção histórica que eles merecem não apenas por sua participação na história de Roma, mas especialmente por sua própria contribuição para a história do Oriente helenístico. Como argumentado corretamente pelo autor (p. xv), “sua capacidade de sobreviver às inúmeras ameaças que enfrentaram no Oriente Médio helenístico e, com efeito, de prosperar em um ambiente tão competitivo e hostil é um verdadeiro feito”. Os partas devem, portanto, ser considerados por seus próprios méritos ao invés de serem continuamente interpretados como “uma obscura tribo de origem cita” ou um reino de homens ímpios e inescrupulosos que viviam à margem de Roma. Tendo essa premissa em mente, podemos agora passar à análise mais minuciosa da estrutura da obra e dos argumentos desenvolvidos por Overtoom.

¹ Universidade de Brasília. E-mail: modanez@unb.br

O livro fornece sete mapas (Mapa 1: Rios e montanhas importantes; Mapa 2: Regiões importantes; Mapa 3: Cidades importantes a leste; Mapa 4: Cidades importantes a oeste; Mapa 5: O Império Selêucida c. 280 A.E.C.; Mapa 6: O Oriente Médio helenístico por volta de 140 A.E.C.; Mapa 7: O Império Parta por volta de 87 A.E.C.); uma linha do tempo abrangente desde a morte de Alexandre na Babilônia até a ascensão de Mitridates III em 87 A.E.C.; uma árvore genealógica dos primeiros Arsácidas; e uma lista de 91 fontes literárias gregas e romanas, incluindo fragmentos e autores/obras menos conhecidos/as, tais como Flégon de Trales (c. séc. II E.C.), Cosme Indicopleustes (meados do séc. V E.C.), o bispo armênio Sebeos (c. sec. VII E.C.), e a obra conhecida como *Excerpta Latina Barbari* (meados do sec. VIII E.C.). Mais importante ainda, fornece uma seleção de trinta moedas de Ársaces I (248 / 247-211 A.E.C.) a Ársaces XIV “Mitridates III” (87-80 A.E.C.): um hemidracma de prata e três dracmas de prata de Nisa; seis dracmas de prata de Ragae; uma peça de bronze e cinco dracmas de prata de Hecatôm pilo; um dracma de prata do Sírinx; um dracma de prata de casa da moeda desconhecida; um octóbolo de bronze, um óbolo de prata e dois dracmas de prata de Ecbátana; seis tetradracmas de prata e um dracma de prata de Selêucia; e um dracma de prata de Margiane.

Estruturado em seis capítulos, além de uma longa introdução voltada ao debate sobre a situação das fontes antigas e às teorias aplicáveis ao caso parta (a exemplo das teorias modernas das relações internacionais), o estudo de Overtoom lida com os seguintes temas centrais: a ascensão dos partas no Oriente Médio (cap. 1); a emergência de um Estado parta (cap. 2); a retaliação dos Selêucidas e do novo Império Bactriano (cap. 3); o declínio da Bactria e a ascensão da Pártia (cap. 4); o ápice da rivalidade entre Selêucidas e partas (cap. 5), e a hegemonia parta (cap. 6). Somados a essa estrutura, estão uma bibliografia não comentada de mais de cinquenta páginas e um generoso índice remissivo.

O primeiro capítulo, intitulado *From Migrants to Masters of the Middle East*, discute a chamada excepcionalidade parta nos termos da adaptabilidade de sua sociedade, ou mesmo de uma “versatilidade social” em simbiose histórica com seu imperialismo. Afinal, embora retratados como uma tribo cita, historicamente são compreendidos como “um amálgama de elementos nômades, persas e gregos” (p. 30) Tais traços são vistos em particular nas transformações de sua cunhagem, arte e literatura, que documentam uma sociedade multicultural, multilinguística e multirreligiosa, bem como uma ideologia imperial flexível. Com sua identidade única no mundo helenístico, criaram também uma

divisão territorial inovadora: “dividiram seu império em dezoito distritos e designaram reis vassalos ou governadores (*shahrdars*) para administrar essas regiões” (p.35), impulsionando ainda um sistema de vassalagem que garantia autonomia suficiente para o gerenciamento das províncias sem proliferar revoltas em razão de uma centralização opressora. Assim, muitas das responsabilidades e custos de manutenção eram transferidos aos “vassalos” (p.36), num estilo que em muito lembra o funcionamento do extinto Império Aquemênida.

Outro ponto discutido no primeiro capítulo é a arte de guerrear dos partas. Talvez o alvo favorito de numerosos *topoi* ao longo da história, sua arte da guerra testemunhou uma série de inovações relevantes no mundo antigo: a introdução e manutenção de táticas e estratégias de ataque e retirada baseadas no uso de cavalaria nômade, das quais destacam-se as que Overtoom agrupa como parte de um modo assimétrico de combater (p. 38); a logística apurada de um exército atípico e eficiente. Sobre a última, Overtoom é categórico: “o estabelecimento de uma forte identidade militar e infraestrutura sob os primeiros Arsácidas e a implementação de um sistema logístico para reabastecer seus arqueiros a cavalo, juntamente com o desenvolvimento da cavalaria pesada possivelmente mais devastadora e versátil do mundo nesse período, fizeram com que as forças partas se tornassem mais sustentáveis em campanha e em batalha do que seus contemporâneos nômades” (p. 46)

O segundo capítulo, intitulado *The Emergence of the Parthian State*, lida com a ascensão do Império Parta levando em consideração especialmente questões de relações internacionais. Valoriza os esforços históricos dos partas em sua sobrevivência num cenário no qual “massacre, escravidão e aniquilação” eram preocupações contínuas, segundo palavras do próprio autor (p. 65). A pergunta marcante do capítulo é, portanto, como eles conseguiram não apenas sobreviver em cenário tão complexo e hostil, mas sobretudo criar um dos impérios mais impressionantes e duradouros do mundo antigo. Com isso em mente, Overtoom investiga a crise do poderio Selêucida a partir da metade do século III a.E.C. (após a morte de Antíoco II, em 246 a.E.C.) como consequência das disputas dinásticas e territoriais com os Lágidas, bem como a ascensão de reinos menores, a exemplo do reino dos Atálidas, até a ascensão de Arsaces na Pártia. A narrativa uma vez mais segue de perto os relatos antigos (fragmentos incluídos), com ênfase dada às questões e limitações envolvendo a chamada “teoria de rebelião nativa” (p. 88) e as respostas dadas pelos reinos formados como fragmentação do Império Selêucida.

O terceiro e quarto capítulos avançam a narrativa e são intitulados *The Empire strikes back* e *The Fall of Bactria, the Rise of Parthia*, respectivamente. O terceiro discute como a vingança contra os partas havia se tornado uma das prioridades dos Selêucidas nos reinados de Seleuco II e Antíoco III, seu filho. Como argumentado por Overtoom, “A desintegração da fronteira oriental tornou cada vez mais necessária uma campanha selêucida para reconquistar a região e punir os partas e bactrianos. Segundo a teoria das relações internacionais, em um sistema de anarquia interestatal, como o sistema interestatal iraniano, no qual as relações de poder são fluidas e as capacidades do Estado são incertas, a reputação está diretamente ligada às percepções do poder do Estado” (p. 95). Logo, qualquer desafio à autoridade estatal era levado muito a sério.

Após análise das tentativas Selêucidas, conclui-se que a empresa fracassada de Seleuco II reforçou o que o autor classifica como estrutura tripolar do sistema interestatal iraniano, além de ter contribuído para a consolidação do poder regional dos partas e da influência pessoal de Arsaces como rei. Com isso, produziu-se uma base econômica e militar sólida na Pártia que os sucessores de Arsaces continuaram a desenvolver e explorar no século seguinte (p. 104). Ademais, e talvez ainda mais importante, destaca-se o reconhecimento da independência formal da Pártia e da Bácia pelos Selêucidas.

O quarto capítulo, dando seguimento à análise das novas investidas Selêucidas (dessa vez sob Antíoco III) que marginalizaram o reino parta até c. 160 a.E.C., discute como a dependência da autoridade carismática do rei fez com que a dominação em território iraniano ruísse após a morte de Antíoco, apesar de todas as crises políticas identificadas na história da região. Esta é, a propósito, uma das características mais marcantes do poder monárquico helenístico: a natureza pessoal de sua realeza, ancorada em vitórias militares significativas e em uma autoridade incrivelmente carismática. Em conclusão, o autor argumenta que “partas e Selêucidas haviam se tornado grandes adversários, e nenhuma das duas potências se contentou com sua nova rivalidade no Oriente Médio helenístico. Os partas não tinham a intenção de encerrar suas conquistas a oeste na Babilônia, e os selêucidas rejeitaram a noção de que os partas haviam conquistado o direito de reivindicar o domínio sobre a Média e a Mesopotâmia” (p. 188).

O quinto e o sexto capítulos, intitulados *The Climax of the Seleucid-Parthian Rivalry* e *Parthian Hegemony*, respectivamente, lidam com a ascensão definitiva dos partas frente à constante ameaça Selêucida (como exemplo, um dos tópicos do capítulo é intitulado “Another Ambitious Antiochus”) e esclarecem que, até c. 120 a.E.C., o domínio exercido pelos partas e a organização (ou até a sobrevivência!) de seu Estado fluuavam

enormemente. Somente a partir de c. 100 a.E.C., as fronteiras foram estabelecidas de maneira mais definitiva e os partas formaram um Estado historicamente dominante no Oriente helenístico. Foi Mitridates II a conseguir tal façanha e a estrategicamente reviver elementos da tradição monárquica mais antiga: “Por volta de 100, Mitridates II também estabilizou a situação continuamente volátil na Mesopotâmia e expandiu a rede de reis vassallos sob sua autoridade, ressuscitando o antigo título Aquemênida de ‘Rei dos Reis’ e retratando-se como o governante supremo de maior poder no mundo oriental” (p. 246). Com efeito, gradualmente os partas caminhavam da ruína ao poder indisputado, como argumentado em seção homônima do capítulo sexto. Já nos anos 80 a.E.C., os partas conseguiram notável presença na geopolítica da Síria (p. 271) e se colocavam não apenas como um Estado rival de Roma, mas como um poder cuja história e ascensão merecem tratamento historiográfico próprio, sem “secundarizar” sua relevância à expansão territorial romana.

O livro de Overtoom oferece o mais atual e completo estudo sobre os partas, com uma longuíssima e interessante bibliografia e um índice remissivo que auxilia o leitor em buscas mais específicas, além de todos os outros recursos citados ao longo desta resenha. Trata-se de pesquisa minuciosamente elaborada, com amplo apoio das fontes antigas, fragmentos e arqueologia incluídos. Merece destaque o uso de ferramentas conceituais oriundas das relações internacionais, de modo que suas conclusões não dependam de uma hierarquização equivocada dos Impérios antigos, como se o Estado parta, em particular, estivesse submetido ao interesse primordial de uma história do Império Romano. A escrita da história antiga percorreu um longo caminho desde Gibbon e Syme, e cada vez mais está claro que o caráter relacional do conhecimento histórico precisa ser aplicado também à história antiga. Grécia e Roma são e continuarão a ser palavras-chave no estudo da Antiguidade, mas não podem esgotar ou subjugar outras tantas que merecem seu lugar ao sol. O mundo helenístico, especialmente em sua porção oriental, é talvez a área mais promissora a esse respeito por trazer à luz civilizações que sempre foram tratadas como secundárias, ou colocadas à sombra das civilizações e fontes históricas gregas e romanas. O livro de Overtoom revela-se, portanto, leitura indispensável.

Recebido: 02/05/2022

Aprovado: 22/06/2022